

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Eduardo Freitas Prates

Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982):
um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Eduardo Freitas Prates

Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982):
um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Maria do Carmo Guedes.

SÃO PAULO

2015

Banca Examinadora

Dedico este trabalho à

Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri

&

Sérgio Antonio da Silva Leite

AGRADECIMENTOS

À Maria do Carmo Guedes, minha orientadora que acreditou em mim e possibilitou esta pesquisa.

À minha família que sempre me apoiou e permitiu que fosse possível a realização desta pesquisa, em especial os meus pais, Salvador e Edite, minha irmã Luana, meu avô Américo, minha tia Orlanda e as minhas madrinhas, Ana e Filomena e todos os bichos de casa.

Às pessoas que construíram essa história e aceitaram compartilhar suas lembranças: Sérgio Antonio da Silva Leite, Ana Mercês Bahia Bock, Odette de Godoy Pinheiro, Elenita de Rício Tanamachi, Jane Persinotti Trujillo e Wanda Maria Junqueira de Aguiar.

Aos professores da PUC-SP que possibilitaram muitas reflexões: Maria do Carmo Guedes, Odair Furtado, Bader Burihan Sawaia, Salvador Antonio Mireles Sandoval, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Maria Lúcia Silva Barroco e Antonio Carlos Mazzeo.

À Marlene Camargo, pela amizade acolhedora nesse percurso de dois anos.

Aos amigos, Bruno Peixoto Carvalho e Renata Leatriz de Campos Temps, pelo apoio no início quando a possibilidade da realização do mestrado ainda era incerta.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos em História da Psicologia (NEHPSI) que me apoiaram: Thiago Sant'Anna Pereira, Julia Calderazzo, Cláudia da Silva Leite, Denis Ferreira, Tiago Lopes de Oliveira, Walter Mariano de Faria Silva Neto, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Daniela Leal, Mariana Batista Vieira, Kaciana Nascimento da Silveira Rosa, Bruna Borba de Araújo Tchalekian e tantos outros que passaram por esse grupo.

Aos colegas da PUC-SP, dentre os quais estão: Lívia Gomes dos Santos, Marcio Farias, Jean Fernando dos Santos, Maria das Graças de Lima, Elizangela André dos Santos, Lívia Maria Camilo dos Santos, Maria Mercedes Guarnieri, Gláucia Tais Purin e Renato Tadeu Veroneze.

À Marilene Proença Rebello de Souza pelo carinho e acolhimento de sempre e aos colegas do Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE), em especial, Elenita de Rício Tanamachi, pela persistência inspiradora em revolucionar a psicologia.

À Beatriz de Paula Souza, uma das minhas inspirações que prova que é possível construir uma psicologia socialmente comprometida e aos colegas do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE).

À Samara Marino e as pessoas que conheci e convivi no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, em especial, Willians Meneses e Antonio Carlos Victorio (o Jacaré) que foram os monitores que ampliaram a minha visão e mudaram minha maneira de agir e pensar nesse mundo.

Aos professores da Universidade Presbiteriana Mackenzie que na graduação muito me inspiraram: Alex Moreira Carvalho, Breno Martins Campos, Carla Biancha Angelucci, Ednilton José Santa-Rosa, Erich Montanar Franco, Marcos Vinicius de Araújo, Rinaldo Molina, Robson Jesus Rusche e, em especial, Marian Ávila de Lima e Dias, minha orientadora de iniciação científica e Roseli Fernandes Lins Caldas, a professora querida responsável por despertar o meu amor pelo estudo e pelo conhecimento e da qual, devo o que sou hoje e o que serei amanhã.

Aos colegas que participaram comigo da Comissão Regional Eleitoral do CRP-06: Cleverson Cândido de Carvalho (o Presidente), Clotilde de Jesus França, Heloisa Pinheiro Machado, Mariana Serafim Xavier Antunes, Juliana Sano de Almeida Lara e Margarete Silles.

Diógenes Pepe e a todos os funcionários e conselheiros do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região que tive o privilégio de conviver, em especial, Marcos Antonio de Toledo, bibliotecário do Centro de Documentação do CRP-06 que contribuiu significativamente para esta pesquisa.

Aos colegas do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade pelos momentos memoráveis, em especial, Lygia de Sousa Viégas e Jaqueline Kalmus.

Aos colegas da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) que tive o privilégio de trabalhar em mais uma parte da História da Psicologia na construção do XII CONPE.

À Déborah Rosária Barbosa, minha amiga querida que tem sido uma grande inspiração desde que a conheci e provocou desde sempre um enorme carinho, do qual, Nino e Olga também fazem parte.

À Mitsuko Aparecida Makino Antunes pelo cuidadoso acompanhamento deste trabalho e pela convivência afetuosa.

A Sérgio Antonio da Silva Leite, o protagonista da história registrada nesta pesquisa e um dos precursores da psicologia escolar e educacional em São Paulo, que disponibilizou os documentos que mudaram a minha vida e definiram o rumo das minhas investigações.

À Carmem Silvia Rotondano Taverna, a última da trincheira de uma luta da psicologia escolar e educacional em São Paulo, que inicialmente era a autora da primeira tese que li, posteriormente foi uma pessoa próxima cujas conversas me encantavam e hoje é uma amiga querida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa.

*O que parecia único era plural, o que é plural sê-lo-á ainda mais.
Não é menos verdade, contudo, que na fulguração exaltada de um só tom,
ou na sua musical modulação, estão presentes e vivos todos os outros,
tanto os das cores que já têm nome como os das que ainda o esperam,
do mesmo modo que uma extensão da aparência lisa poderá estar cobrindo,
ao mesmo tempo que os manifesta,
os rastros de todo o vivido e acontecimento na história do mundo.*

*Toda a arqueologia de materiais é uma arqueologia humana.
O que este barro esconde e mostra é o trânsito do ser no tempo
e a sua passagem pelos espaços, os sinais dos dedos,
as raspaduras das unhas, as cinzas e os tições das fogueiras apagadas,
os ossos próprios e alheios, os caminhos que eternamente
se bifurcam e se vão distanciando e perdendo uns dos outros.*

*Este grão que aflora à superfície é uma memória,
esta depressão a marca que ficou de um corpo deitado.*

José Saramago

RESUMO

PRATES, Eduardo Freitas. *Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982)*: um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo. 214 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar *Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação*, um conjunto de três eventos realizados no início da década de 1980 no Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo sob a organização do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SPESP) e do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06). A investigação teve como base histórico-filosófica o materialismo histórico-dialético, servindo-se de pesquisa bibliográfica e, sobretudo, pesquisa documental, cujos procedimentos foram orientados pelos princípios metodológicos da micro-história italiana. Esses eventos são expressão da organização política dos psicólogos no final da década de 1970 que ao tomarem as entidades da categoria no início de 1980 propõem um projeto ético-político da Psicologia com base em uma leitura crítica da profissão, compreendida como socialmente comprometida com as classes populares. É a partir desse movimento que surge uma Comissão de Educação, responsável pela discussão da psicologia na área de educação que tem como iniciativa organizar os psicólogos, por meio dos Encontros que, por sua vez, viabilizaram um projeto de psicologia escolar e educacional. Esses eventos representam um importante momento de organização política e discussões críticas, assim como uma síntese histórica das experiências em psicologia da educação, nos quais sobressai o protagonismo de Sérgio Antonio da Silva Leite e Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri. Concluímos que os Encontros são produtos do projeto ético-político da Psicologia, assim como são produtores de um projeto de psicologia escolar e educacional, tornando-se um fato histórico importante da historiografia da psicologia em São Paulo.

Palavras-chave: História da Psicologia; Psicologia da Educação; Projeto Ético-Político; Materialismo Histórico-Dialético.

RESUMEN

PRATES, Eduardo Freitas. *Los Encuentros de Psicólogos del Área de Educación (1980-1982)*: un proyecto de psicología escolar y educacional en São Paulo. 214 f. Disertación (Maestría en Psicología Social) Pontificia Universidad Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta investigación tiene como objetivo examinar *Los Encuentros de Psicólogos del Área de Educación*, un conjunto de tres eventos realizados al inicio de la década de 1980 en el Instituto Sedes Sapientiae, en São Paulo, bajo la organización del Sindicato de los Psicólogos del Estado de São Paulo (SPESP) y del Consejo Regional de Psicología de la 6ª Región (CRP-06). La investigación tuvo como base histórico-filosófica el materialismo histórico-dialéctico, utilizando una búsqueda bibliográfica y, sobre todo, la investigación documental, cuyos procedimientos fueron orientados por los principios metodológicos de la microhistoria italiana. Estos eventos expresaron la organización política de los psicólogos al final de la década de 1970. Cuando asumieron las entidades de la categoría al inicio de 1980, propusieron un proyecto ético-político de la Psicología basados en una mirada crítica de la profesión, comprendida como socialmente comprometida con las clases populares. Es a partir de este movimiento que surge una Comisión de Educación, responsable por la discusión de la psicología en el área de educación que tiene como iniciativa organizar a los psicólogos, por medio de Encuentros que, consecuentemente, hacen viable un proyecto de psicología escolar y educacional. Estos eventos representan un importante momento de organización política y discusión crítica y también constituyen la síntesis histórica de las experiencias en psicología de la educación, en los cuales se destaca el protagonismo de Sérgio Antonio da Silva Leite y Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri. Concluimos que los Encuentros son producto del proyecto ético-político de la Psicología y estos mismos encuentros generan un proyecto de psicología escolar y educacional, transformándose en un hecho histórico importante de la historiografía de la psicología en São Paulo.

Palabras-clave: Historia de la Psicología; Psicología de la Educación; Proyecto Ético-Político; Materialismo Histórico-Dialéctico.

ABSTRACT

PRATES, Eduardo Freitas. *The Psychologists Meetings in the Area of Education (1980-1982): a school and educational psychology project in São Paulo*. 214 f. Dissertation (Master's degree in Social Psychology) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

The purpose of this research is to investigate *The Psychologists Meetings in the Area of Education*, a combination of three events held in the early 1980's at Instituto Sedes Sapientiae in São Paulo with the organization of Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SPESP) and Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06). The investigation had, as its historical-philosophical base, the historical and dialectical materialism, utilized to biographical and, principally, documentary researches, which procedures were conducted by methodological principles of Italian micro-history. These occasions are an expression of the political organization of psychologists in the late 1970's that appropriated the entities of the category in the early 1980's and proposed an ethical-political psychology project based on a critical reading of the profession, comprehended as socially committed with the low income classes. It is from this movement that an Education Committee arises, responsible for the discussion of psychology in education, which has as initiative to arrange the psychologists, through meetings which, in turn, enabled a school and educational psychology project. These events represent a remarkable moment of political organization and critical discussions, as well as a historical synthesis of experiments in educational psychology, whereupon Sérgio Antonio da Silva Leite and Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri stand out for their importance. We conclude that the meetings are products of the ethical-political psychology project, as are producers of a school and educational psychology project, becoming a significant historical fact of the psychology historiography in São Paulo.

Keywords: History of Psychology; Educational Psychology; Ethical-Political Project; Historical and Dialectical Materialism.

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: O Método	17
1.1 O materialismo histórico-dialético.....	19
1.2 Procedimentos metodológicos.....	28
1.2.1 Contribuição da micro-história italiana.....	29
1.2.2 Pesquisa documental.....	32
1.2.3 Depoimentos.....	34
1.2.4 Excertos das Atas do CRP-06.....	36
Capítulo 2: Entre a História do Brasil e a História da Psicologia em São Paulo	39
2.1 Ditadura civil-militar (1964-1985).....	39
2.2 O movimento político dos psicólogos de São Paulo.....	43
2.2.1 As primeiras gestões do SPESP e do CRP-06.....	44
2.2.2 A oposição dos psicólogos em São Paulo.....	46
2.2.3 Um projeto ético-político da Psicologia.....	49
Capítulo 3: Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982)	51
3.1 I Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1980): entre um projeto ético-político da Psicologia e um projeto de psicologia escolar e educacional.....	54
3.1.1 As palestras.....	54
3.1.2 Relato da Reunião Final do I Encontro.....	60
3.2 II Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1981): propostas para um modelo alternativo de atuação.....	64
3.2.1 Apresentação dos trabalhos.....	64
3.2.2 Compilação de material para discussão.....	70
3.2.3 Discussões realizadas em pequenos grupos.....	73
3.2.4 Assembleia final.....	77
3.2.5 Um movimento político da psicologia escolar e educacional.....	79
3.3 III Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1982): o último capítulo de um projeto.....	81
Considerações finais	93
Referências bibliográficas	99

ANEXOS

Anexo I: Mapeamento dos Anais dos Encontros de Psicólogos da Área de Educação.....	105
1. Anais do I Encontro.....	105
2. Anais do II Encontro.....	107
3. Anais do III Encontro.....	108
Anexo II: Excertos dos Depoimentos.....	110
1. Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014).....	110
2. Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014).....	120
3. Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014).....	132
4. Elenita de Rício Tanamachi (16/12/2014).....	138
5. Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015).....	148
6. Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015).....	157
7. Sérgio Antonio da Silva Leite (28/03/2015).....	165
Anexo III: Excertos das Atas do CRP-06.....	171
Gestão do II Plenário (1979).....	171
Gestão do III Plenário (1980-1983).....	171
Gestão do IV Plenário (1983).....	188
Anexo IV: Exposição dos dados da pesquisa dos Anais do I Encontro.....	191
1. Síntese dos questionários respondidos por professores e supervisores.....	191
2. Síntese dos questionários respondidos pelos psicólogos educacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo.....	194
3. Síntese dos questionários respondidos pelos psicólogos do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação do Estado.....	198
4. Síntese dos questionários respondidos por profissionais que atuam em instituições educacionais.....	201
Anexo V: Material do Jornal do CRP-06.....	205

Introdução

[...] para que possamos no decorrer de nossa atuação, apresentarmos respostas para a constituição desta área da Psicologia, passando assim a contribuir com a História da Psicologia Escolar, que vem sendo escrita e que deverá nortear nossos trabalhos.

Elenita de Rício ¹

A pesquisa tem como objetivo investigar *Os Encontros de Psicólogos da área de Educação*, um conjunto de três eventos promovidos pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SPESP) e o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06) que aconteceram no Instituto Sedes Sapientiae no início da década de 1980.

Consideramos esses Encontros ² como um marco da História da Psicologia do Brasil em geral e da história da psicologia escolar e educacional ³ em São Paulo em particular, tendo em vista que representam uma mobilização crítica dos psicólogos para discutir a Psicologia como profissão socialmente comprometida com as classes populares.

Há indícios sobre esses eventos na publicação do *Jornal do CRP-06* ⁴, fonte inicial do pesquisador que posteriormente teve acesso aos Anais, gentilmente cedidos por Sérgio Antonio da Silva Leite em 2011. Também é possível identificar citações em trabalhos da área ⁵, que não aprofundam seu conteúdo e nem apresentam uma leitura histórica.

No entanto, além do reconhecimento da existência desses eventos, interessa-nos também a sua ausência como no documentário do CRP-06, *A psicologia educacional e escolar em São*

¹ ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO (1982, p. 34).

² Cabe lembrar que houve duas outras edições em 4 e 5 de novembro de 2005 e 16 e 17 de março de 2007, organizadas pelo CRP-06, respectivamente junto à I e II Mostras de Práticas de Psicologia em Educação, eventos que estão fora do recorte de pesquisa por considerarmos que pertencem a um momento histórico distinto e que a sua compreensão exige uma análise mais abrangente que foge aos limites desta pesquisa.

³ Adotaremos o termo psicologia escolar e educacional por considerarmos mais adequado, apesar do mesmo aparecer frequentemente no material analisado apenas como psicologia educacional ou outros termos derivados; para uma discussão de termos nessa área, consultar BARBOSA e SOUZA (2012).

⁴ Todas as menções nessa publicação sobre esses Encontros estão no Anexo V desta pesquisa.

⁵ NEVES (1989), FEIJÓ (2000), TAVERNA (2003), HUR (2005), SOUZA & CUNHA (2010), BARBOSA (2011), PRATES (2011), BARBOSA (2012), LARA (2013), PRATES & CALDAS (2013) e SILVA NETO (2014).

Paulo: construção de um novo homem (2009), um importante registro que resgata competentemente elementos históricos, mas que não menciona os Encontros ou fatos que julgamos extremamente relevantes no início da década de 1980 como a atividade da Comissão de Educação e experiências históricas que expressavam a luta dos psicólogos que se dedicaram a construir uma visão crítica da psicologia.

Outra ausência está na interpretação recorrente de que uma visão crítica da psicologia escolar e educacional nasceu a partir do trabalho de Maria Helena Souza Patto ⁶, apresentando uma versão em que o movimento histórico que constituiu a crítica partiu de uma ação individual. Contrapomos a essa versão uma interpretação que considera um movimento coletivo que desde o segundo lustro da década de 1970 já construía uma visão crítica, no entanto, ainda reservada a limites e contradições que não puderam ser superados. Propor tal afirmação não diminui a importância dessa acadêmica, mas resgata um capítulo da história até então esquecido.

A investigação nos permite lançar algumas hipóteses que justificam a relevância dos Encontros como um episódio significativo da psicologia, como o fato de marcarem uma organização pioneira dos psicólogos na área da educação que antecedeu a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE).

Um segundo elemento que faz desses eventos um marco na história é por serem uma síntese histórica de seu tempo que remonta às experiências da década de 1970, duas das quais merecem destaque são, o Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo, criado em 1975 e coordenado até 1979 por Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (1923-2013) e o Projeto de Alfabetização de Mogi das Cruzes, criado em 1975 e coordenado até o encerramento de suas atividades em 1983 por Sérgio Antonio da Silva Leite.

É fundamental considerar o papel das entidades no início de 1980, a saber, o SPESP e o CRP-06, que passam a articular conjuntamente ações para a organização da profissão em São Paulo, tendo como psicólogos que atuavam nas duas entidades, inclusive envolvidos com as questões educacionais, não por coincidência, Yvonne Khouri e Sérgio Leite.

Tendo em vista estas afirmações é que podemos apresentar as duas categorias ⁷ fundamentais que sustentam a presente pesquisa: o projeto ético-político da Psicologia e o projeto

⁶ Essa interpretação pode ser identificada em BARBOSA (2011), uma pesquisa historiográfica sobre a psicologia escolar e educacional que é uma referência da área.

⁷ As categorias são compreendidas a partir do materialismo histórico-dialético, cujo sentido será apresentado no capítulo 1.

de psicologia escolar e educacional ⁸, ambas existem dialeticamente e são circunscritas ao período que pode ser demarcado precisamente entre 1978-1982.

Há evidências nos documentos sobre o projeto ético-político da Psicologia como um movimento de organização profissional guiado pelas entidades, no entanto, o projeto de psicologia escolar e educacional é reconstituído a partir de indícios nesses eventos. É importante enfatizar que não estamos partindo de criações abstratas, mas de traços da realidade que puderam ser resgatados e sistematizados a partir dos documentos e não necessariamente se apresentam de forma explícita.

O movimento histórico dos psicólogos que envolvem a organização dos Encontros expressa uma direção política de ruptura com um projeto conservador, apresentando um projeto ético-político vinculado à redemocratização do país com a finalidade de superar os marcos da repressão daquele momento da ditadura civil-militar. Esse movimento não é exclusivo dos psicólogos, mas um marco de efervescência da luta de classes que movimenta os projetos profissionais de diversas categorias.

O projeto de psicologia escolar e educacional foi formulado na tentativa de sistematização que discutiu, da formação à atuação do psicólogo na área de educação, estratégias de diálogo com outras categorias, estratégias que legitimem o psicólogo como um profissional da educação, ações e propostas que se contrapunham ao modelo médico, rompendo com uma atuação restrita que não avaliava a conjuntura política e social em que a escola estava imersa, elementos que configuravam a busca por uma identidade profissional comprometida com as classes populares.

É a partir deste ponto de vista que podemos sustentar que os Encontros são produtos de um projeto ético-político da Psicologia, ao passo que também são produtores de um projeto de psicologia escolar e educacional, devendo ser analisados na sua singularidade, como produto da organização política das entidades, mas também na sua particularidade, como produtores de um projeto voltado à educação.

O período de duração desse movimento é de cerca de cinco anos, se analisados a partir da organização do movimento de oposição dos psicólogos até a efetivação dos três eventos, sendo que os Encontros correspondem a seis dias distribuídos entre 1980 a 1982, mas ao mesmo tempo

⁸ O projeto de psicologia escolar e educacional, não deixa de ser também um projeto ético-político, mas para fins de exposição, suprimiremos o termo ético-político que será referido no texto apenas como o projeto mais amplo da profissão. Cabe sinalizar que quando anunciado o agrupamento dos psicólogos como categoria profissional será usado o termo Psicologia, com a primeira letra maiúscula.

circunscritos a uma realidade correspondente a um movimento histórico muito mais amplo da história do Brasil, sendo o movimento dos psicólogos e os Encontros objetivações de uma totalidade. Os caminhos escolhidos para a investigação de um objeto microscópico conciliado à compreensão da amplitude em que estava imerso serão apresentados a seguir.

Capítulo 1 – O Método

*De acordo com a concepção materialista da história,
o fator que em última instância determina a história
é a produção e reprodução da vida real.
Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto.*
ENGELS (1890/2010, p. 103-104)

Este capítulo tem como objetivo expor os fundamentos histórico-filosóficos e os procedimentos metodológicos que orientam esta investigação.

A exposição do capítulo está dividida em duas partes: a primeira destinada a apresentar o materialismo histórico-dialético como base filosófica, mas também como perspectiva historiográfica a partir de uma concepção materialista de história, tendo como base a teoria marxiana e a tradição marxista. A segunda parte refere-se aos procedimentos metodológicos que são apresentados a partir da contribuição da micro-história italiana como modelo historiográfico que apresenta princípios metodológicos norteadores e, posteriormente, são expostos alguns procedimentos que consideram a pesquisa documental e o uso das fontes.

A opção de dividir o capítulo em duas partes não deixa de ser um recurso didático, mas também expressa a compreensão da necessidade de distinguir o método dos procedimentos metodológicos, tal como esclarece NETTO (2011, p. 25 e 26):

[...] os instrumentos e também as *técnicas* de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método [...]. (grifo do autor).

A explicitação dos procedimentos metodológicos é indispensável, mas também o é a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos⁹. O método não pode ser separado da teoria, ou simplesmente marginalizado a uma seção intitulada de “referencial teórico” que, ao seguir a cartilha das pesquisas acadêmicas, tende a legitimar “o método” como simplesmente uma série de recursos e técnicas estereis separadas da perspectiva teórica que o fundamenta. Quanto a isso NETTO (2011, p. 52) argumenta que:

⁹ CARVALHO (2014) apresenta uma ampla discussão sobre a ausência da filosofia da história nas pesquisas voltadas à História da Psicologia, ressaltando a necessidade de explicitá-las.

[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação.

Portanto, uma exposição adequada do Método deve ser realizada levando-se em conta seu caráter *teórico-metodológico*, compreendendo que para Marx, o método significa uma perspectiva e uma relação do sujeito para com o objeto de pesquisa. (NETTO, 2011)

Neste sentido, a necessidade da presente exposição que esclarece os caminhos do pesquisador reserva funções específicas, tal como a introdução anterior, da qual partimos de HEGEL (1816/1961)¹⁰ ao afirmar que é fundamental apresentar o objeto, cuja história pretende-se explorar, a fim de esclarecer seu real significado antes da investigação. Ainda neste sentido, o autor esclarece:

A exposição preliminar de tais pressupostos, sejam eles muito embora essencialmente resultados, como se prova pela ulterior justificação dos mesmos, oferece ao menos o interesse que da menção preambular do conteúdo geral duma ciência pode advir: serve para desembaraçar o caminho de muitas questões e perguntas que, por comuns prejuízos se podem fazer a uma história desse gênero. (ibidem, p. 36)

MARX (1867/2013, p. 90) expõe a necessidade de distinção do modo de exposição e do modo de investigação, compreendendo que: “A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno”.

Assim, a estrutura planejada para a dissertação, compreende uma Introdução, em que os resultados da pesquisa são expostos, ao passo que ao Método é destinado o esclarecimento das bases filosóficas e os recursos teórico-metodológicos e apenas nos capítulos subsequentes é apresentada a investigação detalhada, sendo encerrada com as considerações finais, seguida pelas referências utilizadas no trabalho e tendo como anexos os materiais que auxiliarão o leitor na compreensão da pesquisa, a partir do mapeamento dos Anais dos Encontros de Psicólogos da Área de Educação (Anexo I) e da exposição de outras fontes documentais (Anexos II, III, IV e V).

¹⁰ Hegel trata especificamente da História da Filosofia ao expor suas colocações, mas as mesmas também são válidas como recurso em outras investigações. É válido afirmar que a distinção entre exposição e investigação creditada a Marx já estivesse presente na obra hegeliana.

1.1 O materialismo histórico-dialético

O materialismo histórico-dialético parte da teoria social construída por Karl Marx (1818-1883) com a colaboração de Friedrich Engels (1820-1895) e posteriormente de outros autores que contribuíram para a tradição marxista. Neste sentido para compreender a concepção materialista de história que orienta a presente investigação foi necessária uma breve exploração do período de produção do jovem Marx ¹¹, tomando como ponto de partida não só a produção intelectual, mas a conjuntura sócio-política em que foi produzida, assim como o percurso do autor para, a partir daí, tecer algumas considerações específicas acerca do Método.

NETTO (1987) ajuda-nos a compreender o período histórico em que Marx produziu sua teoria social. Na primeira metade do século XIX quando se demarca as bases da sociedade burguesa com a destruição do mundo feudal e, portanto, a vigência de uma nova ordem. A última década desse período coincide com a produção do jovem Marx. Entre a eclosão da Revolução Francesa em 1789 e as Revoluções de 1848, representando respectivamente o Iluminismo e a insurgência operária, constituiu-se um bloco cultural progressista capaz de compreender objetivamente a dinâmica da sociedade, fortalecendo uma visão racionalista que defendia a possibilidade de conhecer a realidade e as contradições contidas nela.

A revolução burguesa, em um primeiro momento no século XVIII, teve um caráter progressista, mas manteve e intensificou a divisão de classes e a exploração do homem pelo homem, como afirmam MARX & ENGELS (1848/2010, p. 40), “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”. Porém, com a tomada do poder, a burguesia afirmou-se como classe conservadora, passando a constituir a fase do capitalismo moderno, traíndo a classe trabalhadora que continuou sendo violentamente explorada.

É a partir das revoluções de 1848 e as manifestações proletárias ligadas a ela, que se demarca uma nova configuração da luta de classes em que o antagonismo entre burguesia e proletariado intensifica-se. NETTO (1987, p. 14) aponta que “a evolução do pensamento sobre a sociedade burguesa tem em 1848 um divisor de águas: desde então, ele se fratura em dois campos

¹¹ É necessário esclarecer que ao considerarmos a nomenclatura de jovem Marx, não estamos operando sob o corte epistemológico inaugurado por Louis Althusser (1918-1990) que compreende que as obras válidas de Marx e propriamente científicas encontram-se no Marx da maturidade, excluindo a produção da juventude. (NETTO, 1987)

opostos – o que se vincula à revolução e o que contrasta com ela”. Sob este quadro histórico é que o autor contextualiza a produção marxiana sob três aspectos:

Em primeiro lugar, fica claro que a teoria de Marx se beneficiou diretamente da experiência cultural que a precedeu; neste sentido, Marx é continuador de uma grande tradição cultural. Em segundo lugar, subentende-se que Marx é um (embora o maior) dentre muitos teóricos que, o processo em curso àquela época, passando para as fileiras do movimento operário, procurou fundir o patrimônio cultural existente com a intervenção política do proletariado. Enfim, patenteia-se que a construção teórica de Marx é um componente das muitas formulações que, ao tempo, se estruturavam no seio do movimento era (e é) mais abrangente que a sua expressão teórica marxiana (e marxista). (ibidem, p. 15).

Nesta conjuntura histórica que surge a teoria social de Marx, como instrumento de luta da classe trabalhadora capaz de combater a visão hegemônica que amparada a um amplo e poderoso caldo cultural expressa as ideias da burguesia que tem como função encobrir a realidade.¹²

A herança cultural de que a teoria social de Marx é tributária, assim como a sistematização do conhecimento operada a partir da crítica à economia política em parceria com Engels e suas posteriores investigações, permitiram-no vincular a teoria à revolução, tendo em vista o crescimento da população urbano-industrial e as condições desumanas a que o proletariado era submetido no século XIX (NETTO, 1987). LUKÁCS (1923/2012) em um ensaio polêmico afirma que não é possível conceber o Método de Marx dissociado da luta de classes.

Neste trabalho será focado o período de 1843-1846, apesar da totalidade da produção do jovem Marx datar desde 1939. Tomamos essa periodização de MÁRKUS (1974) que em seu estudo sobre a produção marxiana afirma não haver uma demarcação rígida sobre essa fase. O ano de 1843 foi fundamental para a constituição da teoria marxiana, representa um giro teórico-político de Marx como atestam MÁRKUS (1974), NETTO (1987 e 2004), FREDERICO (2009), SAMPAIO & FREDERICO (2009) e LUKÁCS (1955/2009), que deve ser compreendido a partir do seguinte quadro histórico¹³.

¹² Como confirma MARX & ENGELS (1845-1846/2011, p.47): “As ideias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. (grifo dos autores).

¹³ Os três parágrafos que se seguem referem-se à constituição histórica do percurso de Marx e se baseiam em três fontes: 1) pesquisa bibliográfica: MARX (1859/2008), LUKÁCS (1955/2009), MÁRKUS (1974), NETTO (2004 e 2011) e FREDERICO (2009); 2) Cronologia publicada ao final de todos os livros da Coleção de Karl Marx e Fredrich Engels da Boitempo Editorial (não há referência de autoria); 3) Curso de José Paulo Netto, intitulado *O método em Marx*, ministrado em 2002 no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, que ficaram populares pelo didatismo e rigor com que foi ministrado e foram amplamente divulgados em vídeo por meio virtual e, posterior, pela distribuição de cópias piratas de dvds nos meios acadêmicos.

A ascensão de Frederico Guilherme IV (1795-1861) em 1840 ao governo da Prússia registra um momento de forte repressão e censura, provocando a expulsão de Bruno Bauer (1809-1882) da Universidade de Bonn e a perseguição dos jovens hegelianos – também conhecidos como hegelianos de esquerda¹⁴ – e culminou na restrição dos docentes que se vinculavam à filosofia hegeliana aos cargos universitários. Marx que havia se doutorado em filosofia em 1841 e tinha a intenção de assumir a docência sob tutela de Bauer tem seus planos frustrados e para sobreviver emprega-se como jornalista em 1842 na *Gazeta Renana* [Rheinische Zeitung], órgão da incipiente burguesia republicana alemã, que se opunha ao governo prussiano.

Em 1843, o Jornal é fechado e Marx casa-se com Jenny Von Westphalen (1814-1881), tendo a sua lua de mel em Kreuznach, onde passa a estudar diversos autores, dentre os quais alguns estão vinculados à historiografia da revolução francesa, mas nesse período sobressai o estudo da *Filosofia do Direito* de Hegel, a fim, de esclarecê-lo sobre a problemática entre Estado e sociedade civil, problema com o qual se defrontou diversas vezes como jornalista.

Os estudos direcionados à obra de Hegel levam-no a redigir ainda em 1843 os *Manuscritos de Kreuznach*. No final desse ano ele rumo a Paris onde é levado por Moses Hess (1812-1875) a conhecer o movimento operário e as associações socialistas secretas. Nesse mesmo ano redige *Sobre a questão judaica* e, entre o final desse ano e o início de 1844, redige o texto que nos interessa a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, que junto ao anterior é publicado nos *Anais Franco Alemães* [Deutsch-Französische Jahrbucher]¹⁵.

A *Crítica* deve ser compreendida não apenas como síntese dos *Manuscritos de Kreuznach*, mas como um passo adiante da produção marxiana que já entrou em contato com o proletariado e já tem em seu horizonte uma perspectiva revolucionária. Isto não significa que seja uma fase amadurecida, tampouco que Marx não vai mudar e aprimorar sua teoria social que já começa a delinear-se nesse texto. (NETTO, 2004 e FREDERICO, 2009)

Nesse texto já há uma concepção de história que auxilia o autor a compreender a necessidade de superar a crítica à religião, expandido-a para a crítica do estado e da realidade política. O trecho a seguir em MARX (1844/2010, p. 146), assegura nossa afirmação:

¹⁴ Na década de 1840 inicia-se um debate na Prússia entre os seguidores da filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que os dividiu em dois grupos marcados pelos conservadores que usavam a filosofia hegeliana para conservar o Estado e os hegelianos de esquerda, em sua maior parte composto por jovens filósofos que tomavam o lado revolucionário da filosofia de Hegel para se opor à visão conservadora.

¹⁵ Publicação em parceria com Arnold Ruge (1802-1880) em resposta à repressão do governo prussiano, editada em Paris, mas que tinha como objetivo ser contrabandeada para a Prússia. Houve apenas uma única edição em 1844.

Portanto, a *tarefa da história*, depois de desaparecido o *além da verdade*, é estabelecer a *verdade do aquém*. A *tarefa imediata da filosofia*, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a *crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica política*. (grifos do autor)

É importante enfatizar que, mesmo ao criticar a filosofia de seu tempo, Marx pretende colocá-la sob bases históricas e materialistas, isso só é possível ao se considerar um detalhado estudo da realidade naquele momento. As conclusões que marcam este período do jovem Marx na *Crítica* levam-no a constatar que o proletariado seria o protagonista da Revolução necessária na Alemanha.¹⁶ LUKÁCS (1923/2012, p. 92) nos oferece, para compreender esse movimento, o exemplo de Hegel:

Tomando a parte progressista do método hegeliano, a dialética como conhecimento da realidade, Marx não somente se separou nitidamente dos sucessores de Hegel, como também operou uma cisão na filosofia hegeliana. Ele levou a tendência histórica que se encontra na filosofia hegeliana à sua lógica extrema. Transformou radicalmente todos os fenômenos da sociedade e do homem socializado em problemas históricos, mostrando concretamente o substrato real da evolução histórica e tornando-a fecunda em seu método.

O momento que marca a adesão de Marx ao comunismo parte da influência de Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872). Se em um primeiro momento este filósofo encontra-se como uma influência para a crítica a Hegel, posteriormente é o próprio Feuerbach que será criticado no manuscrito de *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*, redigido conjuntamente com Engels entre 1845 e 1846, porém engavetado e vindo a público em 1932¹⁷.

MARX & ENGELS (1845-1846/2011, p. 29) iniciam suas considerações criticando o idealismo alemão que era hegemônico naquele momento, ao constatarem que a libertação do homem “é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas condições da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...]”.

¹⁶ Ainda nesse debate histórico sobre a constituição do Método, não podemos deixar de mencionar que mesmo nesse período com a conclusão de que o proletariado seria o sujeito revolucionário, Marx não teve contato com a economia política e ainda estava sob forte influência de Feuerbach, o que segundo FREDERICO (2009) pode ser comparado ao entendermos que este texto de 1844 ainda encontra-se como um manifesto humanista, ao passo que só em 1848 encontramos o *Manifesto Comunista*, publicação conjunta com Engels que inicialmente é impressa sem autoria.

¹⁷ Engels publica em 1886, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, que apresenta parte dos estudos empreendidos em *A ideologia alemã*, disponibilizando pela primeira vez nessa publicação *As teses sobre Feuerbach* de Marx como um apêndice de seu texto, reconhecidas atualmente como parte do manuscrito de 1845-1846.

Feuerbach, mesmo como materialista, volta-se ao idealismo da época ao não compreender o indivíduo como um ser histórico, ele “não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações [...]” (ibidem, p. 30). Marx e Engels chegam mesmo a afirmar que materialismo e história são divergentes na filosofia de Feuerbach¹⁸. Em resposta ao idealismo alemão, os autores descrevem três atos históricos que configuram a base da história:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades [...]

A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades [...] (ibidem, p. 33, grifo dos autores).

Os autores apressam-se em considerar que os atos apresentados não podem ser considerados separados, mas devem ser compreendidos dialeticamente na história dos homens. Também é indispensável considerar que cada estágio da história está sempre ligado a um modo de produção que, por sua vez, condiciona os homens e por eles é condicionada.¹⁹

Como um resumo das considerações feitas no manuscrito, MARX & ENGELS (1845-1846/2011, p. 42) argumentam que:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e

¹⁸ ENGELS (1886/1977) apesar de não abrir mão das críticas, muitos anos depois da redação de *A ideologia alemã* afirma de maneira mais pormenorizada o percurso da filosofia de Feuerbach, explicitando as limitações que impediram-no de progredir, que não foram casuais, mas sim materiais e reconhecendo a contribuição deste autor.

¹⁹ Para um resumo sobre o assunto, consultar, Marx em sua fase da maturidade em que pode ser observado no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, redigido em Londres em janeiro de 1859 em MARX (1859/2008).

por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil ²⁰ em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral, etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos).

AGUIRRE ROJAS (2007), ao reconstituir as bases da historiografia crítica, remonta à contribuição de Marx e Engels na primeira metade do século XIX de maneira sucinta em sete lições, que sintetizam o conteúdo da concepção materialista de história. A primeira refere-se à consolidação de um projeto de ciência da história, a segunda a compreender a dimensão eminentemente social da história, a terceira é a compreensão da dimensão materialista, a quarta é a compreensão da relevância dos fatos econômicos, a quinta é a adoção do ponto de vista da totalidade, a sexta refere-se à visão dialética e, por fim, a sétima lição diz respeito à necessidade de uma história crítica.

A constituição de uma concepção materialista de história no jovem Marx é inegável. Desde 1843 registra-se nos escritos marxianos uma nítida preocupação com a história que rebate sobre sua produção posterior. Neste sentido a título de exemplos, podemos considerar as obras escritas na década de 1840 imediatamente posteriores de *A ideologia alemã*, como *Manifesto comunista* (1848), a *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do sr Proudhon* (1847), *As lutas de classes na França de 1848-1850* (1850/1895) ²¹ e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1852). ENGELS (1895/2012, p. 9) escreve no prefácio referente à obra de 1850:

[...] foi a primeira tentativa feita por Marx de explicar, com ajuda de sua concepção materialista, uma quadra da história contemporânea a partir da situação econômica dada. No *Manifesto Comunista*, a teoria fora aplicada, em traços bem gerais, a toda a história mais recente; nos artigos de Marx e meus para a *Nova Gazeta Renana* ²², essa teoria foi continuamente usada para interpretar acontecimentos políticos simultâneos. (grifos do autor)

²⁰ A sociedade civil é compreendida pelos autores como “o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas” e entendem por forças produtivas como “um determinado modo de produção e uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’ ” (MARX & ENGELS, 1845-1846/2011, p. 74).

²¹ Esse livro foi publicado originalmente por Marx em 1850 com uma série de artigos e em 1895 é republicado por Engels que acrescenta a nova edição, um prefácio e um novo capítulo.

²² A *Nova Gazeta Renana* [Neue Rheinische Zeitung] foi uma publicação editada por Marx em colaboração com outros editores entre 1848 a 1849 na cidade de Colônia na Alemanha.

Após este trajeto em que foram apresentadas as bases que constituíram o materialismo histórico-dialético e sua intrínseca vinculação com um projeto histórico comprometido com o proletariado e com a compreensão da realidade em um nível concreto, cabe iniciar a discussão sobre o Método, retomando ainda algumas considerações específicas.

A compreensão de categorias ²³ nessa perspectiva é fundamental, pois expressa as exigências do Método, de modo que devem ser compreendidas como produtos históricos que “não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições”. (MARX, 1859/2008, p. 264)

Quando assumidas como históricas e circunscritas, as categorias podem ser encaradas como modelos de abstração, construídos a partir da análise que retira da realidade traços que as constituem. Arrancar as categorias de sua conjuntura histórica é retirar a sua especificidade e operar ahistoricamente. Este movimento de abstração é descrito por MARX (1859/2008, p. 259 e 260):

[...] para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como verdadeiro ato de produção – que apenas recebe um impulso do exterior – cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque [...] a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação em conceitos. [...] O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente.

O processo de abstração que capta e reproduz a realidade, respeitando a existência efetiva do objeto no mundo, encontra-se como um dos princípios do materialismo histórico-dialético, cujo reconhecimento da historicidade e do permanente movimento do objeto, podem ser traduzidos no manuseio das categorias. NETTO (2011, p. 20 e 21), auxilia-nos a compreender essa questão, expondo-a da seguinte forma:

[...] o conhecimento teórico *é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do

²³ Nos escritos da obra marxiana que se referem ao Método foi possível identificar a compreensão de categoria em Marx (1847/2009; 1859/2008; 1867/2013), em ambas as três menções, o autor refere-se criticamente aos economistas políticos que tendem a perder a historicidade das categorias econômicas. LUKÁCS (1970, p. 69) explica que a noção histórica de categoria já estava presente em Hegel, argumentando que “não são formas lógicas primárias que de algum modo se apliquem à realidade, mas sim os reflexos das situações objetivas na natureza e na sociedade que devem ser confirmadas na práxis humana a fim de se tornarem – através de um posterior processo de abstração, que todavia jamais deve perder o contato com a realidade e com a práxis objetiva – categorias lógicas”.

pesquisador. A teoria é, para Marx, *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (grifos do autor).

NETTO (2011, p. 23) explica que, no materialismo histórico-dialético, o objeto existe independente da consciência do pesquisador, mas seu estudo deve permitir “uma instância de verificação de sua *verdade*, instância que é a *prática social e histórica*”. (grifos do autor)

Se, por um lado, a investigação leva à identificação de categorias de análise presentes na realidade, por outro, o próprio Método é também orientado por categorias, estas compreendidas como categorias teórico-metodológicas. Tendo em vista isto, duas dessas categorias devem ser enfatizadas: a totalidade e o particular.

KOSIK (1963/2011) alerta que a categoria de totalidade não deve ser analisada simplesmente como um princípio metodológico, mas como uma categoria filosófica que parte da pergunta: o que é a realidade? O autor esclarece que Marx tomou-a da tradição filosófica anterior, inserindo-a em sua teoria social sem a metafísica da época e que posteriormente, a categoria de totalidade a partir do século XX foi despojada do seu caráter dialético desenvolvido na obra marxiana. LUKÁCS (1923/2012) argumenta que essa amputação da dialética seguiu a tendência das filosofias burguesas ao compreender as categorias, isentas de contradições, o que evidentemente era um erro, pois compreendiam a realidade harmonicamente, como livre de contradições, expressando não só um erro metodológico, mas um processo ideológico mais amplo. Acrescente-se que “no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é *apenas* um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua *criação*, estrutura e gênese. Ao todo dialético pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e a sua gênese”. (KOSIK, 1963/2011, p. 52, grifos do autor)

É importante enfatizar que totalidade não se refere a todos os fatos, ou à soma de vários fatos, mas significa compreender a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. (ibidem, p. 43 e 44, grifo do autor). É também compreender que:

Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; [...] (ibidem, p. 49, grifo do autor).

A análise de um fato histórico também é um elemento importante de discussão, pois, por mais que se tenha envolvido um caráter subjetivo do pesquisador, isto não significa renunciar à realidade concreta ou operar simplesmente por uma visão particular destituída de valores como relembra GOLDMANN (1980). Deve-se considerar sob a ótica de KOSIK (1963/2011, p. 54) que a “distinção dos fatos com base em seu significado e na sua importância não é o resultado de uma avaliação subjetiva, mas resulta do conteúdo objetivo dos fatos isolados”.

A discussão da possibilidade de objetividade também antiga nas ciências humanas não será explorada aqui, mas encontra-se como central nos debates acadêmicos atuais, pois há posições que afirmam a impossibilidade de se conhecer o real.²⁴ O materialismo histórico-dialético, como uma das correntes que surgem no século XIX, afirma a possibilidade de compreender a realidade, como argumenta KOSIK (1963/2011, p. 57):

A teoria materialista distingue um *duplo* contexto de fatos: o contexto da realidade, no qual os fatos existem originária e primordialmente, e o contexto da teoria, em que os fatos são, em um segundo tempo, mediadamente ordenados, depois de terem sido precedentemente arrancados do contexto originário do real. [...] Eis aqui o fundamento de todo conhecimento: a cisão do todo. Todo conhecimento é uma oscilação dialética [...] entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação. (grifo do autor)

A categoria de particular também é fundamental para os nossos propósitos, pois remete a uma perspectiva entre a relação de singular-particular-universal. LUKÁCS (1970, p. 84 e 85) afirma que o problema da relação entre particular e universal foi tratado de maneira adequada pela primeira vez por Hegel, mas ainda em sua forma idealista que foi superada com a crítica do jovem Marx, argumentando que:

[...] trata-se sempre de esclarecer a forma concreta de sua relação, caso por caso, em uma determinada situação social, com respeito a uma determinada relação da estrutura econômica; mas também – o que é decisivo – de descobrir em que medida e em que direção as transformações históricas modificam esta dialética. De uma similar análise concreta, surge sempre e por toda parte a relativização dialética do universal e do particular; [...] Marx considera como importante tarefa da ciência estudar e descrever, de um modo historicamente concreto, sem preconceitos esquemáticos e com exatidão, estas relações e suas transformações. Ao mesmo tempo, todavia, e na mesma correlação, descobre que as contradições concretas assim percebidas devem ser

²⁴ Este debate foi encontrado em parte considerável da bibliografia consultada, dos quais participaram, os já citados LUKÁCS (1923/2012), KOSIK (1963/2011) e GOLDMANN (1980). PEREIRA (2013) considera no campo da psicologia que algumas posturas que renunciam à objetividade, caracterizadas atualmente, sobretudo, pela pós-modernidade caem no relativismo e renunciam a um compromisso ético-político com a ciência.

compreendidas, do ponto de vista lógico-metodológico, como casos concretos e expressões de uma dialética de universal e particular.

LUKÁCS (1970, p. 85 e 90) esclarece que o particular representa “a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade”, ao passo que a “singularidade, muito diversamente, é rica de determinações quando é o anel conclusivo de uma cadeia de conhecimentos que leva, das leis descobertas da universalidade concreta, à singularidade como fim do processo do pensamento”.

A problemática da singularidade e a análise de fatos isolados também se apresentam ao materialismo histórico-dialético, mas nunca isenta da categoria de totalidade, portanto, da relação singular-particular-universal. LUKÁCS (1970, p. 103 e 107) apontou que o movimento de singular e universal, necessariamente deve ser mediado pelo particular, afirmando que ele é “um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativo adequado. Trata-se, porém, de um membro intermediário com características bastante específicas”. Mas, acrescenta que “o particular não é simplesmente o membro pontual da mediação em uma tríade, mas sim uma espécie de campo de mediação no sentido do universal (e, em casos particulares, do singular)”. A formalização dessas categorias teórico-metodológicas reserva problemas se não consideradas junto ao movimento da realidade:

De nossas precedentes considerações, resulta já claramente que também início e conclusão (universalidade e singularidade) de modo algum são pontos firmes no sentido estrito da palavra [...] Todavia, se considerarmos corretamente o movimento dialético do universal ao singular e vice-versa, devemos observar que o meio mediador (a particularidade) pode menos ainda ser um ponto firme, um membro determinado, e tampouco dois pontos ou dois membros intermediários, como diz Hegel criticando o formalismo da triplicidade, mas sim, em certa medida, um inteiro campo de mediações, um pouco concreto e real que segundo o objeto ou a finalidade do conhecimento, revela-se maior ou menor. (ibidem, p. 104)

O materialismo histórico-dialético apresenta-se como uma compreensão da realidade indissociável da totalidade e das mediações que ligam o singular-particular-universal.

1.2 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa teve como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Compreende-se que a investigação em pesquisa histórica parte da reconstrução de seu objeto de estudo e tendo em vista a escassez de material sobre os eventos

estudados, foi priorizado o uso de documentos. Portanto, nesta seção não serão detalhados os caminhos da pesquisa bibliográfica, salvo os três parágrafos seguintes, dando ênfase ao detalhamento da pesquisa documental e a organização expositiva dos dados na dissertação.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, a pesquisa contou-se com a exploração de quatro temas: 1) Psicologia Escolar e Educacional em São Paulo; 2) História da Psicologia em São Paulo; 3) História do Brasil e 4) Estudos sobre o Método. No primeiro tema foi feito um levantamento de trabalhos acadêmicos que consistiu em uma pesquisa nas bibliotecas Nadir Gouvêa Kfoury da PUC/SP e Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da USP que permitiu identificar 48 pesquisas (26 dissertações de mestrado, 18 teses de doutorado e 4 teses de livre docência) no período de 1977 a 2013.

Foram lidos todos os resumos dos trabalhos e, quando não havia, em caso de pesquisas mais antigas, foi lido o sumário e a introdução. Quando identificados temas de interesse à pesquisa foram lidas partes dos trabalhos e no caso específico de alguns foi feita uma leitura integral, procedimento semelhante de ALMEIDA (1992), que viemos a conhecer durante a investigação. Acrescente-se a isso o contato do pesquisador com a área da pesquisa, que permitiu encontrar outros trabalhos posteriores ao período pesquisado.

A concentração de referências bibliográficas no que concerne aos temas de estudo 2 e 3, podem ser verificadas no capítulo 2 que remonta a História da Psicologia em São Paulo como parte da História do Brasil, ao passo que o tema 1 estará concentrado no capítulo 3, cuja reconstituição dos Encontros exigirá um diálogo com as pesquisas produzidas. E, por fim, o tema 4 está disponibilizado na exposição do presente capítulo.

1.2.1 Contribuição da micro-história italiana

A micro-história italiana figura como uma perspectiva historiográfica advinda da história social da Itália na década de 1970, impulsionada pelo movimento de maio de 1968, tendo Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendhi como alguns de seus percussores. Entretanto é necessário evidenciar que esta perspectiva teórica não é homogênea, mas heterogênea, como explicitam alguns protagonistas dessa vertente historiográfica, tais como LEVI (2011) e Ginzburg (2007) e um estudioso da teoria da história, AGUIRRE ROJAS (2012).

O movimento de historiadores que constituiu a micro-história na Itália pode ser identificado por um duplo movimento no último lustro da década de 1970 com a concentração de publicações no periódico *Quaderni Storici*, entre 1975-1988 (AGUIRRE ROJAS, 2007). Um segundo movimento foi a organização da coleção *Microhistorie* pela Editora Einaudi, sob responsabilidade de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, publicando cerca de 20 volumes de historiadores italianos e estrangeiros. (GINZBURG, 2007)

A popularização da micro-história italiana, entretanto, se deu com a ampla divulgação do livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição* de Carlo Ginzburg, publicado em 1976, que remonta ao processo inquisitorial de Domenico Scandella, o moleiro friuliano, Menocchio (1532-1599), que viveu e foi condenado pela inquisição no século XVI, assim como apresenta um estudo sobre a cultura popular na Itália. (AGUIRRE ROJAS, 2012 e GINZBURG, 1976/2012)

O movimento italiano que reivindica o termo micro-história não é responsável por sua criação terminológica, pois o termo já havia sido usado em outras ocasiões, como relembra GINZBURG (2007), cabendo enfatizar o nosso recorte ao modelo italiano e em particular à obra de Carlo Ginzburg.

AGUIRRE ROJAS (2012) esclarece que a micro-história italiana destaca-se ao propor um modelo historiográfico marcado por três princípios metodológicos centrais: mudança de escala de observação, análise exaustiva e intensiva do universo micro-histórico e o paradigma indiciário.

Há consenso entre os historiadores que aderem à micro-história que a redução de escala, permitindo uma análise detalhada de um objeto, altera significativamente sua compreensão, de modo a permitir ao pesquisador estudá-lo em seus detalhes, o que não significa isolá-lo da conjuntura em que foi produzido, o que implicaria no risco de apreendê-lo apenas em sua aparência. É a partir da identificação de detalhes que não poderiam ser visíveis em uma análise mais ampla, permitida pela mudança de escala de observação, na qual se abre a possibilidade de investigar um fato histórico em sua essência, compreendido em sua singularidade, identificando as mediações que o compõem e são reconstituídas até a universalidade.

AGUIRRE ROJAS (2012, p.7) lembra-nos que há “um complexo redimensionamento da dialética entre a ‘macro-história’ e a micro-história, projetado para superar a tradicional oposição e falsa autonomização que muitos historiadores estabelecem, ainda hoje, entre essas esferas da realidade histórica”. LUKÁCS (1970, p. 81) reconhece que:

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que freqüentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada do universal, particular e singular.

A redução de escala como princípio da micro-história italiana cria condições de aplicação para o segundo paradigma, a análise exaustiva dos documentos que, sob um recorte microscópico, possibilita uma análise abrangente de um determinado recorte. (LEVI, 2011)

GINZBURG (2012), em um célebre ensaio, compreende o paradigma indiciário não como monopólio da historiografia, mas como um saber que emerge com o nascimento das ciências humanas e mesmo antes destas. Colher indícios, seguir pistas, juntar fragmentos para a reconstituição de uma história são aspectos que caracterizam o saber indiciário.

Alguns críticos têm considerado a micro-história italiana como uma vertente da pós-modernidade, o que consideramos com AGUIRRE ROJAS (2012), como um equívoco, pois diferente dos pós-modernos que adotam uma posição relativista que chega a negar a possibilidade de conhecer a realidade, confundindo ficção e ciência, a perspectiva historiográfica da micro-história italiana é pautada pelo rigor às fontes, tendo na reconstituição de indícios e evidências seu material primário como modelo historiográfico. AGUIRRE ROJAS (2012, p. 8) afirma que:

Dada a franca origem de esquerda de seus principais representantes, a micro-história se colocou sempre em defesa de uma história *crítica*, *científica* e *racionalista*, combatendo, portanto, a esse novo *irracionalismo* do pós-modernismo relativista, que ao afirmar que é impossível se conhecer a verdade e que todo conhecimento é limitado e relativo às suas condições de geração, termina por desembocar na renúncia ao caráter científico da disciplina histórica, e em geral de todas as ciências sociais atuais. (grifos do autor)

LEVI (2011), como um dos fundadores dessa vertente, reconhece que as origens da micro-história italiana estão no marxismo e em refutar o relativismo e o irracionalismo das posturas pós-modernas. FONTANA (1998, p. 33), um historiador marxista e crítico da micro-história, argumenta que, apesar da validade de algumas críticas das correntes pós-modernas, “não há nelas pautas para a investigação do passado e a imensa maioria dos pós-modernistas tem como ponto de partida a idéia de que não há nenhuma possibilidade de conhecê-lo”.

HOBBSAWM (2011, p. 286 e 287) também se pronuncia a respeito ao posicionar-se contra o relativismo dos pós-modernos que questionam a distinção entre o fato e a ficção, acrescentando que “é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a

supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis”.

Tendo em vista a perspectiva da micro-história italiana em seus três princípios metodológicos, aliados à necessidade de se reconstituir os fatos históricos a partir do rigor às fontes calcadas em evidências, é que podemos adotá-la neste trabalho, tendo-a como norteadora para a confecção da presente pesquisa, cuja compreensão de um recorte como os Encontros e seus desdobramentos exigiram a redução da escala de observação na composição de um universo microscópico, circunscrito a partir de uma série de documentos que serão apresentados adiante.

1.2.2 Pesquisa documental

A presente pesquisa tem seu cerne em documentos e a compreensão dos mesmos para discuti-los é fundamental. PROST (2008, p. 76) afirma que não há questão sem documentos e acrescenta que também não existe documento sem questionamento, compreendendo que “o historiador estabelece vestígios deixados pelo passado como fontes e como documentos; antes de serem submetidos a questionamento, eles nem chegam a ser percebidos como vestígios possíveis, seja qual for o objeto”.

A questão histórica e o documento são indissociáveis e sua definição na perspectiva histórica ganha uma conotação específica. SAMARA & TUPY (2010, p. 19) explicam que:

Uma definição precisa de documento histórico, porém, não apenas varia no tempo e no espaço como também, dependendo do próprio avanço da investigação histórica, demonstra estar em sintonia com os interesses pessoais e identidades culturais de cada pesquisador. Trata-se, sem dúvida, de uma referência fundamental, concretizada em objetos, provas, testemunhos, entre outros referenciais, que, ao garantirem a autenticidade ao acontecimento, distinguem a narrativa histórica da ficção literária.

KARNAL & TATSCHT (2013, p. 12) nos ajudam a compreender que “o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da idéia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente”. Deste modo, a definição de documentos deve também levar em consideração o seu material, conteúdo e objetivos, a fim de oferecer uma análise da conjuntura histórica em que foram produzidos e oferecer aos pesquisadores todos os detalhes possíveis que venham a interessar aos que desejam investigar tais fontes.

O ponto de partida da pesquisa se deu a partir do conjunto dos três Anais dos Encontros de Psicólogos da Área de Educação²⁵, cuja estrutura está no Anexo I. Em um segundo momento planejou-se registrar os depoimentos dos participantes que, ao serem constituídos na pesquisa, também se transformam em fontes e, portanto, em documentos.

No entanto, tínhamos como aposta utilizar o contato com os depoentes para investigar a existência de outros materiais, tais como Atas da organização dos eventos, antigas anotações, certificados de participação, o que se comprovou inútil, pois os depoentes não haviam guardado materiais em seus arquivos pessoais. Apesar de não ser uma das depoentes, Carmem Silvia Rotondano Taverna, que foi uma das participantes dos Encontros, cedeu gentilmente ao pesquisar alguns documentos que serão mencionados ao longo da pesquisa.

A realização dos eventos contou com o envolvimento de três instituições, a saber, o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SPESP), o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06) e o Instituto Sedes Sapientiae. Foi realizado contato telefônico com cada uma das três instituições e, posteriormente, enviados por e-mail ofícios de solicitação de consulta aos arquivos das entidades que identificavam o autor, sua filiação institucional e apresentavam a pesquisa.

O SPESP não respondeu ao ofício, de modo que o pesquisador entrou novamente em contato telefônico e foi informado de que as Atas e documentos referentes ao período estudado não existiam mais, de modo que a documentação das reuniões da gestão da década de 1980 foi perdida devido ao armazenamento indevido na antiga sede do Sindicato. No caso do Instituto Sedes Sapientiae, o pesquisador foi prontamente atendido com resposta ao ofício, permitindo visitar a biblioteca da instituição, entretanto, não foi possível localizar documentos de interesse nos arquivos disponibilizados. O CRP-06 também respondeu ao ofício enviando a consulta das Atas com visitas previamente agendadas na autarquia, que acolheu e recebeu o pesquisador em diversas ocasiões como será descrito pormenorizadamente adiante.

Disponibilizaremos a seguir os procedimentos de uso de algumas fontes documentais construídas durante o processo da pesquisa, salve a compilação de material do Jornal do CRP-06 feita anteriormente por PRATES (2011) e revista para a presente pesquisa.

²⁵ É importante mencionar que os eventos têm sua realização citada a partir da data dos documentos que, por sua vez, correspondem à data em que foram publicados, ou seja, um ano após a efetiva realização dos eventos. Esta informação é importante, pois impacta diretamente na análise intercalada com outras fontes, como é o caso das Atas do CRP-06, assim como representa um uso preciso das informações disponíveis nos documentos.

1.2.3 Depoimentos

A investigação contou com o registro de sete depoimentos de seis participantes dos Encontros: Sérgio Antonio da Silva Leite, Ana Mercês Bahia Bock, Odette de Godoy Pinheiro, Elenita de Rício Tanamachi, Jane Persinotti Trujillo e Wanda Maria Junqueira de Aguiar.

O procedimento de registro dos depoimentos e seu uso na pesquisa envolveram dez fases que podem ser enumeradas da seguinte forma: 1) contato com o depoente; 2) autorização para a participação na pesquisa; 3) registro do depoimento; 4) arquivamento do depoimento; 5) transcrição do depoimento; 6) devolutiva da transcrição para revisão; 7) revisão do depoente e aprovação do material; 8) análise dos depoimentos; 9) seleção de excertos dos depoimentos; 10) uso do material na pesquisa.

A participação foi voluntária, todos os depoentes foram convidados pelo pesquisador, que apresentou a pesquisa, solicitando sua autorização com a assinatura de um termo de consentimento que mencionava que seus nomes seriam usados na dissertação.²⁶

Os depoimentos foram gravados simultaneamente com dois gravadores digitais, um RR-US300 IC Recorder da Panasonic e um ICD-PX312 IC Recorder da Sony, sendo que os arquivos de áudio usados para transcrição são do primeiro gravador; o uso dos dois aparelhos serviu como precaução caso houvesse algum imprevisto ou falha técnica com um deles. Os registros de áudio foram armazenados na memória dos gravadores, em um computador e em dois pen drives, todos de uso exclusivo do pesquisador.

A transcrição dos depoimentos passou pelos seguintes procedimentos: o primeiro foi uma transcrição literal do material²⁷, a segunda versão foi revisada eliminando repetições e excesso de coloquialismo, constituindo um texto mais formal, com cuidado para não alterar o seu sentido. Essa segunda versão da transcrição foi submetida aos depoentes que, após lê-las e revisá-las, avisados de seu direito de acrescentar ou cortar trechos, passou a constituir uma terceira versão,

²⁶ A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil que a encaminhou para avaliação da Comissão de Ética e Pesquisa da PUC-SP, seguindo as orientações da Resolução 466/12, processo que demonstrou a inadequação das avaliações de pesquisas no campo das ciências humanas. O cadastro nessa plataforma exige que o projeto de pesquisa seja adaptado às exigências metodológicas características das ciências biológicas.

²⁷ Algumas estratégias da transcrição que merecem destaque referem-se a pausas curtas (...); pausas longas ([...]); interrupções bruscas ou falas emendadas (/). No caso de citações incompletas de nomes, eventos e outros detalhes foram feitos acréscimos em colchetes e eventualmente em notas de rodapé.

cujo material compõe esta dissertação de mestrado²⁸ e os detalhes podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Informações sobre depoimentos

Deponente	Data	Duração	Nº páginas do depoimento	nº de excertos
Sérgio Antonio da Silva Leite	31/10/2014	56 m e 52 s	19	20
Ana Mercês Bahia Bock	03/11/2014	1 h, 5 m e 48 s	20	17
Odette de Godoy Pinheiro	04/12/2014	37 m e 48 s	12	8
Elenita de Rício Tanamachi	16/12/2014	1 h, 32 m e 45 s	27	16
Jane Persinotti Trujillo	07/01/2015	1 h, 19 m e 15 s	22	11
Wanda Maria Junqueira de Aguiar	24/03/2015	44 m e 32 s	18	11
Sérgio Antonio da Silva Leite	28/03/2015	38 m e 35 s	14	7
Total		6 h, 55 m e 35 s	132	90

A escolha da ordem dos depoentes se deu a partir da interpretação dos documentos em que se dividiram os organizadores dos Anais dos três eventos como sendo, Sérgio Antonio da Silva Leite e Ana Mercês Bahia Bock e, posteriormente, os participantes que ministraram palestras no I e III Encontros, Odette de Godoy Pinheiro, Elenita de Rício Tanamachi²⁹ e Jane Persinotti Trujillo. Apesar de não ter seu nome diretamente mencionado nos documentos, todos os depoentes citaram Wanda Maria Junqueira Aguiar, que somada à orientação da banca de qualificação, também teve seu depoimento registrado.

Foi necessário apenas o registro de um depoimento por participante, com exceção de Sérgio Antonio da Silva Leite, que forneceu dois depoimentos à pesquisa, estrategicamente registrados no primeiro e último momento desse processo. Todos os depoentes, com exceção de Odette de Godoy Pinheiro que não se recordava do evento, apontaram este depoente como sendo o protagonista da organização dos eventos. Seguimos o modelo de procedimentos de BARBOSA (2011) no que concerne ao personagem chave para compreender o objeto de investigação.

²⁸ Apenas o pesquisador teve acesso à gravação e cada depoente teve acesso à sua respectiva transcrição, de modo que todos os processos foram realizados e acompanhados pelo próprio pesquisador sem a intervenção de terceiros, garantindo o compromisso de sigilo. A versão integral dos depoimentos registrados até o período da qualificação foi disponibilizada para a banca examinadora, como previamente previsto no termo de consentimento.

²⁹ No caso de Elenita de Rício Tanamachi, há uma variação da citação de seu nome que leva em conta o registro dos documentos que se referiam a ela por seu nome de solteira no início da década de 1980.

Os depoimentos tiveram como objetivo obter novas informações, preencher lacunas e verificar hipóteses, de modo que sua realização se deu apenas depois da exploração documental que permitiu a construção de um itinerário, por meio de perguntas abertas, seguindo as recomendações de BLOCH (1944/ 2001, p. 79):

Naturalmente, é necessário que essa escolha ponderada de perguntas seja extremamente flexível, suscetível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas. De tal modo, no entanto, que possa desde o início servir de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto. Não ter um, no entanto, implicaria o risco de errar eternamente ao acaso.

Sendo assim, o pesquisador assumiu não apenas a função de registro, mas de verificação e confirmação de hipóteses, cujas perguntas não puderam ser respondidas pelos demais documentos, ou cujo material registrado suscitou novas questões.

As referências aos depoimentos podem ser verificadas no corpo do texto e/ou nas notas de rodapé que orientarão o leitor a consultá-las em forma de excertos no Anexo II.

1.2.4 Excertos das Atas do CRP-06

Após a aprovação do ofício de consulta aos arquivos da autarquia, o pesquisador realizou seis visitas previamente agendadas nos meses de fevereiro e março de 2015.

Esse material estava disposto em volumes encadernados em capa dura, sendo que as edições mais antigas que foram objeto da investigação eram redigidas em forma manuscrita pelos conselheiros da época, cuja caligrafia eventualmente dificultou a decifração de alguns trechos, exigindo uma disposição de tempo maior do que a inicialmente planejada.

Foram consultados os quatro primeiros volumes, correspondentes ao período de 27/08/1974 a 03/06/1985, entretanto, optou-se pela delimitação do período de 29/01/1979 a 26/12/1983 que compreende as reuniões correspondentes às Atas 120ª a 337ª, das quais foram lidas integralmente 258 e selecionadas 46 que dispunham de informações correspondentes aos interesses da presente pesquisa.

A partir dessa seleção foram feitos excertos, transcritos inicialmente em forma manuscrita com leitura minuciosa de cada reunião e conferência de conteúdo que posteriormente foram

transcritos para versão digital, o que resultou no Anexo III em que se privilegiou a identificação exata da fonte de informação (número da reunião, data e todos os conselheiros presentes).

A análise dos excertos das Atas do CRP-06, acumulada com a análise dos depoimentos e outros documentos do autor, exigiu uma organização de temas que originou a criação de oito eixos temáticos que podem aplicar-se mais de uma vez sobre um determinado conteúdo. Abaixo é disponibilizada uma tabela com a identificação das Atas com número da reunião, data e os números dos eixos temáticos, cuja relação se encontra a seguir:

Tabela 2 – Atas do CRP-06 e indicação dos Eixos Temáticos propostos para análise

Ata	Data	Eixos	Ata	Data	Eixos
120	29/01/1979	7	244	12/04/1982	5, 6
170	10/09/1980	2	245	19/04/1982	1, 2, 5, 6
179	12/11/1980	1, 2	247	03/05/1982	1, 5, 6
182	01/12/1980	2	249	17/05/1982	5, 6, 7
184	15/12/1980	2	250	24/05/1982	6
188	21/01/1981	5, 6	251	23/05/1982	5, 6
196	23/03/1981	3	259	12/07/1982	2
198	06/04/1981	7	260	19/07/1982	2
200	27/04/1981	7	263	09/08/1982	2
201	04/05/1981	3	273	04/10/1982	3, 4
214	03/08/1981	2, 5	275	17/10/1982	3
216	17/08/1981	3, 4	276	18/10/1982	2
222	05/10/1981	1	292	31/01/1983	4, 5
223	19/10/1981	5	293	07/02/1983	5, 6
224	26/10/1981	5, 6	296	07/03/1983	8
229	07/12/1981	5, 6	298	21/03/1983	2
230	14/12/1981	2, 7	300	04/04/1983	2
232	11/01/1982	5, 6	311	20/06/1983	4, 5
237	01/03/1982	2	313	04/07/1983	1, 4
238	08/03/1982	1, 5, 6	320	29/08/1983	4
241	22/03/1982	3	323	19/09/1983	4
242	29/03/1982	5, 6	328	24/10/1983	4, 5, 6
243	05/04/1982	1, 5	330	07/11/1983	2, 4, 5, 6

Eixos Temáticos

- 1) Menções aos Encontros: Atas (179, 222, 238, 243, 245, 247 e 313);
- 2) Parceria entre o CRP-06 e o SPESP: Atas (170, 179, 182, 184, 214, 230, 237, 245, 259, 260, 263, 276, 298, 300 e 330);
- 3) Organização interna do CRP-06: Atas (196, 201, 216, 241, 273 e 275);

- 4) Comissão de Educação/ Educacional: Atas (216, 273, 292, 311, 313, 320, 323, 328 e 330);
- 5) Questões gerais sobre Psicologia e Educação: Atas (188, 214, 223, 224, 229, 232, 238, 242, 243, 244, 245, 247, 249, 251, 292, 293, 311, 328 e 330);
- 6) Políticas Públicas: Atas (188, 224, 229, 232, 238, 242, 244, 245, 247, 250, 251, 293, 328 e 330);
- 7) Psicologia como profissão da saúde: Atas (120, 198, 200, 230 e 249);
- 8) Curiosidades: Ata (296).

A tabela oferece ao leitor um quadro que organiza as informações disponíveis, usadas na análise do material nos próximos capítulos, além de auxiliá-lo na verificação das fontes da presente pesquisa e facilitar futuras investigações na área em que as fontes forem consultadas novamente. As referências às Atas do CRP-06 serão feitas por meio de notas de rodapé que indicará ao leitor a consulta no Anexo III.

Capítulo 2 – Entre a História do Brasil e a História da Psicologia em São Paulo

*Não há nada mais comum do que a noção de que na história,
até agora, tudo se reduziu ao ato de tomar.*

MARX & ENGELS (1845-1846/ 2011, p. 70)

Partimos do pressuposto que não é possível compreender um fato histórico isolado do período em que este é produzido, deste modo, a compreensão dos Encontros exige que seja investigado não só o percurso das entidades que o promoveram, mas suas origens e, sobretudo, o período histórico em que surgem e são constituídos.

Para tanto, uma breve exposição do quadro histórico brasileiro deve ser apresentado a partir da ditadura civil-militar³⁰, marco da história recente que influenciou significativamente a História do Brasil, dos quais a História da Psicologia não é exceção.

2.1 Ditadura civil-militar (1964-1985)

Longe de querermos esgotar o tema, cuja complexidade excede os limites da presente investigação, nos limitaremos em apresentar um quadro geral desse período obscuro do país.

O golpe de 1º de abril de 1964 que instaurou a ditadura civil-militar deve ser compreendido como um longo processo de embate de luta de classes que começa a se intensificar no início de 1960, momento em que os trabalhadores passam progressivamente a conquistar reivindicações que até aquele momento lhes eram negadas. O período de industrialização no Brasil obtivera êxito a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976) que a partir do Plano de Metas estabelecido no segundo lustro da década de 1950, permite um crescimento econômico exponencial no Brasil encerrando o processo de industrialização do país que avançou o suficiente para fortalecer as forças produtivas. (NETTO, 2014)

³⁰ O termo de ditadura civil-militar é utilizado para marcar que a ditadura não foi obra exclusiva dos militares, mas recebeu amplo apoio da sociedade civil, em especial das classes dominantes. Há também o termo ditadura empresarial-militar, entretanto, optamos pelo primeiro, pois, nem todos os setores que apoiaram a ditadura eram empresariais, havia outros setores envolvidos, captados pela ideologia dominante, de modo, que julgamos o primeiro termo mais adequado.

A vitória de Jânio Quadros (1917-1992) como sucessor de Kubitschek, representou um período de apenas sete meses na presidência, em que sua manifestação de simpatia pela Revolução Cubana, entre outras, desagradou as classes dominantes e sua estratégia econômica prejudicou as classes populares, fazendo-o perder apoio de parcela significativa de seus eleitores o que implicou em sua renúncia.

Esse momento dividiu o Brasil em duas partes, uma representada pelos conservadores que por meio de um golpe branco colocaram Ranieri Mazzilli (1910-1975), presidente da Câmara dos Deputados na presidência provisoriamente em 25 de agosto a 8 de setembro de 1961³¹. A outra parcela que acabou vitoriosa por empreender um amplo movimento popular, reivindicava o cumprimento da constituição com a posse do vice-presidente João Goulart (1919-1976), popularmente conhecido como Jango, e que “tinha históricos compromissos com as classes trabalhadoras e, por isto mesmo, desfrutava tanto de larga popularidade entre elas como de enorme rejeição entre os grupos conservadores (civis e militares)”. (NETTO, 2014, p. 28)

SODRÉ (1984) e NETTO (2014) descrevem esse embate da luta de classes que acaba por mobilizar a burguesia nacional que busca auxílio do imperialismo norte-americano, cujas consequências dão origem ao golpe de 1964 como um movimento de continuidade minuciosamente arquitetado desde o fracasso do golpe branco de 1961.

A compreensão desse movimento orquestrado para enfraquecer a reivindicação das classes populares e as forças de esquerda que lutavam numa perspectiva socialista e mesmo aquelas fundadas no liberalismo que tinham algum compromisso democrático teve como base a propaganda anticomunista intensificada no período da guerra fria e disseminada amplamente na realidade brasileira. (SODRÉ, 1984 e 1987; HABERT, 1992; GORENDER, 2014; NETTO, 2014)

A ideologia anticomunista obviamente tinha a função de travar o avanço das forças democráticas, gerando a criação de várias instituições que fortaleceram esse movimento como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, popularmente conhecida como TFP, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), todas financiadas pelo empresariado brasileiro e algumas tendo apoio da Central Intelligence Agency (CIA), órgão norte-americano, cujo protagonismo na ditadura civil-militar tornou-se público. (NETTO, 2014)

³¹ O episódio se repetiu no golpe civil-militar, quando Ranieri Mazzilli assumiu a presidência no período de 2 de abril a 15 de abril de 1964.

Nesse período outras instituições que representavam as forças de esquerda foram seriamente atingidas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Ação Popular (AP), dentre muitas outras que tiveram seus integrantes perseguidos, torturados, exilados e assassinados.³²

A ditadura civil-militar foi organizada inicialmente por meio dos Atos Institucionais (AIs) que davam o tom do totalitarismo do Estado e cujo coroamento do horror brasileiro foi o AI-5, que veio a luz em 1968 no governo de Artur da Costa e Silva (1899-1969) e teve continuidade no governo de Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) abrindo um período brutal na História do Brasil. É com base nesse quadro que podemos sustentar a ditadura como marcada por um caráter de classe, a partir de NETTO (2014, p. 74):

[...] foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o cenário e se gestaram as condições de seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram a política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo.

Sodré (1987) nos relembra um fato histórico relevante para essa discussão, com o famoso discurso do presidente James Monroe (1758-1831) realizado em 2 de dezembro de 1823, ao afirmar que não seriam mais admitidas interferências dos países europeus nos países latino-americanos. O que inicialmente parecia ser uma defesa aos países vizinhos, era a afirmação do que viria a ser imperialismo norte-americano:

A Doutrina de Monroe, no fim das contas, significava apenas que os Estados Unidos se arvoravam em monopolizadores dos mercados latino-americanos e das riquezas dos países desta parte do mundo. Durante longo tempo, foi apenas doutrina; na medida em que se desenvolvia o capitalismo norte-americano, passou a tornar-se fato, de vigência efetiva; a partir da etapa imperialista, constitui teoria e prática incontestadas. (ibidem, p. 7)

Deste modo, podemos afirmar que o capitalismo na América Latina, a partir do início do século XIX, passa gradualmente do deslocamento da exploração pelos países colonizadores, sobretudo Portugal, Espanha e Inglaterra, para a exploração direta dos Estados Unidos da América. As agressões aos povos latino-americanos atestam essa subordinação e se avolumam nos séculos XIX e XX.³³

³² Recomendamos para o conhecimento da história desses grupos e seu papel no período da ditadura civil-militar, SODRÉ (1986), GORENDER (2014), NETTO (2014) e FILGUEIRAS (2014).

³³ SODRÉ (1987) oferece na primeira nota de rodapé do livro uma extensa relação das agressões aos países latino-americanos. Cerca dos 76 casos mencionados são datados pelo autor entre 1806 a 1965. Dois casos são destacados e

Um segundo ponto do qual partimos para compreender este período também tem como referência Sodré (1987, p. 109 e 110) e sua tese sobre o “governo militar secreto”:

Secretos no sentido, naturalmente, de que exercidos por indivíduos, grupos ou organizações que não aparecem como tais; e secretos, principalmente, porque imunes à fiscalização e, em particular, ao sufrágio, à escolha, às formas normais de substituição e de seleção. Governos secretos são aqueles que colocam o povo a distância do poder, que se afirmam emancipados de qualquer influência popular e, por isso mesmo, nacional. [...] O poder está, na verdade, com os órgãos de força – os órgãos militares, os órgãos policiais, os órgãos secretos, os órgãos de repressão, os órgãos de espionagem. Neles repousa, com o seu caráter militar, o verdadeiro poder. Eles constituem o *governo secreto*. (grifo do autor).

O segundo lustro da década de 1970 representou uma reviravolta com a fermentação de greves e a atuação do movimento operário que, ao entrar em cena, muda substancialmente o quadro marcado por um governo desgastado que já não agradava a burguesia nacional, tampouco as classes populares. (NETTO, 2014). ROSSI & GERAB (2009) explicam pormenorizadamente o movimento operário que começa a fermentar a partir de 1977 com a luta dos trabalhadores pela reposição salarial do arroxado da política econômica de Antônio Delfim Neto, então Ministro da Economia.

Em 1978 um novo impulso é dado a esse movimento com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, motivando um número maior de trabalhadores a se mobilizar, o que culmina em novembro de 1978 em uma grande greve dos metalúrgicos em São Paulo, com 30.000 operários nas ruas. O movimento grevista se intensifica no ano seguinte, mas a repressão também. (ROSSI & GERAB, 2009)

No início da década de 1980, os sindicatos passam a serem reorganizados, após um longo período de hibernação causado pela violenta repressão na década de 1960 que desarticulou essas entidades. ROSSI & GERAB (2009) afirmam que o coroamento dessa organização se dá com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, naquela época, serviu como um importante instrumento dos trabalhadores e como expressão da organização das entidades de várias categorias, dentre as quais a Psicologia.

É no final da década de 1970 e início de 1980 que se intensifica o processo pela redemocratização do país, tendo em vista a reorganização das forças de esquerda. No caso em particular da Psicologia, foi fundamental o apoio de Madre Cristina, Célia Sodré Dória (1916-

são flagrantes da violência da potência norte-americana, como a expropriação de parte considerável do território mexicano que foi anexado aos Estados Unidos e a violenta separação de parte da Colômbia que veio a constituir o Panamá, região agressivamente explorada.

1997), inimiga da ditadura civil-militar e militante das classes populares que garantiu a sobrevivência de muitas pessoas:

Desde o início do movimento político de 1964, o *Sedes Sapientiae* e a Madre Cristina, em particular, passaram a defender a causa dos perseguidos políticos. Abrigaram pessoas e entidades envolvidas na luta pela liberdade, cidadania, educação, enfim, pelos direitos humanos. Colaboraram com a subsistência física e psicológica dos que passaram a viver na clandestinidade. (BAPTISTA, 2001, p. 60, grifo da autora)

Encerrar esta seção com a menção à Madre Cristina, para iniciar outra sobre o movimento político dos psicólogos em São Paulo, não é mero acaso, pois essa personagem representa a chave que abrirá portas nessa história.

2.2 O movimento político dos psicólogos de São Paulo

A psicologia foi reconhecida como profissão formalmente no Brasil pela lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, a partir de uma mobilização de indivíduos interessados em sistematizar o conhecimento científico e organizar a Psicologia como área profissional em um movimento que remonta à atuação da Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) fundada em 1945 e da Associação Brasileira de Psicólogos (ABP) fundada em 1954. (SÁ, 2010)

HUR (2005) destaca que membros dessas duas entidades se organizaram em uma reunião com um representante do Ministério do Trabalho, a fim de obter orientação da regulamentação da profissão em órgãos de classe. Teriam então sido orientados a criar um Sindicato, para mostrar ao Poder Público a mobilização da categoria. Para isso, foi organizada uma reunião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que, no dia 20 de dezembro de 1969 funda, a Associação Profissional de Psicólogos do Estado de São Paulo (APPESP), protótipo do Sindicato, cuja diretoria foi composta por Oswaldo de Barros Santos (presidente), Romeu de Freitas Cajueiro (vice-presidente), Lydia de Portugal Rodrigues (secretária) e Waldecy Alberto Miranda (tesoureiro) e no conselho fiscal, Moisés de Campos Aguiar Netto e Joel Gosling.

Nessa primeira organização profissional da categoria já se expressava o viés apolítico que as primeiras gestões do Conselho Federal de Psicologia (CFP), SPESP E CRP-06 viriam a assumir, a partir de uma postura corporativista que compactuasse com o Estado:

Ou seja, estatutariamente já se previa uma consonância com os princípios do Estado onde a Associação prestar-se-ia como instrumento do Estado

(órgão técnico e consultivo) e nunca entraria em dissonância com este. Não se envolveria com ideologias (doutrinas) incompatíveis com as do Estado e seguiria os interesses nacionais, ditados pelos militares que estavam no poder. Lembramos que esse período de 1969, pós AI-5, era o início do período mais violento da ditadura, período governado pelo militar Emílio Garrastazu Médici (oficial da linha dura), durante o qual houve um grande número de perseguições, prisões e assassinatos de inimigos políticos. (ibidem, p. 70)

HUR (2005) afirma que a documentação para transformar a associação em sindicato foi entregue ao Ministério do Trabalho em 6 de setembro de 1971, a última reunião da APPESP antes de tornar-se Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo foi em 20 de agosto de 1973.

O autor também discute a partir dos depoimentos de Waldecy Alberto Miranda e Suzy Vijande Cambraia, participantes ativos desse processo, o desenrolar dessa história, tendo em vista a aprovação da lei 5.766/71 em que começaram as mobilizações para ocupar o que viria a ser o CFP, inicialmente receosos que a autarquia fosse ocupada por militares:

Ora, nesses fragmentos dos depoimentos, tanto Cambraia quanto Miranda, afirmam que a criação do Sindicato e da APPESP foi uma maneira para mostrar as autoridades de que a categoria era organizada, onde nesse golpe, nessa jogada política, o maior objetivo era ocupar os Conselhos de Psicologia. Teve que haver uma intensa articulação e conchavo, num ‘pacto entre irmãos’, para ver quem seriam os escolhidos para compor o Conselho Federal de Psicologia. Planejou-se tudo minuciosamente, num consenso total entre as sociedades, para que não houvesse falhas no Ministério e para afastar o perigo militar. Uma grande articulação nacional dos psicólogos para tomar o poder da nova entidade que estava sendo criada. (ibidem, p. 88)

A criação do CFP e dos Conselhos Regionais só veio a ocorrer a partir da lei 5.766 de 20 de dezembro de 1971, tendo a instalação da autarquia em nível federal em 20 de dezembro de 1973. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO, 1994). Alguns detalhes das primeiras gestões do SPESP e do CRP-06 serão apresentados adiante, antes de discutirmos o movimento de oposição que deu o tom para as discussões que constituíram os eventos investigados.

2.2.1 As primeiras gestões do SPESP e do CRP-06

A primeira gestão do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (1973-1976) foi composta por Suzy Vijande Cambraia (presidente), Waldecy Alberto Miranda (vice-presidente), Marília Albino de Amorim (tesoureira) e Tereza Stangherlin (secretária).

HUR (2005) destaca que as atividades dessa gestão concentram-se na atuação com os psicotécnicos e na realização de cursos. Além de outras atividades como a defesa do interesse de profissionais que vinham buscar auxílio frente a conflitos trabalhistas, fiscalização do exercício do psicólogo, em uma época em que ainda não existia o Conselho para exercer essa função e um caso particularmente marcante que foi a ação contra a psicóloga Ana Maria Poppovic (1928-1983) acusada de estar divulgando informações de testes privativos do psicólogo ao público leigo em uma revista popular, fato que se estenderá na atuação futura do CRP-06.

A segunda gestão (1977-1979) era composta por Sérgio Villela Monteiro (presidente), Moysés Campos de Aguiar Netto (vice-presidente), Marília Albino de Amorim (1ª tesoureira), Saulo Monte Serrat (2º tesoureiro) e Glauco Piovani (secretário geral).

HUR (2005, p. 100) identifica nos documentos que: “As diretrizes da gestão foram de: exames psicotécnicos para motoristas, exames psicotécnicos para vigilantes, abertura de mercado de trabalho, aperfeiçoamento profissional e relação com os estudantes de Psicologia”. As atividades com os psicotécnicos avançaram a ponto de consolidar uma relação harmoniosa com o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN), além da manutenção dos cursos oferecidos pelo Sindicato como o do Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), teste amplamente utilizado na época. A entidade lutou contra projetos de lei que julgava inconvenientes, assim como defendeu, em 1977, uma campanha para a criação do cargo do psicólogo no sistema educacional.

A primeira gestão do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (1974-1976) foi iniciada em 27 de agosto de 1974 tendo a diretoria sido indicada pelo CFP e composta por: Waldecy Alberto Miranda (presidente), Romeu de Moraes Almeida (vice-presidente), Geraldina Porto Witter (secretária) e José Glauco Bardella (tesoureiro).

HUR (2005, p. 107) apresenta a função do conselho: “O Conselho Regional de Psicologia é o órgão do Estado, representante da Sociedade Civil, que regulamente e normatiza a profissão e orienta, disciplina e fiscaliza o exercício profissional do psicólogo”. Nesse primeiro momento o Conselho se organizou como entidade, tendo amplo apoio do SPESP e da SPSP, assumindo principalmente funções burocráticas que eram de sua alçada, como credenciamento de profissionais e fiscalização.

Entretanto, visava também divulgar a profissão nos meios de comunicação, propiciando à população o esclarecimento do papel do psicólogo na sociedade, além de lançar um boletim

informativo em 1976 e criar algumas comissões para organizar funções internas, apoiar a luta na defesa de mercado dos psicotécnicos, mas sem qualquer crítica à sua atuação, visando somente uma posição corporativista.

A segunda gestão do CRP-06 marca a continuidade da anterior e teve a diretoria composta por Samuel Pfromm Netto (presidente), Carlos Del Nero (vice-presidente), Therezinha Moreira Leite (secretária) e Rachel Lea Rosemberg (tesoureira), no entanto, houve rodízio de cargos, tendo Waldecy Alberto Miranda e Saulo Monte Serrat assumindo a presidência.

HUR (2005) destaca que as comissões mais ativas nessa fase foram a de fiscalização e a de ética, reafirmando a posição de vigilância e controle do Conselho. Também foram discutidos a primeira versão aprovada pelo CFP do Código de Ética Profissional, o currículo mínimo dos cursos de graduação e o projeto de lei 652/79 que previa a implantação do Setor de Serviço de Psicologia Escolar no governo de São Paulo, mas aparentemente sem a presença do psicólogo, o que gerou a manifestação do Conselho.

Entretanto, a principal luta foi frente ao projeto de lei 2.726/80 do deputado Salvador Julianelli que previa a subordinação do psicólogo ao médico, gerando grande mobilização da categoria, cuja luta será estendida na gestão seguinte. Outra característica dessa gestão foi o prêmio do psicólogo do ano que homenageava profissionais que se destacavam na área, premiando-se Noemy da Silveira Rudolfer em 1977, Durval Marcondes (1978) e Aniela Meyer Ginsberg (1980). No caso do ano de 1979 que foi a comemoração de 100 anos do laboratório de Wundt foram premiados vários psicólogos que se destacaram na profissão. (HUR, 2005)

2.2.2 A oposição dos psicólogos em São Paulo

O movimento de oposição dos psicólogos em São Paulo surge desde 1978 a partir de um Fórum de debates organizados no Instituto Sedes Sapientiae. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO, 1994; BAPTISTA, 2001; HUR, 2005)

É preciso considerar que desde o início do SPESP e do CRP-06 não houve eleições com mais de uma chapa e no caso da primeira gestão de ambas sequer tinha havido uma eleição que expressasse a escolha da categoria, sendo que esse foi primeiro movimento de oposição em São Paulo, que se constituiu a partir de uma direção à esquerda. Compartilhamos com HUR (2005) a

definição de GORENDER (2014) ao propor que: “entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas”.

Os psicólogos que formam esse movimento mobilizam-se a partir de sua insatisfação com as entidades de classe que acreditavam não representar a categoria, como afirma Ana Bock:

Nós estávamos completamente distantes dessas entidades, essas entidades eram ocupadas por pessoas corporativistas, conservadoras, com um pensamento conservador ocupando o Conselho Regional, um pensamento/ uma postura/ um militar ocupando o Sindicato. Os sindicatos eram entidades, naquele momento, arriscadas, que organizavam as massas que faziam a greve e aí o nosso sindicato estava na mão de um Coronel, ele tinha uma patente qualquer no exército e nós então, começamos, inicialmente por ele.³⁴

As reuniões foram organizadas no Instituto Sedes Sapientiae tendo apoio de Madre Cristina, que abriu espaço para a organização dos psicólogos em uma época em que a ditadura civil-militar ainda não havia acabado e oferecia riscos a reuniões desse tipo que eram apoiadas e incentivadas por essa personalidade da psicologia brasileira.³⁵

Diferente da informação que tínhamos inicialmente de que as chapas de oposição surgiram a partir das discussões desse Fórum, descobrimos que a própria realização do movimento já visava a constituição delas para as eleições do SPESP, como confirma Odette de Godoy Pinheiro:

Na realidade o Fórum foi só um pretexto para montar uma chapa que ocupasse o Sindicato dos Psicólogos, mas na hora sem comentar. Teve uma grande participação de pessoas de diferentes instituições e no fim desse Fórum se discutiu várias coisas e foi proposto como encaminhamento: a formação de uma chapa de *oposição*. Todos esses sindicatos acabavam tendo uma chapa de oposição que significava esse movimento diferente para ocupar o espaço.³⁶

Os detalhes sobre esse movimento podem ser conferidos a partir dos depoimentos dos participantes do Encontro que estavam diretamente envolvidos³⁷, assim como das referências

³⁴ Depoimento de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – 2.1).

³⁵ Sobre menções à Madre Cristina e seu apoio a esse movimento consultar BAPTISTA (2001); entretanto, cabe enfatizar que, apesar de fundamental o apoio, a organização desse Fórum ficou a cargo dos psicólogos envolvidos, como demonstram os depoimentos de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – 1.4), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – 2.4), Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.3).

³⁶ Depoimento de Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.1).

³⁷ Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excertos 1.3 e 1.4), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.9 e 2.11), Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – 3.1, 3.2 e 3.3) e Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.3 e 6.8).

citadas no início da presente seção e também em uma importante matéria da autarquia³⁸ em que consta um depoimento de Ana Bock que relata:

O nosso movimento de oposição começou em 1979³⁹ e não foi casualmente. O problema do nosso Sindicato até esse período não foram os seus dirigentes. Não podemos ir além do que a história nos possibilita e a história da nossa categoria não possibilitava antes um avanço da consciência política muito grande. O Sindicato foi um representante autêntico dessa omissão. Nós ganhamos as eleições em 1979 porque foi o momento oportuno e possível de acontecer isso. Naquela época, o sindicalismo em geral volta a ganhar força na história da sociedade brasileira, contra o peleguismo estabelecido então.

Entretanto, essa posição manifestava o ponto de vista da oposição, com o qual concordamos, no entanto, é necessário considerar os limites das primeiras gestões que estavam marcadas desde uma visão restrita da psicologia como ciência desvinculada da esfera política, como também da necessidade de organizar as entidades promovendo a profissão que naquele momento estava se iniciando. Samuel Pfromm Netto em depoimento à publicação do CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (1994, p. 78) afirma:

Agora, eu só fico a pensar se a ênfase nisso tudo não deveria ser sempre a profissão. O foco é o nosso exercício profissional, a defesa dos nossos direitos, a defesa da nossa imagem junto à população, a preocupação com um atendimento adequado às demandas da população. Sob esse aspecto, a luta que encetamos me parece não teve prosseguimento.

Arrigo Leonardo Angelini, presidente da primeira gestão do CFP, manifesta nessa mesma publicação, um posicionamento semelhante:

Outra coisa também que depois veio a ocorrer, mas que na ocasião tivemos muito cuidado, era nos abster de qualquer manifestação de caráter político. Sabemos que, posteriormente, os Conselhos e mesmo o Sindicato começaram a se manifestar sobre a situação do País, e até hoje isso ocorre, mas achávamos que tínhamos tarefas demais para realizar dentro da profissão de psicólogo, sem nos ater a problemas que eram da alçada de outras instituições. (ibidem, 79)

A cisão entre profissão e política legitimava a visão estritamente corporativista desses dois psicólogos como representantes dessa primeira geração. HUR (2005, p. 124) apresenta como hipótese que “o termo ‘político’ denotava para a gestão da época tudo que se referia a posições que criticavam o Estado da ditadura, assim o sindicato assumia uma posição apolítica, ou seja, em consonância com as políticas repressoras”.

³⁸ Como se constrói nossa história. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 7, nº 50, junho/ julho de 1987, p. 4-5.

³⁹ Há polêmica quanto à demarcação exata do início desse movimento de oposição, localizamos citações que variam na afirmação de que o início foi em 1978 e outras que afirmam que foi em 1979.

É compreensível que o surgimento das entidades no período mais violento da ditadura civil-militar tenha colaborado para essa posição, no entanto, não pode ser negada que, para além da impotência delas, também houvesse uma posição que compactuasse com o Estado, ao menos por parte de alguns desses psicólogos, como confirma José Roberto Tozoni Reis, ao afirmar em depoimento a HUR (2005, p. 124) que “o Conselho Federal deu o diploma de psicólogo honorário para o Médici e para o Geisel e os respectivos ministros do Trabalho”. Portanto, torna-se questionável essa dicotomia entre ciência e política como apenas uma defesa ingênua da profissão, mostra também um posicionamento conservador que é severamente questionado pelo grupo de oposição.

Não cabe nesta investigação detalhar a trajetória do SPESP e do CRP-06 nos anos 1980 que são analisadas minuciosamente por HUR (2005), além disso, a publicação do CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (1994) oferece abundantes informações, entretanto, é necessário enfatizar o resultado dessa ruptura de gerações que afeta diretamente nosso objeto de estudo, pois os Encontros são resultados dessas discussões do movimento de oposição que passa a se preocupar em discutir o papel da Psicologia na Educação.

2.2.3 Um projeto ético-político da Psicologia

Ana Bock afirma que houve um amplo movimento de mobilização a partir do Fórum de debates que permitiu que a categoria se organizasse para tomar a direção das entidades:

[...] primeiro nós tomamos o Sindicato e um tempo depois nós tomamos o Conselho, *tomamos*, porque é exatamente o termo correto, nós tomamos, porque nós fizemos campanha, nós fizemos um movimento para a construção das chapas e para ocupar essas entidades, porque veja que nós estamos em 80, ainda nós estamos na ditadura.⁴⁰

É a partir desse movimento que muda a gestão do SPESP em 1980 e, posteriormente, a do CRP-06 em 1981, assumidas pelo mesmo grupo político. Se em um primeiro momento essas entidades também eram assumidas por um mesmo grupo que se organizou inicialmente na APPESP a partir da articulação da SPSP e da ABP, compondo um grupo conservador submisso ao Estado, em um segundo momento, assume um grupo engajado politicamente com o processo

⁴⁰ Depoimento de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.9).

de redemocratização, propondo um novo projeto de psicologia ⁴¹. Quando a oposição toma as entidades da categoria, assume uma direção propondo um *projeto ético-político*.

NETTO (2001), apesar de tratar do Serviço Social que teve um percurso semelhante ao da categoria dos psicólogos, reservada às devidas particularidades, ajuda-nos a compreender esse termo ao diferenciar dois tipos de projeto: o societário e o profissional.

Os projetos societários são projetos coletivos que apresentam uma projeção de uma sociedade a ser construída a partir de determinados valores, possuem caráter macroscópico a serviço da execução de um conjunto de propostas como expressão de um projeto de classe, ao serem compreendidos, dentro do marco de uma sociedade em que vigoram a luta de classes. Os projetos profissionais, por sua vez, são compreendidos como auto-imagens das profissões, constituídos por valores e normas que as legitimam socialmente a partir de requisitos teóricos, práticos e institucionais. (NETTO, 2001)

Ambos envolvem uma dimensão política envolta no confronto de ideias, de modo que, ao considerarmos o caso de um projeto profissional, estaremos considerando também a sistematização de regras e valores que se concretizam no Código de Ética das profissões, mas não se limitam apenas a este, tendo como elementos essenciais:

[...] as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina direção político-profissional. (NETTO, 2001, p. 8)

O movimento histórico dos psicólogos que envolve a organização dos Encontros expressa uma direção política de ruptura com um projeto conservador, apresentando um projeto ético-político vinculado à redemocratização do país com a finalidade de superar os marcos da repressão daquele momento, propondo uma Psicologia engajada com as classes populares.

As gestões que compõem o SPESP e o CRP-06 passam organizar e realizar uma série de ações conjuntamente ⁴², embasadas nessa nova orientação política, dentre as quais estava a discussão entre Psicologia e Educação, da qual nasceram os Encontros.

⁴¹ Este assunto foi investigado nos depoimentos: Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.10), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.11), Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.4 e 3.8) e Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.11).

⁴² Essa aliança pode ser observada na Tabela 2/ Eixo temático 2. Cabe observar que essa relação das duas entidades passa a ser abalada a partir de 1983 quando a definição de papéis passa a ser uma questão de conflito. (HUR, 2005)

Capítulo 3 – Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982)

*No passado, podiam-se acusar os historiadores
de querer conhecer somente as “gestas dos reis”.
Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam
pelo que seus predecessores haviam ocultado,
deixado de lado ou simplesmente ignorado.
“Quem construiu Tebas das sete portas?” –
perguntava o “leitor operário” de Brecht.
As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos,
mas a pergunta conserva todo o seu peso.
GINZBURG (1976/2012, p. 11)*

O presente capítulo pretende retomar, na medida do possível, a concretização dos Encontros, assim como todos os detalhes possíveis sobre sua organização, realização e desdobramentos, a partir dos psicólogos que deles participaram, sobretudo, da comissão responsável pela elaboração das atividades.

A Comissão de Educação, que também foi conhecida como Comissão de Psicologia Educacional ou Grupo de Trabalho de Psicologia Educacional, foi constituída no SPESP em 1980 e posteriormente foi ampliada por membros do CRP-06 em 1981, quando se torna uma comissão mista entre as duas entidades⁴³, sendo composta por Sérgio Antonio da Silva Leite, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Wanda Maria Junqueira de Aguiar, Ana Mercês Bahia Bock, Abelardo de Almeida e Maria Aparecida C. Cunha.⁴⁴

⁴³ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.4), a fusão das duas comissões e a atuação conjunta é explicada em depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (28/03/2015, Anexo II – excerto 7.2), assim como pelo depoente em outras ocasiões como em CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (1994, p. 81) e em LEITE (2004). A confirmação do protagonismo dessa comissão, assim como da articulação das entidades pode ser checado no Depoimento de Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.2 e 6.11).

⁴⁴ Não temos o registro de todos os nomes, mas acrescenta-se também, Maria Ester R. Esteves e Maria Amélia B. Souza Carvalho, creditadas à organização dos Anais do I Encontro e confirmadas como responsáveis pela organização desse evento em depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – 1.10), entretanto, esses dois nomes não foram mais localizados além dessas citações, aparentando terem uma atuação limitada a este momento específico.

Consideramos que a organização dos Encontros, como meio de mobilizar os psicólogos na educação, foi um dos momentos mais importante das atividades dessa comissão ⁴⁵, que influenciou outras comissões, ganhando destaque nas atividades organizadas conjuntamente pelo Sindicato e o Conselho, como destaca HUR (2005, p. 143 e 144):

Além da comissão de pesquisa, uma que teve seu trabalho reconhecido pela entidade foi a de educação, que agremiou os psicólogos que trabalhavam na área e organizou alguns encontros, juntamente ao CRP, como o “Encontro dos Psicólogos na área de Educação” realizado em 06 e 07/12 de 1980 no Instituto Sedes Sapientiae. O Encontro foi extremamente positivo, porém contou com baixa participação. Os anais foram impressos e distribuídos aos participantes. Para todas as comissões, adotou-se o modelo da comissão de educação como referência. Realizou-se um segundo encontro em novembro de 1981 que contou com a participação de 300 pessoas. O Sindicato também discutiu o currículo mínimo dos cursos de Psicologia com outras entidades.

No presente momento da investigação a impossibilidade de acesso aos registros das reuniões do SPESP evidencia a fragilidade desta pesquisa na compreensão desse movimento, pois há indícios de intensa atividade da Comissão de Educação nessa entidade, enquanto há pouca movimentação no CRP-06 ⁴⁶, constatações que tomamos a partir de HUR (2005, p. 237 e 239), que apresenta nos gráficos 12 e 17 de seu trabalho, o grau de incidência das atividades das comissões em ambas as entidades no período estudado.

Não queremos com isso afirmar que não há ações relativas às questões educacionais por parte do Conselho ⁴⁷, como o comprova a mobilização referente ao projeto de lei 519/81 que será explorada adiante, no entanto, não há citações que referenciam diretamente as atividades da comissão, mas sim dos conselheiros que dela fizeram parte, como é o caso de Sérgio Leite ⁴⁸ e Maria Aparecida C. Cunha, psicóloga do DAE (Departamento de Assistência ao Escolar do Estado de São Paulo) e membro da comissão, quando ainda embrionária no SPESP e posteriormente como conselheira do CRP-06 na primeira formação desse grupo. Essa conselheira também estava envolvida com questões educacionais, tendo inclusive participado ativamente no I

⁴⁵ Depoimento de Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.2).

⁴⁶ É possível identificar nove citações dessa comissão no período estudado, na gestão do III Plenário, por meio das Atas (216, 273, 292, 311 e 313) e na gestão seguinte, ainda no ano de 1983, nas Atas (320, 323, 328 e 330) no Anexo III. Sendo que no caso de 1981 e 1982, há apenas uma citação em cada ano referente à estruturação da Comissão de Educação e outras da autarquia (Tabela 2/ Eixo temático 4).

⁴⁷ Consultar as Atas (188, 214, 223, 224, 229, 232, 238, 242, 243, 244, 245, 247, 249, 251, 292, 293, 311, 328 e 330) no Anexo III e Tabela 2/ Eixo temático 5.

⁴⁸ Como é possível verificar nas Atas (188, 214, 245, 247 e 251).

Encontro, seja em sua organização, seja apresentando um relato como psicóloga, além de ter apresentado um documento sobre a situação dos profissionais do DAE em 1983 ⁴⁹.

Apesar de considerar uma maior participação dos Encontros por parte do Sindicato, é preciso destacar que o Conselho colaborou na construção dos eventos, por meio de apoio solicitado pelos conselheiros – e também sindicalistas – Sérgio Leite e Yvonne Khouri ⁵⁰, responsáveis pela articulação política das duas entidades.

Wanda Maria Junqueira de Aguiar apresentou informações valiosas sobre a Comissão de Educação, mesmo não sendo da primeira gestão de oposição do Sindicato, ela contribuiu na organização dos psicólogos no Fórum de Debates, organizado no Instituto Sedes Sapientiae ⁵¹. Segundo a depoente, naquele momento, as pessoas envolvidas na comissão tinham um posicionamento crítico e tomaram como iniciativa discutir o papel do psicólogo na educação ⁵², questionando as bases conservadoras da Psicologia:

Desde essa época a gente estava a fim de entrar no Sindicato e no Conselho pra pensar um projeto diferente para a Psicologia, nós tínhamos claro que era essa a nossa intenção, uma Psicologia que fosse mais voltada para os interesses da população, uma Psicologia que não fosse elitista que não naturalizasse as pessoas como boas e más ou doentes e sadias, enfim, essa era a meta [...] ⁵³.

A depoente afirma que a estratégia da Comissão de Educação era construir uma psicologia diferente que possibilitasse que a categoria refletisse e criticasse a sua prática. ⁵⁴ A organização dos eventos foi pautada principalmente nessa direção política, que foi dirigida para uma visão crítica, inclusive levando em conta as pessoas convidadas para as palestras. ⁵⁵

O caráter político dos eventos, no que se refere à construção de referências para uma atuação do psicólogo na educação é evidenciado por Sérgio Leite, ao afirmar que:

[...] cada Encontro, tinha mais ou menos uma meta. A primeira foi reunir as pessoas, contar o que estão fazendo..., mas assim o Encontro visava, de

⁴⁹ Informação da Ata da 311ª Reunião Plenária Ordinária (20/06/1983).

⁵⁰ Informação na Ata da 179ª da Reunião Plenária Ordinária (12/11/1980) e da 222ª Ata Reunião Plenária (05/10/1981). Consultar os depoimentos de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.5) e Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 7.2).

⁵¹ Depoimento de Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.3).

⁵² *Ibidem*, 6.2.

⁵³ *Ibidem*, 6.3.

⁵⁴ *Ibidem*, 6.4.

⁵⁵ *Ibidem*, 6.5.

um lado, criar um espaço em que as pessoas pudessem estar socializando, contando suas práticas, enfim, vamos nos conhecer e, simultaneamente, sempre havia uma atividade de uma reflexão política, uma visão aprofundada, tinha que trazer gente pra falar numa visão de transformação. Claro, era um Encontro político mesmo, do que eu entendo, era um Encontro que a gente se reunia para conversar sobre a nossa prática e sobre o aprofundamento de uma leitura crítica de mundo, etc.⁵⁶

Em outras palavras, a partir da organização desses eventos foi possível organizar os psicólogos, no sentido de mobilizá-los para repensar a sua prática profissional contribuindo para a constituição de um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo.

3.1 I Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1980): entre um projeto ético-político da Psicologia e um projeto de psicologia escolar e educacional

O primeiro evento ocorreu nos dias 6 e 7 de dezembro de 1980 e tinha como objetivo “apresentar e discutir a) as atividades e os principais problemas dos psicólogos que atuam na área; b) os currículos das faculdades no que diz respeito à formação específica do profissional para atuar em Educação; c) alternativas de ação para o psicólogo”. (ANAIS DO I ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1981, s/n)

No primeiro dia foram debatidos os dados da pesquisa feita pela Comissão de Educação⁵⁷, com a finalidade de conhecer a realidade do psicólogo na educação na formação e na atuação profissional. Posteriormente foram proferidas as palestras de duas pedagogas e uma psicóloga. E, por fim, no segundo dia do evento foi feita a discussão que compõe o relato final do Encontro.

3.1.1 As palestras

Mirian Jorge Warde⁵⁸, pesquisadora vinculada na época à PUC/SP, abriu a mesa com uma fala intitulada “A Política Educacional”.

⁵⁶ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.6).

⁵⁷ Esses dados foram analisados anteriormente por NEVES (1989) e BARBOSA (2011) e são apresentados e interpretados na presente pesquisa no Anexo IV.

⁵⁸ Pedagoga (1972), Mestre (1976) com a dissertação, *Os condicionamentos sociais da oposição entre teoria e prática na educação brasileira: a política de profissionalização do ensino de 2º grau* e Doutora (1984) com a tese

A palestrante concentra-se em torno da lei 5.692/71, criticando o texto legal e ponderando as relações cotidianas que a legislação supostamente deveria atender, atentando para a insuficiência da distribuição de verbas e os conflitos sociais.

Apesar de não enunciar explicitamente, o início da fala é perpassado pela discussão da luta de classes na sociedade que se expressa na educação. A palestrante utiliza expressões como “interesses opostos”, “interesses antagônicos” para expressar o conflito de classes no campo educacional, considerando enfaticamente essa dimensão na sua introdução à discussão:

Este não é um campo onde oposições e antagonismos ocorrem entre equivalentes, são oposições e antagonismos que ocorrem entre pólos que ocupam, na estruturação social, lugares diferentes. Daí, que este campo de oposições e antagonismos tem um dos pólos exercendo a função dominante. É a presença deste pólo dominante que dá a tônica do que é a política educacional vigente num determinado momento. (ANAIS DO I ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1981, p. 22)

Mirian Warde não ignora a vinculação histórica com a Lei 5.540⁵⁹, mas a título de exposição foca sua análise na Lei 5.692, explicando que:

Vale a pena destacar, em relação ao ensino de 1º grau: a integração do primário e do ginásio, a extensão da escolaridade obrigatória a 8 anos, altera ações do ponto de vista curricular como forma de mudança qualitativa deste ensino que passaria a ter 8 anos, a introdução no meu entender, peça fundamental da lei 5692 da profissionalização universal e compulsória, no ensino do 2º grau. (ibidem, p. 23)

A palestrante faz uma consideração sobre o desenvolvimento da educação primária, tomando como ponto de partida a década de 1940, ao enfatizar que, se em um momento os que concluíam o ensino primário tinham apenas a opção de seguir dois caminhos, a saber, o ramo secundário que abria portas para o ensino superior e o ramo técnico-profissional que fechava as portas para o ensino superior, num segundo momento, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, houve a abertura para os que cursassem o ramo técnico-profissional ingressarem no ensino superior. Essa mudança acabava com a escola secundária de até então, instaurando um ensino universal e compulsoriamente profissionalizante:

Estava clara a intenção, em termos de texto legal, de que se acreditava que convertendo ensino de 2º grau em profissionalizante estava se dando as condições para que contivesse toda aquela demanda para o ensino superior, que estava

Liberalismo e Educação, pela PUC/SP. Foi docente e pesquisadora da PUC/SP de 1973 até 2006, passando a desenvolver atividades de pesquisa na UNESP a partir de 2007.

⁵⁹ Lei da Reforma Universitária de 28 de novembro de 1968.

jogando para o nível superior, um número crescente de indivíduos sem clara destinação no mercado de trabalho, ou pior ainda, segundo o texto legal, estava jogando para ramos de ensino superior que não tem delimitação clara no mercado de trabalho. (ibidem, p. 23)

Para compreender esse quadro, vale a pena partir de algumas considerações sobre o período. SAVIANI (2010) argumenta que a partir do processo de industrialização do país, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1902-1976), que presidiu o Brasil no período de 1956 a 1961, apesar das contradições inerentes à ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, reforçada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a doutrina da interdependência posta pela Escola Superior de Guerra (ESG), havia uma conciliação de classes em nome do progresso do país. Nesse sentido, após o triunfo da industrialização que abre a década de 1960, a correlação de forças passa a se intensificar:

Efetivamente, se os empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as razões que os moveram na mesma direção eram divergentes. Enquanto para a burguesia e as classes médias a industrialização era um fim em si mesmo, para o operariado e as forças de esquerda, tratava-se apenas de uma etapa. (ibidem, p. 362)

SAVIANI (2010) explica que historicamente após o esgotamento do modelo econômico de exportações em 1960, que culminou na substituição de bens de consumo não duráveis (indústrias têxteis e alimentícias) por bens de consumo duráveis (indústria automobilística e de eletrodomésticos), já que o país dispunha de fábricas, maquinário e força de trabalho para desenvolver seus próprios produtos nas linhas de produção, a vinculação com o capital estrangeiro não era mais uma necessidade e as forças de esquerda, que até então acreditavam ter apoio da burguesia nacional, como era o caso de alguns membros do ISEB, foram surpreendidas pela tradicional traição de classe, na defesa dos interesses burgueses que já não necessitavam do apoio das forças de esquerda, momento em que ocorre a articulação com o poder imperialista norte-americano para o que veio a ser o golpe de 1964.

A interpretação de SAVIANI (2010, p. 364) para esse momento é que, da LDB de 1961 para o golpe de 1964 e as posteriores políticas educacionais, não houve uma ruptura, mas uma continuidade, levando em conta que: “Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado à doutrina da interdependência”.

O autor nos dá elementos para interpretar esse momento, ao considerar que o Brasil, sob a gerência da ditadura civil-militar, passa a adotar um modelo associado-dependente, convergindo com a dominação imperialista já explorada no capítulo anterior. No entanto traz especificamente os elementos que influenciaram na educação, a partir de 1969, que explicam o quadro exposto por Miriam Warde, ao argumentar que:

O pano de fundo dessa tendência está constituído pela teoria do capital humano, que, a partir da formulação inicial de Theodore Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo de dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (ibidem, p. 365)

O autor aponta que a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 contribuiu para estender e oficializar a lógica tecnicista na educação oficial, apresentando as bases para o cenário educacional brasileiro. Em suma, essa pedagogia tecnicista é assumida no ensino de 2º grau, deslocando a força de trabalho qualificada dos egressos da escola para o mercado de trabalho e contendo a demanda do ensino superior que, segundo Mirian Warde, formava profissionais que não conseguiam empregos em cargos de sua formação.

Guiomar Namó de Mello⁶⁰, que na época era pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, ministra uma palestra aprofundando as questões educacionais.

O antagonismo de interesses expresso anteriormente retorna nessa fala, mas considerando especificamente o controle do conhecimento, como instrumento da educação para favorecer alguns enquanto desfavorece outros, ou seja, novamente a política educacional é compreendida como mediada por disputas de interesses das classes sociais, como constatado a seguir:

Se nós aceitarmos como válido esse pressuposto, o fracasso escolar, a sistemática exclusão e seleção que se processa no interior do sistema de ensino, seria uma das formas através das quais esse jogo de interesses manifesta-se; é o modo concreto pelo qual se selecionam os que vão prosseguir dentro do sistema e exclui... o acesso daqueles que não devem prosseguir. Ora, nós sabemos que os que vão ou que ficam não são anjos desencarnados, mas são pessoas concretas, que existem dentro de uma formação social determinada. Isso cruza, portanto, com a posição que cada um ocupa. Não é por acaso que os que ocupam as classes sociais mais favorecidas sofrem menos violentamente os efeitos da seleção.

⁶⁰ Pedagoga (1966) pela USP, mestre (1979) com a dissertação, *Construção de um instrumento para avaliação da competência do professor por meio da observação da interação professor-aluno* e Doutora (1992) com a tese *Ensino de Primeiro Grau da Competência Técnica ao Compromisso Político* pela PUC/SP. Guiomar Namó de Mello também foi secretária de educação na gestão de Mario Covas (1930-2001) na Prefeitura de São Paulo no período de 1983 a 1986, vinculando-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A palestrante segue apresentando dados históricos que justificam a expansão da educação às classes populares, cedendo a reivindicações no final da década de 1950 a partir dos movimentos dos trabalhadores. Mediante essa colocação, constata que: “Aparentemente dá-se um processo de deterioração qualitativa que acompanha a expansão quantitativa. Por que aparentemente? Porque não é nenhum dogma o fato de que o aumento da oferta da Educação implica necessariamente em piorar a qualidade”. (ibidem, p. 27)

Segundo Guiomar de Mello, esse processo de expansão conduziu a estrutura educacional a um processo de burocratização, cujas consequências são compreendidas da seguinte forma:

Acompanhando esse processo... aconteceu uma fragmentação do campo pedagógico. À medida que aumenta o número de crianças atendidas, também se coloca a necessidade de uma racionalização interna do campo pedagógico... A função docente se vê esvaziada de uma série de coisas que lhe eram inerentes e que são transferidas para o supervisor, para o orientador pedagógico, para o psicólogo escolar, para o administrador e para uma série de outros elementos. Entram no cenário pedagógico atores até então inéditos, pois na antiga escola a função docente era mais integrada, o professor tinha um grau de autonomia muito maior do que tem hoje. (ibidem, p. 27)

Tomando esse argumento, a palestrante fundamenta a crise no sistema educacional, tendo em vista a consideração dos conflitos que devem ser evidenciados na escola, em especial, a posição desfavorecida do professor que trabalha em condições precárias com baixa remuneração e a necessidade de considerar acima de tudo a relação professor-aluno que fundamenta no seu ponto de vista a questão educacional:

Para fechar, gostaria de recolocar o problema do especialista educacional... Acho que o esvaziamento da função docente é um problema muito sério; muitas vezes o especialista em Educação, na tentativa de definir funções e disputar um tipo de mercado de trabalho, perdeu um pouco a visão de conjunto da questão educacional e, indiretamente, pode ter colaborado para o empobrecimento da função docente. Acho que qualquer tentativa de aglutinação do campo educacional e de articulações de pessoas, não pode perder de vista que existe num processo, dois elementos os mais importantes: é o professor e o aluno. (ibidem, p. 30)

A última palestra do evento ficou a cargo de Odette de Godoy Pinheiro ⁶¹, trazendo como tema de sua fala “A questão Sindical”.

⁶¹ Doutora (1997) com a tese *O sentido das queixas de usuários de um serviço de saúde mental: uma análise discursiva*, pela PUC/SP. Foi presidente da primeira gestão de oposição do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (1980-1982). Para mais informações sobre sua formação, consultar o depoimento de Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.5).

Tendo um ano de experiência na gestão do Sindicato, a palestrante inicia, trazendo o ponto de vista da entidade ⁶², que é colocada de início como não sendo uma visão corporativista interessada apenas no mercado de trabalho ou que nega a dimensão política para isolar a Psicologia em uma área profissional. Disponibilizamos, a seguir, o trecho que circunscreve a essência da intervenção de Odette Pinheiro:

Enquanto filosofia de ação ⁶³, a preocupação sempre houve de não nos isolarmos e discutirmos os problemas só em nível profissional. Uma das falas últimas da Guiomar nos alerta para esse problema e para mim mostra bem que tipo de ação poderia ter o Sindicato. Se o psicólogo educacional ficar exclusivamente preocupado com o mercado de trabalho e as condições de trabalho e não analisar tudo isto dentro do contexto, corre-se o risco de estar acentuando muito a função desse especialista, que pode em determinada circunstância estar servindo de “tampão” para o próprio conflito do problema educacional do País. De forma que a Guiomar colocou, se tivermos professores cada vez mais conscientes sua problemática, com uma ação possível num nível amplo e se temos ao mesmo tempo psicólogos poucos conscientes das suas reivindicações enquanto profissionais e de suas responsabilidades sociais, isto é, se ele ficar fechado apenas no aspecto técnico, de conhecimento científico de psicologia, ele vai atenuar esses conflitos de uma forma terrível, ou seja, vai ser manipulado pelas condições todas, porque ele mesmo, como não é professor, pode não se misturar com as reivindicações dos professores; ao mesmo tempo ele não é um patrão, já que é empregado do Estado ou de um diretor de escola. O que faz então: dá o seu conhecimento científico de Psicologia para tentar resolver esse problema. Acho que essa questão é muito importante. (ibidem, p. 32)

A palestrante coloca o Encontro como um espaço de debate para compreender essa questão que deve perpassar desde a conjuntura social até a realidade das escolas. O papel das entidades, frente a essa visão social também é levado em conta, ressaltando a articulação entre o Conselho e o Sindicato.

É a partir desta fala de Odette Pinheiro que podemos vislumbrar, no documento, a posição crítica do SPESP frente às questões da Psicologia como sendo uma profissão vinculada à dimensão política que, se não considerada criticamente, pode ser usada favoravelmente aos interesses das classes dominantes, cujas palestras de Mirian Warde e Guiomar de Mello explicitaram ao trazer o seu ponto de vista da realidade educacional.

⁶² Em depoimento, Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.4 e 3.5), demonstra que essa posição não diferia do seu posicionamento político pessoal que vinha sendo construído ao longo da profissão.

⁶³ Em depoimento Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – exceto 3.6) nega esse termo considerando-o como inadequado, preferindo substituí-lo por “ideologia”, entretanto, apesar de respeitarmos a posição da depoente, acreditamos que o termo “filosofia da ação” carrega o sentido de práxis, vinculado ao compromisso social da constituição do projeto ético-político da Psicologia, que ficaria reduzido e simplificado no sentido de ideologia.

Nesse momento abre-se ao psicólogo voltado à educação uma visão de mundo de cunho político, ou seja, a partir do projeto ético-político da Psicologia que passava a se consolidar no início da década de 1980 e era apresentado para a categoria, tendo explicitamente um eco na apresentação de Odette Pinheiro.

3.1.2 Relato da Reunião Final do I Encontro

A reunião de encerramento ocorrida no dia 7 de dezembro de 1980 finda com uma pauta dividida em três itens: “1) Alternativas de ação para o psicólogo na área de Educação; 2) A formação acadêmica que corresponde às propostas de ação; 3) O papel do Sindicato e do Conselho Regional de Psicologia”. (ANAIS DO I ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1981, p. 34)

A pesquisa apresentada no início das atividades oferece subsídios para os dois primeiros itens, deixando a entender que os dados impulsionaram as discussões referentes à atuação do psicólogo na educação, assim como a sua formação acadêmica que fundamenta essa atuação.

O terceiro item da pauta traz à tona a expressão própria daquele momento, a partir da articulação das entidades da categoria na construção de um projeto de psicologia escolar e educacional pautada, sobretudo, como pudemos observar na fala de Odette Pinheiro, em um projeto ético-político da Psicologia. Tais conclusões não carecem de embasamento, se analisado atentamente o documento, como se confirmará adiante.

A partir do primeiro item constam no documento depoimentos de três participantes, sendo que a primeira, não por acaso, foi Yvonne Khouri⁶⁴ que, convidada pelo grupo, presente nessa reunião relatou a experiência na Prefeitura Municipal de São Paulo:

[...] toda a experiência da Prefeitura – o início do trabalho dos Psicólogos nas clínicas psicológicas, quando se mantinham na tarefa de diagnóstico de crianças problemas, até a criação do Serviço de psicologia escolar, que transformava radicalmente a concepção sobre o trabalho do psicólogo,

⁶⁴ Yvonne Khouri havia se aposentado do serviço de Psicologia Escolar da PMSP em 1979 (TAVERNA, 2003), mas sua contribuição para esse serviço e as discussões sobre a psicologia escolar e educacional naquele momento, ofereciam-lhe uma posição de destaque, afirmação fundamentada nos depoimentos de Sérgio Antônio da Silva Leite (31/10/2014, anexo II – excerto 1.8), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.8) e Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II – excerto 5.3). A referida experiência, assim como o percurso de discussão sobre a psicologia escolar e educacional podem ser identificados em parte da matéria, Como se constrói nossa história. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 7, nº 50, junho/ julho de 1987, p. 4-5 (Anexo V).

propondo então que se fosse à fonte dos problemas e se procurasse analisar não mais a desadaptação da criança à escola, mas a desadaptação da escola em relação à criança, que compõe sua clientela. (ibidem, p. 34)

O trecho acima evidencia, sem sombra de dúvida, que os psicólogos da prefeitura tentavam um movimento que rompia com a concepção tradicional de adaptação da criança, conhecida como modelo médico. Identificar já em 1980 essa constatação em um evento que busca debater criticamente a atuação do psicólogo na educação faz pensar nas contradições e limites subjacentes àquele período que se explicitaram no ano seguinte.

Há ainda, nesse momento, outros três relatos, um de Maria Aparecida C. Cunha que traz a experiência da rede estadual, comparada pela participante como semelhante à experiência municipal, mas carecendo de estrutura para a concretização da proposta profissional almejada. Outros dois relatos apresentados naquele momento são registrados da seguinte maneira:

Em seguida a colega SANDRA de Americana, informou sobre a criação de um Serviço de psicologia Escolar de caráter preventivo na rede Municipal da cidade; e a colega SOLANGE de Mato Grosso do Sul, informou sobre a vitória da Associação dos Psicólogos que conseguiu aprovar a lei que obriga a presença do psicólogo nas escolas maternas e de pré-primário da rede Estadual. (ibidem, p. 34)

Não há nos documentos detalhes sobre a identidade completa dessas psicólogas, pois só há registro de seus primeiros nomes, porém, é possível constatar que havia psicólogos escolares se organizando em outros espaços, como em Americana, no interior de São Paulo, ou no estado de Mato Grosso do Sul ⁶⁵.

O papel do psicólogo na escola e sua relação com o pedagogo ou com o orientador educacional tornaram-se o centro do debate nesse momento, pois colocavam em jogo a questão que atravessava o cotidiano dos profissionais, seja na definição de sua atuação que o diferencie dos outros, seja na constituição de uma base legal que o legitimasse como profissional da educação. O registro que a direção da discussão tomou resumiu-se no seguinte trecho:

Uma diferenciação inicial foi feita a partir de algumas experiências relatadas pelos presentes à discussão: o psicólogo tem se preocupado, na sua atuação com o professor, mais especificamente com o aluno. A atitude do professor em relação ao aluno, envolve um conhecimento sobre este – as conseqüências da realidade social de origem do aluno e suas características psicológicas – desenvolvimento, aprendizagem, relacionamento social – que pode ser fornecido pelo psicólogo. Esta caracterização deverá dar subsídios para a escolha da estratégia mais

⁶⁵ Cabe destacar que, ainda naquele momento, a região de Mato Grosso do Sul pertencia ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, só adquirindo autonomia com seu próprio Conselho em um período posterior no dia 30 de maio de 1996 com a oficialização do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região.

adequada. Há ainda outras experiências realizadas por psicólogos, junto a professores, visando não só a relação professor-aluno, mas também as condições de ensino arranjadas em sala de aula. (ibidem, p. 35)

Essa estratégia não apenas esboçava uma tentativa de limitar um espaço do psicólogo na educação, como também respondia à demanda de especificar seu papel em contraposição à do orientador educacional, talvez como resposta à intervenção de Guiomar de Mello. A aliança com outros profissionais, numa postura de trabalho coletivo que fugisse à lógica corporativista também é esboçada, considerando a diferenciação dos papéis profissionais, “a orientação vocacional não é um pedaço que cabe a um ou a outro, mas é parte do processo e pode receber contribuições específicas de diferentes profissionais”. (ibidem, p. 35)

Entre tentativas de definição de uma atuação profissional e alianças com outros profissionais, os psicólogos buscavam a construção de uma identidade, assumindo como fundamental a construção coletiva de uma diretriz norteadora do trabalho na instituição que orientasse a atuação, não se restringindo à instituição educacional:

Daí se caracterizou que os psicólogos em geral, por falhas advindas da própria formação, não tem para si um projeto político. A categoria não se uniu ainda para buscar conjuntamente a definição de metas a médio e longo prazo para o trabalho do psicólogo na Educação.

E surgiu então na discussão um papel para os órgãos de classe: criar condições para que a categoria se reúna e debata estas metas e posteriormente possa caracterizar sua contribuição enquanto psicólogo no processo de Educação. (ibidem, p. 35)

Evidencia-se, nesse trecho, a confirmação de nossa hipótese, também verificada nos depoimentos dos participantes do evento de que os Encontros são expressão de um projeto ético-político da Psicologia ⁶⁶, vinculado a um projeto social comprometido com as classes populares.

O encaminhamento da discussão do papel das entidades foi de “criar condições para que a categoria se reúna e debata estas metas e posteriormente possa caracterizar sua contribuição enquanto psicólogo no processo da Educação” (ibidem, p. 35). Afirmação que sela a vinculação de um projeto de psicologia escolar e educacional com o projeto ético-político da Psicologia.

No final foi discutida a organização de grupos nas entidades, tendo em vista:

1) lutar pela ampliação do mercado e pela melhoria das condições de trabalho. Ponto importante para que novas experiências possam ser

⁶⁶ Consultar depoimentos de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.6 e 1.10), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.11), Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014, Anexo II – excerto 3.4 e 3.8), Elenita de Rício Tanamachi (16/12/2014, Anexo II – 4.5 e 4.14) e Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excertos 6.3 e 6.11).

testadas e resultem numa contribuição para a criação de um modelo de atuação. Além disso, para que o psicólogo tenha seu mercado garantido, e possa contribuir efetivamente na melhoria da sociedade; 2) Denunciar problemas que vem ocorrendo na Educação, e que tem como vítima a população em geral; 3) Criar condições de aproximação dos psicólogos, enquanto categoria, a nível regional e nacional; 4) Criar condição de aproximação dos psicólogos com outros profissionais que atuem em áreas afins; 5) *Definir um projeto político do psicólogo na área de Educação*; 6) Definir as áreas de atuação e as contribuições específicas do psicólogo; 7) Divulgar experiências e/ou reflexões sobre o psicólogo e a Educação. (ibidem, p. 35, grifo nosso)

Note-se que a preocupação com a esfera do trabalho, permitindo a empregabilidade do psicólogo, não é abandonada e isso não significa atuar em uma dimensão estritamente corporativista. Também se insiste em uma atuação comprometida socialmente com a população, compondo forças com outros profissionais, além de divulgar experiências nesse campo e, por fim, justifica-se a necessidade de construir um projeto político do psicólogo na área de Educação que nomeamos nesta pesquisa de projeto de psicologia escolar e educacional. As tarefas imediatas naquele momento eram:

1) A preparação de um documento contendo relato sobre o I Encontro, a ser distribuído para os participantes e para as entidades de psicólogos do Estado e outras regiões; 2) Dar início aos trabalhos de preparação de um novo encontro de psicólogos na área de Educação, quando se divulgarão experiências na área e se discutirá um projeto político, ou seja, as metas a médio e a longo prazo visando à atuação do psicólogo na Educação, bem como a análise de modelos mais adequados; 3) Realizar um levantamento, através do Conselho Regional de Psicologia e Sindicato, dos profissionais psicólogos que atuam em Educação. (ibidem, p. 35)

O primeiro item das tarefas imediatas foi cumprido e inclusive possibilitou a existência da presente pesquisa, permitindo que o conteúdo do evento fosse registrado em Anais. O segundo item se concretizará com a realização do II Encontro em 1981 que será analisado adiante.

Não temos notícias se esse levantamento realmente aconteceu, tendo apenas disponível uma publicação⁶⁷ da autarquia convidando para a participação dessa iniciativa, entretanto, é possível identificar um levantamento mais amplo, a partir da pesquisa com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).⁶⁸

⁶⁷ Educação procura alternativas. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 1, nº 1, janeiro/ fevereiro de 1981, p. 4 (Anexo V).

⁶⁸ Para mais informações sobre essa pesquisa, consultar Depoimento de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.2) e Ata da 276ª Reunião Plenária Ordinária (18/10/1982), que traz como convidados para discutir a pesquisa, membros do SPESP (Odette de Godoy Pinheiro, Ana Mercês Bahia Bock, Luiz Humberto Sivieri e Kimie Yamamoto), o representante do DIEESE (Francisco Luiz Salles Gonçalves) e psicólogas convidadas que contribuíam no processo (Wanda Maria Junqueira Neves, Wanda Maria D'Elías e Marilena Kerches O.S. Leite).

3.2 II Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1981): propostas para um modelo alternativo de atuação

O segundo evento ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1981, tendo como objetivos gerais “promover a divulgação de trabalhos desenvolvidos por psicólogos em Educação, alternativos ao modelo clínico tradicional e discutir os principais pontos que devem orientar a ação dos psicólogos na área educacional”. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 1)

Diferente do anterior que, apesar de ter sido positivamente avaliado, contou com baixa participação, esse segundo evento teve mais de 300 participantes de São Paulo e outras regiões como Mato Grosso do Sul, Paraná e Minas Gerais; outro elemento distinto, foi a estrutura radicalmente diferente de seu antecessor, pelo fato de não haver palestras e todas as atividades serem concentradas na socialização de experiências em grupos e nas discussões.

No primeiro dia do evento, os participantes se inscreveram e foi apresentado o plano dos trabalhos que orientariam o Encontro, ao passo que o segundo dia foi dedicado para as apresentações de painéis, a fim de socializar as experiências desenvolvidas.

E, por fim, no terceiro e último dia houve discussões em pequenos grupos a partir da leitura de um conjunto de textos preparado pelos organizadores e posteriormente houve uma discussão geral. Em seguida ocorreu a assembleia final com um movimento de engajamento que gerou repercussões na mobilização política dos psicólogos.

3.2.1 Apresentação dos trabalhos

A apresentação dos trabalhos ocorreu no período da manhã e da tarde do dia 14 de novembro de 1981, sendo dividida em três grupos temáticos, cuja exposição se deu na forma de painel, distribuídos da seguinte maneira: “o painel 1, pela manhã, sobre atuação dos psicólogos junto à comunidade e família e os painéis 2 e 3, à tarde, sobre a atuação dos psicólogos junto ao aluno e professores, respectivamente”. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 1)

Também consta no documento que cada painel contou com a apresentação de três a quatro psicólogos que teriam, cada um, vinte minutos para exposição. Apesar de estar registrado que todos os trabalhos estão disponíveis nos Anais, o que seria cerca de 10 a 11, há apenas 8; as razões para a ausência dos outros trabalhos ou mesmo um erro na descrição do número das atividades não foi investigada.⁶⁹

Foge aos limites desta investigação fazer uma análise exaustiva de todas essas experiências, cabendo a seleção de apenas algumas, referentes aos depoentes da presente pesquisa, ou seja, Sérgio Antonio da Silva Leite e Elenita de Rício Tanamachi.

Entretanto, antes de iniciar a discussão é preciso discutir a influência do Behaviorismo na formação dos psicólogos nas décadas de 1970/1980, assunto recorrente nos depoimentos, constituindo a base teórica de quase todas as atividades apresentadas no II Encontro. BARBOSA (2011, p. 144) nos oferece alguns elementos para compreensão dessa abordagem:

De um modo geral, pode-se afirmar que o Behaviorismo trouxe para a Psicologia um novo objeto – o comportamento – e um novo método – a análise experimental do comportamento –, cujo foco é a aplicação dos constructos behavioristas no campo prático. No campo específico da interface Psicologia e Educação, colaborou para a divulgação dos estudos programáticos baseados na identificação de estímulos e reforços que pudessem contribuir para a constituição do comportamento. [...] É importante dizer, que em seus primórdios, houve neste pensamento a marca da Psicologia prática visando o “ajustamento”. Isso é flagrante nas definições de comportamento considerados “adequados”, ou que deveriam ser estimulados ou reforçados, buscando que os mesmos voltassem a se repetir; enquanto que os comportamentos contrários eram indicados como “indesejados” e, portanto, deveriam ser desestimulados. Outra questão que merece destaque quanto à contribuição behaviorista é que esta, apesar de avançar ao propor uma Psicologia que pudesse ir além do “indivíduo”, buscando nas condições “ambientais” a explicação para o comportamento, não é considerada a partir de uma perspectiva histórica e cultural.

Os psicólogos que se formaram nesse período tinham o Behaviorismo como uma das abordagens mais fortes na graduação que também era influente na área de psicologia da educação.

Elenita Tanamachi afirma que desde o início não se vinculou a essa abordagem por considerá-la inadequada, compreendendo-a necessariamente como prática adaptacionista que não dava conta do que acreditava ser uma atuação crítica em Psicologia⁷⁰. Entretanto, reconhece que “essa referência teórica [Behaviorismo] na época, um pouco antes dessa época ela foi

⁶⁹ A relação completa desses trabalhos, assim como a sua localização nos Anais pode ser consultada no Anexo I.

⁷⁰ Depoimento de Elenita de Rício Tanamachi (16/12/2014, Anexo II – excerto 4.2).

considerada extremamente revolucionária, porque ela era materialista e se posicionava literalmente contra as concepções idealistas e humanistas”⁷¹, mas acrescenta:

[...] os professores que me deram aula, especialmente dentro da Análise Experimental do Comportamento e depois do Behaviorismo eram todos marxistas e extremamente revolucionários e eles aderiram do ponto de vista da psicologia a essa concepção, porque ela tinha essa característica do materialismo, só que não era histórico e nem dialético [...] ⁷²

Sérgio Leite, por sua vez, adota essa abordagem no início de sua carreira, usando-a como fundamento de suas práticas, como está demonstrado nos dois relatos de experiência que apresenta no evento. O depoente explica que compreendia o Behaviorismo a partir de uma perspectiva de esquerda, contextualizando-o historicamente:

[...] o problema que a gente viveu, pelo menos que eu vivi e que isso até hoje muita gente não entende isso. Boa parte dos psicólogos que se formaram no final dos anos 60, comecinho dos anos 70, se formaram na época em que o Behaviorismo estava muito forte, foi um período em que não era a única abordagem, mas nós fomos muito impregnados pelas idéias do Skinner e é gozado, na época, o pareamento que nós fazíamos é de uma abordagem teórica direcionada para a esquerda, ou seja, nós sempre trabalhamos com a idéia de que o ensino propriamente podia ser direcionado para uma visão de transformação de mundo, aliás, existem até hoje, behavioristas que trabalham com essa posição. ⁷³

Tais considerações são tomadas como precaução para compreender os limites históricos com os quais os psicólogos estavam envolvidos e cujo Behaviorismo apresentava-se como uma abordagem possível de intervenção que não necessariamente remeter-se-ia à adaptação de comportamento, conservando as relações escolares dentro de uma estrutura de dominação. É curioso observar que ao longo de suas histórias individuais, os dois depoentes abandonam o Behaviorismo e adotam a Psicologia Histórico-Cultural. ⁷⁴

Sérgio Leite apresenta um relato do primeiro ano do *Projeto de Alfabetização de Mogi das Cruzes (PROLESTE)* realizado por volta de 1975/ 1976. ⁷⁵ Naquele momento um dos

⁷¹ Ibidem, 4.3.

⁷² Ibidem, 4.3.

⁷³ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.11).

⁷⁴ Abordagem psicológica que surge na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a partir dos trabalhos de Lev Seminovitch Vigotski (1896-1934).

⁷⁵ A experiência foi relatada inicialmente na tese de doutorado do autor, LEITE (1980), posteriormente publicado em livro pela primeira vez em LEITE (1982). Também é possível obter relato sobre essa experiência em LEITE (2004) e em depoimento de Sérgio Antonio das Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excertos 1.2, 1.11, 1.13 e 1.20).

maiores problemas da educação eram os altos índices de reprovação e de evasão escolar na 1ª série, cujo processo educativo concentrava-se principalmente na alfabetização.

É a partir dessa consideração que o PROLESTE é desenvolvido, tendo em vista não apenas o foco da aprendizagem das crianças ou na família, mas das condições de ensino dos professores e a conjuntura política e social envolvida como, por exemplo, a seletividade do ensino brasileiro reconhecido a partir de uma pesquisa ⁷⁶ que chega à conclusão de que não há variáveis físicas ou psicológicas que justifiquem o fracasso escolar e propondo uma leitura diferente do fenômeno, desnudando alguns preconceitos ligados à pobreza.

Após trazer elementos que julga inadequados para o processo educativo, os quais envolvem inclusive fatores ideológicos, como é o caso das cartilhas, o autor considera fatores que influenciam no aprendizado das crianças como a organização de salas numerosas que não respeitam o ritmo dos alunos, além de considerar as precárias condições do trabalho do professor e as relações burocráticas que fazem da escola uma instituição disciplinadora.

É por meio dessas considerações que se baseia o planejamento de programas de ensino aplicados nas escolas pelos estagiários do PROLESTE, que em um primeiro momento passam a atuar a partir de casos individuais e, apenas posteriormente abordando salas de aula até serem adotados pelo governo em 1976 por Eulálio Gruppi, chefe da Divisão Regional de Ensino de Mogi das Cruzes (DRE-5-Leste).

No primeiro ano de aplicação, o programa obteve resultados extremamente positivos com aprovação de 90% dos alunos das três escolas envolvidas, ao passo que com a ampliação do projeto, esse índice de aprovação baixou, mas mantendo-se acima da média das escolas que não adotaram o projeto que, já em 1981, alcançava cerca de 5694 alunos da primeira série, 165 classes de 27 escolas.

Se analisado superficialmente o PROLESTE como sendo pautado no Behaviorismo, que tinha como objetivo rearranjar as condições de ensino, sem examinar a particularidade da experiência, a provável sentença será de que é um projeto de psicologia adaptativa, entretanto, um exame mais atento pode chegar a conclusões diferentes, pois não pode ser considerado que o

⁷⁶ Refere-se a ALMEIDA, Romeu de Moraes; GATTI, Bernardete; PATTO, Maria Helena Souza; COSTA, Marisa Lobo da; COPIT, Melany Schwartz. Causas de retenção escolar na 1ª série do 1º grau: uma nova abordagem. Trabalho apresentado na XXXI Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Fortaleza, jul. 1979. Note-se que uma das autoras é Maria Helena Souza Patto, pesquisadora do Instituto de Psicologia da USP que desde 1976/ 1977 inicia o desenvolvimento da sua tese de doutorado que contribuirá decisivamente para a discussão crítica da psicologia escolar e educacional no Brasil.

autor desenvolvia o seu trabalho a partir de uma visão conservadora, tendo clareza dos limites e da conjuntura social e política em que seu trabalho estava envolvido, ao afirmar que:

Os resultados obtidos neste projeto e em experiências semelhantes não podem ser interpretados como os principais determinantes das grandes mudanças necessárias à Educação. É ingênuo concluir que os problemas educacionais serão resolvidos na medida em que tais experiências forem aplicadas em grande escala na rede de ensino: os problemas não serão resolvidos somente através da adoção de medidas basicamente pedagógicas.

A ingenuidade de tal posição reflete-se no fato de se entender o sistema educacional desvinculado do sistema sócio-político-econômico do país. Os problemas da Educação não são isolados, mas refletem na realidade os efeitos do próprio modelo político-econômico adotado no país: nesse sentido, a questão educacional é um problema basicamente político e a este subordinam-se em certo sentido as decisões pedagógicas. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 20)

A referida experiência apresentou resultados significativos e foi desenvolvida sob uma concepção crítica de mundo, que precisa ser compreendida para além de uma abordagem teórica.

Se, por um lado, há experiências que demonstram rompimento com concepções tradicionais, por outro há trabalhos que ignoram as condições sociais apresentando uma visão restrita que não atende aos objetivos do evento.⁷⁷

O trabalho *Uma proposta de ação para a psicologia escolar* desenvolvido por Elenita de Rício, diferente dos demais, não está vinculado ao Behaviorismo devido ao distanciamento da autora dessa abordagem, como referido anteriormente. A atividade desdobra-se a partir do serviço que oferece atendimento à população da região de Bauru, interior de São Paulo, por meio de estágio supervisionado, numa experiência que ainda estava em curso e refletia uma prática que tinha como objetivo romper com o modelo remediativo ou médico. A autora afirma que:

Com esta preocupação pretende-se criar a necessidade do profissional da Psicologia Escolar, não mais como aquele profissional que chega às escolas para “tratar as deficiências de seus alunos”, mas como alguém que ajude a identificar as reais causas destas deficiências, que segundo temos observado têm suas origens em propostas educacionais não condizentes com a realidade da população de alunos recebida hoje por estas instituições. (ibidem, p. 34)

É a partir dessas considerações que Elenita de Rício oferece um breve relato sobre a experiência de estágio desenvolvida no Centro de Psicologia Aplicada, dirigida a uma escola de

⁷⁷ Tal como o trabalho *Atividades desenvolvidas com crianças de nível social médio-alto* de Antonia Angela G. da Silva Hiluey e *Administração de ensino a partir de comportamento-alvo dos psicólogos* de Ana Lucia Cortegoso, Célia Maria Cappelletti Gonçalves, Aurora M. Pellin e Mario Sergio Picorelli.

1º grau, cuja população é composta por alunos de baixa renda que a frequentam para ter acesso à merenda escolar e cuja maioria também trabalha ou assume atividades domésticas no período em que não estão na instituição.

A queixa dos professores que procuraram o serviço é que os alunos da instituição não tinham hábitos de estudo, o que interferia no processo educativo, de modo que a solicitação era na direção de que as estagiárias resolvessem esse problema. Nesse sentido, em vez de aderir a uma intervenção que atendesse as expectativas da instituição, focando o aluno como problema, foi proposta uma investigação mais apurada dos motivos da queixa, tendo em vista que:

Esta opção baseou-se numa metodologia que visa o processo pesquisa-ação, comumente conhecida como observação participante, desenvolvida pelo Instituto de Ação Cultural (Genebra) e que apresentou-se neste momento do trabalho como o caminho mais adequado para chegarmos, juntamente com a população escolar, a uma análise crítica da situação real das dificuldades apresentadas pela escola. (ibidem, 34)

O encaminhamento dessa proposta teve como finalidade envolver toda a população escolar para propiciar um processo de mudança, que contou com a elaboração conjunta de questionários para investigar a instituição e posteriormente a socialização dos dados com todos os envolvidos, confirmando que a indisponibilidade dos alunos se dava pelo excesso de atividades fora da escola, atrelado ao fato de que os conteúdos das aulas, além de desinteressantes, estavam afastados da realidade dos alunos que reconheciam a atuação do professor como autoritária. A autora expõe que o objetivo do estágio e, portanto, do psicólogo na educação era:

Auxiliar a escola para que esta chegue a uma nova proposta de trabalho que considere a realidade dos alunos que recebe, ao propor seus conteúdos, bem como ao fazer exigências para com seus alunos, de forma que possam ter melhores condições de ensino é neste trabalho, o principal objetivo de nossa atuação como psicólogos escolares. (ibidem, p. 37)

Afirmção condizente com as inquietações de Elenita de Rício, que na época buscava referências para fundamentar suas intervenções em outras áreas para além da psicologia, como a área de educação que direcionaram-na para a perspectiva histórico-cultural.

Nesse período estava em destaque a procura de referências que possibilitassem a ruptura com o modelo médico, como pode ser comprovado no *Relato de uma experiência de atendimento psicológico a pré-escolares de nível sócio econômico baixo*, apresentado por Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Célia Maria Blini de Lima e Luci Helena Beraldo Mansur:

[...] a necessidade de instrumentar o profissional de Psicologia para atuar junto à camada populacional de baixa renda, especialmente nas áreas de Psicologia Educacional e Preventiva, que possibilitam o deslocamento do

psicólogo ao encontro das pessoas, não esperando que estas o procurem por já apresentarem distúrbios de comportamento. Este esquema de trabalho se distancia da atuação tradicional, influenciada pelo modelo médico que responde às expectativas das classes média e alta acostumadas a procurar o profissional em seu consultório. (ibidem, p. 38)

Apesar de se apontar para a superação do modelo médico, ainda se assume a existência de distúrbios de comportamento, indício das contradições entre as tentativas de superação ainda conflitantes naquele momento, mas que ao mesmo tempo apontavam para uma compreensão do papel social do psicólogo como pode ser observado no mesmo trabalho, ao propor:

[...] uma prática psicológica voltada para o povo e que não está presente nas formas tradicionais de atuação e poderia trazer-lhes elementos para percepção do papel social do psicólogo, iniciando seu preparo para atuações profiláticas, educacionais e libertadoras, junto à população de baixa renda, trabalhando para a transformação e a humanização da sociedade. (ibidem, p. 38)

Esse movimento também é observado por FEIJÓ (2000), mas a superação dessas discussões estaria por vir a partir da contribuição de Maria Helena Souza Patto, com a organização do livro, *Introdução à Psicologia Escolar* (PATTO, 1981) e com a sua tese de doutorado, *Psicologia e Ideologia: reflexões sobre a psicologia escolar*, publicada em livro três anos depois (PATTO, 1984); entretanto, ambos os trabalhos foram publicados originalmente em 1981 e, segundo TAVERNA (2003), influenciaram significativamente os psicólogos escolares em suas discussões na década de 1980.

3.2.2 Compilação de material para discussão

Este conjunto de textos serviu para embasar as discussões dos grupos realizadas na manhã do dia 15 de novembro de 1981, consta nos documentos que foi organizado por Abelardo de Almeida, Ana Mercês Bahia Bock, Antonia Ângela G. da Silva Hiluey, Maria Aparecida C. Cunha, Maria Madalena Machado, Sueli Duarte Pacífico e Wanda Maria D'Elia.

O material é apresentado com a epígrafe: “O que na vida me apaixona é poder colaborar numa realidade mais durável do que eu”, frase de H. Waltmann. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 59).⁷⁸

⁷⁸ As referências ao material nesta compilação de textos serão feitas diretamente das páginas do documento, cabendo ao leitor consultar o material original disponibilizado na próxima nota.

O conjunto de textos é composto por: excertos de quatro livros⁷⁹, sendo que um deles apresenta trecho de um documento do MEC de 1977, sendo exposto junto a um gráfico do CIE-SE de 1978, um documento do Sindicato dos Professores e uma tira de desenho sem identificação de autoria. Esse material compõe as temáticas de Educação, Escola, Aluno e Professor.

A apresentação do material já enfatiza os limites da atividade e do próprio evento que ao propor a construção de modelos alternativos, possui plena consciência que essa construção estaria apenas se iniciando naquele momento e acrescenta:

Sem dúvida, estes aspectos são suporte da atuação de qualquer profissional em Educação. E a nosso ver devemos dar conta deste geral que nos identifica como profissionais em Educação, mas também devemos ser capazes de aproveitar este momento para discutir a especificidade de nosso trabalho, como psicólogos, contribuindo no processo educativo. (ibidem, p. 60)

O primeiro texto é um excerto de livro organizado por Moysés Brejon e corresponde a uma reflexão a partir da frase: “Os fins da educação são ditados por uma visão de homem” (ibidem, p. 61), que retoma uma discussão filosófica a partir de dois pressupostos do platonismo que são a “identidade da natureza humana” e a “identidade entre o bem e o verdadeiro”. Uma reflexão que provavelmente serviu de disparador para fundamentar a existência de uma determinada visão de homem e mundo demarcando as diferentes ideologias envolvidas.

Os excertos do texto de Bernard Charlot trazem uma reflexão explícita sobre a luta de classes na educação, diferente do I Encontro, em que essas questões foram discutidas implicitamente por Mirian Warde e Guiomar de Mello, que se reportaram a um vocabulário contido. O texto deste autor expõe: “Se considerarmos o problema dos fins da educação na óptica do humanismo clássico, permaneceremos sempre prisioneiros de uma pedagogia ideológica que se voltará inevitavelmente para a vantagem da classe dominante” (ibidem, p. 62). E continua:

Quer fixemos como objetivo o homem disciplinado, respeitoso, racional, da pedagogia tradicional, ou a pessoa livre, espontânea, criativa, da pedagogia nova, não sairemos da pedagogia ideológica enquanto não tivermos levado em consideração a *situação social concreta dos homens*. Temos de determinar explicitamente os fins educativos, pois a ambigüidade dos objetivos pedagógicos permite mascarar a significação social real dos fins atualmente atingidos por um sistema educativo a

⁷⁹ As referências das edições originalmente citadas no texto são: BREJON, Moysés. *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*: leituras. 6ª ed. São Paulo. Pioneira, 1975. 260p; CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Tradução de Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 314p; CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 293p; REIMER, Everett. *A escola está morta*: alternativas em educação. Tradução de Tony Thompson. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 183p.

serviço da classe dominante. Esses fins, para não serem abstratos e, portanto, recuperados pela ideologia burguesa, devem refletir um ponto de vista de classe. A educação deve tornar-se um instrumento social a serviço do proletariado. Nas condições atuais, isso significa que o proletariado deve esforçar-se por utilizar a educação como arma, na luta que trava contra a burguesia. *Os fins educativos são fins de classes.* (ibidem, p. 62, grifos do documento).

A partir de outro excerto, Bernard Charlot afirma que a mudança de uma escola que leve em conta a luta de classes, não deve se limitar apenas à mudança dos conteúdos ministrados, mas também a partir do seu modo de organização e sua relação com a sociedade. Em outro excerto desse autor, a ênfase de atitudes e práticas educativas que servem aos interesses da classe dominante é apontada a partir da escola como sua principal difusora e encerra com as indagações: “É a escola uma instituição ideológica, isto é, uma instituição que camufla e justifica as realidades sociais, e notadamente a dominação de classe? É a escolarização libertação ou alienação?”. (ibidem, p. 65)

O terceiro excerto do material refere-se a um trecho do livro de Luiz Antonio Carlos Cunha, acompanhado de um gráfico que expressa a situação da escolaridade dos alunos do 1º grau do ano de 1978. Não se deve deixar enganar pelo texto exposto que não é de autoria do autor, mas é uma reprodução do trecho de um documento do MEC que apresenta uma concepção liberal subjacente do Estado brasileiro, contraposta propositadamente pelos organizadores do Encontro na mesma página, com um gráfico que mostra a situação do ensino em São Paulo em 1978, expondo o fato de mais da metade das crianças que ingressaram na escola já terem sido reprovadas ao menos uma vez em seu percurso escolar. O confronto do texto com o gráfico enfatiza a contradição de uma concepção conservadora com a realidade educacional brasileira.

Na sequência, o quarto excerto traz um texto de Bertold Brecht presente no livro organizado por Everett Reimer e trata de uma metáfora em que uma mãe explica a sua filha através de uma analogia com tubarões e peixinhos a estrutura da luta de classes e da ideologia que a fundamenta, reforçando uma estrutura de dominação em que os tubarões dominam os peixinhos sob diversas estratégias. O último excerto de texto refere-se a um documento do Sindicato dos Professores escrito em tom nacionalista, que homenageia os professores no dia de sua profissão, referindo-se a eles como responsáveis por ter em suas mãos o destino da Pátria.

Por fim, o material é encerrado com uma tira de desenho em que são apresentados dois homens, um psicólogo e um pai de aluno. O psicólogo ao dirigir-se ao pai tem em mente uma escola com asas de anjo e uma casa em forma de diabo, representando a dualidade do bem e do

mal de uma possível compreensão de culpabilização da queixa escolar; este profissional, ao dirigir-se ao pai do aluno a sua frente, lança mão de um arsenal típico do vocabulário profissional: “É preciso considerar... as vivências e experiências, a estimulação, o desenvolvimento, o currículo oculto, o Q.I., a personalidade, os interesses, as aptidões, o ambiente familiar” (ibidem, p. s/n, entre p. 67 e 68). Enquanto o pai, questionando o psicólogo por que seu filho não aprende, cogita em sua mente considerar o problema a partir da escola.

Entre um psicólogo que nega as relações educacionais, condenando automaticamente a criança e sua família, contrapõe-se um pai de aluno que passa a questionar o papel da escola, a tira de desenho coloca em xeque a atuação do psicólogo, quando este desconsidera as relações sociais que permeiam a realidade educacional.

Todas as sete páginas do material trazem elementos de questionamento à educação, seja a partir de uma reflexão filosófica, indo para reflexões sobre a escola como instituição refém das classes dominantes, seja mesmo pontuando as contradições do discurso liberal com a realidade brasileira, chegando até a recorrer a uma metáfora infantil para explicar as relações de dominação seja ainda considerando o papel idealizado do professor como servidor da pátria e findando com o questionamento da Psicologia e sua relação com os pais e a escola. Foi a partir dessas considerações que os psicólogos se reuniram para discutir sua prática profissional.

3.2.3 Discussões realizadas em pequenos grupos

A reunião dos psicólogos em pequenos grupos nesse momento do II Encontro tinha como finalidade elaborar uma síntese das experiências do evento a partir de pontos que orientariam a atuação na educação. A organização desse momento partiu da escolha para cada grupo de um coordenador e um relator. Nos Anais consta a síntese com sete pontos discutidos. Cabe ressaltar que esse momento é de fundamental importância, pois sintetiza as discussões realizadas e oferece linhas gerais sobre o projeto de psicologia escolar e educacional esboçado até aquele momento.

O primeiro item disponível no documento diz respeito à necessidade de horizontalidade da atuação do psicólogo em relação aos outros profissionais, tendo em vista que deve deixar de lado uma postura autoritária como detentor do conhecimento, a fim de trabalhar junto com todos os envolvidos na escola, compreendendo que:

[...] trabalhar junto com não significa uma ação meramente reprodutora das relações já existentes, enfim, uma relação de imobilismo; ao contrário, é na relação horizontal com os demais participantes do processo educacional que o psicólogo deve encaminhar e propor sugestões visando a superação de relações autoritárias e conservadoras. [...] participando do planejamento, execução e avaliação das atividades educacionais ou lutando por seu direito de participação, quando o mesmo lhe for negado. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1982, p. 68)

O segundo ponto discutido foi a necessidade do psicólogo buscar um conhecimento mais amplo da realidade educacional, ao compreender que a escola não está desvinculada da realidade sócio-econômica, tendo sua ação pautada para além do cotidiano, levando em conta a estrutura social que tem mediado a realidade escolar, de modo que “cabe ao Psicólogo enquanto educador, perceber que toda ação educacional implica numa postura ideológica subjacente, ou seja, numa determinada concepção de Homem, de Mundo etc...” (ibidem, p. 69). As leituras dos textos anteriores podem ser identificadas nessa colocação, sobretudo, se considerarmos os excertos de Bernard Charlot e Roque S. Maciel de Barros e a tira de desenho.

O terceiro ponto discutido foi a contribuição do psicólogo em favorecer a percepção de valores e concepções que não são imediatamente visíveis no processo educacional, mas, para exercer essa função, deve necessariamente conhecer a realidade da população, assim como suas especificidades, possibilitando a participação ativa de todos os envolvidos em seu trabalho. O trabalho de Elenita de Rício é expressão dessa constatação.

O quarto ponto de discussão traz um tema polêmico ao evento e que já sinalizava uma preocupação da época, comparecendo já nas discussões dos trabalhos apresentados no dia anterior, que dizia respeito ao embate entre o modelo preventivo e o modelo médico ou remediativo. Apesar disso, não se chegou ao consenso do significado dos termos, mas de algumas considerações, como o fato da atuação dever ser direcionada a:

[...] uma ação preventiva (visando à modificação das estruturas das instituições, planejamento de condições de ensino mais adequadas, atuação juntamente com elementos envolvidos como professores, alunos, pais, outros educadores, etc) e conscientizadora (envolvendo a redefinição dos objetos e práticas educacionais, clarificando-se as concepções de Homem e de Mundo subjacentes), contraposta a uma ação remediativa, centrada nos problemas individuais, buscando primordialmente as causas no próprio indivíduo, visando à adaptação dos casos problemas às estruturas pré-estabelecidas. (ibidem, p. 69)

FEIJÓ (2000) analisa o desenvolvimento da contraposição desses modelos, sinalizando os limites dessa discussão para a atuação do psicólogo no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

As experiências apresentadas no evento estavam fortemente influenciadas por essa concepção preventiva e apontavam para algumas contradições da atuação dos psicólogos, no entanto, não se pode negar que, considerando os limites da época, a denúncia contra o modelo médico e as tentativas de uma atuação que considerasse as relações sociais na escola significou um avanço significativo.⁸⁰

O quinto ponto da discussão refere-se à relação do psicólogo com outros profissionais, pontuando as dificuldades nessa colaboração, com ênfase ao pedagogo, que não favorece uma atuação a partir do modelo educacional, compreendendo-se que:

[...] da mesma forma que a questão da Saúde não é um problema só do médico, também a questão da Educação não é um problema só do pedagogo, mas de uma série de profissionais cujos conhecimentos acumulados nas áreas colocam-nos em condição de poder contribuir para o desenvolvimento do processo educacional. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 70)

Aparentemente, a alusão que descentraliza a figura do médico na área da saúde talvez seja referência à experiência bem sucedida contra o projeto de lei Julianelli, que estaria sendo usada como tática na argumentação de que o campo educacional era amplo o suficiente para abarcar contribuições de outros profissionais. Novamente, é retomado um tema do I Encontro, ao resgatar indiretamente o esvaziamento da função docente enfatizada por Guiomar de Mello que na ocasião sinaliza uma posição refratária aos especialistas no cenário educacional; seria este trecho uma referência a essa relação conflituosa entre pedagogos e especialistas? Ao que parece sim: “a integração com outros profissionais é uma meta a ser alcançada apesar das barreiras e incompreensão existentes, muito mais por questões burocráticas e ‘politiqueiras’”. (ibidem, p. 70)

O sexto ponto discutido apresenta, como estratégia os psicólogos atuarem próximos das pessoas que ocupam postos de chefia, possibilitando a compreensão de seu trabalho e uma possível colaboração que poderia facilitar a atividade profissional, ao conscientizar os seus superiores das atividades a serem desenvolvidas e não apenas submeter-se a ordens. E, por fim, o último ponto discutido na reunião refere-se à sugestão de inserção dos psicólogos nas áreas que ainda estavam em construção e, portanto, não pressupunham “monopólio” profissional, possibilitando uma atividade mais livre como na época era o caso da pré-escola.

⁸⁰ Em depoimento, Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.12) compreende como equívoco a redução do termo modelo clínico na época dos eventos, tendo em vista que seria mais adequado o termo de psicologia de consultório, entendido como uma concepção conservadora e elitista. A depoente considera o desenvolvimento do campo clínico na área da psicologia a partir da saúde pública.

A dificuldade de o psicólogo definir um papel específico na educação parece estar condicionada também à resistência dos educadores em aceitar uma atuação que partisse do modelo educacional, considerações que já aparecem na pesquisa apresentada no I Encontro, mas também deve se considerar o ponto de vista dos professores, ao compreenderem os psicólogos como invasores de seu território, visão que não deixa de ser corporativista, mas também compreensível como uma resistência possível aos especialistas que ao ingressarem na realidade educacional, podem também não contribuir para o processo educativo, seja pela concepção conservadora, seja pela dificuldade de compreensão de seu papel profissional que poderia, de fato, contribuir para o esvaziamento da função docente.

Essa consideração já se encontrava presente na fala de Odette Pinheiro, ao considerar no I Encontro que a luta do Sindicato vai além dos objetivos corporativistas da profissão, mas visa retomar a Psicologia como campo crítico que efetivamente contribua para a transformação da sociedade, posição expressa na seleção de textos que dispararam a presente discussão e não deixam de ser continuidade do Encontro anterior e que continuarão em 1982, em especial na fala de Jane Persinotti Trujillo e Lisete Regina Gomes Arelaro.

Algumas considerações para superar esse problema são feitas como o fato do psicólogo avaliar criticamente a realidade educacional e as questões sociais que a compõem, assim como colaborar para uma atuação conjunta com todos os envolvidos na escola, inclusive o professor, administrando a divisão de papéis a partir do conhecimento científico que pode oferecer.⁸¹

Os sete pontos acima manifestam os limites que fundamentavam a atuação do psicólogo, mas não descartam as possibilidades de atuação que se explicitam nesse segundo evento como um projeto de psicologia escolar e educacional, mas dessa vez acumulando uma visão de homem e mundo que avance contra a esfera ideológica liberal. Se, no primeiro momento, a luta de classes na educação era tocada com precaução, nesse segundo momento os textos potencializam a discussão que impacta a formulação dos pontos expostos.

Cabe lembrar que o Encontro possuía uma direção política impulsionada pela Comissão de Educação, que trazia elementos críticos para a discussão, o que significa que os elementos de criticidade eram influenciados diretamente por esse grupo e não necessariamente trazidos de fora como expressão da prática profissional, de modo que o objetivo dos organizadores do evento era

⁸¹ Em depoimento, Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.16) sugere que o foco de trabalho deve ser o professor, oferecendo conhecimentos da psicologia que favoreçam a sua prática pedagógica.

evidenciar diversas questões da Psicologia ao assumir o embate de diferentes posições, mas também sugere uma certa verticalidade das discussões em que havia uma concepção crítica por parte da direção do evento, mas que ainda não havia sido apropriado pelos participantes.⁸²

O projeto de psicologia escolar e educacional tributário do projeto ético-político da Psicologia encontrava suas limitações já no embate acirrado de espaço na educação, acumulado à indefinição de seu papel que indiscutivelmente esforçava-se para a ruptura com o modelo médico.

3.2.4 Assembleia Final

O documento do II Encontro termina com o material de exposição, intitulado *Exposições da Assembleia Final*, realizada no dia 15 de novembro, presumivelmente no período da tarde e contando com cerca de 200 participantes, número razoavelmente menor, mas não inexpressivo, já que consta nos Anais que compareceram 300 pessoas ao evento. Essa reunião contou com a discussão de quatro pontos de pauta que serão explorados adiante.

O primeiro ponto discutido foi a necessidade de espaços de formação para continuar as discussões do evento, o que gerou na ocasião o comprometimento do Sindicato e do Conselho em atender a essa solicitação, por meio de um seminário com docentes e supervisores da área. O objetivo era basicamente “troca de experiências de trabalho e levantamento de alguns pontos de consenso que deverão nortear os cursos e estágios na área, em 1982”. (ANAIS DO II ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1982, p. 71). Não obtivemos informações sobre esse encaminhamento.

O segundo ponto discutido referia-se às formas de divulgação de informações que teriam como base ampliar o campo de discussão e teriam basicamente três eixos: a criação de um banco de dados que concentraria desde relato de experiências a materiais teóricos para os interessados em aprofundar as discussões, a criação de um boletim de informações voltado para os psicólogos que atuam na área de educação e cogitou-se criar uma revista de Psicologia que concentraria a publicação de várias áreas.

⁸² Em depoimento Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excertos 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7) expõe essa direção política, apontando a estratégia da Comissão de Educação e a amplitude dos debates que evidenciavam a contradição dos psicólogos, ao mesmo tempo em que criava campos de reflexão.

O terceiro ponto serviu para aprovar a continuidade de discussões a partir de um Encontro anual, planejando-se o próximo Encontro para novembro de 1982, no entanto, o mesmo foi realizado em dezembro. As discussões também seriam expandidas no ano seguinte por outros eventos menores em formato de seminários, que abrangeriam temas específicos, tendo como uma primeira experiência um seminário marcado para março do próximo ano, cuja temática seria “Modelo clínico x modelo educacional”.

Não obtivemos registros desses eventos, com exceção do seminário realizado no dia 18/09/1982, cujo título foi *Seminário sobre Modelos de Atuação do Psicólogo na Área de Educação*⁸³. Segundo as informações, o seminário ocorreu no Instituto Sedes Sapientiae, contando com a participação de mais de 70 pessoas. O evento foi dividido em duas partes, sendo que a primeira foi composta pela exposição dos psicólogos Sérgio Antonio da Silva Leite, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Isabel da Silva Kahn. Na segunda parte, foram discutidas concepções de atuação mais abertas – não foi explicado o sentido dessas concepções – concluindo-se pela necessidade de continuidade das discussões que se dariam no III Encontro.⁸⁴

E, por fim, o quarto ponto foi a aprovação da continuidade da campanha pelo mercado de trabalho do psicólogo na área da educação, tendo em vista as seguintes propostas de encaminhamento, reproduzidas integralmente a partir do documento:

- realizar contacto, para debates, com entidades de profissionais que atuam em Educação; - atuar junto a docentes e supervisores em cursos de formação de Psicólogos; - contatar órgãos oficiais de Educação visando esclarecer as possibilidades de atuação do Psicólogo junto à Educação; promover campanha de divulgação e esclarecimento da atuação do Psicólogo na Educação junto às escolas, diretores, APMs [Associação de Pais e Mestres], professores, técnicos, etc...; lutar pela regulamentação da função de psicólogos na Educação, apoiando projetos de lei e organizando a categoria para discuti-los. (ibidem, p. 72).

As propostas refletem diretamente as discussões anteriores no que diz respeito ao diálogo com outros profissionais, no entanto, levando em consideração uma estratégia política de conscientização a partir do diálogo com outras entidades de categoria. Também é considerado

⁸³ Carmem Silvia Rotondano Taverna nos disponibilizou gentilmente, a partir de seu arquivo pessoal, o seu certificado de participação, cujas assinaturas de emissão do documento datam de 20 de setembro de 1982 e são de Odette de Godoy Pinheiro, presidente do SPESP e Luis Otávio de Seixas Queiroz, presidente do CRP-06. Também se registrou esse evento na seção Anote... na publicação da autarquia, mas com o seguinte título, Análise de Modelos de Atuação para o Psicólogo na Área de Educação. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 2, nº 9. julho/ agosto de 1982, p. 3 (Anexo V) e na publicação da próxima nota.

⁸⁴ Informação em: Em setembro, Seminário discutiu modelos de atuação... *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 2, nº 10, setembro/ outubro de 1982, p. 6 (Anexo V).

ampliar o esclarecimento do papel do psicólogo escolar para órgãos oficiais da educação e os envolvidos na escola, acrescentando-se a Associação de Pais e Mestres como uma manobra estratégica de esclarecimento para as famílias e professores.

No que concerne ao último ponto sobre a regulamentação dos psicólogos na educação, no próprio evento já é iniciado um movimento, a partir da criação de uma comissão, que atuaria frente ao projeto de lei 519/81 de autoria do deputado Tufi Jubran, que previa a criação de Serviço de Assistência Psicológica, já estando em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. As seguintes propostas foram aprovadas para a atuação dessa comissão:

- contacto com autor do projeto para discussão de propostas de emendas e correções; - elaboração de documento que caracterize as diretrizes da atuação do Psicólogo na Educação; - promoção de debates sobre o projeto e sobre o modelo de atuação do Psicólogo na área; - promoção de contactos com entidades tais como APASSP (assistentes sociais) e AOESP (orientadores educacionais) para discussão da atuação conjunta na Educação. (ibidem, p. 72).

Ao recuperar a história do projeto de lei 519/81⁸⁵, que durou sete meses, captamos uma das principais mobilizações dos psicólogos na tentativa de se organizarem politicamente em São Paulo. Há indícios sobre ele nas Atas no CRP-06 e no jornal da autarquia⁸⁶.

3.2.5 Um movimento político da psicologia escolar e educacional

Na primeira vez em que o projeto aparece nos documentos, ele é apreciado positivamente pelos conselheiros, que enviam uma moção de apoio à Assembleia Legislativa, sugerindo uma correção no texto, devido a aspectos legais; na ocasião o II Encontro ainda não havia sido realizado. É a partir da iniciativa de encaminhar a questão com a publicação de um artigo no jornal da autarquia⁸⁷ e posteriormente como pauta do evento que o movimento foi organizado.⁸⁸

O assunto retorna em 1982 em reunião do Conselho, na qual se informa que o deputado Tufi Jubran acatou todas as sugestões feitas, o que se presume também teve participação da

⁸⁵ Esse movimento foi analisado anteriormente por PRATES & CALDAS (2013).

⁸⁶ Para uma sistematização sobre as citações sobre psicologia escolar e educacional no Jornal do CRP-06 durante a década de 1980, ao longo das 69 edições dessa publicação, consultar Anexo IV de PRATES (2011).

⁸⁷ Projeto quer psicólogos na Rede Oficial de Ensino. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 1, nº 6, novembro/dezembro de 1981, p. 4 (Anexo 5).

⁸⁸ Ata da 224ª Reunião Plenária Ordinária (26/10/1981).

comissão organizada no evento, ocasião em que mediante a votação do projeto na Assembleia Legislativa, em data não informada nos documentos, organiza-se a mobilização da categoria em duas frentes: um comunicado geral em um jornal de grande circulação ⁸⁹ e o envio de ofícios aos psicólogos que participaram no II Encontro de novembro para comparecerem à votação ⁹⁰.

O projeto é aprovado por uma instância, o que motiva nova mobilização para obter apoio da categoria ⁹¹, tendo como exemplo mais uma publicação no jornal da autarquia ⁹², no entanto, há a oposição dos orientadores educacionais que aparentemente se pronunciam contra o projeto de lei 519/81 ⁹³. Recorde-se que uma das iniciativas do II Encontro realizado há cinco meses era justamente estabelecer diálogo com esses profissionais que ao que parece, eram contrários ao projeto de lei, discussão que será ampliada na análise do próximo evento.

É anunciado o veto do projeto pelo então governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, o que gera a iniciativa de noticiar aos psicólogos por meio da publicação de um texto a ser preparado pelo conselheiro Sérgio Antonio da Silva Leite, além de convocar os participantes dos I e II Encontros para participar de reunião organizada pelo SPESP e o CRP-06 na Assembleia Legislativa, no dia 1º de maio de 1982, a fim de dialogar com os parlamentares e traçar estratégias de mobilização. ⁹⁴ Os resultados dessa reunião são transmitidos por Sérgio Leite que expõe a estratégia de manterem a luta, focando a derrubada do veto, tendo como primeira iniciativa o envio de ofício para todos os deputados solicitando apoio. ⁹⁵

Apesar de obter apoio de alguns parlamentares ⁹⁶, foi anunciada em uma reunião plenária a manutenção do veto, culminando no arquivamento do projeto de lei, tendo novamente a intervenção do conselheiro Sérgio Leite que, a pedido do Plenário, redigiria um artigo ⁹⁷ esclarecendo o percurso do projeto de lei 519/81, culminando, se não no primeiro, ao menos em

⁸⁹ Projeto 519 nas mãos do Governador. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 2, nº 7, janeiro/ abril de 1982, p. 2. (Anexo V). Apesar de não ser um jornal de grande circulação a referida publicação cumpre o papel de mobilização, seja como uma iniciativa a mais à anunciada, seja como a única possibilidade disponível.

⁹⁰ Ata da 238ª Reunião Plenária Ordinária (08/03/1982).

⁹¹ Ata da 242ª Reunião Plenária Ordinária (19/03/1982).

⁹² Vamos aprovar o projeto de lei 519/81!. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 2, nº (edição especial) março/ abril de 1982, p. 1.

⁹³ Ata da 244ª Reunião Plenária Ordinária (12/04/1982).

⁹⁴ Ata da 245ª Reunião Plenária Ordinária (19/04/1982).

⁹⁵ Ata da 247ª Reunião Plenária Ordinária (03/05/1982).

⁹⁶ Ata da 249ª Reunião Plenária Ordinária (17/05/1982) e Ata da 250ª Reunião Plenária Ordinária (24/05/1982).

⁹⁷ As lições do projeto 519. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 2, nº 8, maio/ junho de 1982, p.3.

um dos primeiros fracassos da categoria em inserir-se na educação a partir de uma política pública, mas não sem luta e organização dos psicólogos.

Cabe lembrar que o referido projeto também foi tema de polêmica no grupo, seja na consideração da inadequação de seu texto original, que rebaterá em discussões posteriores sobre o papel do psicólogo na educação ⁹⁸, seja na consideração de que não era apenas um movimento para conquista do mercado de trabalho, mas um movimento efetivo de disponibilizar serviços psicológicos que contribuíssem para o processo educativo ⁹⁹.

É fato que os Encontros passam a se situar como núcleos de organização dos psicólogos, mesmo após sua realização, servindo como referência para a mobilização dos profissionais como foi o caso na luta pelo projeto de lei 519/81, o que fundamenta nossa hipótese dos eventos terem sido um instrumento de mobilização importante da Comissão de Educação ¹⁰⁰, movimento pioneiro, anterior à Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE) que, a partir da década de 1990, passa a assumir atividade semelhante.

3.3 III Encontro de Psicólogos da Área de Educação (1982): o último capítulo de um projeto

O último dos três Encontros aconteceu no dia 11 de dezembro de 1982, tendo como objetivo “tentar definir subsídios para a elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo na área de Educação”. (ANAIS DO III ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1983, s/n)

Indicado como decisão do evento anterior, os organizadores apontam a necessidade de “tentarmos ter um documento que mais ou menos situe a posição do psicólogo na área de educação” (ibidem, p. 1). O referido documento concretiza-se nos Anais do III Encontro, não havendo registro de outro material além dos analisados na presente pesquisa.

Esse terceiro evento é apresentado com uma estrutura mais simplificada, se comparado com as anteriores, sendo limitada a quatro palestras, cujo registro nos documentos manteve o coloquialismo das falas e uma discussão final que não foi registrada nos Anais.

⁹⁸ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.15).

⁹⁹ Depoimento de Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.8).

¹⁰⁰ Respectivamente as Atas (238, 243 e 245).

A mudança para esse modelo reduzido é sintomática do movimento da Comissão de Educação, que vinha perdendo força e cujas circunstâncias encaminham para o fim da realização dos eventos na década de 1980. Cabe enfatizar que diferente dos eventos anteriores, a análise do III Encontro não conterà subseções, respeitando a estrutura do documento.

A primeira fala se deu com a palestra de Elenita de Rício¹⁰¹, que traz como apontamento para a discussão que o lugar de onde parte não é propriamente o de psicóloga escolar, mas como supervisora de estágio de psicologia escolar da Fundação Educacional de Bauru, sustentando que tem como base o seu trabalho apresentado no evento anterior. A palestrante afirma que:

Parece que a partir daquele trabalho já havia uma proposta de psicologia escolar sendo tentada, sendo ensaiada, que basicamente se resumia no psicólogo escolar estar dentro da escola e de lá tentar um trabalho de conscientização de toda a população envolvida acerca das dificuldades que a própria escola vinha criando para o aluno, muito mais do que trabalhar apenas os alunos. [...] Eu acho que é nessas respostas que nós poderíamos talvez encontrar algum caminho, para começar a pensar uma proposta ampla, para ser inclusive encaminhada porque já é hora do psicólogo fazer parte, de uma Secretaria de Educação ou realmente, tomar parte na educação. (ibidem, p. 2)

As dificuldades de se conciliar a supervisão de estágio atendendo à demanda da escola, ao mesmo tempo sem invadir o espaço do estagiário responsável pela atuação que tem nessa prática uma experiência, tida como requisito para a sua formação profissional, não é deixada de lado, mas explicitada pela palestrante. Os limites dessa atuação também são evidenciados:

Nós não conhecemos ainda a realidade, e quando você a conhece, não pode atuar totalmente de acordo com ela, por que aí há os impedimentos e o limite da própria instituição escolar; quer dizer, trabalhar dentro da instituição significa conhecer os seus limites e principalmente quando você tem uma proposta ou tentativa de uma proposta de mudança que eu já não chamo mais nem de prevenção. Eu acho que é preparação de uma mudança ou de uma transformação por que na verdade o que a gente faz dentro da instituição jamais vai ser a transformação. Acho que se prepara uma transformação que não vai ser feita de dentro da instituição, eu não acredito mais nisso dentro da prática que a gente tem feito. Porque dentro da prática, a gente caminha até um certo ponto, e quando realmente algumas mudanças começam a ocorrer então começam a aparecer alguns limites; [...] (ibidem, p. 2 e 3)

¹⁰¹ Psicóloga (1978) pela Fundação Educacional de Bauru, Especialista (1980) em Psicologia Educacional pela UNICAMP, mestre (1992) em Educação com a dissertação *Psicologia Escolar: tendências e avanços da psicologia na educação escolar* e doutora (1997) em Educação com a tese *Visão crítica de Educação e Psicologia: elementos para a construção de uma visão crítica de Psicologia Escolar* pela UNESP. Foi professora e supervisora do curso de Psicologia da Fundação Educacional Bauru desde 1978, continuando na instituição quando a mesma foi incorporada pela UNESP, até aposentar-se em 2003. Atualmente coordena o grupo de estudos de Vigotski e Marx no Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da USP, dirigido por Marilene Proença Rebello de Souza.

Se em um primeiro momento a psicologia preventiva foi apontada como um modelo de superação para o rompimento com o modelo médico, nessa fala isso é questionado, provavelmente a partir dos estudos da palestrante que, em depoimento¹⁰², informa sobre suas leituras pautadas em Paulo Freire (1921-1997), Célestin Freinet (1896-1966) e Alberto Merani.

No entanto, as limitações da atuação do psicólogo continuam dependendo, não da demanda de uma mudança institucional, mas de uma demanda dos educadores que reivindicam atendimento clínico individualizado, tendo a criança como foco dos problemas; romper esses limites é arriscar a posição do psicólogo na escola, fato que aparece na pesquisa apresentada no I Encontro (Anexo IV) e persiste ocasionalmente no discurso dos psicólogos que atuam na educação, inclusive, sendo um dos temas da fala de Lisete Arelaro, que será apresentada adiante.

Elenita de Rício comenta o que acreditava ser uma questão ética a ser denunciada ao Conselho, que diz respeito à atuação de alguns psicólogos que, sob os limites do modelo médico, continuam prestando serviços às escolas da região de Bauru, descrevendo-os da seguinte forma:

[...] o profissional da área clínica quem nem vai para dentro da escola; recebe em sua clínica uma clientela da escola, avalia, e devolve o diagnóstico para os professores, como se as dificuldades estivessem pura e simplesmente nas crianças; quer dizer, recebe-se uma criança “doente”, tenta-se investigar qual é a doença que ela tem e não se tem nenhuma proposta posterior a isso, não há nenhum tipo de acompanhamento, e este é um dos pontos que deveriam ser muito bem discutidos. (ibidem, p. 3)

O envolvimento ampliado com a comunidade escolar foi explicitado pela palestrante que, de uma certa forma, retoma o seu relato anterior ao afirmar que as questões educacionais devem ser enfrentadas na medida em que professores, pais e alunos sejam envolvidos, tendo em vista várias áreas que a escola demandava e tinham direta ou indiretamente vinculação com a psicologia, tais como: motivação, educação sexual, reprovação e alfabetização.

Elenita de Rício comenta que as formas de inserção na escola, em sua experiência, são das mais diversas, seja a partir de contatos pessoais com funcionários da instituição, seja a partir de convênios firmados com a prefeitura para a realização de estágio nas escolas.

A palestrante alerta que o contato inicial com a instituição não deve contar com uma proposta de mudança, pois à medida que isso tem sido tentado, os educadores têm posto barreiras, por compreenderem o trabalho do psicólogo limitado ao atendimento individual, o que deve ser

¹⁰² Depoimento de Elenita de Rício Tanamachi (16/12/2014, Anexo II – excerto 4.8).

atendido num primeiro momento, tendo em vista a manutenção de um trabalho com os professores, que tem permitido a superação desses limites para uma atuação mais abrangente:

[...] eu acho que fica talvez a proposta ainda levantada no II Encontro, que é do psicólogo como disparador de um processo de mudança onde esta inexistente, como é o caso da instituição onde nós entramos. Eu estou apresentando talvez um ponto dentro de uma realidade onde a gente está trabalhando. A nível da instituição educacional mais ampla, de um sistema todo, nós tivemos a oportunidade nesse ano e ano anterior de tentar conhecer um pouco além do que era só a escola, de onde vinham aqueles limites, onde iam aqueles diretores de escola que estavam sempre sendo chamados em delegacias de ensino, divisão regional de ensino. Fomos tentando procurar conhecer um pouco além, e aí realmente me parece que surgem outros pontos importantes. (ibidem, 5)

A fala de Elenita de Rício nos traz elementos de ruptura, apontando para uma atuação da psicologia escolar e educacional que já estava emergindo em fins da década de 1970 e se constituindo propriamente no início de 1980, elementos que passaram a ser o norte do projeto de psicologia escolar e educacional que se constituía nos Encontros.

A segunda fala foi de Jane Persinotti Trujillo¹⁰³, que partiu da discussão do seminário anterior¹⁰⁴, que teve como um dos temas a indefinição da identidade do psicólogo na educação, interpretada por ela como sendo não só o desentendimento do professor em relação ao papel do psicólogo, mas também a incompreensão do psicólogo sobre sua própria atuação na instituição.

Esse ponto encontra-se em todos os Encontros, marcando tentativas não só da constituição da identidade profissional, mas também da demarcação de espaço que justifique o psicólogo como um profissional da educação, sendo um ponto polêmico de discussão. A palestrante também resgata a discussão de outro ponto comum nos eventos anteriores:

Eu acho que em primeiro lugar, definir a atuação do psicólogo na educação pressupõe um determinado tipo de visão de mundo e de visão de homem; acho que esse é um ponto crucial para a prática educacional, embora sempre exista subjacente um determinado tipo de visão de mundo, de visão de homem. (ibidem, p. 7)

O conjunto de textos oferecidos no II Encontro demonstra a preocupação da Comissão de Educação em fundamentar uma visão crítica de mundo, sobretudo na compreensão da luta de

¹⁰³ Psicóloga (1973) pela Universidade de São Paulo e Mestre (1999) com a dissertação *Reconstrução histórica de um curso de psicologia: pensando a formação no ensino superior privado* na PUC/SP. Lecionou em diversas instituições, tendo atualmente vínculo como docente e supervisora do curso de psicologia da Universidade de Guarulhos – chamada anteriormente de Faculdade Farias Brito – desde 1976 e atuando como diretora em uma escola pública desde 2005.

¹⁰⁴ Provavelmente referindo-se ao *Seminário sobre Modelos de Atuação do Psicólogo na Área de Educação*, realizado pouco antes do evento no dia 18/09/1982.

classes e sua implicação para a educação, questão que também pode ser verificada nas palestras de Mirian Warde, Guiomar de Mello e Odette Pinheiro em 1980, portanto, não se pode dizer que depois de três anos de atividades esse tema fosse uma novidade, porém, na visão da palestrante, ainda encontrava-se como central, complementando da seguinte forma:

E aí eu coloco uma questão que é muito pessoal, que é uma crítica, à própria formação, à própria ideologia, eu poderia chamar assim, à nossa classe de profissionais. Eu percebo, pelo tempo de trabalho na área, que em geral o psicólogo é uma pessoa que tem muito pouca visão social, muito pouca visão política e isso interfere fundamentalmente em como ele pauta o trabalho dentro de uma instituição educacional. [...] Então, eu sinto que o psicólogo é um profissional que está muito isolado, como um profissional liberal mesmo, tentando definir o seu campo de atuação, não percebendo todo um outro contexto, onde ele está inserido e onde o próprio trabalho dele está inserido. (ibidem, p. 11)

Em outras palavras, a palestrante ainda vê como problemática a formação política do psicólogo, compreendendo esse fato como um ponto falho na atuação, que pode inclusive tornar esse profissional um reproduzidor dos valores que sustentam as relações conservadoras da escola. Há que se considerar que, nesse percurso de três anos de atividade da Comissão de Educação, sem dúvida a explicitação de um projeto ético-político da Psicologia que influenciasse na atuação dos psicólogos para propor uma Psicologia comprometida com os interesses das classes populares era um ponto fundamental e os Encontros serviam de veículo para construir um projeto de psicologia escolar e educacional alinhado a essas intenções que se apresentam a Jane Trujillo como uma questão aberta que não foi superada, apoiando a hipótese de que talvez a compreensão crítica estivesse ainda limitada à visão dos organizadores do evento e ainda pouco difundida entre os psicólogos da época, como mencionado anteriormente. Joel Martins também retoma esse ponto expondo as deficiências do curso de formação em psicologia, expondo particularidades que complementariam essa fala.

É importante destacar na fala dessa palestrante, como ela define o psicólogo na educação e as possíveis funções em nível institucional:

Eu vejo assim o profissional dentro da área de educação, como alguém que estaria comprometido com o ser humano, com o desenvolvimento do ser humano dentro deste processo de educação. Aí, eu acho que o psicólogo é antes de tudo um educador, o psicólogo que está trabalhando na educação e é um educador dentro de uma equipe de educação. Eu não consigo separar o trabalho do psicólogo na educação dos outros profissionais. (ibidem, p. 7)¹⁰⁵

¹⁰⁵ Sobre uma releitura atual desse tema, consultar o depoimento de Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II – excerto 5.11).

É a partir dessa definição que Jane Trujillo fundamenta duas possibilidades do que entendia como funções específicas do psicólogo. A primeira como profissional que interfere nas relações estabelecidas no contexto educacional entre todos os envolvidos e a segunda como compreensão dos processos psicológicos do indivíduo inserido naquelas relações no interior da escola, complementando seu ponto de vista da seguinte forma:

Eu pressinto que esses dois aspectos, a compreensão da relação e a compreensão do aspecto mais individual de cada ser humano, seriam assim o campo de contribuição que o psicólogo poderia dar dentro desta equipe educacional e obviamente que esse tipo de trabalho vai acontecer diferentemente dentro de cada unidade escolar. Eu não vejo o psicólogo trabalhando separado dessas pessoas, mas fazendo parte do planejamento, da organização curricular, não como alguém que vai definir essas coisas mas que vai levar esses dois aspectos que eu apontei para essas situações... (ibidem, p. 8)

A palestrante entende como possibilidade uma atuação que mescle a compreensão individual dos processos psicológicos frente às relações sociais que se estabelecem na escola, tendo em vista um processo educacional mais amplo, assim como a realidade específica de cada instituição e de seu funcionamento em particular. É a partir desses aspectos gerais que se fundamentaria uma atuação comprometida com a demanda da escola, que seria discutida e planejada conjuntamente com os professores em um modelo semelhante ao exposto por Elenita de Rício ao considerar a necessidade de se construir um trabalho coletivo. No entanto, Jane Trujillo em depoimento afirma não se recordar do avanço dessas questões naquele momento:

Agora dentro do grupo dos psicólogos, eu não me lembro dessas discussões avançarem... da gente conseguir... ter uma idéia de propor um tipo de atuação, acho que a gente vinha de um *anti-modelo*, não vamos fazer a clínica na escola, agora como é que isso pode se dar, estava todo mundo meio que em busca, haviam essas experiências que a Elenita fala das coisas que ela fazia em Bauru com os estagiários a gente fazia outras coisas, a gente estava fazendo esse tipo de experiência.¹⁰⁶

Também é enfatizado em depoimento que a falta de clareza da atuação do psicólogo escolar poderia ter um efeito contrário ao do profissional que tivesse uma visão crítica, ou “uma determinada visão de mundo e de homem”, que se não alinhado com uma perspectiva ampla de educação e das relações sociais envolvidas estaria apenas reproduzindo a estrutura que critica.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Depoimento de Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II, excerto – 5.4).

¹⁰⁷ Para compreender outras considerações sobre esse momento específico, consultar o depoimento de Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II, excertos 5.10).

A terceira palestra do evento foi de Lisete Regina Gomes Arelaro ¹⁰⁸, que assume falar do ponto de vista da educação, de modo a colocar logo de início a questão da seguinte forma: “acho que este deva ser um espaço democrático para discussão, porque realmente eu sou a favor do psicólogo na educação e contra o psicólogo na escola hoje, na escola pública, sem dúvida nenhuma, neste momento, por isso estamos aqui para discutir”. (ibidem, p. 12)

A palestrante apoia a sua fala na realidade caótica da educação brasileira, enfatizando as regiões Norte e Nordeste, que possuíam as condições mais alarmantes do país naquele momento, seja na formação dos professores que, em sua maioria tinham até o ginásio, seja nas condições a que este educador estava submetido ao atender uma demanda grande em diversos níveis como professor polivalente. É a partir deste ponto que Lisete Areralo apoia-se para argumentar:

Estou discutindo a questão do psicólogo dentro de uma perspectiva nacional evidentemente, então este quadro é um quadro no qual é difícil para qualquer profissional que esteja pensando sobre as questões mais amplas da educação, quer dizer, na área mesmo de política educacional, defender, justificar, reivindicar, que de fato mais alguém seja colocado dentro do campo da escola, nessas circunstâncias. A impossibilidade é real, não vai colocar psicólogo porque não tem nada do resto, não tem porque colocar psicólogo, não tem sequer professor... (ibidem, p. 13 e 14)

A própria formação do pedagogo é retomada a partir da questão da departamentalização como um processo de fragmentação de trabalho, que se intensifica a partir da lei 5.540, gerando diversas funções no interior da escola e permitindo a formação de professores distante do contato com a realidade. A palestrante expõe o ponto de vista dos educadores, que consideram os especialistas, dentre os quais estaria o psicólogo, como profissionais que estariam invadindo seu território, tendo em vista, inclusive, a existência do orientador educacional que nessa fala foi compreendido como um profissional que exerceria as mesmas funções do psicólogo na educação.

A questão dos especialistas é inclusive compreendida como um problema a ser considerado a partir dos profissionais que já estavam atuando na escola como, por exemplo, o já citado orientador educacional, mas também o administradores escolares, orientadores pedagógicos e supervisores pedagógicos que tinham seus respectivos papéis questionados pelos professores.

¹⁰⁸ Pedagoga (1966) e Especialista (1968) em Administração Escolar pela PUC-Campinas, Mestre (1980) com a dissertação *A descentralização na Lei nº 5692/71: coerência ou contradição?* e Doutora (1988) com a tese *A (ex)ensão do Ensino Básico para todos: o avesso de um direito democrático* e Livre Docente (2005) com a tese *Os Fundos Públicos no Financiamento da Educação – o caso FUNDEB: justiça social, equívoco político ou estratégia neoliberal?* pela USP. Leciona na Faculdade de Educação da USP desde 1982, tendo exercido diversas atividades em outras instituições.

ALMEIDA (1992) tece algumas considerações sobre a fragmentação do trabalho no interior da escola, tendo em vista a divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo, que mantém e intensifica a estrutura educacional fragmentada, apontando possibilidades de superação, nas quais esses profissionais, ao assumirem uma proposta coletiva, poderiam superar essa condição da escola como reprodutora de valores. No entanto, a palestrante já no início da década de 1980 questiona esse tipo de posicionamento ao colocar em questão, por exemplo, a função do administrador escolar como um mero burocrata, que passa a ser questionado pelos professores.

O reconhecimento do psicólogo como um profissional capaz de contribuir para a educação não é ignorado pela palestrante, mas a condição a que a escola estava submetida naquele momento impedia Lisete Arelaro de considerar que o psicólogo ou qualquer outro especialista oferecesse algum benefício como componente da equipe escolar:

Eu não estou aqui, sem dúvida nenhuma, reduzindo a possibilidade de entrada de vocês dentro da escola, eu estou achando que de fato, neste momento talvez a briga central de vocês não seja para entrar dentro das 5.500 unidades escolares. Acho que falta, sim, a colaboração do profissional psicólogo dentro das discussões amplas e específicas da questão educacional; acho que há vários níveis de atuação dentro de toda a estrutura inclusive da secretaria. Ainda que não necessariamente nesse momento, acho que seria prematuro, na minha opinião, e arco com a responsabilidade de achar isso. (ANAIS DO III ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1983, p. 18)

Lisete Arelaro defende que, se adotada uma perspectiva efetivamente crítica da realidade brasileira, ao compreender a educação como um processo amplo, deveria se considerar acima de tudo a relação que fundamenta a existência da escola, ou seja, a relação professor-aluno, o que significa em seu ponto de vista fortalecer as condições dos professores, oferecendo-lhes melhores condições para desenvolver seu trabalho. Esta fala é encerrada da seguinte forma:

Efetivamente, neste momento em São Paulo, é prematuro que eu tenha um psicólogo à disposição da escola porque este psicólogo só tem neste momento uma função: este atendimento clínico a que vocês, a que todos, aqui dentro, efetivamente são contra; quer dizer, se for para abrir um espaço dentro da escola, não tenham dúvida nenhuma, o único espaço que as pessoas dentro da escola estão interessadas é num espaço clínico, como se de fato, a questão educacional fosse uma questão psicológica e não uma questão muito mais complexa, como de fato ela é. É uma questão política, econômica, social, educacional e psicológica. (ibidem, p. 18 e 19)

Se comparada com a fala de Guiomar de Mello no primeiro evento, podem ser estabelecidos alguns pontos semelhantes como, por exemplo, a fragmentação do trabalho no interior da escola, entendida na primeira ocasião como consequência para o esvaziamento da função docente e nessa segunda fala como um processo de departamentalização. Ambas as

interpretações apontam para uma visão crítica em relação aos especialistas no interior da escola, que leva em consideração a relação fundamental da instituição entre professor e aluno, mas nesse momento, em 1982, Lisete Arelaro aponta como possibilidade a atuação do psicólogo em níveis mais amplos na secretaria de educação.

A última palestra do III Encontro foi realizada por Joel Martins ¹⁰⁹, que inicia expondo seu contentamento por estar unido com a nova geração de psicólogos que passaram a discutir a psicologia como uma ciência ética e política, expondo indiretamente o que interpretamos ser a clareza de que os eventos são apresentados a partir de um projeto ético-político da Psicologia.

O palestrante expõe inicialmente dois pontos que julgamos importante explicitar. O primeiro refere-se à formação do psicólogo escolar ainda pautada em uma literatura estrangeira, que se constituía a partir de ideias desenvolvidas em outros lugares, tendo em vista a ausência de bibliografia nacional da psicologia da educação que contemplasse a realidade brasileira. O próprio termo, psicologia da educação, é entendido pelo autor como sendo criado pelos norte-americanos, complementando que “esse adjetivo educacional jamais pode modificar a psicologia; psicologia se não for educacional não é psicologia” (ibidem, p. 19). O segundo ponto é a compreensão do indivíduo como ser histórico:

Será necessário recuperar o pensar a condição humana, para além da perspectiva do ponto de vista reflexivo e do ponto de vista objetivo; pensar tal condição não a partir do lugar dos filósofos que dela fizeram a fonte absoluta do sentido, e aí, é que os psicólogos se separam dos filósofos. Mas também, não pensar essa condição humana do ponto de vista dos homens de ciência, positivistas, que a reduziram a um comportamento dado a um espectador que observa. A psicologia tem aceito que o comportamento como a coisa, como o dado, fazendo dele a sua natureza, quando na realidade ele é a manifestação de uma história que se faz, uma história de vida que se tece, o que é um ser histórico. O que é que sustenta isso? Todo o pensar seja filosófico ou científico, parte sempre das crenças que se tem sobre as coisas, a segunda expositora diz muito bem: que é preciso recuperar o pensar o homem no mundo e no universo. Então, este é um pensar filosófico. (ibidem, p. 20)

Se bem analisado esse trecho, podemos apontar algumas questões que já apareceram anteriormente, desde a adoção de uma visão de mundo que rompa com a perspectiva liberal já apontada pela fala de Jane Trujillo e explicitada em outros momentos, como também na

¹⁰⁹ Joel Martins é considerado como um dos protagonistas da criação da pós-graduação no Brasil e um importante professor da PUC/SP que fundou o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. Para informações precisas sobre Joel Martins recomendamos a leitura de dois artigos: SAVIANI, Dermeval. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2005; LUNA, Sérgio Vasconcelos de. 40 anos do PED. Evidência de uma missão (bem) cumprida/ cumprida. *Psicol. Educ.*, São Paulo, n. 31, ago. 2010.

construção de uma psicologia que rompa com a compreensão de comportamento que a julgar pela fala de Joel Martins se reduz a uma visão limitada do fenômeno, que perde a sua historicidade.

Tais limites encontravam-se no ponto de vista de alguns depoentes, como Sérgio Leite e Elenita Tanamachi, que compreendiam o Behaviorismo que, apesar de ser uma abordagem acessível e progressista naquele período, também reservava limitações que a impediam de ser histórica e dialética, movimento que fez com que os referidos depoentes buscassem a psicologia histórico-cultural, a fim de superar esses limites.

A formação crítica do psicólogo no que tange a sua percepção da conjuntura social e política a que a escola está submetida, que foi intensamente trabalhada ao longo dos três eventos, aparecendo na fala de Jane Trujillo, é contemplada mais uma vez por Joel Martins:

Como um ser da espécie, é que o homem submetido à relação de trabalho assume essa postura de social e, aí então, nós poderíamos determinar duas linhas fundamentais; a postura social do trabalhador numa sociedade capitalista e o seu destino, quer dizer, a sua miséria, e o aluno na escola, também que assume uma postura de trabalho dentro de uma filosofia liberal, em que coloca o professor como o detentor do poder e do saber, o profissional como o detentor da orientação, das condutas e dos comportamentos e a Instituição Educacional concebida dentro de uma filosofia liberal como usando aquela instituição social necessária e que vai orientar, dirigir e preparar o profissional liberal ou profissional de qualquer natureza na cultura. Então estamos destinados, estamos endereçados a uma cultura normativa que se instala dentro da escola. Eu acho que quando falamos do psicólogo escolar, nós estamos falando de tudo isto, nós estamos falando de alguém que se insere dentro de uma instituição social e que ainda que pense que seja o disparador de mudança, é conservador, mantém de certa forma a instituição social como ela é. (ibidem, 20 e 21)

A contradição da escola como estrutura social e reprodutora dos valores conservadores de uma burguesia que aparece como classe dominante deve ser considerada e explicitada, devendo o psicólogo na educação estar ciente de sua posição na instituição e sua função social, como bem observa PATTO (1984), no entanto, não acreditamos que o conteúdo da fala do palestrante, apesar de não explicitar, descarte a função dos profissionais dentro da instituição como agentes, se não de mudança, ao menos de resistência.

Elenita de Rício abre o evento colocando o psicólogo como um profissional que prepara uma mudança e se serve de experiências coletivas em que todos os envolvidos da escola participam do planejamento e das ações, direcionadas em um movimento de quebra das relações conservadoras do que seria uma estrutura liberal, portanto, julgamos prematuro simplificar a questão, apontando qualquer ação do psicólogo na educação como mero reprodutor dos valores

liberais e acreditamos que a fala desse palestrante não necessariamente afirma isso, o que não significa considerar o seu acerto em reconhecer as limitações da ação do psicólogo ou de qualquer outro profissional que julgue a escola como único ou principal instrumento de mudança social, posição ingênua que desconsidera as outras esferas sociais em que a luta de classes está envolvida e em permanente conflito.

Joel Martins levanta algumas outras questões, que excederiam os limites dos nossos interesses, mas cabe enfatizar que novamente é mencionado o papel do orientador educacional e suas limitações, justamente por ser um profissional regulamentado e entendido, nessa fala como agente conservador das relações sociais instituídas pela escola.

ALMEIDA (1992), ao discutir o papel dos especialistas dentro da escola, argumenta que o orientador educacional pode exercer um papel de transformação, que se assemelha às especificidades da atuação do psicólogo na educação, debatida nesses três anos de Encontros, reforçando o argumento de Lisete Arelaro que em sua fala enfatiza a confusão de papéis entre esses profissionais, inclusive debatendo a necessidade deles na escola.

A relação de conflito entre psicólogos e orientadores educacionais foi investigada e pode ser conferida a partir do depoimento de Sérgio Leite ¹¹⁰, que afirma ter tentado uma aproximação com esses profissionais, tendo em vista que essa era uma das ações da Comissão de Educação, que pode ser identificada nos documentos ¹¹¹, entretanto, não houve diálogo, pois havia desde uma questão de conflito em que os psicólogos supostamente estariam “invadindo” a escola, como foi apontado na fala de Lisete Arelaro, como a compreensão dos orientadores educacionais de que o papel do psicólogo estava estritamente ligado ao modelo médico.

Outra questão importante posta pelo palestrante é o papel das agências de transformação, entendidas por ele como instâncias da cultura, mediadas pelos meios de comunicação, que têm influenciado significativamente as crianças e um processo de transformação que tem alterado o valor-judaico cristão, no que concerne à apropriação das crianças de uma visão da sexualidade distante de uma compreensão clara do que entendem a partir desse conteúdo.

Por fim, cabe expor um último trecho que acreditamos circunscrever a fala de Joel Martins, concernente à sua preocupação com a estrutura da formação do psicólogo, que na época

¹¹⁰ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (28/03/2015, Anexo II – excertos 7.3 e 7.4).

¹¹¹ Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias (214, 223, 243 e 244).

encontrava-se ainda muito limitada à implicação desse profissional na realidade, que é onde, de fato, passa a se questionar sobre sua identidade e construir uma prática:

Portanto, veja, o interrogar esse psicólogo escolar, a resposta a esse interrogar, quer dizer, quem é este? que é este ser, o psicólogo escolar, é a pergunta grega, que Heidegger se propunha: o que é isto da filosofia. Para poder responder, eu tenho que estabelecer uma trajetória em direção a esse psicólogo escolar. Ele não se forma na instituição, no curso de psicologia, e se se formasse seria um desastre, por que ninguém melhor do que nós sabemos a pobreza, o horror que é o currículo na formação do psicólogo. O psicólogo começa a se preocupar com a psicologia quando sai da faculdade, quando sai da escola, ele diz; - o que é que eu sou?, - o que é que eu vou fazer?. Portanto, eu acho que nós temos estamos assim... num momento muito importante, muito sério, dentro de uma ciência que é ética, e política e humana ao mesmo tempo. (ANAIS DO III ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1983, p. 23)

O desfecho desses três anos de evento remonta a questões presentes desde o início das discussões, que se pautam na possibilidade de situar a contribuição do psicólogo na educação a serviço das classes populares, no entanto, as limitações das discussões e a da realidade educacional com a qual se defrontavam impediram que houvesse continuidade a partir de um quarto evento na década de 1980.

O projeto de psicologia escolar e educacional como movimento de discussão profissional das entidades com a categoria dos psicólogos acaba com o III Encontro, mas a comissão continua suas atividades em 1983, a partir de estratégias que partiam das contradições que não foram possíveis superar naquele momento. Uma última menção sobre esses Encontros aparece em uma matéria da autarquia¹¹², em que a partir do relato de Yvonne Khouri, os eventos são retomados brevemente junto à afirmação de que não havia previsão para novas edições, que só voltaram a acontecer em 2005 e 2007, marcando outra época e outra história.

¹¹² Como se constrói nossa história. *Jornal do CRP-06*, São Paulo, Ano 7, nº 50, junho/ julho de 1987 (Anexo V).

Considerações finais

*Se a primeira premissa fundamental da história
é que ela é criada pelo homem,
a segunda premissa igualmente fundamental
é a necessidade de que nesta criação exista uma continuidade.
A história só é possível quando o homem
não começa sempre de novo e do princípio,
mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos
pelas gerações precedentes.
KOSIK (1963/2011, p. 238)*

A investigação que propusemos realizar a partir do conjunto de eventos que constitui o percurso dos Encontros no início da década de 1980 acompanha o trabalho e os esforços dos psicólogos comprometidos com a Psicologia e com a Educação.

É a partir das evidências de um projeto ético-político da Psicologia, que conseguimos, por meio de indícios, reconstruir um projeto de psicologia escolar e educacional.

Trata-se de um projeto aparentemente passageiro que, no entanto, marca o movimento de uma geração, que passou a questionar a sua profissão, assumindo uma dimensão política até então ignorada pelos seus precedentes. O percurso de três anos que circunscreve esse projeto dá o tom para o que veio no futuro e que gerações do presente se servem para pensar, construir e exercer a psicologia na educação.

As considerações finais deste estudo não devem deixar de considerar as hipóteses para o fim dos eventos, dentre as quais pode se caracterizar uma mudança de estratégia das entidades, cujo provável ponto de demarcação está na fala de Lisete Arelaro, que convence o grupo de sua posição, como confirmam Sérgio Leite ¹¹³ e Wanda de Aguiar ¹¹⁴, que explica:

[...] não adianta a gente brigar pelo psicólogo, temos que fazer uma discussão geral, mas também ficou megalomaníaco, tem um professor mal pago, vai botar uma equipe com todo mundo assim na escola? Então quem que nós queremos botar na escola? Eu acho que nós não conseguimos formular uma política clara, eu acho que foi uma fala mesmo que/ falar

¹¹³ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excertos 1.17 e 1.18).

¹¹⁴ Depoimento de Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excertos 6.9 e 6.10).

agora que está no passado é fácil, mas assim, nós não tivemos as condições de enfrentar essa grande contradição que era nós brigando por psicólogo na escola, não sei o que, o que ele faz e, por outro lado, um estado que não tem política pública pra bancar uma escola com atendimento melhor, no caso o psicólogo ou outro profissional que fosse necessário.¹¹⁵

A depoente afirma que naquele momento a avaliação dos psicólogos tinha sido para organizar eventos mais informais para discussões específicas, explicitando o desapontamento por parte do grupo a partir do III Encontro: “Nós não reunimos, naquele momento histórico, condições para enfrentar essa contradição e nós fomos desanimando mesmo a partir desse terceiro Encontro [...]”.¹¹⁶

A mudança de gestão das duas entidades também contribuiu para o fim dos eventos, como confirma Sérgio Leite¹¹⁷ ao reconhecer que não houve continuidade dos trabalhos da Comissão de Educação. Identificamos que, no ano de 1983, essa comissão ficou reduzida no Conselho à participação de Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, sem que nenhum outro conselheiro pudesse auxiliá-la¹¹⁸. No entanto, foi possível identificar o envolvimento por parte da autarquia ainda nesse período na discussão das equipes multidisciplinares¹¹⁹ que passaram a ser a nova estratégia¹²⁰ de ação da comissão e, ainda, nos anos seguintes houve o apoio aos psicólogos escolares da Prefeitura Municipal de São Paulo, narrado por Jane Trujillo¹²¹.

Apesar da Comissão de Educação manter sua atividade no Sindicato na gestão seguinte, como pode ser observado em HUR (2005, p. 241) no gráfico 23 e a partir do depoimento de Wanda de Aguiar a esta pesquisa, na gestão que se inicia em 1983 também mudam as estratégias de ação dessa entidade, como confirma Ana Bock, presidente nessa nova fase, que explica que com a abertura política, que favoreceu a organização dos movimentos sociais, o Sindicato passou

¹¹⁵ Ibidem, 6.10.

¹¹⁶ Ibidem, 6.10.

¹¹⁷ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (28/03/2015, Anexo II – excerto 7.1).

¹¹⁸ Ata da 323ª Reunião Plenária Ordinária (19/09/1983).

¹¹⁹ Atas (320, 328 e 330).

¹²⁰ Sobre as equipes multidisciplinares, consultar PRATES & CALDAS (2013). Também é possível identificar essa discussão em algumas publicações do Conselho: Educação: proposta a criação de equipes multidisciplinares. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 3, nº 17, setembro/ outubro de 1983, p. 4; Equipes multidisciplinares em Educação. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 3, nº 18, novembro de 1983, p. 4; Em Bauru, psicólogos em Equipe Multidisciplinar de Educação e Saúde. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 4, nº 24, junho de 1984, p. 3; Agora, um debate sobre a Equipe Multidisciplinar nas Escolas. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 4, nº 25, julho de 1984, p. 2; Educação aprofunda discussão das equipes multidisciplinares na rede de ensino público. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 4, nº 27, setembro de 1984, p.4.

¹²¹ Depoimento de Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II – excerto 5.5).

a se preocupar e a colaborar com a organização dos trabalhadores e a discutir questões do mundo do trabalho, momento em que houve alteração da estratégia, cujas consequências foram relatadas da seguinte forma:

Tudo isso pra te dizer o quê, que eu acho que esse tipo de encontro perdeu a importância para o Sindicato, ele perdeu a importância, a gente provavelmente achou que já tinha feito o que tinha que ser feito e entregamos isso aqui ao Conselho Regional de Psicologia, porque afinal de contas, é a discussão da ação dos psicólogos na área da educação. Então nós entregamos isso ao Conselho Regional que é a entidade a quem cabe fazer essa discussão e fomos fazer nossa discussão de luta de classes, de salário, de exploração do trabalhador, de fazer crescer o Sindicato dos Psicólogos e de organização dos trabalhadores, vamos participar da fundação da CUT.¹²²

Em outras palavras, quando o Sindicato abre mão da organização dos Encontros delegando essa responsabilidade para o Conselho, que naquele momento sofre um enfraquecimento na sua organização interna relativa à Comissão de Educação e também passa a priorizar outros pontos, ficou evidente que não seriam organizados mais Encontros.

Apesar das discussões e reflexões que constituíram esse movimento que ganhou força com a contribuição decisiva de Maria Helena Souza Patto, as discussões sobre psicologia na educação, por parte das entidades, sofreu uma retração ainda na década de 1980, culminando inclusive no fim do Serviço de Psicologia Escolar na Prefeitura Municipal de São Paulo em 1989, cujas discussões e estratégias de atuação não conseguiram incorporar as discussões postas no início da década na constituição de referências de atuação que garantissem a permanência dos psicólogos na prefeitura, como pôde observar TAVERNA (2003).¹²³

BARBOSA (2011, p. 404) apresenta como hipótese que o discurso que passou a defender a psicologia como uma profissão de saúde, apoiado na Reforma Psiquiátrica e na Luta Antimanicomial influenciou negativamente as discussões sobre a psicologia educacional e escolar:

Aparentemente parecia vigorar nesse período uma crença de que o conceito renovado de saúde poderia abarcar de forma inequívoca a questão da Educação e da Psicologia Educacional e Escolar. Assim, diziam: “o psicólogo é um profissional de saúde onde quer que ele esteja”, e aos poucos essa identidade do psicólogo escolar, como profissional da

¹²² Depoimento de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.14).

¹²³ Esse assunto foi recorrente nos depoimentos, consultar, Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.8), Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.16), Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II – excerto 5.4, 5.5, 5.6 e 5.9) e Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015, Anexo II – excerto 6.9).

Educação ainda em construção e reconstrução foi sendo abalada, a meu ver, por esse tipo de pensamento.

Esse posicionamento é compartilhado por Sérgio Leite que, apesar de não aprofundar a discussão, apresenta como hipótese que esse movimento possa ter influenciado a retração da psicologia escolar e educacional ¹²⁴, e por Jane Trujillo que afirmou em depoimento ¹²⁵ que compreendia como negativa a posição da psicologia como profissão da saúde, no entanto, cabe expor que esse ponto de vista é defendido por Ana Bock, ao explicar que:

[...] os psicólogos são profissionais *de* saúde, não é *da* saúde, depois o Ministério da Saúde vai nos denominar como profissionais da saúde, mas a gente fazia essa distinção, nós somos profissionais *de* saúde, ou seja, a finalidade do nosso trabalho é a saúde, a saúde do sujeito, a sua condição e aí nós vamos trabalhar eu e a Ia [Wanda Maria Junqueira de Aguiar], começar a trabalhar dentro da área de educação com a idéia de promoção de saúde... ¹²⁶

A depoente defende que essa posição representa uma superação para o esclarecimento dos psicólogos como profissionais que atuavam na educação:

Então eu acho que isso não atrapalhou a educação, muito pelo contrário, veio a oferecer um projeto, um esclarecimento, aqueles que trabalhavam na educação, por que? Porque o que acontecia é que aqueles que trabalhavam em psicologia da educação se transformavam em educadores e trabalhavam como educadores, eles não eram psicólogos na educação, eles eram educadores, nós nos definíamos, nos afirmávamos como educadores [...] Então ser um profissional *de* saúde *na* educação, era um projeto pra psicologia educacional. ¹²⁷

Cabe lembrar que essa questão é recorrente no Conselho durante o período investigado, como pode ser observado na Tabela 2/ Eixo temático 7, constituindo um elemento em comum entre a gestão conservadora que em 1979 defendia a psicologia como área *da* saúde ¹²⁸ e a gestão de oposição que assumiu essa posição como um movimento estratégico para conquistar o direito de que os usuários dos serviços de psicologia pudessem abatê-los no imposto de renda ¹²⁹, estratégia que obteve consenso em uma reunião do Conselho Federal de Psicologia ¹³⁰ e cuja luta permaneceu durante essa gestão, que pode verificada a partir de uma reunião na autarquia que, a

¹²⁴ Depoimento de Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II – excerto 1.19).

¹²⁵ Depoimento de Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015, Anexo II – excerto 5.7 e 5.9).

¹²⁶ Depoimento de Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014, Anexo II – excerto 2.15).

¹²⁷ Ibidem, 2.15.

¹²⁸ Ata da 120ª Reunião Plenária Ordinária (29/01/1979).

¹²⁹ Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária (06/04/1981).

¹³⁰ Ata da 200ª Reunião Plenária Ordinária (27/04/1981).

partir da recusa dessa proposta por parte do governo, propõe uma articulação com o Sindicato para realizar uma campanha ¹³¹ e da apreciação de um documento do CFP que reconhece em 1982 o psicólogo como profissional *da saúde* ¹³².

Apesar de apoiarmos o posicionamento de BARBOSA (2011) no que diz respeito ao abalo que deslocou as discussões sobre a identidade do psicólogo escolar e educacional naquele momento, ao menos por parte do SPESP e do CRP-06 não podemos negar que a área da saúde abriu espaço para atuação dos psicólogos que se encontram mesmo nos dias de hoje concentrados em sua maior parte nessa área, de modo que, se encarado como estratégia política, podemos considerá-la bem sucedida ao garantir espaço à categoria.

Apesar desse abalo das discussões nas décadas de 1980 e 1990, o tema da Psicologia na Educação foi recuperado com mais intensidade por parte das entidades – SPESP, CRP-06 e CFP – na última década, a partir da construção de um documento, cuja pesquisa coordenada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) produziu as *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica* ¹³³, publicado em 2013 ¹³⁴.

Esse movimento de discussão remonta a uma mobilização que ganhou fôlego a partir dos anos 2000, a partir da mobilização da ABRAPEE e em especial de Marilene Proença Rebello de Souza e outros psicólogos, que organizam junto às I e II Mostras de Práticas de Psicologia em Educação, o IV e V Encontro de Psicólogos da Área de Educação, respectivamente em 2005 e 2007, de modo que, apesar dos Encontros terem sido esquecidos no documentário *A Psicologia Educacional e Escolar em São Paulo: construção de um novo homem*, foram lembrados nessas ocasiões, tendo como alguns de seus participantes, os responsáveis pelos primeiros eventos, como Sérgio Antonio da Silva Leite e Wanda Maria Junqueira de Aguiar.

No entanto, insistimos na lacuna deixada no referido documentário que deixa de lado a realização dos eventos e o protagonismo da Comissão de Educação que, sem dúvida, com base na presente investigação marcam um momento importante na História da Psicologia, justificando a

¹³¹ Ata da 230ª Reunião Plenária Ordinária (14/12/1981).

¹³² Ata da 249ª Reunião Plenária Ordinária (17/05/1982).

¹³³ Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/04/MIOLO_EDUCACAO.pdf

¹³⁴ Cabe mencionar que as pessoas envolvidas na comissão responsável por elaborar esse documento foram: Marilene Proença Rebello de Souza, Carmem Silvia Rotondano Taverna, Iracema Neno Cecílio Tada, Marilda Gonçalves Dias Facci, Raquel Souza Lobo Guzzo, Marisa Lopes Rocha e Marisa Lopes Rocha, com a participação da técnica regional Ana Gonzatto.

sua menção, assim como a de seus realizadores que participaram ativamente na construção de um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo.

O último ponto necessário nestas considerações diz respeito à interpretação da constituição do movimento crítico da psicologia escolar e educacional, na qual propomos uma releitura da interpretação atual, que credita sua origem ao trabalho de Maria Helena Souza Patto, seja estendida na compreensão de que não foi a criação individual, mas construção coletiva que ofereceu as bases para a discussão de uma psicologia crítica.

No entanto, as discussões tinham suas limitações e contradições que naquele momento não puderam ser vencidas e é a partir desse momento que entra o protagonismo de Patto que sistematiza o conhecimento de maneira original, superando os limites que vieram a influenciar toda uma geração. Insistir nessa afirmação é reconhecer a história como um processo complexo que não pode ser reduzido a uma história individual, mas interpretada como uma história coletiva, tomando como base um trecho das palavras de José Saramago que servem de epígrafe a este trabalho: “O que parecia único era plural, o que é plural sê-lo ainda mais”.

A descoberta de um capítulo significativo da história da psicologia só foi possível devido à redução da escala de observação, compreendida nas palavras de GINZBURG (2007, p. 264) da seguinte forma: “Reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé”, o que de fato os eventos foram em diversas ocasiões.

A consideração da importância dos Encontros está em reconhecer um capítulo esquecido na História da Psicologia, cuja significância revela a luta e o movimento de psicólogos que, em uma época em que não havia referências críticas, tentaram construir um projeto de psicologia escolar e educacional.

O ponto de chegada dessa investigação é também seu ponto de partida, cujas palavras inspiradoras de Elenita de Rício que nos serviram para iniciar, nos servem para encerrar a pesquisa: “para que possamos no decorrer de nossa atuação, apresentarmos respostas para a constituição desta área da Psicologia, passando assim a contribuir com a História da Psicologia Escolar, que vem sendo escrita e que deverá nortear nossos trabalhos”.

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Antimanual do mau historiador: ou como se fazer uma boa história crítica?*. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007. 149p.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Micro-história italiana: modo de uso*. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2012. 183p.

ALMEIDA, Anahí de. *Proposta de atuação para o psicólogo na escola: uma contribuição (parcial) da pós-graduação*. 97 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

ALMEIDA, Romeu de Moraes; GATTI, Bernardete; PATTO, Maria Helena Souza; COSTA, Marisa Lobo da; COPIT, Melany Schvartz. Causas de retenção escolar na 1ª série do 1º grau: uma nova abordagem. Trabalho apresentado na XXXI Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Fortaleza, jul. 1979.

BAPTISTA, Marisa Todescan. *Madre Cristina*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 116p.

BARBOSA, Déborah Rosária. *Estudos para um história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil*. 673 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Contribuições para a Construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. *Psicol. cienc. prof.* Brasília, v. 32, n.spe, p. 104-123, 2012.

BARBOSA, Déborah Rosária & SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicol. Esc. Educ.* Maringá, v. 16, n. 1, p. 163-173, jun. 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1944/2001. 159p.

CARVALHO, Bruno Peixoto. *A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético*. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. *Uma profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 anos)*. São Paulo: CRP-06, 1994. 198p.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. V. 1. São Paulo: Edições Sociais, 1886/1977. p. 79-117.

_____. Carta de F. Engels a J. Bloch, 21-22 de setembro de 1890. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 103-104.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 1895/2012. 186p.

FEIJÓ, Ivana Serpentino Castro. *O discurso de psicólogos escolares sobre sua prática: continuidade e ruptura*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular – volume 1: primeiros tempos*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2014. 561p.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru: EDUSC, 1998. 40p.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 216p.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia de Bolso, 1976/2012. 255p.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 254p.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 281p.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?*. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 8ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. 118p.

GORENDER, Jacob. *Combate na trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014. 309p.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992. 95p.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Introdução à história da filosofia*. Tradução de António Pinto de Carvalho. 2ª ed. Coimbra: Armênio Amado, Editor, Sucessor, 1816/1961. 181p.

HUR, Domenico Uhng. *Políticas da psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país*. 315 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 336p.

KARNAL, Leandro & TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-27.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 1963/2011. 250p.

LARA, Juliana Sano de Almeida. *Psicólogos na rede pública de educação: em busca de uma atuação institucional*. 257 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva. *O Projeto de Alfabetização de Mogi das Cruzes: uma proposta para a rede de ensino*. 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____. *Alfabetização: um projeto bem sucedido*. São Paulo: EDICON, 1982. 184p.

_____. Entrevista concedida à *Psicol. Esc. Educ.*, Campinas, ano 4, v. 8, n. 1, p. 95-103, jun. 2004.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011. p. 135-164.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento e Revisão de tradução de Karina Jannini. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1923/2012. 598p.

_____. *Introdução a uma Estética Marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 277p.

- LUKÁCS, Gyorgy. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1955/2009. 255p.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. 40 anos do PED. Evidência de uma missão (bem) cumprida/cumprida. *Psicol. Educ*, São Paulo, n. 31, ago. 2010.
- MÁRKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Reginaldo Di Piero. São Paulo: 1974. 129p.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão de tradução e notas de Marcelo Backes. 2ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 1844/2010. 175p.
- _____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 1847/2009. 269p.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1859/2008. 285p.
- _____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 1867/2013. 894p.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 1845-1846/2011. 614p.
- _____. *Manifesto comunista*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 1848/2010. 271p.
- NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 84p.
- _____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde: Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB*, 2001.
- _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. 256p.
- _____. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.
- _____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014. 341p.

NEVES, Wanda Maria Junqueira. *O psicólogo escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: atividade e representação*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

PATTO, Maria Helena Souza (Org.). *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. 430p.

_____. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984. 229p.

PEREIRA, Thiago Sant'anna. *Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva histórica*. 221 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRATES, Eduardo Freitas. *Para uma história crítica da psicologia escolar em São Paulo*. 87 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação de Psicologia) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

PRATES, Eduardo Freitas & CALDAS, Roseli Fernandes Lins. O percurso histórico-político da psicologia escolar em São Paulo. *Psic. da Ed.*, São Paulo, v. 2, nº 37, 2013. p. 73-81.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 287p.

ROSSI, Waldemar & GERAB, William Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 127p.

SÁ, Marcos Almeida de. *A contribuição de São Paulo na regulamentação da profissão de São Paulo*. 62 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 168p.

SAMPAIO, Benedicto Arthur & FREDERICO, Celso. *Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 127p.

SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 350p.

SAVIANI, Dermeval. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 30, dez. 2005.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA NETO, Walter Mariano de Faria. *Supervisão de estágio em psicologia escolar: contribuições da psicologia crítica à formação e à prática do supervisor*. 181 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO & CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. *Anais do I Encontro de Psicólogos da área de Educação*. SPESP & CRP-06, 1981.

_____. *Anais do II Encontro de Psicólogos da área de Educação*. SPESP & CRP-06, 1982.

_____. *Anais do III Encontro de Psicólogos da área de Educação*. SPESP & CRP-06, 1983.

_____. *O perfil do psicólogo no estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1984. 127p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 133p.

_____. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986. 148p.

_____. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. 163p.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de & CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando. Projetos de lei e políticas públicas: o que a psicologia tem a propor. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO & GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 215-227.

TAVERNA, Carmem Silvia Rotondano. *Um estudo histórico sobre a psicologia escolar na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo*. 139 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

Anexos

Anexo I: Mapeamento dos Anais dos Encontros de Psicólogos da área de Educação

1. Anais do I Encontro

Descrição do material: Este documento é o xerox do original e é composto por 21 páginas, sendo que as duas iniciais – primeira composta pela Capa e a segunda por uma Apresentação do documento – não estão numeradas, ao passo que as dezenove páginas que se seguem estão numeradas, sendo duas folhas por página xerocada. A última página é numerada apenas em sua primeira metade, na segunda metade não está numerada e nela estão dispostos os nomes dos responsáveis pela elaboração dos Anais. A paginação original totaliza 36 folhas.

Data de realização: 6 e 7 de Dezembro e 1980.

Local de realização: Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo-SP.

Número de participantes: Não informado.

Data do documento: Junho de 1981.

Entidades promotoras: Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Responsáveis pela elaboração dos Anais: Ana Maria Bahia Bock (sic), Sérgio Antonio da Silva Leite, Yvonne G. Khouri, Maria Aparecida C. Cunha, Abelardo de Almeida, Maria Ester R. Esteves, Maria Amélia B. Souza, Carvalho.

Objetivos e pontos de discussão: “a) as atividades e os principais problemas dos psicólogos que atuam na área; b) os currículos das faculdades no que diz respeito à formação específica do profissional para atuar em Educação; c) alternativas de ação para o psicólogo”. (s/n).

Estrutura dos Anais:

1. Apresentação (s/n)

2. Pesquisa: professores/ supervisores e psicólogos da área de psicologia escolar e educacional (1-22p.)

2.1 Síntese dos dados dos questionários respondidos por professores e supervisores das faculdades de psicologia, área de psicologia educacional (1-7p.);

2.2 Síntese dos dados dos questionários respondidos pelos psicólogos educacionais da Prefeitura do Município de São Paulo (7-12p.);

2.3 Síntese dos dados dos questionários respondidos pelos psicólogos do departamento de assistência escolar da Secretaria de Educação do Estado (12-19p.);

2.4 Síntese dos dados questionários respondidos por profissionais que atuam em instituições educacionais (19-22p.).

3. Palestras (06/12/1980)

3.1 Mirian Jorge Warde – Pedagoga/ PUC-SP (22-26p.);

3.2 Guiomar Namó de Mello – Pedagoga/ Fundação Carlos Chagas (26-31p.);

3.3 Odette de Godói Pinheiro – Psicóloga/ PUC-SP/ Presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (31-34p.).

4. Relato da reunião final (07/12/1980)

4.1 Pontos de Pauta: “1. Alternativas de ação para o psicólogo na área de Educação; 2. A formação acadêmica que corresponde à proposta de ação; 3. O papel do Sindicato e do Conselho Regional de Psicologia”. (34p.);

4.2 Em referência ao primeiro ponto de pauta, Yvonne Khouri a pedido do grupo fez um relato completo da experiência da Prefeitura, inclusive de suas antecedências, antes do Serviço de Psicologia Escolar (34 p.); ¹

4.3 Discussão em grupo (35p.);

4.4 Propostas para os órgãos de classe (35-36p);

4.5 Encaminhamentos/ Tarefas imediatas (36p.).

5. Encerramento (07/12 /1981) – A avaliação do evento foi considerada muito positiva, porém apontou-se o número reduzido de psicólogos que participaram.

¹ Houve outros três relatos de pessoas identificadas apenas pelo primeiro nome: Maria Aparecida [C. da Cunha] (Departamento de Assistência ao Escolar do Estado de São Paulo), Sandra (Americana-SP) e Solange (Mato Grosso do Sul).

2. Anais do II Encontro

Descrição do material: Este documento é o xerox do original e é composta por 39 páginas, a numeração acompanha todas as páginas, exceto a última, destinada aos nomes dos responsáveis pela publicação do documento. A paginação original totaliza 72 folhas.

Data de realização: 13, 14 e 15 de Novembro e 1981.

Local de realização: Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo-SP.

Número de participantes: Mais de 300 (não há o dado exato).

Data do documento: 1982 (não há mais detalhes).

Entidades promotoras: Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Responsáveis pela elaboração dos Anais: Ana Mercês Bahia Bock e Sérgio Antonio da Silva Leite.

Objetivos e pontos de discussão: “Os objetivos gerais eram promover a divulgação de trabalhos desenvolvidos por psicólogos em Educação, alternativos ao modelo clínico tradicional e discutir os principais pontos que devem orientar a ação dos psicólogos na área educacional” (p. 2).

Estrutura dos Anais

1. Painés/ apresentação de trabalhos (14/11/1981)

1.1 Atividades desenvolvidas com crianças de nível social médio-alto, em escola de primeiro grau – Antonia Angela G. da Silva Hiluey (3-7p.);

1.2 O projeto de Alfabetização de Mogi das Cruzes (PROLESTE) – Sérgio Antonio da Silva Leite (Universidade de Mogi das Cruzes) (7-22p.);

1.3 Participação do psicólogo em um “Encontro de professores-alunos” em escola estadual de 1º grau – Yvonne G. Khouri (Coordenação do Serviço de Psicologia Escolar da Faculdade de Psicologia – FMU. e Professora Adjunta do Centro de Educação – PUC-SP) (22-27p.);

1.4 Análise de dois tipos de comentários acerca de trabalhos de alunos do curso de Psicologia da PUCSP ao se consequenciar o desempenho verbal escrito – Denize Rosana Rubano, Maria Martha Hubner D’Oliveira e Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni (PUC-SP) (27-33p.);

1.5 Uma proposta de ação para a psicologia escolar – Elenita de Rício (Supervisora da Fundação Educacional de Bauru) (33-37p.);

1.6 Relato de uma experiência de atendimento psicológico a pré-escolares de nível sócio econômico baixo – Célia Maria Blini de Lima (Supervisora da Faculdade de Psicologia da FMU), Luci Helena Baraldo Mansur (Supervisora da Faculdade de Psicologia da FMU) e Yvonne Gonçalves Khouri (Coordenadora do Serviço de Psicologia Escolar da FMU e professora adjunta do Centro Educacional da PUC-SP). Também participaram as psicólogas/ supervisoras: Maria Cezira Fantini e Vânia Ghirello Garcia (37-52p.);

1.7 Administração de ensino a partir de comportamentos-alvo – Ana Lucia Cortegoso (Psi-Oficina de Psicologia), Célia Maria Cappelletti Gonçalves (Psi-Oficina de Psicologia), Aurora M. Pellin (Piratinins Instituto Educacional) e Mario Sergio Picorelli (Piratinins Instituto Educacional) (53-54p.);

1.8 Uma experiência de treinamento de professores – Sérgio Antonio da Silva Leite e Marilena Kerches O. Silva Leite (Universidade de Mogi das Cruzes) (54-57p.).

2. Compilação de material para discussão – este material é composto por uma coletânea de textos que serviram para subsidiar a discussão do dia 15/11/1981 e foi elaborado por: Abelardo de Almeida, Ana Mercês Bahia Bock, Antonia Angela G. da Silva Hiluey, Maria Aparecida C. Cunha, Maria Madalena Machado, Sueli Duarte Pacífico e Wanda Maria D’Elia. (58-67p.).

3. Síntese das discussões realizadas em pequenos grupos (15/11/1981) (68-71p.).

4. Decisões da Assembléia Final (71-72p.).

3. Anais do III Encontro

Descrição do material: Este documento é original e é composta por 26 páginas, a numeração é iniciada a partir da terceira página (as duas primeiras páginas que não são numeradas correspondem à Capa e à Apresentação). A paginação original totaliza 24 folhas.

Data de realização: 11 de Dezembro de 1982.

Local de realização: Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo-SP.

Número de participantes: Não há dados.

Data do documento: Maio de 1983.

Entidades promotoras: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Responsáveis pela elaboração dos Anais: Sérgio Antonio da Silva Leite e Ana Mercês Bahia Bock.

Objetivos e pontos de discussão: “O objetivo do Encontro foi tentar definir subsídios para a elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo na área de Educação” (s/n).

Estrutura dos Anais

1. Palestras (11/12/1982)

1.1 Elenita de Rício – Psicóloga/ Fundação Educacional de Bauru (2-6p.);

1.2 Jane Persinoti Trujillo – Faculdade Farias Brito/ Guarulhos (6-12p.);

1.3 Lisete Regina Gomes Arelaro – Associação Nacional de Educação (12-19p.);

1.4 Joel Martins – PUC/SP (19-24p.).

Anexo II: Excertos dos Depoimentos

1. Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014)

Excerto 1.1

S.L.: [...] O meu envolvimento com a Psicologia Escolar, eu não sei se seria a Psicologia Escolar, eu hoje preferia dizer com a Psicologia Educacional que é essa área de intersecção entre Psicologia e Educação, ela vem, desde a minha época de faculdade.

[...]

S.L.: Mas enfim, eu acho que a minha questão com Educação vem da época do movimento político secundarista. Eu, na minha época de ginásio, de colégio, eu era militante lá em Campinas do movimento estudantil e lá existia uma entidade chamada União Campineira de Estudantes Secundários, a UCES, na qual no período pré-golpe 64 eu participei ativamente, fui vice-presidente, enfim, e eu cuidava muito dessa área de contato com escolas; eu tinha uns 16, 17 anos e o movimento era muito forte. Então assim, eu fui muito impregnado pelas idéias da época...

E.P.: *Lá em Campinas?*

S.L.: Lá em Campinas, eu me envolvi muito com a Educação desde cedo, com a questão da escola pública, vivia na escola, minha tarefa, por exemplo, em 64, quando ocorreu o golpe, eu era vice-presidente da UCES encarregado de incentivar a criação de grêmios em escolas e eu vivia correndo as escolas, fazia palestras, me reunia com diretor, com professores e alunos e havia um ambiente muito favorável a isso.

Excerto 1.2

S.L.: [...] PEPA [Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem] era no 4º ano, quando eu fui para Mogi [1973] e dei aula pra turma do 4º ano e aí, no ano seguinte, estavam montando o 5º ano, eles me convidaram pra cuidar da parte do estágio e aí, então, eu fiquei com toda a área, pegava os alunos no 4º ano e acompanhava até formar no 5º ano.

E na área de estágio, acho que foi o grande avanço que nós demos, eu acho que nós montamos um modelo de estágio que, modéstia à parte, até hoje, eu não reencontrei e a idéia era

totalmente simples. Nós voltamos ao conceito original de estágio, assumimos que estágio é o exercício profissional com supervisão, se o aluno não tem condição de ir para campo atuar profissionalmente com supervisão, isso não é estágio; ficar lendo sobre práticas profissionais não é estágio; só fazer observação também não é estágio, entendeu?

Então por conta disso... eu montei um grupo de profissionais da área, éramos em três ou quatro pessoas; depois chegou a cinco e o caminho foi buscar a rede. Nós fizemos, imagina naquela época em plena repressão, nós fizemos um convênio entre a Universidade de Mogi das Cruzes e a rede de ensino do Estado, através da Divisão do Ensino Leste. Eu nunca me esqueço, professor Eulalio Gruppi, era o que comandava a DRE, era outra estrutura, havia a Delegacia de Ensino e a Divisão Regional. Então eu fui lá e logo a gente se enturmou, ficamos amigos e nós começamos a desenvolver projetos em várias áreas.

A nossa área de estágio, portanto, se desenvolveu em torno de linhas de projeto. Por exemplo, nós tínhamos um projeto para a pré-escola, tínhamos um projeto das séries iniciais, tínhamos um projeto para a formação de professores. Cada um dos nossos professores assumia um projeto na área e os alunos entravam e atuavam nesses projetos. Eu peguei duas áreas, eu trabalhava com séries iniciais, que foi a 1ª série, onde a gente se deparou de cara com a questão da reprovação que originou mais tarde o PROLESTE, que é a história que você conhece; foi um momento de ouro, aprendi muito e... a formação do pessoal da rede foi beneficiada: durante anos nós demos cursos para formação de professores lá em Mogi, em convênio com a rede, curso oficial, segunda a legislação, isso tudo no papel, bonitinho...

Excerto 1.3

S.L.: [...] Então assim, tudo isso mostra que nós vivemos uma prática da Psicologia Escolar num período, antes de nós nos organizarmos nas entidades. Então assim, quando os caras me convidaram pra participar do grupo de oposição ao Sindicato aqui em São Paulo, em 79, eu já estava também no Objetivo, também cuidando da área de Psicologia Escolar [...]. Era meio louco, naquela época tínhamos muita energia. Então quando começou a se articular o grupo de oposição que assumiu o Sindicato e depois o Conselho, foi quase que naturalmente, “*Eu vou entrar pra mexer com isso, com a área educacional*”.

Excerto 1.4

S.L.: A Madre Cristina – diretora do Sedes – abriu as portas e quem me falou desse grupo foram orientandos meus/ alunos meus do Objetivo que falaram “*Professor você precisa ir, tá tendo*

reunião e tal, eles estão se articulando e você não pode ficar fora”, foi assim, eu acho que foi mais ou menos assim, daí eu já conhecia algumas pessoas, entrei em contato, não sei bem quem foi, se foi a Ana ou se foi a Ia [Wanda Maria Junqueira de Aguiar], esse pessoal da PUC que até hoje são muito amigos e tal, apesar de algumas divergências. Mas foi assim, aí eu comecei a ir e... o meu nome entrou já na chapa com o Sindicato, primeiro nós ganhamos o Sindicato. Depois de dois anos foi a eleição para o Conselho Regional de Psicologia, a gente se articulou pra assumir o Conselho, essa história você já sabe. Do grupo inicial, duas pessoas, eu e a Yvonne Khouri, entraram na chapa pra fazer a ponte entre as duas entidades.

Então, eu de noite era sindicalista, eu era sindicalista de segunda e quarta e era do CRP de terça e quinta, era meio confuso, mais foi assim que foi. Tanto é que as Comissões de Educação e Ensino que nós trabalhamos eram mistas, eram Comissões do Sindicato e do Conselho, entendeu, depois foi quase que naturalmente virando só Conselho, porque é a ele que cabe mais isso, quer dizer, o Sindicato cuida de relação de trabalho, a gente sabia que o CRP de alguma forma tinha de dar conta disso. [...]

Excerto 1.5

E.F.: *E como foi assim, a idéia dos Encontros, “Vamos organizar eventos para discutir a Educação”?*

S.L.: Eu acho que foi também um caminho meio que natural, porque a gente sabia que naquele momento havia vários núcleos em várias cidades, trabalhando com a área educacional; como eu estava em Mogi, tinha outros núcleos também em São Paulo, Bauru... Então, logo a gente organizou a Comissão de Educação. Havia duas Comissões, só pra entender. A Comissão de Educação cuidou da questão do psicólogo escolar e a Comissão de Ensino cuidou da questão do ensino da psicologia no 2º grau.

Excerto 1.6

S.L.: Então quando a gente começou a se reunir, a gente decidiu *“Vamos chamar o pessoal”*; começamos a fazer reuniões, convidando outros colegas; então, a Comissão começou a se ampliar, entrou mais gente, foi quase que evidente que no ano seguinte, a idéia foi *“Vamos fazer um encontro”* e se você for ver cada Encontro, tinha mais ou menos uma meta. A primeira foi reunir as pessoas, contar o que estão fazendo..., mas assim o Encontro visava, de um lado, criar um espaço em que as pessoas pudessem estar socializando, contando suas práticas, enfim, vamos nos conhecer e, simultaneamente, sempre havia uma atividade de uma reflexão política, uma

visão aprofundada, tinha que trazer gente pra falar numa visão de transformação. Claro, era um Encontro político mesmo, do que eu entendo, era um Encontro que a gente se reunia para conversar sobre a nossa prática e sobre o aprofundamento de uma leitura crítica de mundo, etc.

Excerto 1.7

E.P.: *Como vocês escolheram os palestrantes?*

S.L.: Foi gente que tinha uma visão crítica de Educação, uma Psicologia mais avançada, sempre foi isso.

Excerto 1.8

E.P.: *Uma coisa que me marca muito na leitura do primeiro dos Anais, no início da Assembléia final, quando a Yvonne relatou a experiência da Prefeitura, você lembra desse momento Sergio?*

S.L.: Então, isso aí foi muito importante, eu acho que uma das coisas que foram fortes foi um evento muito estimulante, foi o fato de que a Yvonne já estava na Prefeitura. Quando a gente começou esse processo, a Yvonne já estava na Prefeitura/ já tinha escrito um livro sobre o psicólogo na Prefeitura e ela conseguiu lá, formar uma enorme equipe de psicólogos que atuavam em escolas; então isso foi o grande respaldo durante anos, durante os anos iniciais, o trabalho da Yvonne da Prefeitura foi o modelo inspirador... enfim ele cumpriu uma função legal, é pena que depois, mais tarde, houve problemas; aliás, eu me lembro que a derrocada do serviço foi um outro processo também que deve ser estudado, pois no meu modo de ver, além da coordenação política mudar, houve erros estratégicos. Quando a Yvonne se afastou, o pessoal não teve visão política para manter, foi quando a Prefeitura chama os psicólogos e fala “*O que vocês querem fazer*”, e os profissionais não conseguiram dar uma resposta coletiva, forte...

Excerto 1.9

E.P.: *Aliás eu queria perguntar em relação a essa pesquisa [material anexo nos Anais do I Encontro de Psicólogos da área de Educação]. Quem fez assim, foi a Comissão?*

S.L.: Foi a Comissão; antes do Encontro a gente produziu um material, nós coletamos dados, fizemos análise dos dados, quer dizer, é uma pesquisa muito inicial, mas mostra coisas interessantes, eu acho que tira uma fotografia, mostrava realmente, o que se fazia na psicologia escolar, entendeu, o que a turma estava fazendo, nível de atuação, muito legal isso aqui, é uma história muito forte.

Excerto 1.10

E.P.: *Eu tinha/ minha pergunta é relacionada justamente a isso, eu estudei muito a década de 1980, principalmente quem escreveu sobre Psicologia e eu tenho impressão que talvez esses eventos, eles tem elaborado mesmo um projeto de psicologia escolar em São Paulo, ao menos um projeto político de psicologia escolar, você concorda?*

S.L.: Eu acho que a idéia era essa, tanto é que se você for ver aqui, a reunião final [Anais do I Encontro], a indicação de pauta era essa, “a alternativa de ação do psicólogo na área de educação, formação acadêmica”, isso aí era um projeto político de atuação na área, era o papel que o CRP podia ter aí. A gente esboçou isso, começamos a endossar fortemente isso, esse ponto que está aqui é interessante. Era a visão do grupo: a Ana [Bock] está na luta até hoje, a Yvonne até antes de ficar doente participou, a Cidinha [Maria Aparecida C. Cunha], perdi contato, mas ela estava ligada à Secretaria de Educação, ela atuava lá, era psicóloga, o Abelardo [de Almeida], eu acho que ele foi para a Psicanálise, a Estersinha [Maria Ester R. Esteves] que está em Campinas, hoje ela é clínica e a Maria Amélia [B. Souza Carvalho] era uma aluna minha. Este foi o grupo que organizou esse Encontro.²

Excerto 1.11

E.P.: *Uma coisa que eu fiquei pensando assim, que talvez/ eu folhei sua tese lá na USP, até xeroquei, lá do PROLESTE que você...*

S.L.: Você gostou?

E.P.: *Gostei, é interessante assim que eu pensava ingenuamente que a visão crítica da Psicologia começou na metade da década de 80, o embate desses eventos pra mim foi que não, foi na década de 70 já que se constituiu.*

S.L.: O problema/ eu vou te contar, o problema que a gente viveu, pelo menos que eu vivi e que isso até hoje muita gente não entende isso. Boa parte dos psicólogos que se formaram no final dos anos 60, comecinho dos anos 70, se formaram na época em que o Behaviorismo estava muito forte, foi um período em que não era a única abordagem, mas nós fomos muito impregnados pelas idéias do Skinner e é gozado, na época, o pareamento que nós fazíamos é de uma abordagem teórica direcionada para a esquerda, ou seja, nós sempre trabalhamos com a idéia de

² Estes nomes são citados a partir da leitura da última página dos Anais do I Encontro de Psicólogos da área de Educação, sendo pulado apenas o nome do próprio entrevistado que era o segundo desta lista dos organizadores.

que o ensino propriamente podia ser direcionado para uma visão de transformação de mundo, aliás, existem até hoje, behavioristas que trabalham com essa posição.

Nunca me esqueço que eu conheci behavioristas que tinham relação com Cuba, eles participavam do movimento de Cuba e ajudavam, montavam programas lá em Cuba, inspirados e usando como instrumental os princípios da Análise do Comportamento. Mas o problema é que o Behaviorismo, aqui no Brasil, foi muito pareado com o Golpe militar. Então, ficou a idéia de que “*O Behaviorismo é coisa de milico*”.

Quando a gente fez a crítica/ quando eu fiz a crítica ao Behaviorismo, eu já estava fora de Mogi, eu estava em Campinas, eu acho que eu fiz um avanço teórico, hoje eu estou muito mais próximo a uma visão Histórico-Cultural, mas na época em que eu estava em Mogi, nós trabalhávamos com as idéias comportamentais/ todo o PROLESTE foi organizado em cima de princípios comportamentais. E a gente estava com essa idéia de que esses princípios podiam ser utilizados em um processo de transformação da educação...

Excerto 1.12

E.P.: Sergio eu estudei um pouquinho o PROLESTE, seja da sua tese, seja lendo aí e eu estudei um pouco o que a Yvonne Khouri escreveu, principalmente a tese da Carmem Taverna que me orientou bastante, foi a primeira tese que eu li inclusive, eu tenho a impressão que esse conjunto de eventos, tem marcado neles uma certa síntese histórica, tanto com a Yvonne, como do PROLESTE, que eu acho que é aí que se funda, pelo menos nesse conjunto de documentos, uma proposta de psicologia escolar, você concorda?

S.L.: Eu acho que eles refletem a visão do grupo que estava ali, porque no fundo, vamos ser claros, o grande divisor de águas que havia, dentro da área de Escolar e eu acho que ainda há, isso não está superado, é o velho problema que a gente tem na Psicologia: do ponto de vista teórico, o embate de duas visões, uma visão que coloca a determinação do evento psicológico no individuo e uma outra visão que coloca a determinação do evento psicológico na relação com o mundo, com a cultura, com o ambiente. Eu acho que essa é a grande divisão, isso gera, duas concepções de atuação profissional.

Os que trabalham com a primeira visão estão fortemente direcionados para uma visão clínica: se o problema está no sujeito, está na criança, eu tenho então que exercer uma ação profissional sobre o sujeito, sobre a criança... aliás, foi assim que nasceu a Psicologia Escolar. A criança que vai mal na escola é porque ela tem algum fator determinante interno que causa o

problema, por exemplo, a chamada inteligência que, se limitada, impede que ela aprenda. Mas do outro lado se você tem uma visão que trabalha com a questão da interação homem-mundo, na qual eu me situo: a determinação dos problemas encontra-se na relação com o ambiente, na história de vida, portanto, pensar numa prática pedagógica que vai tentar alterar as condições de ensino para que o indivíduo tenha condições para aprender e se desenvolver...

Excerto 1.13

S.L.: O PROLESTE foi isso: diante dos índices altos de reprovação, nós não ficamos pegando criança para cuidar na clínica, nós fomos para a escola, fomos ver o que a escola fazia de inadequado e mudamos as condições de ensino, com isso você muda e as crianças... isso aí não é uma questão técnica, isso aí envolve uma questão básica de natureza ideológica séria.

Não se esqueça que o domínio da ideologia liberal na nossa sociedade fortalece a primeira visão, nós vivemos numa concepção de mundo centrada no indivíduo, visão central do liberalismo que tem no individualismo a pedra de toque: os homens nascem com potencial diferente, portanto, isto explica as desigualdades sociais e humanas. Isto gera tudo isso que divide as concepções, estão sempre em conflito. Eu não acredito na visão liberal; felizmente/ hoje tem muito mais gente que avançou, mas é muito forte ainda a presença dessa visão basicamente clínica, eu não tenho nada contra a clínica, tem casos extremos que exigem uma atenção especial, mas mesmo na clínica eu não aceito o modelo médico, que trabalha com o conceito de causa subjacente.

Excerto 1.14

E.P.: *Sergio tem uma coisa que me marcou bastante nos eventos, quando eu leio é que no primeiro evento você tem aquela mesa redonda e a discussão disparadora com aquela pesquisa e no segundo não tem mesa redonda e a apresentação dos painéis, como se deu essa idéia de fazer nesse segundo formato?*

S.L.: Em detalhe eu não sei, mas foi mesmo estratégia na época. Eu me lembro que eu sempre defendi a idéia de que nós tínhamos que dar muito espaço para as apresentações, para o conhecimento das experiências, então a gente sempre tentou cuidar disso, dar espaço pra isso, mas aí é uma leitura que você pode fazer. A única coisa que eu posso dizer é que nada foi casual, tudo isso foi muito bem planejado, a gente pensou na época em seguir esse caminho. Não sei se eu respondi, mas foi esse o caminho que a gente seguiu.

Excerto 1.15

E.P.: *Uma coisa que me marcou muito no segundo e eu até escrevi em um artigo mencionando é o projeto de lei 519/81 do Tufi Jubran que vocês se organizaram para dialogar com ele. Você poderia falar um pouquinho sobre ele...*

[...]

S.L.: [leitura rápida do trecho mencionado] Então é isso, porque assim, durante esse período todo, sempre houve vários momentos em que aparecem legisladores querendo resolver problemas de ensino, aliás, esse é um tema também, que não há consenso. E esses legisladores sempre trabalharam com a idéia de que tem que por psicólogo dentro da escola ou então criar um serviço e a gente sempre foi muito receoso de entrar nessa, pelo menos naquela época.

Eu sei que hoje, muitos psicólogos defendem a idéia... hoje eu acho que é ingenuidade, achar que o psicólogo vai resolver o problema da escola... botar psicólogo lá dentro vai resolver... não vai, o problema na sua essência não é de natureza psicológica, provavelmente o que ele vai fazer lá, vai atender crianças com problema, então o problema é que... grande parte dos profissionais trabalham com o modelo médico, por isso que a gente sempre ficou preocupado com isso. A gente não achava que a saída é ir lá ficar fazendo terapia com criança, mas a gente sabia que dentro da nossa categoria, provavelmente, se deixassem, isto certamente poderia ocorrer.

Excerto 1.16

S.L.: Então assim, “*Bom se não vai cuidar do aluno, vai fazer o que?*”. Nós sempre defendemos a idéia, desde o começo, que a atuação do psicólogo prioritária tem que ser o professor. [...]

Quer dizer, significa identificar o que a Psicologia tem de conhecimento que é importante para iluminar a ação do professor – por incrível que pareça, essa crença é uma crença que me acompanha até hoje. [...]

Excerto 1.17

E.P.: *Tem uma certa insistência assim nos eventos, principalmente se não me engano no segundo, no final do segundo que é a questão do modelo educacional para bater no modelo clínico que não estava muito claro, mas depois com as discussões que você me traz na entrevista aqui e acho que pulando um pouco para o terceiro evento que foi organizado em 82, mudou de novo o*

formato, só que nos Anais só tem as palestras e são falas bem marcantes, começa com a fala da Elenita, aí depois tem a fala da Jane e tem a fala polêmica da Lisete Areralo...

S.L.: A Lisete.

E.P.: *Que diz que naquele momento ela era contra o psicólogo na Educação, porque não havia condições concretas em São Paulo, inclusive chamando para o tema da divisão do trabalho no interior da escola de qual seria a função do psicólogo. Você se lembra da repercussão dessa fala da Lisete?*

S.L.: Lembro, lembro. Aliás eu sou muito amigo dela, a Lisete tem uma visão muito crítica e... ela que nos ajudou, pelo menos a um grupo, a clarear essa idéia de que, você não resolve o problema da Educação, botando especialista lá dentro. Uma coisa é você pensar em serviços de apoio.

E.P.: *Que seria na Secretaria?*

S.L.: É, outra coisa é você pensar o psicólogo na escola. Ingenuidade nossa, você achar que você resolve problema de ensino na escola, o psicólogo não foi feito pra isso. Mas eu já vi, já fui banca de tese de muita gente que desenvolveu serviços de apoio, é diferente, serviços de apoio estão aparecendo, educação continuada nas escolas para professor, eventualmente até atendimentos... Se você se lembra do trabalho da Yvonne, ela atuava nos dois níveis, ela tinha os psicólogos que trabalhavam numa visão educacional junto ao professor e tinha um outro que fazia atendimento às crianças, eles não romperam basicamente com o modelo clínico, se isso foi bom ou ruim, não sei, mas o fato é que não romperam, enfim, a questão é essa aí.

Excerto 1.18

E.P.: *E você lembra da época assim de convidar essas pessoas, por que essas quatro pro terceiro Encontro?*

S.L.: Acho que foi pelo que elas representavam, a Lisete eu me lembro que fui eu que indiquei, pois eu já tinha muito conhecimento dela e o critério básico foi: gente que tem o que falar e tem um trabalho sério por trás. Eu sabia que a Lisete tinha uma crítica aos psicólogos, mas não é uma crítica puramente corporativa, era uma crítica porque ela defende uma visão de escola diferente, ela tinha um envolvimento com a questão da escola que levava essa posição com a qual eu passei a concordar, como eu falei para você que na verdade a saída não é brigar por psicólogo na escola porque você vai ter mais um para dar trombada.

Excerto 1.19

E.P.: *Só umas últimas perguntinhas. Você acha que de antigamente para hoje, com esse documento do CFP teve um avanço na discussão de Psicologia Escolar?*

S.L.: Eu acho que não, eu acho que a questão da Psicologia Escolar sofreu uma retração, eu não sei a partir de quando, mas eu acho que houve vários fatores a... como é que chama aquela menina que você leu a tese dela, como é que chama?

E.P.: *A Carmem Taverna.*

S.L.: A Carmem trabalha isso na tese dela, ela não faz essa crítica... mas pra gente poder entender o que houve, você precisa entender o que houve com a profissão nesse país, assim... é como uma caixa d'água estivesse pronta pra estourar e onde der a água sai, eu acho que no nosso caso, em termos de profissão, o que realmente canalizou foi a área da Saúde, os psicólogos acabaram desenvolvendo aí e eu acho que pela própria ação do Conselho, etc.

Eu me lembro que na minha época, no Federal, a discussão de que a Psicologia é da área de Saúde, isso foi assumido, então na verdade foi mesmo quase que natural. Se você pegar hoje qual é a porcentagem da área de atuação prioritária [trecho inaudível]... é a área da saúde. Então assim, se isso teve um retrocesso para a Educação ou não, talvez tenha, é outro fator. O outro, eu acho que é dificuldade de estruturação, os cursos ainda têm uma ênfase clínica, ainda até recentemente, o psicólogo sabe fazer isso, embora o professor peça [trecho inaudível]. Enfim no Estado, nas grandes redes, as redes do município, não têm psicólogo de ponta na escola, algumas tem... serviço de apoio, mas tem gente atuando, Educação Infantil que é uma área que eu vejo que tem história.

Excerto 1.20

E.P.: *Eu só tenho uma curiosidade, quem fez os documentos?*

S.L.: Quem fez?

E.P.: *É, todos tem o seu nome e a Ana, vocês que faziam juntos?*

S.L.: Olha, eu acho que... em parte sim. Não lembro quais exatamente, mas eu me lembro que os dados da pesquisa inicial, eu me lembro que participei diretamente, me lembro até de fazer contas de frequências e porcentagens... Acho que você também tem que situar historicamente, nós não tínhamos *know how*, se esse material fosse feito hoje, teria um visual legal, mas a forma de confecção dos Anais, reflete com o que a gente tinha.

E.P.: *Mas assim, pode-se dizer que você e a Ana foram a Comissão Organizadora?*

S.L.: Eu acho que eu, a Ana e a Yvonne, eu acho que esse trio que realmente estivesse puxando as coisas, eu acho que mais a Yvonne, a Yvonne que foi um peso forte aí. Ela já trazia a experiência da prefeitura, eu tinha o PROLESTE, eu tinha Mogi, Mogi era um trabalho conhecido, o pessoal gostava, porque conseguiu fazer um projeto de psicologia escolar no 5º ano como a gente fez na época, então todo mundo olhava, fazia visita, pedia para os alunos irem lá, então ficou conhecido. Eu acho que os três coordenaram mais; depois tinha o Carlos Ladeira que trabalhou mais na Comissão de Ensino Médio... é você tem razão... é isso mesmo.

2. Ana Mercês Bahia Bock (03/11/2014)

Excerto 2.1

A.B.: [...] Nós, lá nos idos dos anos 79, percebemos que era um momento propício pra se pensar na organização das categorias. A sociedade em geral, estava preparando as grandes greves e aí nós percebemos que as nossas entidades, que nós tínhamos à disposição o Sindicato de Psicólogos do Estado de São Paulo e o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região que na época pegava São Paulo e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

Nós estávamos completamente distantes dessas entidades, essas entidades eram ocupadas por pessoas corporativistas, conservadoras, com um pensamento conservador ocupando o Conselho Regional, um pensamento/ uma postura/ um militar ocupando o Sindicato. Os sindicatos eram entidades, naquele momento, arriscadas, que organizavam as massas que faziam a greve e aí o nosso sindicato estava na mão de um Coronel, ele tinha uma patente qualquer no exército e nós então, começamos, inicialmente por ele. Não tínhamos exatamente um interesse nas entidades, mas tínhamos interesse de mobilizar os psicólogos, fazer uma discussão sobre psicologia que pudesse suprir a falta de mobilização e de interesse nessas entidades.

Excerto 2.2

A.B.: Então nós começamos a fazer reuniões no Instituto Sedes Sapientiae; fomos debatendo. Lembro-me que tivemos uma iniciativa interessante: *“Todo mundo pergunta para os psicólogos que conhece, algumas coisas: onde você trabalha? Onde você se formou?”*. Então a gente tinha

um interesse assim, num perfil da categoria dos psicólogos que a gente desconhecia, tanto que depois que a gente vai pro Sindicato, uma das primeiras iniciativas é contratar o DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos] pra fazer a primeira pesquisa sobre os psicólogos que foi aquela, “A organização dos psicólogos...”/ “A profissão de psicólogo na cidade de São Paulo”³, é uma publicaçãozinha feita pelo Sindicato...

Excerto 2.3

A.B.: E aí foi tão bem sucedida a nossa organização, nossa articulação, cresceu em termos de gente participando que quando nós terminamos, aquela discussão, a caracterização da categoria, nós resolvemos discutir o que fazer com tudo aquilo. E aí alguém/ “alguéns” defenderam que a gente se candidatasse, formasse ali uma chapa e nos candidatássemos pra dirigir uma entidade de Psicologia, aí fomos saber as informações; o Sindicato era o que tinha a eleição mais próxima, o Conselho ainda faltava, sei lá 2 anos e aí nós então resolvemos que a gente ia começar nos candidatando ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo.

Fizemos uma chapa com a Odette Pinheiro na cabeça e ocupamos, ganhamos, fizemos um trabalho bem interessante, de vez em quando eu conto para os meus alunos. Nós fizemos/ primeiro que nós sindicalizamos pessoas, porque o número e o tipo de gente sindicalizada, nós nunca iríamos ganhar, então o que a gente fez foi, mais do que duplicar o número de sindicalizados com pessoas que eram das nossas relações, todo mundo se sindicalizou e depois fizemos o trabalho de todo mundo ir votar. Então nós ganhamos com este trabalho que fizemos, nós ganhamos as eleições e passamos a presidir, a dirigir, o Sindicato dos Psicólogos.

E.P.: *Você se lembra quantas pessoas se sindicalizaram naquele momento?*

A.B.: Olha não lembro, não vou lembrar, mas eu acho que nós chegamos assim/ quando eu digo nós mais do que duplicamos, eu penso que devia ser umas 300, 400 pessoas e nós chegamos quase a 1000. E aí nós/ isso, um registro do fundo da memória que eu não tenho idéia se ele está certo ou não. E aí montamos uma chapa bacaninha, era uma chapa muito concentrada de gente da PUC, mas a gente tinha pessoas da prática profissional que eram psicólogos escolares, que eram psicólogos clínicos...

³ A depoente refere-se à SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO & CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (1984).

Excerto 2.4

E.P.: *Só um minutinho, em relação a essa organização você lembra da Madre ter participado, Madre Cristina?*

A.B.: Não, a madre/ eu lembro dela ter/ ela ia assistir as reuniões, de vez em quando, ela sentava lá em uma cadeirinha e assistia as reuniões, apoiou bastante a iniciativa, abriu espaço, eu não me lembro dela ter uma participação assim nas discussões, não me lembro disso, mas me lembro de como ela achava aquilo importante e ela abriu espaço sentava lá na cadeirinha, provavelmente dizia uma coisa uma vez ou outra, expressando sempre um apoio grande e a credibilidade que ela tinha nessa iniciativa organizadora.

E aí, nós depois que ganhamos o Sindicato, nós passamos a cuidar/ bom muitas coisas, várias áreas, fizemos acho que um trabalho muito cuidadoso e a área de psicologia da educação, era uma área que o Sérgio tinha interesse, o Sérgio era do grupo, a Mimi [Mitsuko Aparecida Makino Antunes] era do grupo, então se levou adiante com esses Encontros de Psicólogos da área de Educação, mas a gente cuidava de certa forma de todas as áreas e aí passamos a trabalhar, eu me lembro que o Sérgio e o Abib, Padre Abib foram destacados para ir cuidar de montar uma chapa no Conselho Regional.

Então eles passaram a articular, porque aí a gente queria tomar o Conselho da mão dos conservadores e foi o que fizemos e... acho que a Yvonne era a cabeça da chapa, enfim, a partir dali passamos a trabalhar, conjuntamente.

Excerto 2.5

A.B.: Então e aqui era o Sindicato que fazia tudo, mas o Conselho apoiava, ia, dava dinheiro no que precisasse e aqui o Sérgio já está, então está invertido, o Conselho que ficou a frente, mas porque ele continuou no Sindicato, mas ele foi trabalhar no Conselho e/ gozado, era ele e o Abib, eu acho que na última hora, só participou da chapa o Sérgio que fazia esta ponte com o grupo do Sindicato.

Excerto 2.6

A.B.: Então 82, o Conselho já era uma nova direção, acho e enfim, trabalhamos, o Sérgio particularmente sempre levou apoio e ajuda de todo mundo, tinha bastante gente que apoiava esse campo, a Marilena [Kerches O. Silva Leite] mesmo, mulher dele era uma, eu, a Ia [Wanda Maria

Junqueira de Aguiar], Mimi, eram muitas pessoas, Yvonne Khouri, o pessoal que estava lá na prefeitura trabalhando na psicologia escolar.

Muita gente tinha interesse nesse debate, nessas atividades, nessas iniciativas, mas eu diria que o Sérgio levou isso a frente e foi fundamental a participação do Sérgio Leite para que essas coisas pudessem dar certo. Olha: *“Caso haja outros profissionais e professores que queiram receber este documento, favor enviar nome, endereço e local de trabalho, para o Sindicato ou CRP-06, aos cuidados de Sergio A. S. Leite – Comissão de Psicologia Educacional”*⁴. Então isso era importante, muito importante pra nós em termos da Psicologia da Educação. Nós vamos começar a discutir, Psicologia como disciplina no Ensino Médio, vamos fazer uma outra publicação também que é Psicologia pro Ensino Médio, caracterizando o/ a gente tinha sempre uma caracterização, eu, o Sérgio, a Ia de que havia muita pouca clareza do que o psicólogo faz nessas áreas, do que se ensina quando se ensina psicologia numa disciplina no Ensino Médio, o que faz um psicólogo na educação, se ele está na escola ou em que lugares ele poderia estar. São essas questões que mostravam pra nós que a gente desconhecia muito, a área, a presença dos psicólogos nessa área e que era necessário fazer esse tipo de trabalho.

Excerto 2.7

E.P.: *Ana você lembra do momento em que se decidiu “Vamos organizar alguns eventos” para fazer essa discussão? De quem foi a idéia, se foi do Sérgio...*

A.B.: Não, não me lembro de nada. Infelizmente não, mas eu diria que assim, pelo o que minha memória não lembra, mas eu consigo pela lógica, eu diria que a iniciativa era do Sérgio sempre, o Sérgio que veio para essas atividades com uma clareza muito grande de que era preciso discutir a psicologia da educação, a psicologia na área da educação e provavelmente a iniciativa, a idéia foi dele, agora eu diria que ele sempre trabalhou de uma forma muito aberta, muito democrática e aí talvez por isso eu não lembre, porque todo mundo meteu a mão, todo mundo participou, todo mundo ajudou, todo mundo trabalhou junto, não tinha essa coisa de ser... essa vaidade de ser o dono da temática.

Mas com certeza o Sérgio, foi aquele que sempre trouxe essa análise de que a gente precisava para a psicologia avançar, a gente precisava fazer com que ela avançasse em todas as suas áreas de atuação e que a psicologia da educação era uma área tradicional da psicologia, mas que carecia de uma clareza, de uma organização, de um empenho para que os psicólogos

⁴ Leitura do último parágrafo da primeira página dos Anais do I Encontro de Psicólogos da Área de Educação.

pudessem ser reconhecidos como profissionais de educação e pudessem trabalhar nas escolas. Então eu diria que essa idéia deve ter sido com certeza do Sérgio, mas as pessoas que tinham alguma relação com a área da educação participaram muito ativamente disso.

Excerto 2.8

A.B.: Lembro, a Yvonne foi do Conselho, a Yvonne sempre foi uma pessoa/ depois ela foi para o Conselho Federal/ ela sempre foi uma pessoa bem importante, porque ela tinha um reconhecimento, ela aglutinava aqueles psicólogos todos que estavam na Prefeitura, na psicologia escolar, ela tinha escrito um livro, junto com as pessoas lá da Prefeitura, divulgando essa área, tentando trazer uma sistematização, um projeto para a área da psicologia da educação [...].

A Yvonne, ela tinha essa característica que o Sérgio tinha ela também tinha, ela tinha uma facilidade grande de aglutinar, ela tinha um carisma, as pessoas gostavam muito da Yvonne, a Yvonne era uma pessoa muito séria, muito disposta a realizar coisas, mas sempre com uma disposição muito grande para acolher as pessoas que quisessem pôr a mão na massa [...].

Excerto 2.9

A.B.: [...] Eu sei que primeiro nós tomamos o Sindicato e um tempo depois nós tomamos o Conselho, *tomamos*, porque é exatamente o termo correto, nós tomamos, porque nós fizemos campanha, nós fizemos um movimento para a construção das chapas e para ocupar essas entidades, porque veja que nós estamos em 80, ainda nós estamos na ditadura.

Excerto 2.10

A.B.: Então eu lembro da Yvonne, eu lembro muito da Yvonne, depois lembro dela no Conselho Federal, que depois ela vai para o Conselho Federal e é do Conselho Federal, ela vai chamar como presidente do Conselho Federal, claro a idéia não era dela, mas é isso ela acolhia, ela vai chamar, toda a ala sindical, todos os sindicatos que existiam pelo Brasil, mais a FENAPSI, eu era presidente da FENAPSI naquele momento, isto é 1989, 10 anos depois, ela chamou todo mundo para fazer uma reunião, dos Conselhos e dos Sindicatos para organizarmos juntos, um congresso unificado, chamou Congresso Unificado pra discutir as questões da Psicologia, claro que o Sérgio Leite está lá também e nós fizemos assim/ o congresso não foi nada bem sucedido, porque existia naquele momento uma tensão muito grande entre os Conselhos e os Sindicatos, o auditório precisou ser dividido, a ala sindical pra cá, a ala profissional pra lá.

E as pessoas não podiam/ a gente teve de criar uma regra de que era proibido as pessoas se xingarem no meio, pedindo assim uma conduta, foi bem difícil, bem difícil. Então, mas isso é a Yvonne Khouri, porque ela incentivou e a gente entende que isso é o embrião do que hoje a gente tem como um FENPB, que é o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, é a iniciativa/ ela enxergou que o avanço da psicologia passava por uma reunião da diversidade e das entidades de psicologia, é uma trajetória importante que a Yvonne está sempre a frente, o Sérgio está sempre presente.

Excerto 2.11

E.P.: Eu tenho uma hipótese assim, que eu venho trabalhando, é uma hipótese um pouco óbvia, a partir da leitura do primeiro documento, principalmente na Assembléia Final que o projeto político que se constitui naquele momento, ele se reflete nesses eventos numa perspectiva da educação. Eu acho que a fala da Odette que encerra, que tem como título, A questão sindical, ela demonstra muito isso que é uma preocupação dos psicólogos, não só com a expansão do mercado de trabalho, mas sim com o comprometimento profissional que possa auxiliar a Educação até a transformação social que o Brasil naquele período de redemocratização precisava, você concorda?

A.B.: Então, eu acho que diria assim, é possível, pensar que o projeto que se delineava naquele momento é um embrião e, portanto, coerente com o projeto que se desenvolveu posteriormente do compromisso social da Psicologia. Acho que não tem ruptura, eu concordo com você, não tem ruptura.

Acho que ele começa a se delinear naquele momento e acho, portanto, que ele está presente nesses eventos, mas eu diria que ele não é o mesmo, ele não tem ruptura, mas ele não é o mesmo, por que eu digo isso. Porque eu acho que nós precisamos da colaboração, nós precisamos da união nacional da Psicologia, que nós só conquistamos depois. Nós éramos muito São Paulo, São Paulo foi importante nessa construção, mas eu diria que não é um projeto que nasce em São Paulo, ele precisou receber as colaborações, por exemplo, dos mineiros, foram muito importantes, os mineiros que vieram participar, eles tinham Sindicato, eles tinham Conselho, eles também vão ocupar o Conselho deles, então Minas Gerais foi importante.

Pernambuco foi muito importante, então acho que é isso que eu estou dizendo, quer dizer, precisou aglutinar mais o Brasil para que o projeto tomasse a sua maior configuração, mas aí eu volto pra dizer assim, você pega a fala da Odette naquele momento, eu diria que a gente

provavelmente vai ouvir na fala da Odette, muito do que está no projeto, porque não houve uma ruptura, o que houve foi um incremento com o aumento da organização dos psicólogos tornando essa organização brasileira eu acho que houve um incremento de algo que nasceu ali.

Excerto 2.12

A.B.: [...] Naquele período dos anos 70, a Psicologia ficou muito dividida, os cursos eram divididos, os blocos eram divididos, de que jeito? Você tinha de um lado a psicologia clínica que eu diria que hoje, só chamaríamos de psicologia de consultório e não de psicologia clínica, porque hoje pra nós psicologia clínica é uma coisa muito mais ampla, ela está na saúde pública, ela está em vários lugares, era o que nós chamávamos de psicologia clínica, mas eu acho que se identificava com psicologia de consultório e com uma mentalidade elitista, com uma perspectiva privatista no sentido de um serviço autônomo, privado, ninguém discutia saúde pública.

E as outras áreas, a psicologia organizacional vivia aquela tensão, imagina é o momento no final dos anos 70, o momento das grandes greves, onde o Celso Frederico que é um pesquisador na área de Ciências Sociais, da Sociologia, ele dizia assim “*Você quer conhecer um psicólogo vai pra porta de uma fábrica, do lado de fora você vai encontrar o piquete dos trabalhadores fazendo greve, tentando convencer os colegas, conscientizar os colegas, do lado de dentro você vai encontrar os representantes da gestão, da indústria, da fábrica, tentando convencer os menos convencidos pelo movimento de que eles devem entrar pra trabalhar e no meio dessas duas alas em tensão você vai encontrar os psicólogos tentando dizer, péra lá gente, vamos tentar dialogar*”.

Então a área da psicologia organizacional era uma área que vivia muito espremida entre interesses, porque o movimento social pressionava a esquerda para você se preocupar com os trabalhadores, pra você estar do lado dos trabalhadores e claro contra a ditadura militar. Então tudo que era patronato, de certa forma, tinha um certo conluio com a ditadura militar, então os psicólogos organizacionais também vão viver essa oposição, esse conflito.

A área organizacional era super reacionária convicta, conservadora, reacionária convicta, sofria a tensão do patronato, da luta de classes, vamos chamar assim, e do lado de cá, sobrava a psicologia da educação com uma certa liberdade de se tornar progressista, porque ela está, nas escolas, ela está no serviço de saúde do escolar, ela está em algumas escolas. Então os psicólogos estão lá na política pública e ao mesmo tempo é uma área onde o pensamento de esquerda no campo da Psicologia pode se desenvolver.

Eu acho que o pensamento de esquerda no campo da Psicologia pode se desenvolver em três lugares, na chamada psicologia comunitária que vinha da clínica misturada com aqueles clínicos que vinham da área de social que é a psicologia comunitária misturados inclusive com algumas pessoas da educação, mas mais social e clínica, a Odette está aqui.

A área, o que é que eu falei... pensamento da esquerda aqui na psicologia comunitária/ na saúde pública que nos anos 80 vai começar a ter seu espaço na saúde pública, a Psicologia vai ter um espaço na saúde pública num concurso que acontece em São Paulo e põe muitos psicólogos dentro da saúde pública e eles já vão encontrar um campo organizado, um campo avançado, então é também um pólo de avanço e na psicologia da educação, onde você vai encontrar o pensamento de Maria Nilde de Mascellani, alguns pensadores de esquerda, alguns fazedores de prática, às vezes até formados em educação e não em psicologia, mas que trabalhavam na psicologia, com uma preocupação muito grande, porque a educação, ela tem sempre aquela questão/ veja que nós estamos num momento de contestação pra ditadura e de organização pra redemocratização do país, então a escola, o pensamento educacional, ele recebe/ às vezes a escola demora pra avançar, mas o pensamento educacional, avança rápido com isso, por que, porque ele tem a preocupação de “*qual deve ser a educação que você oferece, qual o projeto que você tem na educação*”.

A verdade é que nesse país, muitos educadores, se mobilizaram à esquerda, o [Demerval] Saviani, Paulo Freire, você tem um avanço muito grande no pensamento educacional, aquele... nossa aquele que foi super importante que escreveu um livro... Luis Antonio Cunha, você tem muita gente na educação, pensando de forma progressista e isso reflete na psicologia da educação. A minha formação é toda em psicologia da educação, eu não fiz nem organizacional, nem clínica, a gente podia escolher uma área...

Excerto 2.13

E.P.: *Ana eu tenho uma pergunta pra você que eu acabei, esquecendo de fazer pro Sérgio, por que/ vocês fizeram encontros anuais, por que não teve um quarto encontro?*

A.B.: Não tenho a menor idéia.

E.P.: *Porque houve um quarto encontro e um quinto que o Sérgio acabou organizando em 2005 e 2007, mas naquele momento foram três e acabaram.*

A.B.: Depois voltou é isso?

E.P.: *Sim, houve mais dois apenas no CRP.*

A.B.: Não tenho a menor idéia. Porque provavelmente, o CRP tomou isso nas mãos, eu acho que o Sindicato vai passar/ vou levantar hipóteses. O Sindicato vai passar depois de 83, 84 por um período de mobilização de trabalhadores, eu me lembro que eu e a Odette, a gente participou da fundação da CUT [Central Única dos Trabalhadores], o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo é entidade fundadora da CUT. Então veja, nós passamos a ter preocupações que estavam ligadas ao novo cenário nacional que permitia, organização, a livre organização, a politização e avançamos muito nisso, avançamos muito nisso, tanto que em 89, quando a Yvonne Khouri com o seu grupo lá do Conselho Federal chama a ala sindical para fazer uma reunião do Congresso Unificado/ quando você conversa hoje com as pessoas que convocaram que tiveram a idéia, elas falam a gente precisava avançar, enquanto Psicologia na sociedade, mas o Conselho não tinha essa chance, ele era muito conservador, uma autarquia do estado, tinha que fazer lá os seus julgamentos éticos, o Sindicato não, o Sindicato tinha liberdade, ele tinha liberdade de ação, então ele se politiza, eu diria que o Sindicato do ponto de vista da organização dos psicólogos foi o primeiro lugar que se politizou a Psicologia.

E.P.: *Mais ou menos em que época?*

A.B.: 84, 85, assim que a abertura permite. Quando nós vamos em 89 pra reunião do Conselho Federal de Psicologia para fazer o Congresso Unificado, nós já éramos um conjunto enorme de sindicatos, bastante forte, quer dizer forte, a entidade era muito frágil porque não tinha reconhecimento da categoria, mas nós tínhamos nos politizados muito. Então efetivamente, a gente tem clareza disso, nós somos responsáveis por levar a politização pra dentro do Conselho Federal de Psicologia.

Excerto 2.14

A.B.: Tudo isso pra te dizer o quê, que eu acho que esse tipo de encontro perdeu a importância para o Sindicato, ele perdeu a importância, a gente provavelmente achou que já tinha feito o que tinha que ser feito e entregamos isso aqui ao Conselho Regional de Psicologia, porque afinal de contas, é a discussão da ação dos psicólogos na área da educação. Então nós entregamos isso ao Conselho Regional que é a entidade a quem cabe fazer essa discussão e fomos fazer nossa discussão de luta de classes, de salário, de exploração do trabalhador, de fazer crescer o Sindicato dos Psicólogos e de organização dos trabalhadores, vamos participar da fundação da CUT.

Eu me lembro que nós fomos, eu e a Odette, a Odette ainda era presidente, quer dizer eu ainda estou falando de 82, 83 talvez, a Odette foi comigo, eu e ela fomos a uma reunião do

Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que começou a organizar as grandes centrais sindicais, era um movimento, não sei mais o nome, um movimento que organizava todos os trabalhadores, todos os sindicatos que depois vai rachar e vai virar a CUT, uma outra área vai virar a Força Sindical ligada ao Joaquinzão, o Joaquim que era dos metalúrgicos de São Paulo e era ele que dirigia essas reuniões e a outra vai virar CUT.

Nós vamos sair dessa organização, junto com os que vão pra CUT, aí nós fizemos um... nós fomos lá eu e a Odette e escrevemos o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e na hora de votar, a votação era nominal, aí chamava, eles chamavam nome por nome das entidades pra votar, nós chegamos um pouquinho tarde era uma das últimas, sentamos atrás, quando ele fala, o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, aquele auditório faz “uoh”, todo mundo se vira pra ver quem é que tinha chegado com esse nome, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo. Então veja é isso que está fazendo o Sindicato, nós fomos nos apresentar à organização dos trabalhadores da indústria, nós fomos nos juntar aos bancários, aos gráficos, aos metalúrgicos e participamos ativamente nesse período, ativamente, apoiamos a greve dos bancários, apoiamos a greve...

E.P.: *Esse período é de 84 pra cima?*

A.B.: Eu estou falando de 84/ é, estou dizendo que nós começamos, a Odette foi como presidente nessa reunião do Joaquinzão, então deve ter sido 82, 83, veja que coincide com o fim disto aqui [os Encontros de Psicólogos da área de Educação]. Então provavelmente nós entregamos, já tínhamos ganhado o Conselho Regional, entregamos ao Conselho Regional essas questões aqui, “*Oh, isso cabe a vocês discutir, nós vamos trabalhar no trabalho sindical*” e fomos embora trabalhar no trabalho sindical.

Excerto 2.15

E.P.: *O Sérgio me falou uma coisa que me chamou a atenção e estudando um pouco da psicologia escolar, principalmente o trabalho da Carmem Taverna que você deve ter conhecimento que em um determinado momento a Psicologia passa a se assumir como área da saúde na década de 90 talvez, início de 90, você acha que a partir desse momento a discussão de educação perde um pouco da força que ela tinha aqui? Ou ela vai para outro parâmetro?*

A.B.: Não, ao meu ver essa discussão que o Sérgio está citando era uma necessidade que nós tínhamos de esclarecer que tipo de profissional a gente era, porque a gente já tinha, se você ler o meu mestrado, o meu doutorado, tudo vai caminhar nessa direção e vai apontar para a pouca

clareza que os psicólogos tinham, isto aqui aponta, esses encontros na área de educação, apontam pra isso, quer dizer, a gente tinha muita pouca clareza do que o psicólogo era afinal de contas e o que ele fazia, todas as intervenções naquele período, todas as ações, elas caminham nessa direção, de esclarecer, de melhorar a visão que se tem sobre a atuação dos psicólogos.

Então eu me lembro que a gente fazia grandes discussões, nós tínhamos gente de várias áreas na diretoria do Sindicato, no conjunto que dirigia. Nós fazíamos grandes discussões sobre... afinal de contas qual objeto do trabalho do psicólogo, qual a finalidade do trabalho do psicólogo e é naquele período/ eu acho até que a minha tese, a minha dissertação reflete isso, minha dissertação é de 87, eu acho, 90, não é de 90, 87 eu já estava fazendo, mas eu termino em 90.

A minha tese já reflete isso, a minha dissertação e o meu doutorado refletem isso, que é um pouco essa discussão e aí nós dissemos assim, eu me lembro que eu e a Ia discutíamos muito isso, eu acho que nós temos até um texto sobre isso que é a idéia de que os psicólogos são profissionais *de* saúde, não é *da* saúde, depois o Ministério da Saúde vai nos denominar como profissionais da saúde, mas a gente fazia essa distinção, nós somos profissionais *de* saúde, ou seja, a finalidade do nosso trabalho é a saúde, a saúde do sujeito, a sua condição e aí nós vamos trabalhar eu e a Ia, começar a trabalhar dentro da área de educação com a idéia de promoção de saúde...

E.P.: *Isso mais ou menos em que época?*

A.B.: Começo de 90, eu acho que começo de 90 foi logo depois da minha dissertação, um pouco antes da minha tese; é o começo dos anos 90, que nós vamos trabalhar essa idéia, vamos levar depois conforme o movimento vai crescendo e nós vamos para os congressos nacionais de psicologia, nós vamos levar essa questão, essa proposta de que a psicologia seja definida como uma profissão *de* saúde, que tem a finalidade do seu trabalho ligada a condição saudável do sujeito e não/ e aí a gente dizia assim, “*Ele como profissional de saúde pode trabalhar na educação, na indústria, na seleção de pessoal, no treinamento, pode trabalhar no hospital, trabalhar onde ele quiser, em todos os lugares ele é um profissional de saúde*”.

Então eu acho que isso não atrapalhou a educação, muito pelo contrário, veio a oferecer um projeto, um esclarecimento, aqueles que trabalhavam na educação, por que? Porque o que acontecia é que aqueles que trabalhavam em psicologia da educação se transformavam em educadores e trabalhavam como educadores, eles não eram psicólogos na educação, eles eram educadores, nós nos definíamos, nos afirmávamos como educadores, eu fui fazer cursos de

especialização em sociologia da educação, eu não fui fazer nada na psicologia da educação, a gente abandonava a psicologia, a gente não queria saber da psicologia, o desafio do Sindicato que vai nos trazer essa pressão de que a gente precisava, esclarecer melhor como é que os psicólogos atuam nas diversas áreas. Então ser um profissional *de* saúde *na* educação, era um projeto pra psicologia educacional.

Excerto 2.16

A.B.: Nós tivemos uma decepção muito grande: quando o Paulo Freire virou secretário da educação no governo Erundina, ele perguntou aos 120 psicólogos que estavam nas escolas da prefeitura em São Paulo, se eles queriam continuar na prefeitura, trabalhando nas escolas, fazendo projeto de orientação sexual, orientação profissional ou se eles preferiam ser deslocados para a saúde. Acho que sobraram 5 na educação. Foi uma decepção muito grande, porque se confirmou a idéia de que os psicólogos na educação eram clínicos na educação, eles não tinham adquirido em todo aquele tempo uma visão educacional para a intervenção do psicólogo.

Excerto 2.17

E.P.: *Uma pergunta pra encerrar mesmo que eu fiz essa pergunta pro Sérgio. Você lembra de como vocês fizeram esses documentos? Quem dividiu pra fazer?*

A.B.: Ah eu não sei, eu acho que eu e o Sérgio trabalhamos, eu, o Sérgio, a Ia, a Marilena, mulher do Sérgio,... talvez outras pessoas aqui que agora eu não me lembro mais, mas eu diria para você assim...

E.P.: *Está no finalzinho*⁵.

A.B.: ... eu diria pra você/ ah, aí está vendo, nossa quem será Maria Aparecida Cunha, Abelardo [de Almeida], Maria Ester [R. Esteves], Maria Amélia [B. Souza Carvalho]. Nossa você sabe que eu não sei quem são essas pessoas, o meu nome está errado. Eu, Sérgio, a Yvonne, o Abelardo (eu sei quem é na psicologia da educação), mas essas três pessoas eu não lembro mais, de qualquer forma o que eu queria dizer estava correto, eu acho que eu e o Sérgio tivemos à frente e o Sérgio/ eu tinha uma competência assim de organizar, sabe de fazer o evento acontecer e o Sérgio tinha uma competência de sistematizar. Então eu acho que nós fizemos isso/ eu tenho uma

⁵ Indicação para a depoente localizar nos documentos os nomes dos organizadores.

impressão na minha vida que eu passei muito tempo fazendo essas coisas. Quer ver, vamos ver se eu vou desaparecer, eu e o Sérgio...⁶

E.P.: *Vocês estão em todos os três.*

A.B.: Ah é? Eu e o Sérgio fizemos muita coisa e aí os outros vão desaparecendo.

3. Odette de Godoy Pinheiro (04/12/2014)

Excerto 3.1

E.P.: *Então, assim, eu acho que antes de falar dos eventos, talvez seria um bom começo a gente conversar sobre a organização dos psicólogos na década de 1970.*

O.P.: No final da década de 70 havia um movimento, em São Paulo na capital. Nós estávamos no começo da chamada abertura, terminando aquela fase mais dura de uma ditadura e os sindicatos e conselhos, mas principalmente sindicatos de profissionais da área da saúde começaram a se organizar junto a movimentos populares. A saúde era um mote, entendeu, porque tinha um arroxio salarial, uma dificuldade muito grande das pessoas das classes populares e a saúde como direito à vida, vamos dizer era um ponto importante que organizava as pessoas e juntava profissionais e populares.

Então começou um movimento para ocupar os sindicatos transformando a área. Tinha médicos, assistentes sociais e nós psicólogos, começamos a entrar nessa, com um grupo de alunos e ex-alunos recém formados. Ana Bock que era uma participante engajada em movimentos sociais e mais outras pessoas resolveram montar um Fórum pra discutir a situação dos psicólogos em geral como profissionais.

Na realidade o Fórum foi só um pretexto para montar uma chapa que ocupasse o Sindicato dos Psicólogos, mas na hora sem comentar. Teve uma grande participação de pessoas de diferentes instituições e no fim desse Fórum se discutiu várias coisas e foi proposto como encaminhamento: a formação de uma chapa de *oposição*. Todos esses sindicatos acabavam tendo uma chapa de oposição que significava esse movimento diferente para ocupar o espaço.

⁶ A depoente folheia os três Anais para verificar os créditos da organização dos eventos.

E na época o nosso Sindicato era uma coisa terrível, porque ele/ até pra mim, enquanto psicóloga, sindicato era uma organização estranha que tinha a ver com a área de trabalho. Geralmente eram pessoas ligadas ao trabalho que assumiam a presidência. Uma coisa que parecia não tinha nada a ver com aquilo que eu fazia. Eu era formada em psicologia, era psicóloga clínica, depois trabalhei mais na área de psicologia social, mas aquele Sindicato não significava muita coisa.

Então a nossa idéia era ocupar o Sindicato para fazer ele mais presente nesse movimento que havia em outros sindicatos também e no final quando foi se montar a chapa, eu tinha um perfil que era interessante para o grupo: eu era mais velha tinha sido professora de alguns que estavam ali, tinha um nome respeitável e fazia parte dos antigos. Era uma mudança, uma transformação que estava me chamando, alguém me chamando pra isso.

Sempre no exercício da minha profissão, trabalhei com populações de baixa renda na Prefeitura. Participei em projetos de psicologia comunitária. O meu interesse era sempre, uma população que não era a elite, que era clientela do psicólogo clínico. Então, essa necessidade que eu tinha de eu diria justiça social, me tornava aberta para alguma coisa desse tipo. Eu me permiti ser usada, vamos dizer, no bom sentido, porque como eu tinha uma postura independente, não tinha filiação a nenhum partido, nenhum movimento de esquerda, então eu aceitei participar da chapa como cabeça da chapa e foi muito interessante, tanto a forma como a gente fez propaganda, o grupo era muito interessante, muita gente jovem e muita gente apaixonada pela coisa, pela meta.

Excerto 3.2

E.P.: Eu queria perguntar, você mencionou esse Fórum que aconteceu no Sedes Sapientiae, como começou esse Fórum? Sabe quem organizou?

O.P.: Fiz parte da comissão que inventou isso, entendeu. Essas coisas são interessantes, porque tem pessoas que tem metas políticas, vamos dizer e elas procuram outras e formam um pequeno grupo e esse grupo fez tudo, juntou um dinheirinho, entrou em contato com pessoas conhecidas, fez os convites, e a madre Cristina tinha esse espaço aberto.

Aconteceu de uma forma parecida com o que acontece hoje, acho muito parecido, embora, com causas diferentes. Esses movimentos agora com Internet parecem movimentos espontâneos, você tem um grupo que tem a meta, ele se junta, ele propaga e aglutina pessoas que tem o mesmo interesse, então é uma organização *sui generis*, vamos dizer, porque não tinha uma instituição por trás, era um grupo, um coletivo como chamam hoje. Era um grupo de pessoas que se encontraram

com interesses comuns de diversos lugares e eu acho que foi isso, esse Fórum aconteceu dessa forma, não diria que foi espontâneo, foi organizado por um grupo.

Excerto 3.3

E.P.: *Eu perguntei pela origem, mas uma coisa que me marca muito nessa história é/ parece que a presença da Madre Cristina...*

O.P.: Madre Cristina é ótima.

E.P.: *Você poderia falar um pouco dela nessa organização?*

O.P.: Madre Cristina assim, a gente tinha uma relação institucional, vamos dizer de PUC e Sedes que/ a gente tinha formas diferentes de ver e organizar cursos, isso era uma coisa, mas em termos de política, madre Cristina, recebia de braços abertos qualquer um que se propusesse, por exemplo, a criticar ou a se posicionar contra ditadura, porque a posição dela política era essa.

E.P.: *É que eu fazendo esta pesquisa e ouvindo um pouco as pessoas parece que ela teve um peso muito grande na organização dos psicólogos, seja por oferecer espaço ou mesmo por influenciar...*

O.P.: Eu não diria, acho que esse grupo assumiu/ quer dizer, ela ofereceu espaço que sem isso a gente não ia fazer nada, ela apoiou, mas acho que ela não teve esta força, a força era mais ampla, eu acho que de pessoas que foram se colocando ali, porque você tem ali, não saberia dizer pra você, porque eu era completamente ignorante, todas as siglas desses grupos de esquerda que existiam na época foram todos para o sindicato, sabe “LIBELU”, tinha uns nomes lá que eu estava completamente por fora, mas esses grupos eram sim organizados e as pessoas que foram/ diversos partidos, não tinha PT [Partido dos Trabalhadores] ainda, mas tinha o Partido Comunista, tinha vários movimentos ali diferentes com seus representantes, mas acho que na hora em que nos reunimos, isso foi atenuado, porque a gente tinha uma forma de agir muito... muito própria desse grupo, de respeito mútuo.

Excerto 3.4

E.P.: *Aí já era muito interessante de se discutir e a sua fala, era uma fala que a meu ver reflete já a construção de um projeto político da psicologia naquele momento que é compreender a Psicologia não como simplesmente uma categoria isolada e a defesa do mercado de trabalho, mas como uma área de atuação em consonância com o processo de redemocratização do país, isso é algo que fica explícito na sua fala e você assume naquele momento a meu ver um papel do*

Sindicato muito específico, como uma entidade de combatividade e eu confesso que a primeira vez que eu li, eu fiquei impressionado, porque ao meu ver, esses Encontros, é uma hipótese que eu tenho para a dissertação, eles... eu não/ eu vou usar a palavra reflexo, mas não acho que seja a palavra adequada, eles são o reflexo do projeto político da psicologia naquele momento para discutir educação. E a sua fala neste primeiro, entra de um modo muito marcante, quando você fala que “Não, nós não queremos só a questão do mercado de trabalho, nós queremos mudar as condições da sociedade de um modo que ela precise de fato”.

O.P.: Legal, então de fato era bem o que eu sentia, veja eu acho que assim, cada vez que a gente/ acho que tinha sim essa proposta que sempre foi minha e de... de propagar uma idéia, entendeu, de mudar a sociedade, a idéia de mudar uma sociedade através de sua profissão, acho que isso é meu, vamos dizer, meu na minha vida inteira. Então eu fui para o Sindicato, voltei para a universidade, fui para o Conselho/ eu fiz várias andanças por aí, mas acho que todas elas têm em comum isso, essa idéia de que de alguma forma eu tenho que transformar essa sociedade, de tornar essa sociedade um pouco mais justa, então isso me fez ser supervisora, professora, depois de projetos mais diferentes, mas sempre com uma mensagem na visão mais ampla de uma profissão importante e que não cumpre o seu papel, vamos dizer, ela não cumpre, é uma minoria que faz isso, ela ainda é fechada.

Excerto 3.5

E.P.: *Quando você escolheu fazer psicologia você já tinha essa posição em mente ou isso veio logo depois?*

O.P.: Não, isso veio ao longo da história. Eu acho que tinha/ porque eu não/ eu me formei num curso de especialização que eu fiz pedagogia e aí eu acho que tem essa coisa, enquanto eu estudei pedagogia, eu trabalhei na Prefeitura como educadora de Parque Infantil como na época se chamava, então eu tinha esse contato com uma população de baixa renda, eu me interessava pelas coisas que estavam acontecendo ali com as crianças e com aquela instituição, então eu acho que tinha alguma coisa, alguma coisa me levava para essa direção, não sei te dizer o que é, talvez uma/ não sei, mas quando eu escolhi fazer psicologia clínica, eu escolhi por conta de uma coisa mais intelectual, uma influência do professor Azzi.

E.P.: *Enzo Azzi?*

O.P.: É, que era um professor brilhante, a idéia de que viriam professores estrangeiros para dar aula, aí eu entrei no curso e logo em seguida fui trabalhar numa clínica da Prefeitura, continuei

em contato com essa população, eu acho que o fato de você encontrar uma população diferente daquela que nos é apresentada no curso de graduação desperta críticas, desperta revisão, porque você começa a ver problemas que não são psicológicos, são problemas sociais. Então acho que sempre essa idéia de uma psicologia que flua na sociedade, no seu meio foi sempre minha, eu acho que eu tive isso.

E.P.: *Você chegou a conhecer a Yvonne [Khoury] nessa época?*

O.P.: Yvonne, eu trabalhei com a Yvonne, eu falei dessa clínica quando eu comecei a trabalhar, fui trabalhar com ela que era psicóloga clínica, depois que ela foi para a área de educação, mas nessa época tínhamos um convívio estreito, posições parecidas, era muito engajada, crítica também, conheci bastante a Yvonne.

Excerto 3.6

E.P.: (...) *você usa um termo chamado **filosofia da ação**, algumas vezes na sua fala e esse termo ficou na minha cabeça para entender o que era, deixa eu ver...*

O.P.: Eu cito alguém ou não?

E.P.: *Não, você fala em algum momento, por exemplo: “Levando em conta esses aspectos, diria que desde o começo, de acordo com a nossa plataforma, há duas preocupações que dizem respeito à forma e à própria **filosofia da ação**. A forma seria sempre como essa que ocorre aqui, de não antecipar aos problemas, mas procurar facilitar o encontro das pessoas para termos um real conhecimento dos problemas que estão atingindo os profissionais”. Aí você retorna ao termo de novo: “Enquanto **filosofia da ação** a preocupação sempre houve de não nos isolarmos e discutirmos os problemas só e nível profissional. Uma das últimas falas da Guiomar nos alerta para esse problema e para mim mostra bem que tipo de ação poderia ter o Sindicato.”⁷ E aí você vai discutir que o psicólogo por meio dessa filosofia...*

O.P.: Então, porque filosofia, não sei se o termo/ eu não usaria esse termo hoje, porque eu acho que uma coisa é você ter uma forma, outra coisa é você ter, vamos dizer, um princípio que dirige, não sei se é filosofia, alguma coisa que dirija a sua ação. Você tem uma forma... (risos) afirmo que é isso mesmo, agora filosofia de ação, acho que filosofia não é bem o termo, mas é um princípio alguma coisa que está norteando, não sei se a palavra ideologia seria melhor, a gente tem uma ideologia, a gente tem alguma coisa que nos move.

⁷ Leitura de trecho da palestra da depoente na década de 1980, parte dos Anais do I Encontro.

E.P.: *Uma visão de mundo, talvez.*

O.P.: Pode ser, mas aí é mais relacionado com aquilo que a gente vai fazer no Sindicato, porque na ação a gente tem as duas coisas, você tem a forma de fazer e você tem esse/ eu diria que princípio, um princípio dessa ação, alguma coisa que diz, você faz desse jeito, por que você faz, o que você pretende? Precisa haver objetivos da ação, embora não é tão racional assim, mas acho que filosofia não é um termo legal, eu não me deteria nisso.

Excerto 3.7

O.P.: E depois uma outra coisa que eu acho interessante, é quase uma piada, porque naquela época, aí bem no meu lado assim de mulher. Naquela época o Sindicato sempre estava na mão dos homens e quando eu ganhei lá e veio o cara do Ministério do Trabalho pra me dar o diploma ou sei lá o que, ele não ia entregar pra mim, ele ficou procurando alguém, algum homem, porque mulher não dava, engraçado isso, eu era a única assim, reunião de sindicatos profissionais, conselhos profissionais, eu sempre era a única mulher, é interessante isso.

E.P.: *Nossa, era uma coisa que não tinha passado pela a minha cabeça.*

O.P.: É interessante, eu vivi isso, é interessante porque eu já não era uma criança já tinha idade e já tinha uma formação muito tradicional, tanto é que quando eu fui conversar com o presidente do Sindicato, depois quando tinha ganho, não sei, ele falou assim pra mim “*A senhora sabe o que a espera, a senhora vai precisar ter costas quentes*”, ele começou a me aconselhar e no fim o discurso dele era “*Isso não é coisa de mulher*”, ele falou quase que literalmente.

E.P.: *Ele/ o pessoal disse que ele era Coronel?*

O.P.: Muito delicado, muito/ mas ele deu a entender que eu estava fora do meu lugar ali que não era muito interessante.

Excerto 3.8

E.P.: *Ah Odette é isso, tem alguma coisa que você gostaria de falar do projeto político da Psicologia daquela época? Alguma coisa relacionada a outro tema que te chame a atenção?*

O.P.: Não. Acho que o que me chama a atenção é isso que eu te falei que era assim, uma visão cada vez mais clara que a gente formava profissionais que circulavam em um determinado meio, um alimentando o outro e muito fechado em situações de consultório, individualistas. Então eu acho que/ muito seguindo, era uma coisa que se discutia na época que a psicologia seguia o chamado modelo médico, focado na doença e diagnósticos e coisas do tipo e a minha formação

foi por aí, daí na medida em que eu fui atuando profissionalmente em outros meios, eu fui fazendo uma crítica disso, então a idéia de uma psicologia atuante, uma psicologia engajada, eu acho que esse era o projeto.

4. Elenita de Rício Tanamachi (16/12/2014)

Excerto 4.1

E.P.: Eu tenho perguntas pontuais, eu acho que o trabalho que você apresenta em 81 e a sua fala em 82, eu reli, tenho algumas perguntas bem específicas, mas eu acho bom começar perguntando como você entrou nesses eventos, como você conheceu ou quem te chamou.

E.T.: Na verdade, até uma parte eu já comentei com você outro dia, eu não lembro de detalhes e nem fui atrás de ler esse material de novo pra recuperar e resgatar, até queria ter feito isso, mas eu não tive tempo, mas assim do que eu me lembro o CRP [Conselho Regional de Psicologia] resolveu nesse período que você diz que é a década de 80 que eu não lembrava nem disso, os prazos, as datas, nem nada.

Eles tinham um trabalho muito interessante, não lembro nem quem estava na diretoria, eu sei que a Ana Bock estava por lá, o Sérgio Leite militava e era uma época de efervescência em muitos aspectos e na Psicologia não ficava diferente e o CRP resolveu/ não foi só com a área da psicologia escolar, resolveu meio que organizar por áreas, eventos que pudesse juntar os psicólogos do estado, que era mais uma coisa do CRP mesmo até onde eu me lembro e.../ foi feito na área de clínica, na área de organizacional, que eu me lembro. Então eles faziam alguns eventos que tentavam juntar todos os profissionais que estavam principalmente espalhados pelas universidades que era onde mais chegavam essas ações do Conselho.

Excerto 4.2

E.T.: E a gente se conhecia, na área de escolar, nós éramos poucos, nós não tínhamos muitas alternativas de trabalho, de atuação, tínhamos o que estava publicado na época, você deve ter feito a pesquisa e era assim, o que tinha inclusive me formado, a gente trabalhava muito, pelo menos em Bauru, nós aprendemos a trabalhar com a modificação de comportamento em situação escolar que era algo que se resumia o conteúdo da psicologia escolar dado pra nós lá, tanto na

supervisão de estágio, quanto na disciplina teórica e eu não concordava com isso, desde o início eu sempre achei que não podia ser isso psicologia escolar, até porque eu era ao mesmo tempo professora e eu dava aula numa escola particular, enquanto eu fazia a universidade e eu tinha a oportunidade de tentar colocar na prática o que eu estava aprendendo em psicologia escolar porque eu sempre fui assim, tudo o que eu aprendia, eu queria por em prática e como eu tinha sala de aula e o conteúdo da psicologia escolar era um conteúdo que me interessava muito, porque eu queria ver como isso funcionava com os alunos e eu não sei se é porque eu já não concordava com essa forma de atuação do psicólogo que eu achava muito restrita, eu não sabia na época muito bem como avaliar isso e o que pôr no lugar, mas eu sabia que não adiantava fazer o aluno/ já desde aquela época eu já achava que não adiantava fazer o aluno, por exemplo, se comportar dentro da sala de aula, se não se discutisse pra aprender o que, pra saber que conteúdo estava sendo trabalhado, se não era o conteúdo que não estava sendo interessante para o aluno, porque o conteúdo não tinha nada a ver mesmo ou o modo como ele estava sendo trabalhado.

Então eu tinha todas essas questões na minha cabeça e eu ficava imaginando “*Bom, se tem algumas coisas relacionadas com conteúdo, relacionadas com um contexto mais amplo, como que eu vou aplicar, por exemplo, eu vou fazer uma intervenção aplicando uma técnica de modificação de comportamento pra adaptar o aluno a isso se esse contexto tem alguma coisa que precisa ser mexida também*”. Então não se trata disso, eu não concordava com essa questão de adaptação, quer dizer, na época eu não sabia avaliar desse jeito que nem eu estou falando, na época eu tinha uma sensação ruim, porque eu dizia “*Bom, então quando eu uso essa técnica, eu estou adaptando o menino aquilo sem discutir o conteúdo*”, era uma coisa óbvia, mas os modificadores de comportamento não discutiam, não punham isso em discussão de forma nenhuma [...].

Excerto 4.3

E.P.: *Só uma pergunta antes de você continuar. Quando você fala de abordagens de mudança de comportamento é predominantemente Behaviorismo?*

E.T.: Sim, Skinner puro.

E.P.: *Skinner, mas não tinha interlocução com outras abordagens?*

E.T.: No programa em que eu fui formada não. [...], por exemplo, Pavlov, começava estudando Pavlov na Análise Experimental do Comportamento e quando chegava na escolar já tinha saído do Pavlov, a coisa do reflexo incondicionado porque agora nós estamos falando de humano e

com humanos a gente tem que falar de comportamento operante e comportamento operante era o Skinner.

Então era uma coisa assim, até muito/ na nossa formação foi inteira assim, era um curso essencialmente Behaviorista, o curso que eu fiz, porque os meus professores eram muito jovens, todos eles, inclusive essa professora de psicologia escolar, a maioria tinha ido para os Estados Unidos para fazer o mestrado, porque aqui não tinha e foram para as universidades, onde essa referência teórica/ acho que coincidiu deles irem para esses lugares e eles voltarem com a cabeça feitíssima, até porque essa referência teórica na época, um pouco antes dessa época ela foi considerada extremamente revolucionária, porque ela era materialista e se posicionava literalmente contra as concepções idealistas e humanistas.

Então desse ponto de vista ela era revolucionária, porque ela trazia a idéia/ então todos os marxistas ou quem lia Marx naquela época aderiu ao Behaviorismo por isso inclusive, essa é uma questão importante, eu não era muito ligada a essas discussões não, mas eu percebia isso porque eu não conseguia entender, a minha cabeça pirava, porque eu não tinha os recursos evidentemente teria agora pra fazer essa análise e aí por conta disso eu perdi muito da história de formação desses professores, mas os professores que me deram aula, especialmente dentro da Análise Experimental do Comportamento e depois do Behaviorismo eram todos marxistas e extremamente revolucionários e eles aderiram do ponto de vista da psicologia a essa concepção, porque ela tinha essa característica do materialismo, só que não era histórico e nem dialético, mas trazia a dimensão do materialismo e se contrapondo aos humanistas fundamentalmente, ao Rogers/ então a gente tinha formação rogeriana, freudiana e dentro da Análise Experimental do Comportamento skinneriana, só que em algumas disciplinas como, por exemplo, a escolar era só Behaviorismo, porque era o programa que a professora usava, com o qual ela trabalhava.

E não era/ como se diz... uma situação vivida só na Fundação Educacional de Bauru que agora é UNESP [Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho], era uma característica de vários outros cursos [...].

Excerto 4.4

E.T.: Porque tinha mesmo outras referências, mas no caso específico da escolar, lá onde eu me formei não tinha. Em alguns outros lugares, por exemplo, na USP aqui em São Paulo se não me engano Geraldina Witter e Maria Helena Patto nessa época estavam mais ou menos juntas [...].

[...]

E.T.: Elas trabalhavam, as duas tinham publicações essencialmente voltadas para esse trabalho de modificação de comportamento.⁸

[...]

E.T.: Exatamente, por detrás estava a Ana Maria Popovic também que eram os textos que a gente tinha e que a gente estudava. Então também em escolar na USP era esse o encaminhamento, embora os cursos tivessem outras abordagens, mas não especificamente na área de escolar.

Excerto 4.5

E.T.: Então nessa época, voltando para o trabalho do Conselho Regional de Psicologia, como esse grupo era um grupo de profissionais extremamente preocupados com a formação do psicólogo, com a relação da psicologia com a educação, em fazer a psicologia escolar crescer como uma área de atuação e intervenção do psicólogo no sentido de efetivamente contribuir para a transformação mesmo da educação, na época a idéia era essa, se a gente dava conta e as técnicas que a gente tinha garantiam isso e era evidente que não garantiram, porque não adiantava só técnica, mas era o que a gente tinha era uma outra história, mas que a intenção era essa desse grupo era, então o que a gente fez, principalmente quem estava no interior, Bauru sempre foi muito ligado, plugado, antenado e a gente sempre teve um canal de comunicação com o pessoal da PUC de São Paulo aqui e da USP, principalmente.

Então o que a gente fazia, a gente trocava muito, as meninas iam pra lá nos nossos eventos, nós vínhamos quando elas chamavam, a gente era chamado menos, mas nós vínhamos também. E aí nós tínhamos necessidade de trocar essas questões, eram essas dúvidas a gente não tinha essa clareza de que faltava efetivamente era essa formação teórica, mas isso na verdade era uma tese que eu tenho defendido com pouquíssimos outros colegas, porque nem mesmo a maioria do pessoal que veio dessa época chegou a essa conclusão, tanto é que patinam até hoje que é o que a gente já conversou, patinam até hoje em cima dessa coisa da técnica, da atuação do psicólogo e da formação do psicólogo sem discutir um referencial teórico alternativo aos já existentes que efetivamente pode ajudar a superar essa condição de mero técnico na verdade, no contexto da educação e na relação com a psicologia.

⁸ A depoente refere-se provavelmente à WITTER, Geraldina Porto; PATTO, Maria Helena Souza; e COPIT, Melany Schvartz. (Orgs.). *Privação cultural e desenvolvimento: leituras*. São Paulo: Pioneira, 1975. 198p.

Excerto 4.6

E.T.: Então isso aí é uma coisa que eu tenho levantado agora, porque eu tenho percebido assim que a crítica já foi feita, tem sido feita, exemplarmente feita, eu acho que muito bem feita. Nós temos muitos dos psicólogos tradicionais da área, inclusive a própria Maria Helena Patto, a Geraldina não fez esse serviço, ela continuou na mesma linha dessa formação que eu estou falando, agora a Maria Helena Patto não, ela foi pra cima disso ela superou essa condição, foi buscar um referencial teórico alternativo, revolucionário na época, foi para a linha da psicanálise, era um grupo da psicanálise, se eu não me engano os argentinos que tinham todo um trabalho alternativo [...].

[...] então quando eu falo *patinam*, eu estou pensando nisso, ao invés de ter um referencial teórico que cria a condição de pensar na transformação desses conteúdos mais gerais da filosofia, da sociologia, da política, da economia política em referencial da própria psicologia e da psicologia escolar, porque é esse movimento que vai garantir a relação teoria e prática necessária para transformar e pra ir/ para que o psicólogo escolar possa ir para a realidade dele de trabalho e com autonomia garantir a transformação do trabalho que lá é desenvolvido e superar essa condição de mero técnico e mero especialista. E nisso temos a dimensão educativa necessária à formação do psicólogo, ou seja, todo conteúdo de educação e de psicologia que daria condição a ele de fazer a transformação, ter a possibilidade de ao fazer a crítica e explicar a realidade, responder a essa crítica com uma atuação que seja coerente com a transformação dessa realidade [...].

Excerto 4.7

E.P.: *Essa situação do contato da psicologia histórico-cultural mais abrangente se deu mais ou menos quando com os psicólogos brasileiros?*

E.T.: 78 ou 79 quando eu comecei a dar aula, nós já tínhamos essa preocupação e já procurávamos autores alternativos, isso quer dizer que antes de 78, 77 por aí a gente já estava tentando buscar contato com esses autores, mas, por exemplo, a efervescência disso mesmo no meu caso específico se deu quando eu terminei a minha formação, a minha licenciatura de psicologia que foi em 79... não foi em 78 e vim para a UNICAMP [Universidade Estadual de Campinas].

Excerto 4.8

E.L.: Mas então a gente começou a ler [Alberto Merani], a Lígia [Márcia Martins] que descobriu. Nessa época assim, nós queríamos fazer as coisas acontecerem, queríamos transformar o conteúdo da psicologia escolar. Quando eu entrei no mestrado na UNICAMP foi um grande reboliço porque além da gente tentar ler os autores da psicologia, a gente começou a entrar em contato com os crítico-reprodutivistas porque era o momento do reprodutivismo e os professores da UNICAMP de filosofia, sociologia, das áreas afins, mais gerais estavam chegando da Europa que tinham feito a formação, mestrado ou doutorado e o Paulo Freire voltando do exílio em 81.

Com isso fizemos na época um programa meio estranho, a gente fazia uma leitura crítica da educação através das obras do Paulo Freire e de outros autores, os reprodutivistas, tudo o que foi possível a gente ir aprendendo a gente foi colocando no programa e tentando transformá-lo do ponto de vista da psicologia. Fomos então acrescentando, Alberto Merani e quando pudemos conversar com o Paulo Freire em 81 eu tinha aula com ele (acho que ele chegou em 80, eu não consegui fazer a disciplina dele na UNICAMP, fui fazer em 81 com ele na PUC aqui), acrescentamos as suas contribuições (sua sugestão foi a leitura das obras do Freinet).

E a Lígia falou do Merani, eu vim pra cá, tinha a Cortez dentro da PUC, eu entrei lá e perguntei para o moço “*O que você tem do Alberto Merani?*”, ele falou “*Eu tenho todos os textos*” e eu falei “*Desce todos que eu vou levar*”. Então eu fiz isso com o Merani e com o Freinet, segundo o professor Paulo Freire era quem ia colocar do ponto de vista teórico e técnico, importantes subsídios pra superar aquelas que a gente já não concordava mais de utilizar e de colocar na formação do psicólogo escolar.

Então no meio disso tudo, aparece essa sugestão proposta do Conselho Regional de Psicologia, então prontamente eu atendi, eu era sozinha na escola lá em Bauru, prontamente eu atendi esse chamado.

Excerto 4.9

E.P.: *Mas você chegou a ir no primeiro Encontro?*

E.T.: Eu me lembro assim que o departamento recebeu uma carta falando sobre os grupos, isso aconteceu e o departamento encaminhou para todos os docentes de cada área, quem tinha mais de um docente pra que mandasse um representante, no meu caso era eu comigo mesma, então fui eu.

Excerto 4.10

E.P.: *Acho que o único que deu um depoimento completo até agora que tem uma lembrança maior é o Sérgio Leite.*

S.L.: O Sérgio Leite era a alma disso tudo aí, ele e a...

E.P.: *Yvonne.*

E.T.: Yvonne Khouri, ele e a Ana Bock, só que a Ana Bock estava na direção geral que ela era do Conselho, mas ela sempre estava junto.

E.P.: *Do Sindicato.*

E.T.: Isso, do Sindicato é verdade e a Ia [Wanda Maria Junqueira de Aguiar] que já acompanhava a Ana desde essa época que vinha na retaguarda.

E.P.: *Você lembra da Ia nos eventos?*

E.T.: Eu lembro, ela estava sempre lá.

E.P.: *Porque é uma coisa recorrente que tem acontecido nas entrevistas, é que nos documentos o nome dela não aparece em nenhum momento, mas em todas as entrevistas as pessoas falam dela.*

E.T.: Mas ela estava!

E.P.: *Vou conversar com ela também.*

E.T.: Porque ela estava, é até bom você conversar pra tirar isso a limpo. Ela estava, eu acho que ela ficava ali junto, é que nem eu e a Marisa [Eugênio Melillo Meira], teve uma época em que a gente andava junto e, por exemplo, pode ter gente que se lembre só de uma e não da outra. A Ana, você sabe bem falante, agora a Ia é mais quieta, agora hoje em dia ela é até mais falante, mas ela era bem quieta.

Excerto 4.11

E.T.: Então, o que a gente queria naquele/ eu me lembro agora você falando, veio a lembrança exata do que a gente queria, mas a gente não dava conta disso também na época, como nós já estávamos preocupados com essa atuação da psicologia escolar só mais nessa perspectiva da modificação do comportamento e/ mas nós estávamos tentando elaborar uma outra forma de ser psicólogo escolar que era assim que a gente falava na época.

Nós já tínhamos muito mais pra falar da intervenção do psicólogo escolar do que um tempinho atrás, mas essas pessoas quando vinham para nossos eventos, elas dialogavam exatamente com aquele começo da psicologia escolar e não queriam ouvir, desconheciam, todo o trabalho que este grupo estava tentando fazer já para elaborar as alternativas, ainda que com toda precariedade que tivesse, mas tinha sim uma atuação, por exemplo, você pegava a leitura da obra do Freinet, ela mudava e o trabalho com o professor. Tudo bem que a gente estava mexendo com estratégias que não eram da psicologia, eram da pedagogia, eu concordo que eram estratégias da pedagogia, mas o nosso intuito era transformar aquilo em estratégia da psicologia escolar que era o que a gente tinha de possibilidade no momento que a gente não tinha esse trânsito com a teoria que permitisse explicar o que a gente vinha fazendo com psicólogo escolar e propor uma outra referência até teórico-prática para a psicologia escolar.

Nós não tínhamos essa clareza, nem condição e nem material pra isso, mas nós já não fazíamos mais a modificação de comportamento em situação escolar, isso foi sendo... não é o caso de superar, porque a gente não estava em condições de superar, mas a gente foi substituindo, digamos que as vezes a gente trocava seis por meia dúzia, mas o intuito era uma forma de atuação que não se preocupasse só com a adaptação do aluno dentro da sala de aula e dentro da escola, mas que questionasse o conteúdo, que questionasse o modo de trabalhar e as estratégias do professor, que questionasse o papel da escola do contexto da formação dos indivíduos que já tinham uma demanda do Capital mesmo de formar os indivíduos para o exército de reserva e assim por diante que era o que a gente colocava em discussão. [...]

Excerto 4.12

E.T.: [...] Teve um momento, por exemplo, como é que chama aquela menina que fez um trabalho bonito de investigação da atuação do psicólogo na rede municipal de São Paulo, teve uma época que teve um grupo grande de psicólogos que ficou na Secretaria de Educação... a Wanda⁹. Naquela época a gente estudava a tese dela porque era um dos únicos materiais que tinha informando sobre os psicólogos que de alguma maneira trabalharam na Secretaria de Educação Municipal e a gente enquanto grupo, mesmo nesse movimento aí dos grupos que você está investigando dos Encontros, se não me engano foi mais ou menos nessa mesma época ou um

⁹ Refere-se provavelmente à NEVES, Wanda Maria Junqueira de Aguiar. *O psicólogo escolar da prefeitura municipal de São Paulo: atividade e representação*. 187f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

pouco depois que aconteceu isso, a gente ficava muito feliz porque a gente entendia isso como resultado do investimento que a gente ia fazendo. (...)

Excerto 4.13

E.P.: Eu queria/ assim se você leu o título do meu trabalho, é o título dos eventos e o subtítulo é “o projeto de psicologia escolar em São Paulo” que uma das hipóteses que eu venho trabalhando pra transformar em tese talvez, seria o fato daquele evento que foi um período de síntese histórica que pega o final da década de 70 e início de 80 para propor um projeto de psicologia escolar, a partir de modelos que estavam se delineando lá. Estudando esse material e conversando com as pessoas, o indicio que eu tenho é que dois projetos fortes naquele momento que estavam acontecendo era o PROLESTE do Sérgio Leite que propunha um modelo de atuação de alfabetização de crianças e o trabalho da Yvonne Khouri na Prefeitura, talvez fossem os maiores e mais conhecidos, mas eu penso que eram dois entre muitos que ali estava entrando...

E.T.: Tinha os outros menores que não apareciam, mas estes daí eram os que a gente estudava inclusive e a gente lia pra trabalhar com os alunos.

E.P.: Você concorda que os eventos propunham um projeto de psicologia escolar?

E.T.: Não sei se concordo... a idéia era essa, até onde eu me lembro a idéia era essa. Era organizar os profissionais de uma maneira que ao se reunirem, ao debaterem, ao discutirem, aliás o nosso sonho, meu pelo menos era esse, eu me lembro que compartilhava com muitos deles, o meu sonho era que a gente pudesse escrever uma outra história da psicologia escolar. Esse era o tema inicial da minha dissertação de mestrado que eu não fiz, eu queria um programa de formação do psicólogo escolar, portanto, através da minha disciplina de psicologia escolar e da supervisão de estágio que também era uma outra disciplina digamos assim da formação do psicólogo/ a minha dissertação de mestrado, a idéia era montar um programa que fosse diferente daquele que me formou e que ao propor esse programa, ele fosse o início de uma possível tese depois que falaria de uma outra perspectiva teórico-prática da psicologia escolar, agora eu estou dando nomes bonitos que na época eu não consegui dar, porque se eu conseguisse ter essa clareza que eu estou tendo agora eu teria feito tudo isso lá [...].

Excerto 4.14

E.P.: Deixa eu ver se eu acho pra você... porque quando eu/ é o que eu te falo quando eu tive acesso a esses documentos, esses papéis foi um baque muito grande pra mim, porque eu pensava ingenuamente de uma maneira boba que a crítica da psicologia escolar tinha começado na

metade da década de 80 e quando eu dei de cara com eles, que eu vi as propostas que se delineavam, que tinham a percepção de um projeto político que muita coisa mudou pra mim. Por isso que eu parto da hipótese que sim, esses eventos não tinham só uma idéia como efetivaram um projeto, só que a pergunta que eu teria é e depois? O que aconteceu? Porque assim, a minha idéia neste momento inicial é parar aqui, eu quero estudar esses Encontros, porque aí já é quase uma tese, eu parto que esse projeto só existiu, por causa do movimento político no interior da Psicologia.

E.T.: Também concordo.

E.P.: *Foi a mudança das chapas que entrou o pessoal novo, batendo no conservadorismo e fala “Vamos fazer alguma coisa, pensar junto” e aí se delineou esse projeto.*

E.T.: A idéia era altamente revolucionária, é bom lembrar porque era um grupo que tinha entrado pra de fato por a discussão no caso específico nosso de por a psicologia escolar em pauta, entre os psicólogos escolares e reunir os psicólogos escolares.

Excerto 4.15

E.T.: Bacana isso aqui, eu não concordo com muitas das coisas que eu falei, mas dá uma olhada nisso aqui *“Auxiliar a escola para que esta chegue a uma nova proposta de trabalho que considere a realidade dos alunos que recebe ao propor seus conteúdos, bem como ao fazer exigências para com os seus alunos, de forma que possam ter melhores condições de ensino é neste trabalho o principal objetivo de nossa atuação como psicólogos escolares”*¹⁰. Quer dizer, já rompendo aqui com a adaptação de pronto, isso era uma coisa que a gente tinha certeza absoluta. Eu não sei te dizer, eu estou achando/ será que isso era um Painel vivo, a gente apresentava, falava...

Excerto 4.16

E.P.: *Você falou um monte de coisas. Pensando no projeto da psicologia escolar, você acha que teria mais alguma coisa para acrescentar do que a gente já conversou aqui?*

E.T.: Não, do que eu me lembre não, acho que só faltou mesmo a tese, da gente discutir a dimensão educativa na formação do psicólogo, colocando como uma tese possível e do ponto de vista que eu defendo, isso sim seria revolucionário. Ou seja, responder à crítica já estruturada no contexto da psicologia escolar, com uma perspectiva teórica que a explique e a faça ascender a

¹⁰ A depoente lê o último parágrafo de sua fala nos Anais do II Encontro de Psicólogos da área de Educação (p. 37).

um conteúdo teórico-prático de psicologia na educação, criando *O Capital* da psicologia escolar... E para mim a Psicologia Histórico-Cultural e o Materialismo Histórico-Dialético podem contribuir nessa direção.

5. Jane Persinotti Trujillo (07/01/2015)

Excerto 5.1

E.P.: [...] *Eu acho que um bom jeito de começar seria perguntando, como começou o seu envolvimento com esses eventos, como você acabou chegando a eles?*

J.T.: Eu não me lembro bem. Acredito que tenha ocorrido pela minha trajetória até ali. Eu havia trabalhado como psicóloga escolar no início dos anos 1970. Foi na educação infantil. Isso me proporcionou a entrada nos cursos de Psicologia que começavam a ser criados. Era preciso organizar o estágio na área de escolar e como eu tinha uma experiência na área, acabei participando de vários cursos na cidade de São Paulo. Nos anos 80, eu acho que começaram a acontecer muitas coisas, bom eu acho que o país estava num processo de redemocratização, tinha muita discussão acontecendo e o Conselho [Regional de Psicologia, CRP] tem uma mudança grande nesses anos. A gestão, eu tenho impressão de que foi de 80 a 83, não lembro mais exatamente as datas, é uma gestão nova, o Sérgio era uma das pessoas que participava dessa gestão e que começa a promover conversas com a categoria e deixa de ser aquele órgão mais normatizador ou deixa de ser exatamente só isso pra ser um lugar de discussão da categoria e esses Encontros se inserem nesse âmbito.

Estavam acontecendo outras coisas em outras áreas da psicologia e em relação aos encontros de educação eu não me lembro exatamente como cheguei. Eu conhecia o Sérgio, porque a gente trabalhou junto na Faculdade Objetivo. Eu também vinha acompanhando o movimento dos psicólogos na Prefeitura de São Paulo, vinha acompanhando meio à distância. Conheci a Yvonne Khouri, participei dos encontros que eles fizeram, participei assim, fui assistir os encontros e... eu tenho a impressão que foi por aí a minha entrada, eu estava um pouco próxima... buscando um pouco, contanto com as pessoas que estavam fazendo esse tipo de trabalho, em 80 eu já estava, tinha muitos amigos que estavam em Guarulhos, eu já tinha tido,

algumas experiências nas faculdades particulares, a gente já tinha uma proposta de estágio, como colocar o estágio dentro do curso de psicologia. A impressão que eu tenho foi por aí, eu conheci algumas pessoas, mas que neste Encontro especificamente, eu nem me lembro dos anteriores, mas eu acho que eu nem estava, eu acho que estava mais nesse/ não, eu me lembro de um em que a Yvonne estava, mas eu não consigo recuperar as lembranças dos outros.

Excerto 5.2

E.P.: Você comentou da organização dos psicólogos que houve a chapa de oposição que organizou o Conselho e deu origem a esses Encontros, eu queria perguntar se você se recorda desse movimento, você chegou a participar do Fórum que foi organizado no Sedes?

J.T.: Na verdade, depois a partir desses Encontros, a gente acabou entrando para a gestão posterior, eu fui parte da gestão de 83-86 que era a turma da gestão Palavra Aberta que a gente...

Excerto 5.3

E.P.: Eu queria perguntar... assim, eu tenho como hipótese do trabalho com base nesses documentos [Anais dos Encontros], nos três inclusive, que a proposta era constituir uma proposta de atuação do psicólogo escolar e eu tenho como hipótese que isso só existiu por causa do movimento político que os psicólogos fizeram, não só em termos de organização, mas eu acho que a proposta de psicologia escolar que se funda nesse momento das discussões que vocês fazem ela está muito calcada pelo processo de redemocratização de se buscar um Brasil diferente daquele da ditadura civil-militar e nesse ponto eu queria perguntar se você se recorda sobre as discussões que tinha nessa primeira gestão de oposição sobre educação, quando os eventos eram organizados.

J.T.: Eu acho que foi uma época de muitas discussões. De certa maneira muitos, ou a maioria de nós havia compartilhado muito da participação estudantil dos anos 60 e de toda a cultura ou contracultura desse tempo. Eu reconheço que havia um grande desejo de mudar o país de construir uma sociedade mais justa. Acho que esse foi um grande aglutinador de nós todos. Acho que nossa discussão sobre a psicologia escolar se inseria nesse contexto. Para mim, essa participação se inseria sem dúvida em um projeto pessoal. Essa visão de que o trabalho da gente era uma forma de participação social, sempre foi, e ainda é um fundamento para as minhas ações.

Considerando a psicologia escolar, eu acho que uma das coisas que foi importante foi o trabalho dos psicólogos da Prefeitura, enquanto... como é que se diz... enquanto... possibilidade de experimentar algumas coisas, eu não sei, além do livro, daquele livrinho de psicologia escolar

que a Yvonne Khouri organizou, eu não sei se tem muita coisa documentada, eu tinha um material, eu vou até procurar pra ver, certamente você tem, um material do primeiro encontro que era uma apostila datilografada, foi logo no início 79, não sei, eles começaram em 78, um calhamaço que era o encontro ¹¹. Eu tinha muito respeito por esse pessoal e pela Yvonne porque eles estavam buscando formas de trabalhar dentro da escola.

Excerto 5.4

J.T.: [...] Então pra mim, aquilo [Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo] foi muito importante, pra mim pessoalmente, inclusive na trajetória profissional, porque ali se experimentou muita coisa, se experimentou desde grupo operativo, gente que trabalhava com modificação de comportamento, gente que mexia/ tentava trabalhar junto com coordenadores pedagógicos, pra mim aquilo foi um celeiro de idéias, de possibilidades de atuação na escola pública que era uma experiência que eu não tinha, eu tinha na escola particular.

Agora dentro do grupo dos psicólogos, eu não me lembro dessas discussões avançarem... da gente conseguir... ter uma idéia de propor um tipo de atuação, acho que a gente vinha de um *anti-modelo*, não vamos fazer a clínica na escola, agora como é que isso pode se dar, estava todo mundo meio que em busca, haviam essas experiências que a Elenita fala das coisas que ela fazia em Bauru com os estagiários a gente fazia outras coisas, a gente estava fazendo esse tipo de experiência.

E se sabia que tinha que ser por aí dentro/ quer dizer dentro... eu ainda acreditava na época, acho que ainda acredito nisso que de dentro da escola é possível fazer algumas coisas, depois veio aquela discussão do psicólogo dentro ou fora da escola, a questão do... trabalho com a ins/ dentro da instituição, na instituição, com a instituição, nem me lembro mais qual era a terminologia do Bleger ¹² que foi tomada e que impactou muito, inclusive toda essa discussão dos psicólogos da Prefeitura. Acho que eles vinham de uma situação complicada, quando a Yvonne sai..., eu entendo assim, quando a Yvonne saiu da coordenação do grupo, eu acho que todas as contradições que se tinha ali e que eram contradições inclusive do ponto de vista de/ ou melhor

¹¹ A depoente refere-se aos Anais do I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares, ocorrido em julho de 1978, que foi organizado pela Associação dos Psicólogos da Prefeitura de São Paulo. Este material foi gentilmente emprestado ao pesquisador por Carmem Silvia Rotondano Taverna.

¹² José Bleger (1923-1972) foi um psicanalista argentino, um dos pioneiros da psicologia institucional amplamente divulgada no Brasil em meados da década de 1970.

que se materializam nessas várias linhas de trabalho, então de repente começou a briga dos comportamentalistas com os psicanalistas, com não sei quem.

Eu acompanhei isso um pouco, porque eu tinha amigas que trabalhavam na época no Serviço de Psicologia Escolar, e aí eu acho que a coisa foi ficando muito fragmentada e toda aquela discussão com o pessoal da educação que não evoluiu, eu acho que a Lisete [Areralo] coloca muito isso, é interessante, eu não lembrava dessa fala da Lisete. [...].

Excerto 5.5

E.P.: E o serviço começa a cair depois da segunda metade da década de 80 e acaba em 89 quando o Paulo Freire entra na educação. Eu tenho essas datas porque eu li a tese da Carmem Taverna.

J.T.: Ah tá, porque a Carmem foi desse grupo, é isso mesmo, nossa eu tinha me esquecido da Carmem. Então, eu tive como representante, eu acho que tem um dado aí, um depoimento em relação a essa questão do trabalho com a Prefeitura que a Guiomar Namó de Mello era Secretária da educação do município (foi na gestão do Mario Covas), eu não vou lembrar exatamente em que ano foi isso, foi entre 83-86, porque quando eu estava no Conselho.

Eles teriam uma reunião com a secretária, porque já estava bastante complicada a situação e eles tinham a reunião com a secretária, o grupo de psicólogos pra discutir um pouco os rumos do trabalho dentro da Prefeitura, na época eu me lembro que havia 100 psicólogos, eu lembro bem desse número que foi uma coisa que a gente acabou conversando dentro dessa reunião e eu tive uma certa surpresa que as pessoas do grupo de psicólogos da Prefeitura pediram que eu fosse, enquanto representante do Conselho até estranhei um pouco, não sei se tinha o dedo da Yvonne nessa história e lá fui eu meio, sem saber muito bem, meio ingênua na história de “*Como é que eu vou representar o Conselho nessa reunião?*”.

Eu lembro que foi uma reunião muito tensa, a Guiomar se atrasou muito estava com uma questão familiar e o grupo todo muito agitado, havia muitas pessoas lá, depois entrou uma comissão e eu me lembro de/ pra mim ficou muito marcado nessa conversa, assim, a dificuldade que as pessoas que estavam ali tinham de demonstrar a importância do trabalho na escola, dentro da escola e a Guiomar tinha uma posição clara da mesma linha da Lisete, sempre teve essa posição contra os especialistas que eu vejo que é muito uma posição de muitas pessoas dentro da educação hoje, eu percebo isso claramente em algumas pessoas que eu tive contato na Prefeitura, no CEU, na turma mais antiga que tem um projeto de educação mais libertadora.

Bom e eu me lembro que a Guiomar faz um questionamento duro inclusive em relação ao Conselho que a gente estaria colocando uma questão corporativista que nós estávamos defendendo um lugar de trabalho e eu lembro que eu disse que eu coloquei que a gente não tinha essa posição, que a Palavra Aberta, não tinha mesmo, a gente estava interessado em uma questão mais ampla, política, o que a psicologia tinha a oferecer pra educação e a gente achava que tinha. Mas foi muito significativo pra mim perceber, o quanto as pessoas estavam desorganizadas, quanto para elas também não era claro e elas estavam fazendo aquilo a muito tempo...

Excerto 5.6

J.T.: Os psicólogos que estavam na Prefeitura. Eles não conseguiram levar para essa reunião, por exemplo, o resultado do que foram aqueles anos de trabalho ou enfim, eu lembro que na época eu já pensava nisso, não é uma avaliação que eu faça hoje, eles tinham na mão alguns anos de trabalho que poderia ter sido documentado, *“Olha aconteceu isso, aquilo”*, no sentido mesmo de documentar a contribuição.

Eles estavam muito mais atarantados e muito mais preocupados mesmo com a perda do lugar de trabalho naquele momento, foi o que pra mim ficou muito mais claro, ficou claro naquela hora da discussão, foi uma discussão muito tensa, muito difícil e a Guiomar com uma posição muito incisiva e claramente *“Olha em cima de um projeto e eu digo pra vocês se vai ter 1, se vai ter 100, se vai ter 500 psicólogos”* e essa resposta não vinha e ela em momento nenhum foi esboçada nessa reunião e pra mim isso é muito emblemático de toda a questão da psicologia dentro da escola eu não acho que a gente tenha caminhado nesse sentido. Eu acho que a gente não fez essa aproximação com a educação, enquanto psicologia, eu costumo brincar um pouco com os meus alunos e dizer assim *“Olha, vocês vão pra um hospital psiquiátrico e vocês ficam muito a vontade, vocês sabem nome de remédio, vocês sabem não sei o que lá, vocês entram numa escola e vocês não sabem o nome dos cargos que tem, ninguém entende de uma estrutura escolar”*.

Excerto 5.7

E.P.: *Certo, assim eu perguntei em relação à gestão de 80-83 de como o grupo do Conselho via a educação e você me falou um pouco de como a educação era vista entre 83-86 que foi a gestão que você participou, você acha que naquele momento quando começou enfraquecer essa discussão durante o período que a Guiomar era Secretaria... o Conselho talvez tenha também desistido um pouco ou se manteve fortalecido?*

J.T.: Não, eu acho que isso se desaqueceu e tem um outro ponto que eu acho que eu já não era mais o tempo da Palavra Aberta, isso foi posterior, porque eu acho que eu ainda participei de algumas coisas que foi quando se definiu a Psicologia como profissão da área da saúde, que eu lembro que essa foi uma discussão que eu participei um pouco que tinha a Odette que estava muito presente, eu lembro muito de Odette [de Godoy Pinheiro], da Ana [Bock], do Odair Sass que defendia muito uma posição de que a gente não tinha de entrar nessa dis/ que não tinha que definir como uma profissão da área da saúde, porque isso ia ter uma certa consequência, você quer mais água?

Excerto 5.8

E.P.: *Mas você acha que esses eventos sistematizam uma evolução naquele período?*

J.T.: Ah com certeza, eu acho que naquele período foram decisivos pra quebrar mesmo com esta idéia da psicologia dos problemas de aprendizagem e de colocar o aluno como centro das dificuldades, com toda certeza, eu acho que hoje ninguém mais fala disso, quer dizer, ninguém mais fala médio, eu acho que tem todo esse discurso dessa crítica, mas como a gente não tem, isso é a minha posição, como a gente tem pouquíssimas experiências de trabalho dentro da escola que mostrem essa alternativa possível fica muito complicado você falar em... como que poderia ser esse trabalho, tanto é que eu estou aqui lembrando das falas dos meus alunos, “*Bom, mas nós temos que ir na escola para ver qual é o problema da escola*”, nós não temos que ir na escola pra ver qual é o problema da escola, nós temos que ver como é que a escola funciona, como é que ela está vivendo esse dia-a-dia, o que é que as pessoas estão pensando, quais são as questões que a pessoa tem, como é que elas estão pensando a educação, o que são as dificuldades que elas vem, enfim, acho que isso que a gente tem que olhar.

Mas então essa visão do problema ainda existe, agora/ então eu digo, voltando a sua questão, eu penso que aquele momento foi fundamental, inclusive para aglutinar essas pessoas que estavam preocupadas com essa questão e que vinham da educação, que estavam nas universidades, que estavam querendo alguma coisa diferente pra juntar essas pessoas e pensar alguma coisa em conjunto, eu acho que isso com certeza pra mim, para minha trajetória profissional/ e acho que pra Psicologia sim, o que eu penso é que dali pra diante a gente não conseguiu, acho que encaminhar, ou talvez os caminhos que a gente tenha seguido, ou a possibilidade fosse essa mesma, isso eu não sei avaliar.

Excerto 5.9

E.P.: *E uma outra coisa que eu fico pensando é que quando acabou o Serviço de Psicologia Escolar lá por 89, parece que essa discussão morreu. Então pensando, talvez nessa hipótese, eu fico imaginando que quando morreu o Serviço de Psicologia Escolar de São Paulo e entrou essa discussão de psicologia é uma profissão da saúde, talvez isso tenha sido o ponto de virada pra... ter essa perda na década de 90. Eu estou chutando bem longe, é uma coisa que eu estou remoendo e conversando com você agora...*

J.T.: Em relação a essa questão do término do serviço e o que eu achei muito interessante, é como certas discussões que vem da academia elas podem de fato trazer armadilhas pra gente. Eu me lembro de ouvir isso de muitas pessoas da história da escola e fora da escola que era a discussão do Bleger naquele momento do que se você vai fazer o trabalho institucional que era o que vinha pintando como sendo o modelo.

Então você tem que estar fora da instituição, esse foi o argumento básico daquelas pessoas que usaram na época e eu me lembro de ter trabalhado na FMU [Faculdades Metropolitanas Unidas] com uma das pessoas que era desse grupo e que votou pela saída e ela fazendo uma avaliação, ela dizia assim *“Hoje eu não teria feito a mesma coisa, eu penso que a gente fez uma saída equivocada, a gente abandonou um lugar de trabalho”*. Então só para juntar um pouco com essa conversa... mas de qualquer forma, mesmo essas/ talvez como ela, outras pessoas fizessem essa crítica, mas lá não tinha nenhum movimento que aglutinasse, acho que a Psicologia estava/ nesse sentido que eu acho que essa virada para área da saúde, pra mim é mais determinante, do que...

E.P.: *Já foi em 90 ou 80 essa virada?*

J.T.: Eu não consigo lembrar, não era mais tempo de Palavra Aberta, eu me lembro muito de uma reunião no Conselho em que eu estava presente, que estava o Odair, estava a Odette, estava a Ana, a Ana defendia muito essa idéia de que tinha que ir para a saúde. Eu lembro da Odette ter feito uma intervenção, o Odair defendendo o oposto, o Luis Humberto que estava no Sindicato nessa época também e eu lembro da Odette dizendo *“Mas Ana se isso nos divide tanto, será que essa é a melhor saída?”*. Eu lembro que ficou muito marcado pra mim essa fala da Odette, eu não tinha muita dimensão do significado disso naquela época, eu acho que eu estava muito mais envolvida com o meu fazer ali cotidiano na universidade.

Mas eu penso que isso pra mim foi muito determinante, até porque isso influenciou profundamente, a organização dos currículos, isso começou nas particulares e abriu o campo pra questão de pensar o comportamento, enquanto base biológica, todo campo do mundo, depois acho que isso foi retomado e as questões sociais de um tempo para cá trouxeram um pouco mais essa questão da cultura para a questão da formação. Mas eu ainda acho que essa virada pra mim foi mais determinante, agora claro, acho que o término daquele serviço foi um baque, porque tinha ali a possibilidade/ e eu acho que teve experiências muito interessantes.

Excerto 5.10

E.P.: Eu acho que para a gente ir encerrando assim, nesse momento final, falar sobre a sua fala no terceiro evento, você queria começar...

J.T.: Foi muito interessante revê-la, porque como eu te disse, eu fiquei muito insatisfeita, eu costumo dizer que eu era muito metida nessa época, eu acho que eu ainda sou e eu fui para esse Encontro, eu lembro que o Sérgio que falou para mim, “*Vamos lá a gente vai sentar pra conversar*” e eu sempre muito informal e eu lembro que, quando eu vi aquela... eu achei que a gente fosse fazer pequenas discussões, lembro até que conversei isso com a Elenita e não levei nada preparado e aí percebi que a minha fala está muito/ eu acho que meio caótica mesmo, um pouco porque eu acho que tenho mania de ficar pegando os atalhos, mas... por outro lado, relendo eu falei “*Caramba, as minhas questões já estavam todas ali*”, as minhas questões que depois eu fui amadurecendo, ao longo da minha trajetória de trabalho.

Acho que tem a questão/ uma primeira questão, que revendo eu mesma trouxe a questão da identidade, que tinha sido/ aí lembrando do segundo Encontro, mas naquele momento pra mim, eu tinha mais certeza em relação ao que seria o trabalho do psicólogo na escola. Então pra mim essa questão de trabalho, trabalhar as relações de professor-aluno, enquanto que, enquanto constituidoras de... hoje a gente chamaria subjetividade, da forma como o aluno se vê, como ele se vê como estudante, qual a possibilidade que ele tem de aprendizagem, pra mim isso era muito claro naquele momento, por conta da minha experiência como professora, porque eu percebia que eu tinha na mão, algumas coisas e eu era professora em plena ditadura tendo que lidar com textos, que eu percebia que eram textos mistificadores da realidade, aquilo me doía na alma.

Então eu percebi assim, o poder mesmo que a educação tem de formar as pessoas e tinha tido a minha experiência de USP, que foi um lugar de formação muito importante pra mim, não só acadêmica, mas de vida e, anterior à USP, a minha experiência pessoal na escola secundária,

um momento de muita discussão e efervescência. Hoje eu acho que não é mais isso, a escola não é mais o grande lugar de formação acho que o Joel já contava isso na época, a questão dos meios de comunicação como sendo a grande agência formadora, mas enfim, então eu acreditava que o psicólogo tinha uma identidade sim, que era possível na escola, que era possível contribuir e eu vinha de uma prática, onde eu tinha vivenciado esse tipo de coisa. E que eu acho que isso tem me pautado, hoje/ voltando, então ali tinha um pouco essa certeza, tinha as minhas grandes preocupações políticas estavam ali, quer dizer, que instituição é essa, pra quem que a gente está trabalhando, eu costumo dizer isso ainda hoje para os meus alunos, “*Se hoje disserem, vai ter um concurso e vai ter psicólogo na escola*”, eu acho que vai piorar muito mais as coisas, porque a gente não tem clareza do que tem para oferecer pra escola, embora eu ainda ache que seja possível pensar uma psicologia para a escola, mas eu penso que a gente não fez um caminho para preparar a formação pra isso.

Excerto 5.11

E.P.: Eu tenho uma pergunta bem pontual em relação ao que você fala duas na verdade. Você faz uma afirmação que você não consegue distinguir o trabalho do psicólogo do educador e você define o psicólogo como educador dentro da escola, só que naquela época tinha uma polêmica da divisão do trabalho no interior da escola, isso não dava briga?

J.T.: Então, eu acho que essa ainda é/ eu não diria a mesma coisa, eu coloquei o psicólogo como educador nessa fala, eu não chamaria mais assim, mas eu acho que o sentido era muito mais assim, alguém que está envolvido numa equipe de educadores e não alguém que traz uma fala de fora, eu acho que é alguém que está envolvido dentro da educação, é mais nesse sentido, acho que tinha sim, eu nem sabia muito dessa briga, eu sabia mais ou menos. É aí que está, eu venho muito dessa minha trajetória como eu vim/ eu vim do trabalho de dentro da escola, pra mim isso não era grandemente problemático, mas isto era uma questão sim na época, não sei se eu respondi, não sei nem se eu respondi pra mim, mas acho que é isso, alguém que está junto dentro da equipe e não alguém que é um grande analista institucional que eu também acho que não é por aí, talvez tenha que ter um certo afastamento, mas a gente tem que se envolver com a educação se a gente quer de fato colaborar com alguma transformação.

6. Wanda Maria Junqueira de Aguiar (24/03/2015)

Excerto 6.1

E.P.: *O seu nome não aparece diretamente, mas você foi citada por todos os depoentes que se recordam de você estar presente e mencionam que você estava lá nos Encontros. Na Banca de Qualificação me sugeriram que era importante entrevistá-la também, porque de certa forma, você participou dessa história, apesar de não estar marcado. Foi por isso que eu a procurei. Eu queria perguntar sobre recordações específicas que você tem sobre esses três eventos.*

W.A.: Esses três eventos foram realmente uma coisa assim/ foram muito marcantes, porque nessa época muita coisa aconteceu, foi um período de muita efervescência dentro da categoria, enfim, eu era do Sindicato na época, eu não era do Conselho. E dentro do Sindicato muitas discussões aconteciam e um dos grupos que tinha uma força muito grande dentro do Sindicato e dentro do Conselho, talvez por estar junto do Conselho nesse grupo ao juntar essas duas forças, Conselho e Sindicato que são duas forças que tem muitas coisas, tinham naquela época, muitas coisas em comum, mas ao mesmo tempo tinham as suas especificidades, nós tínhamos muitas contradições, mas de qualquer modo foi uma junção muito interessante de um grupo/ a gente tinha um nome, acho que era Comissão, Comissão de Educação e eu participava dessa Comissão de Educação pelo Sindicato e eu lembro que o Sérgio participava da Comissão de Educação pelo CRP e a Ana era presidente do Sindicato se não me engano.

Excerto 6.2

W.A.: [...] Eu tinha um interesse muito grande com essa coisa da psicologia educacional, nessa época em que tantas coisas aconteceram, eu lembro muito bem desses três Encontros, por conta de que quando nós começamos a discutir nessa Comissão de Psicologia da Educação, a gente de cara percebeu que era uma discussão que era extremamente complicada porque nós víamos muitas práticas que não eram as práticas que nós gostaríamos que existissem, nós víamos que era necessário se fazer... [interferência externa].

Essa Comissão começou a fervilhar, eu acho que era a comissão que melhor funcionava no Sindicato, porque tinham muitas questões que começaram a intrigar muito, nós todos e aí claro eu estava na área da psicologia da educação, Ana Bock estava na área de psicologia da educação, o Sérgio na psicologia da educação, então tinha um bom número de pessoas que eram/ que nós nos considerávamos e acho que outras pessoas também como críticos dentro da área da Educação.

Essa Comissão começou a fervilhar de questões que a gente via que deveriam ser discutidas mais no conjunto da categoria e principalmente porque a gente pensava que essas questões, ou seja, discutir o papel do psicólogo escolar e educacional, que a gente desde o começo não falava só/ tinha uma discussão se era escolar ou educacional e a gente achava que tinha que ser educacional que era mais amplo.

Excerto 6.3

W.A.: A gente via que a discussão do papel desse profissional, dependendo do rumo que ela tomasse, ela viria mais ao encontro do que a gente acreditava que devia ser a Psicologia ou ela viria de encontro, ou seja, contrária ao que a gente queria, porque a gente já estava realmente em um movimento, desde que a chapa da Odette, que eu participei da organização e tal, estava junto com o pessoal que a gente se reunia lá no Sedes ¹³pra montar a chapa da Odette, foi a primeira chapa de oposição, mais a esquerda do Sindicato.

Desde essa época a gente estava a fim de entrar no Sindicato e no Conselho pra pensar um projeto diferente para a Psicologia, nós tínhamos claro que era essa a nossa intenção, uma Psicologia que fosse mais voltada para os interesses da população, uma Psicologia que não fosse elitista que não naturalizasse as pessoas como boas e más ou doentes e sadias, enfim, essa era a meta, então quando a gente começou a discutir mais claramente essa coisa do psicólogo na Educação, ficava claro, por um lado tinha um psicólogo que a gente via, acontecendo, agindo, interferindo nas escolas que era o psicólogo que naturalizava, que tratava os/ que incluía aqueles que achava que estavam dentro da norma ou do padrão e excluía claramente aqueles que por algum motivo, eles achassem que estava fora do padrão, ou seja, uma psicologia excludente que naturalizava o sujeito, que não considerava a história, a classe social, nada disso, enfim, era uma Psicologia que certamente a gente queria ter chances de estar discutindo, que Psicologia era aquela? A gente queria ter chance/ a gente ocupou o Sindicato, *ocupou* é a palavra errada, nós não ocupamos, nós fomos eleitos.

Excerto 6.4

W.A.: Tanto o Sindicato, como o Conselho que eram grupos semelhantes, a gente estava sempre juntos, enfim, nós tínhamos inclusive planos em comum e políticas em comum. Nosso plano realmente era pensar uma Psicologia diferente, ou seja, dar condições da categoria refletir sobre a sua prática, não é impor, todo mundo vai ser obrigado a seguir a cartilha da oposição, porque a

¹³ Instituto Sedes Sapientiae.

gente sabia que isso também não funciona, mas nós queríamos estabelecer debates em várias áreas da Psicologia, de modo que esses debates permitissem à categoria, criticar as suas práticas, fazer autocrítica, repensar essas práticas excludentes, patologizantes que negam a história, que negam a sociedade, que idealizavam sujeitos, a Psicologia que gosta do menininho loiro do olho azul, bonzinho, então assim, essa era a nossa meta. E a Educação se mostrou um campo e eu estava nesse campo/ a comissão que eu cuidava era a Comissão de Educação, era um campo em que a gente pensou “*Não, nós temos/ porque a educação/ primeiro, ela tem um espaço/ ela tem um espaço muito importante, deveria ter um espaço importante, deveria não, ela tem pro mal ou pro bem*”, ela tem um espaço muito grande e muito importante e depois porque a gente acreditava que tinha algum acúmulo de conhecimento crítico, algum acúmulo crítico da psicologia da educação que podia ajudar e daí que começou a surgir a ideia “*Vamos fazer algumas discussões mais amplas, vamos tentar botar a categoria para pensar nisso*”. [...]

Excerto 6.5

W.A.: Na verdade a primeira versão, o primeiro Encontro que a gente fez, a gente passou um bom tempo discutindo, não lembro quanto, mas a gente fez muita reunião pra discutir e aí pra poder fazer com que ele fosse algo que trouxesse à categoria, que não fosse só a opinião daquele grupo de dez pessoas, oito, doze pessoas, então a gente fez muita reunião preparatória.

Eu lembro da gente no Sindicato, no Conselho, porque um era no andar de baixo, o outro era no andar de cima e conversando, chamando mais pessoas pra que fosse um Encontro que trouxesse opiniões de pessoas interessantes, mas a gente tinha claramente uma direção, nós não fazíamos um encontro assim “*Cada um leva o que quiser, cada um fala do que quiser, vamos então, aqueles que são a favor da Psicologia tenha que ser excludente mesmo vai falar, não, não era*”, era um Encontro bastante dirigido. Nós fomos atrás de gente que pudesse falar numa perspectiva da crítica da psicologia institucional que era a predominante no momento. É aquela do psicólogo que tinha um consultório, aquela psicologia que eu lembro quando eu fiz o meu mestrado que o cara fica numa salinha e pensa que é um consultório, era a crítica a esse psicólogo escolar que esquece que está dentro da escola e trata aquilo como se fosse um consultório dele, uma crítica às teorias que esqueciam que o sujeito é histórico, uma crítica às próprias perspectivas do que é educação.

Excerto 6.6

W.A.: Então assim, a gente não tinha nada de assim... pouco dirigido “*Nosso Encontro pode vir a ultra direita e a ultra esquerda*”, não, era um Encontro que a gente queria/ claro as pessoas/ quem vai participar fala do que vier na cabeça, mas a direção dada, foi para um Encontro que tivesse uma perspectiva crítica da Psicologia. É claro que a gente também precisa saber viver com a diversidade, então é claro apareciam nas discussões, nos debates apareceram muitas posições que a gente não concordava, mas daí vamos ouvir a categoria, mas a gente acreditou nesse momento que nós tínhamos que dar uma direção, nós não nos furtamos de colocar, tanto que as pessoas que a gente escolheu pra falar, Lisete [Arelaro], não sei quem, as pessoas que a gente chamou para falar, a Elenita é todo mundo que trabalha com a perspectiva histórica, social, crítica, dentro da psicologia da educação.

Excerto 6.7

W.A.: [...] a nossa meta era, abrir o espaço de diálogo, de conversa com a categoria e especialmente com aqueles que trabalhavam com a psicologia da educação e psicologia escolar, espaço este que nós queríamos criar a oportunidade de trazer contribuições daqueles que estão no campo da crítica, claro que não é só a fala da crítica, seria uma das falas e que as pessoas iriam se colocar, mas a nossa ideia era que no debate, quando as pessoas se reunissem, discutissem, fizessem perguntas, enfim, todas as posições pudessem aparecer e é isso que a gente queria, que elas pudessem ser debatidas.

Então se alguém tivesse uma ideia assim “*Não eu acho que não é transformar a escola numa clínica, mas se a criança, eu percebo que ela é psicótica ou percebo que ela tem um distúrbio, eu tenho que chamar na minha sala, fazer atendimento, não sei o que*”, daí o outro falava “*Mas por que você acha que tem que fazer isso? Você acha que tem que ter um psicólogo por escola?*”, tem um outro que fala “*Não, eu acho que a Prefeitura não vai conseguir ter isso, ela vai ter que garantir o dinheiro dela para pagar bem os professores*” que era uma das posições, pagar bem o professor, “*Então você não pode colocar um psicólogo por escola, mas você pode ter um psicólogo para cada quatro, cinco escolas e que ele dê conta*”. A gente queria abrir e pra abrir é claro, toda fala é bem vinda, mas a direção é que fosse um espaço de crítica, de crítica do instituído e aí eu me lembro muito bem da fala da Lisete, que ela fala assim “*Eu sou a favor da psicologia escolar e educacional, mas sou contra o psicólogo na escola*”, bom, quando ela falou isso, todo mundo “*Ah, esse pessoal é louco, chama essa mulher não sei que, poxa nós*

estamos aqui pra defender”, porque nessa época do terceiro já estávamos em uma batalha, que já tinha essa coisa do mercado junto, que tinha que ter psicólogo na escola [...].

Excerto 6.8

W.A.: Eu lembro que a lei do Julianelli ¹⁴, gente nós nunca/ porque a gente não conseguia encher o Sindicato, porque o psicólogo se vê como profissional liberal “*Eu mando na minha vida, porque preciso de Sindicato?*”, enfim, a gente era o primo pobre, ninguém queria saber da gente, todo mundo só ia pro Conselho, a gente ficava no meio do caminho, a gente ficava embaixo caçando psicólogo pra poder conversar com ele. E na época do Julianelli, eu lembro de uma reunião lá com gente/ lotado, gente sentada na mesa de pé, claro, porque era uma situação que tinha a ver com mercado de trabalho, que botava o psicólogo em cada escola, um projeto mal feito de um cara reacionário e tal, mas ele botava um psicólogo em cada escola e a gente achou que, apesar de ter críticas ao político, nós tínhamos que discutir com a categoria (...).

Nesse momento a gente decidiu, apesar da crítica de algumas pessoas, nós chamamos os psicólogos para discutir o Julianelli, a lei dele, porque realmente era uma possibilidade de trabalho, agora o que a gente discutia é que nós não podíamos lutar pelo mercado pelo mercado. Então assim, lutar pelo mercado acho que faz parte da tarefa do Sindicato, não me arrependo até hoje de ter lutado, minha posição era que tinha que discutir, só que nós tínhamos que discutir que mercado é esse, essa lei vem pra favorecer só o mercado, ou seja, pra ter emprego para psicólogo ou ela vai/ o fato de psicólogo estar na escola, vai favorecer/ o tipo de atividade prevista para ele, vai favorecer o atendimento, a criança, a instituição como um todo e a educação, esse que era o problema.

Tinha que ver como o psicólogo ia entrar nessa escola, porque senão, não tinha sentido, se for pra ele ficar fazendo, o que eu percebi que ele fazia na minha dissertação de mestrado que era fazer psicodança com os pais, terapia com a criança, ficar fazendo lista de casamento, recebendo professora que chora porque está histérica, só pra isso, sinceramente, eu acho que não precisa, acho que é perder tempo, então acho que não fazia sentido a luta sindical. Mas enfim, foi um momento de muita discussão, por que? Porque na época do terceiro Encontro, quando a Lisete fala isso, todo mundo está naquela fase de querer emprego.

¹⁴ A referida lei não é de autoria de Julianelli, mas a 519/81 de Tufi Jubran.

Excerto 6.9

W.A.: As universidades estavam produzindo mais psicólogos no mercado, colocando psicólogo por aí, enfim, e aí queria emprego e aí foi muito interessante a fala dela [Lisete Areralo], porque ela queria discutir “*Bom, a psicologia é importante, mas será que tem que ter um psicólogo em cada escola?*”. Eu acho que deu uma... deu um fôlego diferente para a discussão, se por um lado, parece que ela tirou fôlego da discussão porque ela fala isso, nós não temos que estar na escola, nos obrigou, eu acho que o Sindicato já estava nesse movimento, nos obrigou a pensar “*O que esse psicólogo tem pra fazer?*”, meu mestrado foi muito por isso, mas eu queria analisar as atividades e as representações dos psicólogos que estavam na Prefeitura, “*Por que será que eles estão fazendo algo interessante?*”, “*Será que o psicólogo sabe por que está lá?*”, “*Será que o psicólogo justifica sua contratação na Prefeitura?*”. Tanto que quando o Paulo Freire e a Erundina assumem, os psicólogos no meu mestrado/ foi nesse período, eles falam “*Vocês querem ficar aqui ou ir pra saúde?*”. Só a Carmem Taverna que está no seu grupo que topou ficar, o resto, todo mundo quis ir embora pra saúde.

Excerto 6.10

E.P.: *Wanda, por que só tiveram três, não houve um quarto evento se estava fervilhando naquele momento?*

W.A.: Então assim, foi uma época, eu acho que essa década de 80, que se por um lado nós nos dedicamos a escrever sobre isso, a gente vai ver muito trabalho de educação, psicologia da educação que vai brotando em 90 e tal, mas que começaram a serem produzidos a partir de 85, por aí e por outro lado, um Estado que não tem vaga para o psicólogo, tinha em Guarulhos, Jacareí, não sei que, mas aqui em São Paulo que é onde estava a sede do Sindicato e o Conselho, não tinha, então nós tínhamos que ficar discutindo, nós fazíamos encontros mais informais pra discutir escola particular, o que faz o psicólogo, tinha. Eu lembro deste da ABRAPEE que discutimos adoidados, as escolas particulares, inclusão, não sei o que, mas não era política pública, então acho que isso arrefeceu muito nossa vontade no Conselho e no Sindicato, que entendia educação como política pública, foi uma sensação assim de uma/ não é só sensação não, uma realidade que nos evidenciava nossa impotência frente às políticas públicas da época que não avançaram para ser ter um trabalho do psicólogo e quando teve a possibilidade no governo da Erundina, os psicólogos não quiseram, então eu acho isso deu, um termo que a gente poderia usar do sendo comum, uma brochada mesmo, eu lembro que depois desse Encontro a gente, “*Não*

temos que fazer outro”, mas não, a gente começou a achar que tinha que fazer coisas mais específicas, foi uma tendência do momento “*Vamos fazer encontros mais específicos pra discutir inclusão*”, discutir escolas públicas que tem nessas regiões aí, em São José, não sei das quantas, São José, Mococa, Guarulhos, falar sobre atuação do psicólogo, em lugares que tinham psicólogos e não fazer um encontro geral, sendo que a massa, aqui em São Paulo, com esses milhares de escolas não tinha psicólogo, então eu acho que foi um enfrentamento que a gente percebeu, muito difícil para discutir política pública pra educação, ao mesmo tempo nós não tivemos a clareza de fazer uma batalha por políticas públicas pra educação, “*O que a gente quer de psicólogo e tal*”, se bem que isso foi tão discutido, a sensação que a gente discutiu muito e não fez/ serviu pra quem vai trabalhar em escola particular, serviu pra quem teoriza sobre isso, mas na escola pública não mudou absolutamente nada, talvez a briga maior devesse ter sido numa frente diferente, numa frente que falasse “*Vamos brigar por política pública pra educação. O que a gente quer? Não só psicólogo.*”, a gente fez isso, deve ter na história aí que a gente juntou psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, nós fizemos vários encontros juntando todo mundo.

E.P.: *Foram as equipes multidisciplinares.*

W.A.: Que a gente estava pensando/ gente não adianta a gente brigar pelo psicólogo, temos que fazer uma discussão geral, mas também ficou megalomaniaco, tem um professor mal pago, vai botar uma equipe com todo mundo assim na escola? Então quem que nós queremos botar na escola? Eu acho que nós não conseguimos formular uma política clara, eu acho que foi uma fala mesmo que/ falar agora que está no passado é fácil, mas assim, nós não tivemos as condições de enfrentar essa grande contradição que era nós brigando por psicólogo na escola, não sei o que, o que ele faz e, por outro lado, um estado que não tem política pública pra bancar uma escola com atendimento melhor, no caso o psicólogo ou outro profissional que fosse necessário.

Nós não reunimos, naquele momento histórico, condições para enfrentar essa contradição e nós fomos desanimando mesmo a partir desse terceiro Encontro, a gente começou a trabalhar mais especificidades, discutir na ABRAPEE alguma questão da inclusão, discutir alguma coisa da formação, “*Então vamos discutir formação*”, muita gente foi pensar em formação, fazer teses sobre formação (...).

Excerto 6.11

E.P.: *E Wanda só assim, eu queria saber/ eu fiz a colocação no início, essa hipótese que eu tenho da construção da psicologia escolar e educacional no início da década de 80, eu defendo que ela só foi possível, por causa da organização política das chapas, você acha isso coerente?*

W.A.: Eu não diria só por conta disso, eu tenho muito medo de colocar uma coisa assim como sendo a determinante mais absoluta, mas eu diria que a organização dessas chapas e não só a organização dessas chapas, o que essas chapas/ eu acho que você está entendendo, a organização dessas chapas e o que isso implicou, os movimentos de reflexão, as iniciativas, as propostas políticas acho que realmente essas duas chapas criaram as condições, melhores condições ou pelo menos foram extremamente importantes pra constituição de um grande momento da Psicologia em geral e da psicologia escolar e educacional, sem dúvida.

E.P.: *Tendo como protagonista a Comissão Educacional que geriu isso?*

W.A.: É, acho que sim, protagonista foi/ protagonista no sentido de quem mais botou a mão na massa, mas eu diria que o protagonismo maior é de quem pensou/ de quem pensava, as pessoas desse grupo faziam parte de quem pensava a política dessas duas chapas. Então a direção política das duas chapas é o norte pra ter isso aí, quer dizer, era o coração dessas duas chapas era pensar a nova Psicologia, mais democrática, participativa que claramente sem disfarçar visasse aqueles que normalmente/ todo discurso, *“Nós estamos visando, principalmente aqueles que não tem acesso normalmente a educação, saúde, não sei o que”*, por isso incomodava fazer um encontro e ficar só discutindo escola particular.

Mas assim, eu acho que as chapas, o núcleo do pensamento dessa chapa é o que favoreceu, quer dizer agora, claro, não existe um núcleo pensante sem braços e pernas, então eu diria que a chapa como um todo, produziu uma política e dentro dessa política, quem viabilizou botando os corpinhos lá pra trabalhar foram as comissões de educação.

7. Sérgio Antonio da Silva Leite (28/03/2015)

Excerto 7.1

E.P.: *Sérgio eu tenho uma pergunta que ficou em suspenso até agora no final da pesquisa, eu tenho só algumas hipóteses. Por que os eventos acabaram naquele momento em 82? Não teve um quarto Encontro?*

S.L.: [...] Boa pergunta, aconteceram coisas, porque assim na seqüência... que ano que foi mesmo? Qual foi o último?

E.P.: *O último foi em 82.*

S.L.: 82... porque mudou a diretoria do Sindicato, depois mudou o Conselho [...] que eu me lembro, fundamentalmente foi isso, ou seja, parece que não foi garantida a continuidade do grupo que naquele momento estava. Mas é aí que está, você pensa assim “*Mas ganhou a oposição?*”. Não, ganhou a oposição tanto no Sindicato quanto no Conselho, então assim, eu estou tentando puxar a memória...

E.P.: *Eu posso te trazer alguns dados de cabeça. Eu consultei as Atas do CRP e eu verifiquei que a mudança de gestão parece que mudou alguma coisa, porque tem menções do primeiro Encontro que a Yvonne propõe na... na assembléia ordinária que vocês tinham, aí o segundo Encontro você também propõe para estudar os custos do evento e em 82 o terceiro some não chega a aparecer. Em 83 quando muda a gestão...*

S.L.: Quem que entra mesmo?

E.P.: *Entra a primeira gestão da Palavra Aberta, a Yvonne está na presidência, mas é uma gestão que se difere, porque as reuniões do CRP tinham muita gente, muito mais do que antes e tem um dadinho nas Atas que diz que a Mônica Teixeira, se eu não me engano, ela fala assim “Gente eu estou sozinha na Comissão de Educação e tem muita coisa e não tem ninguém pra me ajudar”.*

S.L.: Eu acho que naquele momento, eu estava indo para o Conselho Federal de Psicologia.

E.P.: *Você continuou no Sindicato numa segunda gestão?*

S.L.: Não, na seqüência eu fui pro Federal e no Federal eu perdi contato com a comissão, quer dizer, lá eu me envolvi com outras coisas. Lá, eu assumi a tarefa da edição da Revista, isso

preencheu o tempo todo, por isso eu tenho a impressão que nessa época isso foi um fato importante, faltou gente na comissão de Educação lá que aglutinasse. Quando muda a gestão, as pessoas não continuaram, o problema é isso e aí é uma coisa que a gente sempre fala, você tem boas idéias, mas se não tem gente para botar os seus corpinhos pra funcionar, as coisas simplesmente não acontecem.

E.P.: *Entendi.*

S.L.: Então assim, eu lembro que daí nesse período ficou meio vazio, no Conselho entrou depois a gestão da Marlene Guirado que foi uma gestão de uma visão mais clínica. E é neste espaço que então o pessoal de escolar naquele primeiro Encontro em Valinhos funda a ABRAPEE [Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional], no qual eu estava.

Excerto 7.2

E.P.: *Tem um ponto que fica aberto que é o papel da Comissão de Educação, com os dados que eu tenho do Jornal, das Atas, essa comissão foi criada especificamente em 81...*

S.L.: Qual comissão você está falando?

E.P.: *A Comissão de Educação?*

S.L.: A que trabalhou com a Psicologia no Ensino Médio?

E.P.: *Não, a Comissão de Educação que trabalhou com Psicologia Escolar. Eu acho que o ponto de arranque de vocês em 81 quando vocês fazem a primeira divisão da Comissão, eu só queria saber se existiu antecedentes dessa comissão no Sindicato ou ela se iniciou no CRP para depois virar uma comissão mista?*

S.L.: Começou no Sindicato, mas logo depois quando foi formada aquela primeira chapa para o CRP, que o Luis Otávio [de Seixas Queirós] ganhou, a comissão ficou mista. Assim, primeiro a gente assumiu o Sindicato, logo na sequência um ano depois, eu não lembro data, a gente ajuda a articulação de uma chapa para o CRP e o Luis Otávio de Campinas entra na presidência, inclusive fui eu que indiquei, ele foi o meu professor, enfim, ele entra. Quem fazia o elo era eu e a Yvonne, nós estamos em um e no outro, embora tenha começado no Sindicato, quando a gente passou para o Conselho, a gente resolveu, vamos juntar essa comissão, porque quem tem grana é o Conselho, não é o Sindicato. Se você fizesse uma coisa, o Conselho teria muito mais força pra inclusive chegar na categoria. Foi isso mesmo, as mesmas pessoas estavam nas duas instâncias e você tem uma comissão mista, entendeu?

Excerto 7.3

E.P.: *Entendi, Sérgio só uma coisa que esporadicamente aparece nas Atas do Conselho menções ao orientador educacional, era conflituoso naquele momento a relação?*

S.L.: Era sim, nós tentamos uma aproximação, uma das ações que essa comissão fez foi tentar uma aproximação; eu até escrevi um artigo que falava sobre as funções do psicólogo na escola, foi um momento em que a gente imaginava que caberia o psicólogo na escola, atuando junto com os outros especialistas e a discussão era assim “*O psicólogo vai ser um outro especialista, com uma outra dimensão, o juntamente com outros*” e com essa bandeira a gente se aproximou da... como é que chama? A associação...

E.P.: *AOESP?*

S.L.: AOESP, Associação dos Orientadores Educacionais [de São Paulo]. Eu me lembro da gente fazendo reunião/ era gozado que quem estava na AOESP era o Silvio Bock. O Silvio Bock era um dos membros da diretoria, fazíamos Congresso e tal. Nós tentamos trabalhar/ levantar uma bandeira, mas caminhou pouco, quer dizer... os próprios orientadores fizeram críticas, a Psicologia tinha uma visão clínica, reacionária, eu me lembro que nós fomos enquanto grupo participar do Congresso da APEM, Associação dos Educadores da Prefeitura, a gente entrou com proposta de criar o serviço de Psicologia nas escolas, de avançar e tal, mas os caras rechaçaram.

E.P.: *É curioso...*

S.L.: Interessante isso.

E.P.: *Isso foi em que ano?*

S.L.: Foi nesse período aí, 81, 82, não sei o ano certo.

Excerto 7.4

S.L.: [...] Eles [orientadores educacionais] não acreditaram que a Psicologia tinha alguma coisa a contribuir com a Educação, o máximo era cuidar de criança que não aprende. A manutenção do modelo médico na psicologia escolar não foi só porque os psicólogos não conseguiram/ é porque havia grande demanda da escola pra fazer esse tipo de coisa. A própria Yvonne conseguiu avançar em termos educacionais, porque ela tinha o serviço de clínica funcionando. Você está entendendo o que eu estou dizendo?

E.P.: *Sim, sim.*

S.L.: Quer dizer...

E.P.: *Ela não rompe, como na entrevista anterior, ela atua com o modelo educacional só que ela não rompia com o modelo médico.*

S.L.: É exato, então assim, não é só por dificuldade que os psicólogos tinham... tudo bem que eu acho que a maioria tinha, não sabia como fazer isso. Na verdade havia uma demanda muito forte da sociedade e da escola para esse tipo de trabalho, não se esqueça que a gente está falando de uma escola no sistema capitalista, que coloca a causa do fracasso direto no sujeito.

Excerto 7.5

E.P.: *Isso me recorda até a fala da Lisete Arelaro¹⁵ que ela diz que ela é a favor da psicologia escolar, mas ela é contra o psicólogo na escola, porque ali só teria possibilidade de trabalho clínico e isso os psicólogos não queriam...*

S.L.: Sabe, nesse período eu também comecei a mudar a minha posição, eu comecei a achar que brigar para o psicólogo dentro da escola... não é o caminho, a gente começou a entender a educação de um modo maior... eu sei que daí eu comecei a trabalhar e propor serviços de Psicologia que dão suporte aos educadores da escola, que é mais ou menos a posição que eu ainda acho hoje: eu ainda defendo, eu estou absolutamente convencido que o conhecimento que a Psicologia tem é absolutamente fundamental para a atuação do professor, do gestor, tanto é que na universidade a gente trabalha forte em cima disso. Outra coisa é querer colocar um psicólogo dentro da escola/ a ABRAPEE manteve esse caminho, levantou bandeira “*O psicólogo na escola*” e nunca conseguiu, obviamente, nunca conseguiu avançar.

Excerto 7.6

E.P.: *E... eu cheguei/ eu não tinha notado antes, mas eu vi que aquele Caderno do CRP-06, nº 6 de Educação¹⁶, eles deram o nome de IV e V Encontro de Psicólogos da área de Educação junto com aquela mostras e você participou do primeiro, você acha que esses eventos de uma certa forma são uma continuidade?*

S.L.: Qual evento?

¹⁵ Palestra proferida no III Encontro de Psicólogos da Área de Educação em 1982.

¹⁶ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional*. São Paulo: CRP-06, 2008. 44p.

E.P.: *I Mostra em Práticas da Psicologia em Educação que você apresentou a questão da escola democrática e fizeram uma segunda dois anos depois.*

S.L.: Você foi longe agora.

E.P.: *O que me chamou a atenção foi que nomearam uma quarta e uma quinta edição desses eventos.*

S.L.: Que é seqüência?

E.P.: *É e eu queria saber se...*

S.L.: Eu acho que é... gozado, você estava falando, agora eu estava lembrando, no fundo eles tentaram respeitar a história. Realmente foi bom, mas não houve continuidade. Fizeram só o quarto, e o quinto, não foi?

E.P.: *Quarto e quinto, ponto.*

S.L.: Em que ano foi isso?

E.P.: *O quarto foi em 2005 e o quinto foi em 2007.*

S.L.: Foi aqui?

E.P.: *Um foi em um Colégio, acho que foi no Maria Imaculada e o outro foi na sede do CRP.*

S.L.: Eu participei do quarto, fiz uma palestra no Maria Imaculada. Mas não foi uma coisa assim que realmente repercutiu... não teve o impacto que tiveram o primeiro e segundo, mesmo porque você já tinha uma organização na área, entendeu?

E.P.: *Entendi.*

S.L.: No começo não, não havia nada, foi o início, o start.

Excerto 7.7

E.P.: *É curioso uma coisa que eu identifiquei na minha pesquisa/ eu acho que foi um lance bonito, pelo menos/ por muito tempo eu pensei que o início da psicologia crítica foi com o doutorado da Maria Helena Souza Patto em 81. Nessa pesquisa eu vi que não, foi um movimento muito mais amplo, vinculado com várias pessoas, com projetos práticos efetivamente em curso e concretizaram uma fotografia nesses eventos aqui.*

S.L.: Aliás eu acho que a Maria Helena, ela tem o reconhecimento que tem por causa do momento histórico que já estava muito favorável ao aparecimento de alguém para dar um salto

qualitativo sobre o tema; eu acho que ela deu um salto muito grande, quando ela nos possibilitou uma compreensão maior do fracasso escolar na dimensão política, mas já havia uma geração já preparada pra isso, pra perceber essa mensagem.

E.P.: *Sim, ela foi uma ótima catalisadora.*

S.L.: Foi, aliás teve um papel fundamental.

Anexo III: Excertos das Atas do CRP-06

Gestão do II Plenário (1979)

Ata da 120ª Reunião Plenária Ordinária (29/01/1979)

[...] Conselheiros tomaram conhecimento, devendo-se fazer a solicitação aos não presentes, e aos membros da gestão anterior; of. CFP nº 045/78 de 21.12.78 encaminhando cópia do processo CFP 042/77 relativo à posição da Psicologia na Classificação Brasileira de Ocupação e solicitando dos CRPs manifestações relativas às folhas nºs 66 e 67 do referido processo: colocando o assunto em debate, se a Psicologia se posiciona na área das Ciências Humanas ou na de Saúde, os Srs. Conselheiros foram unânimes em colocar a Psicologia na área da Saúde, decidindo-se oficiar a respeito ao C.F.P. e também tirar o “xerox” das páginas 040 a 058 inclusive uma vez que o processo aborda nessas páginas com bastante clareza, os aspectos das especialidades em Psicologia, devendo os “xerox” serem encaminhados ao Conselheiro Antonio Carelli, que coordena os trabalhos das Especialidades em estudo neste CRP-06; (...) (p. 200, vol. 1).

Conselheiros presentes: Waldecy Alberto Miranda (presidente da plenária), Carlos del Nero, Maria Ignez-Longhin de Siqueira, Saulo Monte Serrat, Antonio Carelli, Myriam Augusto da Silva Vilarinho, Elvirada Conceição Abreu e Mello Wagner, Samuel Pfromm Netto e Rachel Lea Rosenberg.

Gestão do III Plenário (1980-1983)

Ata da 170ª Reunião Plenária Ordinária (10/09/1980)

[...] Of. Circ. CRP-06 nº 03 de 03.09.80, comunicando a nova Diretoria, decidiu-se: agradecer e desejar profícua gestão. Comunicado do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo; O Conselheiro Gerson Roberto Correia solicitou ao Plenário uma Reunião conjunta com o Sindicato

dos Psicólogos, decidiu-se marcar a referida reunião para o dia 18.09.80 após a Reunião Plenária deste Órgão. [...] (p. 84, vol. 1).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Vera Lúcia Colucci, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Osmyr Faria Gabbi Junior.

Ata da 179ª Reunião Plenária Ordinária (12/11/1980)

[...] Passando-se aos Assuntos Gerais: A Conselheira Yvone Alvarenga Gonçalves Khouri, sugeriu a promoção do “I Encontro de Psicologia da Área de Educação”, a ser realizado nos dias 6 e 7 de dezembro, juntamente com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, tudo sido aprovado pelos Conselheiros. [...] (p. 94, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Moysés Campos de Aguiar Netto, Osmyr Faria Gabbi Junior, Gerson Roberto Correia, Sérgio Antônio da Silva Leite e Maria Clotilde Barros Magali.

Ata da 182ª Reunião Plenária Ordinária (01/12/1980)

[...] Foi discutida a possibilidade da atuação conjunta nas diversas áreas da psicologia entre o Sindicato dos Psicólogos e o Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região. O CRP-06 convidou o Sindicato dos Psicólogos para participar na organização de um Simpósio para 1981. [...] (p. 96, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Moysés Campos de Aguiar Netto, Osmyr Faria Gabbi Junior, Abelardo de Almeida, Sérgio Antônio da Silva Leite e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 184ª Reunião Plenária Ordinária (15/12/1980)

[...] Ordem do dia: Ofício nº 471/80 de 02.12.80 do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, consultando-se sobre a possibilidade do uso das delegacias deste Regional para contato

com as bases de categoria, decidiu-se: encaminhar à Comissão de Delegacias para providências necessárias. [...] (p. 97, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Sérgio Antônio da Silva Leite, Abelardo de Almeida e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 188ª Reunião Plenária Ordinária (21/01/1981)

[...] Ordem do dia: Projeto de lei nº 343, que dispõe sobre instituição da disciplina “Psicologia” nas escolas de 2º grau, após discussão sobre o assunto, decidiu-se que este Conselho, representado pelo conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite, dará apoio ao movimento. [...] (p. 102, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Maria Clotilde Barros Magaldi e Sérgio Antônio da Silva Leite.

Ata da 196ª Reunião Plenária Ordinária (23/03/1981)

[...] Assuntos Gerais: [...] O conselheiro José Roberto Tozoni Reis propõe que se inicie com uma avaliação do atual CRP com relação à plataforma apresentada por ocasião das eleições de 1980. O conselheiro Luiz Celso Manço propõe o aprofundamento da discussão de certas dúvidas quanto as novas áreas de atuação e da nossa relação com o Sindicato dos Psicólogos. Achando o que estaria motivando preocupações por parte dos dirigentes daquela entidade. Este conselho, digo. (...) O conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite propõe a definição da meta de trabalho que envolveria o CRP como um todo. (...) (p. 119, vol. 2).

Conselheiros presentes: Vera Lúcia Colucci (presidente da plenária), Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Moisés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, José Roberto Tozoni Reis, Maria Aparecida C. da Cunha, Abelardo de Almeida e Sérgio Antônio da Silva Leite.

Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária (06/04/1981)

[...] decidiu-se entrar em contato com os Conselhos Regionais de Psicologia e com o Conselho Federal de Psicologia, sugerindo uma reunião conjunta para deliberarem sobre estratégia de ação nacional a fim de se conseguir o reconhecimento do psicólogo como profissional da saúde e conseqüente permissão aos clientes para abaterem em suas declarações de imposto de renda e despesas efetuadas com tratamento psicológico. [...] (p. 123, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Moysés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, José Roberto Tozoni Reis e Sérgio Antônio da Silva Leite.

Ata da 200ª Reunião Plenária Ordinária (27/04/1981)

[...] O conselheiro Luis Otávio de Seixas Queiroz relatou ao Plenário sobre sua participação juntamente com o Assessor Jurídico, Dr Nelson Fabiano Sobrinho, na Reunião de Presidentes dos Conselhos Regionais, em Brasília, em que se discutiu sobre o abatimento de despesas com psicólogos na Declaração de Imposto de Renda, dando conhecimento ao Plenário do documento a ser encaminhado ao secretário da Receita Federal pelo presidente do CFP, onde se destaca a importância social da medida e as referências ao Psicólogo como Profissional da área de saúde; além disso, relata a decisão tomada nessa reunião no sentido de todos os CRPs apoiarem a manifestação do CFP. [...] (p. 129, vol. 2)

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Moysés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, Sérgio Antônio da Silva Leite, Maria Aparecida C. da Cunha, José Roberto Tozoni Reis, Miriam Silveira Vianna.

Ata da 201ª Reunião Plenária Ordinária (04/05/1981)

[...] Assuntos Gerais: A Diretoria sugeriu a constituição de uma Comissão para elaboração, de um documento sobre os princípios gerais que norteiam a ação do Conselho; decidiu-se nomear os

conselheiros Vera Lúcia Collucci, Ghislaine Glosce da Silva Moreira e Sérgio Antônio da Silva Leite. [...] (p. 131, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Vera Lúcia, Colucci, Ghislaine Glosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Moysés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, Sérgio Antônio da Silva Leite, Maria Aparecida C. da Cunha e Tatiana Wernikoff.

Ata da 214ª Reunião Plenária Ordinária (03/08/1981)

[...] Ordem do dia: Psicólogo Educacional e Orientador Educacional: O Conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite apresentou um estudo da Comissão do Conselho Federal de Psicologia, com cópia para os CRPs, propondo reunião para se discutir o processo de encaminhamento da definição das atribuições do psicólogo. [...] (p. 152, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Ghislaine Glosce da Silva Moreira, Vera Lúcia Colucci, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Moysés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, José Roberto Tozoni Reis, Lazlo Antonio Ávila, Sérgio Antônio da Silva Leite e Abelardo de Almeida.

Ata da 216ª Reunião Plenária Ordinária (17/08/1981)

[...] Ordem do dia: [...] Comissões e Diretoria: após amplo debate sobre os critérios que nortearão a eleição da nova diretoria e a constituição das comissões e grupos de trabalho no período a se iniciar no dia 27 de agosto, tomou-se como princípios básicos que com a mudança, pois este primeiro ano de gestão serviu para tomar contato com as tarefas e mecanismos internos do CRP; ficaram assim constituídos as Comissões: [...] Ensino: Sérgio Antônio da Silva Leite como Presidente, e como membros: José Roberto Tozoni Reis e Lazlo Antônio Ávila. [...] Psicologia Educacional: Sérgio Antônio da Silva Leite, como Presidente, e como membros: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Abelardo de Almeida e Maria Aparecida C. Cunha. [...] (p. 156, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Moysés Campos de Aguiar Netto, Maria Clotilde Barros Magaldi, Maria Aparecida C. da Cunha, Sérgio Antônio da Silva Leite Lazlo Antônio Ávila e Abelardo de Almeida.

Ata da 222ª Reunião Plenária Ordinária (05/10/1981)

[...] Assuntos Gerais: [...] 3) II Encontro de Psicólogos da Área de Educação – o Conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite prestou informações a respeito dos preparativos do referido evento: suas datas, programação e taxas; discutiu-se a possibilidade de divulgar o evento através de encarte do Jornal do CRP-06, resolvendo-se fazer antes um levantamento de preços; [...] (p. 170, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Sérgio Antônio da Silva Leite, José Roberto Tozoni Reis, Tatiana Wernikoff, Maria Aparecida C. da Cunha e Maria Clotilde Barros Magaldi.

Ata da 223ª Reunião Plenária Ordinária (19/10/1981)

[...] Ordem do dia: [...] 5) Orientador Educacional: é lido o ofício nº 0267/81, de 05 de outubro de 1981, que o Conselho Federal de Psicologia enviou a este Conselho, com relação à Comissão Especial que estuda as “Relações entre Psicólogo e o Orientador Educacional”, tendo-se decido pelo arquivamento do mesmo. [...] (p. 171, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Tatiana Wernikoff, Abelardo de Almeida e Lazlo Antonio Ávila.

Ata da 224ª Reunião Plenária Ordinária (26/10/1981)

[...] Ordem do dia: [...] 6) Assistência Psicológica no Estado: informado do projeto de lei nº 519 de 1981, do Deputado Tufi Jubran, com relação à Assistência Psicológica junto às Unidades de Ensino da Rede Estadual, o plenário decidiu enviar à Assembléia Legislativa uma moção de apoio à iniciativa do referido deputado, com uma ressalva referindo-se à impropriedade do artigo 2º, que colide com a Lei Federal: este artigo 2º cita a obrigação de o candidato ser Bacharel em Psicologia quando, na verdade, só está autorizado a exercer a profissão, aquele que tiver grau de Psicólogo. [...] (p. 173, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Maria Aparecida C. da Cunha, Lazlo Antonio Ávila e Maria Clotilde Barros Magaldi.

Ata da 229ª Reunião Plenária Ordinária (07/12/1981)

[...] Ordem do dia: [...] 3) Plano de Carreira da Prefeitura – passa-se a discutir o plano de carreira, no âmbito da administradora de administração pública municipal, para Psicólogo, Psicólogo Clínico e Psicólogo Escolar, segundo publicação constante do Diário Oficial do Estado, datado de 05 de novembro de 1981, denominado Projeto de Lei nº 233/81. O Plenário considera ser oportuna uma intervenção no momento, decidindo submeter o assunto a uma discussão mais ampla para fundamentar qualquer posição. [...] (p. 183, vol. 2).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Sérgio Antônio da Silva Leite, Maria Aparecida C. da Cunha e José Roberto Tozoni Reis.

Ata da 230ª Reunião Plenária Ordinária (14/12/1981)

[...] Ordem do dia: [...] 4) Imposto de Renda – face às informações recebidas, da negação de inclusão do Psicólogo como profissional de saúde cujas despesas podem ser abatidas na Declaração de Renda, o plenário decidiu, após, ampla discussão, iniciar uma campanha em

fevereiro ou março, articulada com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, a fim de se tentar tal inclusão; [...] (p. 1, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Gerson Roberto Correia, Sérgio Antônio da Silva Leite, Tatiana Wernikoff e Lazlo Antonio Ávila.

Ata da 232ª Reunião Plenária Ordinária (11/01/1982)

[...] Assuntos Gerais: [...] 2) Projeto de Lei 233/81 de trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e um: sobre a referida Lei que criou os cargos de Psicólogo, Psicólogo Clínico e Psicólogo Escolar, sugeriu-se que a Comissão de Funcionalismo deste CRP debata melhor o assunto e apresente parecer ao plenário. [...] (p. 5, vol. 3).

Conselheiros presentes: Vera Lúcia Colucci (presidente da plenária), Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Carmem Lúcia Arruda Rittner, Osmyr Faria Gabbi Junior, Sérgio Antônio da Silva Leite, Lazlo Antonio Ávila, Maria Aparecida C. da Cunha e Abelardo de Almeida.

Ata da 237ª Reunião Plenária Ordinária (01/03/1982)

[...] Ordem do dia: 1) Imposto de Renda: A Conselheira Vera Lúcia Colucci relatou os trabalhos desenvolvidos quanto a essa questão, junto ao Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo; nesse sentido, está-se elaborando uma carta historiando o problema, além de uma pesquisa junto aos psicólogos clínicos, para se saber como tem resolvido a questão verificar se é de seu interesse essa luta; este último ponto foi amplamente discutido pelos Conselheiros presentes que ao final, decidiram pela manutenção da posição do CRP-06, em termos de uma luta pela questão da saúde, como um todo, e do psicólogo como profissional a ela ligada, em particular. [...] (p. 25, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, José Roberto Tozoni Reis e Tatiana Wernikoff.

Ata da 238ª Reunião Plenária Ordinária (08/03/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 4) Projeto de Lei nº 0519/81, Deputado Tufi Jubran. Tendo em vista a próxima apreciação do projeto de lei que cria o Serviço de Assistência Psicológica no âmbito da Rede Escolar Oficial do Estado, cujas emendas apresentadas pelo Deputado Tufi Jubran foram as sugestões enviadas por este Conselho: decidiu-se pela publicação, nos jornais de grande circulação, de um comunicado convocando os psicólogos a comparecerem à Assembléia, na data em que será votada a matéria em questão, além da convocação por ofício ou carta dos supervisores e psicólogos, participantes do Segundo Encontro de Psicólogos da Área de Educação. [...] (p. 29, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Sérgio Antônio da Silva Leite e José Roberto Tozoni Reis.

Ata da 241ª Reunião Plenária Ordinária (22/03/1982)

[...] Ordem do dia: [...] Licença da Conselheira Ghislaine Gliosce da Silva Moreira. Concedida licença de suas funções à Conselheira Ghislaine Gliosce da Silva Moreira por motivo de saúde, o Conselheiro Sérgio Antonio da Silva Leite, para substituí-la. (p. 36, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e José Roberto Tozoni Reis Sérgio Antônio da Silva Leite.

Ata da 242ª Reunião Plenária Ordinária (29/03/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 3) Projeto de Lei nº 519.089. Assunto: Assistência Psicológica junto à Rede de Ensino Estadual. Em vista da aprovação, por decurso do prazo, do referido projeto de Lei, decidiu-se oficial o Executivo, no sentido de ressaltar a importância de tal medida junto à comunidade, solicitando-se que seja ela sancionada. [...] (p. 37, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr

Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Sérgio Antônio da Silva Leite e José Roberto Tozoni Reis.

Ata da 243ª Reunião Plenária Ordinária (05/04/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 3) Of. CFP circ. nº 003/82, de vinte de março de mil novecentos e oitenta e dois. Frente às conclusões emitidas pela Comissão Inter-face Psicológico – Orientador Educacional, decidiu-se divulgar o questionário encaminhado pela referida comissão, através de circular a todos os psicólogos que participaram dos dois Encontros de Psicólogos da Área de Educação promovidos por este Conselho, divulgá-lo através de matéria do Jornal do CRP-06, a fim de que outros profissionais que trabalham com Ensino possam solicitar na Sede o citado questionário, divulgá-lo por meio dos Departamentos das Faculdades de Psicologia. [...] (p. 39, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Gerson Roberto Correia, Osmyr Faria Gabbi Junior, José Roberto Tozoni Reis, Maria Clotilde Barros Magaldi e Tatiana Wernikoff.

Ata da 244ª Reunião Plenária Ordinária (12/04/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 2) Boletim da Associação de Orientadores Educacionais do Estado de São Paulo (AOEESP), abril de mil novecentos e oitenta e dois. Frente à posição assumida por essa entidade, quanto ao Projeto de Lei 519/81 decidiu-se oficializar àquela, colocando o CRP-06 à disposição para debater a questão. [...] (p. 41, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, José Roberto Tozoni Reis, Sérgio Antônio da Silva Leite e Lazlo Antonio Ávila.

Ata da 245ª Reunião Plenária Ordinária (19/04/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 3) Projeto de Lei nº 519/81 – Assistência Psicológica na Rede Escolar. Decidiu-se acatar a proposta do Conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite: divulgar pelo Jornal

do CRP-06 a notícia do veto do Governador Paulo Salim Maluf e suas implicações; divulgar por circular aos participantes do I e II Encontro de Psicólogos na área de Educação, convocando-os a discutir a questão; Assembléia no dia primeiro de maio de mil novecentos e oitenta e dois, a ser organizada juntamente com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, para esclarecimentos sobre o projeto, e decisão sobre o encaminhamento da questão. [...] (p. 43, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Gerson Roberto Correia e Tatiana Wernikoff.

Ata da 247ª Reunião Plenária Ordinária (03/05/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 4) Reunião de Psicólogos em primeiro de maio de mil novecentos e oitenta e dois. O Conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite expôs as decisões obtidas na referida Reunião que tratou do Governador ao Projeto de Lei nº 519/81, especialmente a de, lutar para rejeição ao veto; decidiu-se aprovar o envio, a todos os deputados, de ofício solicitando apoio. [...] (p. 48, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Osmyr Faria Gabbi Junior, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, José Roberto Tozoni Reis e Sérgio Antônio da Silva Leite.

Ata da 249ª Reunião Plenária Ordinária (17/05/1982)

[...] Expediente: O Plenário tomou ciência dos seguintes assuntos: 1) Of. nº 125/82 de doze de maio de mil novecentos e oitenta e dois do Deputado João Baptista Buda, em apoio a rejeição pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo do veto do Governador ao Projeto de Lei nº 519/81. 2) Of. nº 2013/82 CCRG de dez de maio de mil novecentos e oitenta e dois, do Deputado Luiz Benedicto Máximo, em apoio ao Projeto de Lei nº 0519/81. [...] 4) Carta de seis de maio de mil novecentos e oitenta e dois, do Deputado Franco Baruselli, em apoio ao Projeto de Lei nº 0159/81 [519/81]. [...] (p. 50 e 51, vol. 3).

[...] Expediente: [...] Documento do Conselho Federal de Psicologia: “O Psicólogo é um profissional da área da Saúde” (p. 50 e 51, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, José Roberto Tozoni Reis, Sérgio Antônio da Silva Leite e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 250ª Reunião Plenária Ordinária (24/05/1982)

[...] Expediente: [...] 4) Projeto de Lei nº 519/81. Apoio do Deputado Marcos Cortes à posição deste Conselho quanto ao referido Projeto de lei [...] (p. 52, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, José Roberto Tozoni Reis, Maria Aparecida C. da Cunha e Maria Clotilde Barros Magaldi.

Convidada: Maria Ignez Longhin de Siqueira (CFP).

Ata da 251ª Reunião Plenária Ordinária (23/05/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 3) Projeto de Lei nº 519/81. O conselheiro presidente informou da não rejeição do veto do governador do Estado de São Paulo ao citado projeto de lei, em vinte e sete de maio de mil novecentos e oitenta e dois, por decurso do prazo. Decidiu-se pela publicação de extensa matéria no jornal deste Conselho, com esclarecimentos à categoria, designando-se o conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite para redigi-la. [...] (p. 54, vol. 3).

[...] 4) Problemas da Educação. Decidiu-se pela participação deste Conselho no grupo de estudos sobre Problemas da Educação; juntamente com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, União dos Diretores de Ensino Médio Oficial (UDEMOM), Associação dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESPE), Associação dos Orientadores Educacionais do Estado de São Paulo (AOEESP), Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS). [...] (p. 54, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Gerson Roberto

Correia, Luiz Celso Manço, Osmyr Faria Gabbi Junior, Sérgio Antônio da Silva Leite e José Roberto Tozoni Reis.

Ata da 259ª Reunião Plenária Ordinária (12/07/1982)

[...] Assuntos Gerais: 1) Reunião de avaliação com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. O conselheiro-presidente, Luis Otávio de Seixas Queiroz, relatou a reunião havida entre a diretoria deste Conselho e a Diretoria do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, no último dia cinco, citando os pontos nela abordados: necessidade clara de diferenciação para a categoria entre as funções do CRP e do Sindicato, divulgação em Jornal do CRP de matéria esclarecedora nesse sentido; entrega de cédulas e carteiras com a presença de um delegado do Sindicato; queixas recebidas sobre atendimento de psicólogos na Sede. Informou, ainda, sobre nova reunião de avaliação marcada para o dia trinta próximo futuro, onde serão aprofundados tais pontos. [...] (p. 64, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Tatiana Wernikoff, José Roberto Tozoni Reis e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 260ª Reunião Plenária Ordinária (19/07/1982)

[...] Ordem do dia: 1) Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Decidiu-se enviar ofício ao Presidente da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, propondo a participação conjunta deste Conselho e do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo numa sessão da Reunião Anual promovida por aquela entidade, para discussão do tema “Conselho Regional de Psicologia e Sindicato dos Psicólogos: funções, limites e perspectivas”. (p. 65, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Moysés Campos de Aguiar Netto e Sérgio Antonio da Silva Leite.

Ata da 263ª Reunião Plenária Ordinária (09/08/1982)

[...] Ordem do dia: 1) Dia do Psicólogo. Aprovada a seguinte proposta de comemoração do Dia do Psicólogo, a ser realizada juntamente com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo:

a) debate de representantes de todos os partidos políticos a respeito de plano de saúde, de educação e desemprego; b) convocação por carta, aos Diretórios Regionais dos diversos partidos, para indicação de representante até o próximo dia dezessete; c) confraternização no restaurante “Spazio Pirandello”. [...] (p. 69, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Vera Lúcia Colucci, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Luiz Celso Manço, Sérgio Antônio da Silva Leite, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, José Roberto Tozoni Reis e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 273ª Reunião Plenária Ordinária (04/10/1982)

[...] Ordem do dia: [...] 2) Redistribuição das tarefas. Foram definidas as referentes comissões deste conselho, ficando assim constituídas: Diretoria: como presidente conselheiro Luis Otávio de Seixas Queiroz; como vice-presidente conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite; como secretária conselheira Vera Lúcia Colucci; como tesoureira Ghislaine Gliosce da Silva Moreira; [...] Comissão de Ensino: como presidente conselheiro Lazlo Antonio Ávila; como membros desta comissão conselheiros Sérgio Antônio da Silva Leite; José Roberto Tozoni Reis; Comissão de Educação: como presidente conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite; como membros conselheiros Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri; Abelardo de Almeida; [...] (p. 86, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antônio da Silva Leite, Vera Lúcia Colucci, Maria Clotilde Barros Magaldi, Luiz Celso Manço, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e José Roberto Tozoni Reis.

Ata da 275ª Reunião Plenária Ordinária (17/10/1982)

[...] Ordem do dia: 1) Reunião Anual de Psicologia na Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Quanto à presença deste Conselho na Reunião Anual de Psicologia promovida pela Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, tomou-se as seguintes deliberações: designar os conselheiros José Roberto Tozoni Reis, Luis Otávio de Seixas Queiroz, Luiz Celso Manço e Ghislaine Gliosce da Silva Moreira para representar este Conselho no evento, desenvolvendo o tema: “Democracia e Entidades Profissionais: Avaliação da experiência do CRP-06, digo, Conselho Regional de Psicologia- sexta região”. [...] (p. 88, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Vera Lúcia Colucci, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Luiz Celso Manço, Moysés Campos de Aguiar Netto, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Tatiana Wernikoff e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 276ª Reunião Plenária Ordinária (18/10/1982)

[...] 5) Pesquisa – O Perfil do Psicólogo na sexta região. Foram convidados a entrar e tomaram assento os membros da diretoria do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Odete de Godoy Pinheiro, Ana Mercês Bahia Bock, Luiz Humberto Sivieri e Kimie Yamamoto, e representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), Francisco Luiz Salles Gonçalves, além dos psicólogos Wanda Maria J. Neves, Wanda Maria D’Elis e Marilena Kerches de O.S. Leite. O representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos apresentou uma visão geral dos resultados obtidos [...] Esgotado o tempo de uma hora definido previamente para esta apresentação, decidiu-se formar um grupo composto de elementos do, digo, deste Conselho e Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo para elaborar o último capítulo de síntese, junto do DIEESE, elaborar uma síntese a ser apresentada à categoria e aprofundar a análise dos dados obtidos. Além dos conselheiros Maria Clotilde Barros Magaldi e Sérgio Antônio da Silva Leite, este conselho ficou de indicar outros conselheiros para compor tal grupo junto aos seguintes representantes do Sindicato: Odete de Godoy Pinheiro, Ana Mercês Bahia Bock, Ana Maria T. B. Pereira, Wanda Maria J. neves e Marilena Kerches de O. S. Leite, após o que retiraram-se da Plenária. [...] (p. 90, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Moysés Campos de Aguiar Netto, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Vera Lúcia Colucci e José Roberto Tozoni Reis.

Convidados presentes: Odette de Godoy Pinheiro, Ana Mercês Bahia Bock, Luiz Humberto Sivieri e Kimie Yamamoto (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo), Francisco Luiz Salles Gonçalves (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) e Wanda Maria Junqueira Neves, Wanda Maria D’Elis e Marilena Kerches de O.S. Leite (psicólogas convidadas).

Ata da 292ª Reunião Plenária Ordinária (31/01/1983)

[...] Assuntos Gerais: 1) Saúde Pública. Foi convidada e tomou assento a psicóloga Neide Laurino Eisenhauer, do departamento de assistência ao escolar da Secretaria de Educação, para discutir os estudos efetivados por um grupo naquele órgão, visando a apresentação de uma proposta para o plano de saúde do próximo governo, particularmente a saúde do escolar. Discutiu-se a possibilidade de um estudo conjunto, digo, junto a este Conselho, através das comissões de Educação e de Saúde. Outra psicóloga, Claudete Parri, foi convidada e tomou assento, relatando seus trabalhos junto ao grupo de estudos que tem como tema a saúde em geral, igualmente com o objetivo de apresentação de propostas para o plano de saúde do próximo governo. (p. 115, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Tatiana Wernikoff.

Convidados: Neide Laurino Eisenhauer (Departamento de Assistência ao Escolar da Secretaria de Educação) e Claudete Parri (psicóloga convidada).

293ª Reunião Plenária Ordinária (07/02/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 09. Prot. Nº 0039/83 – Of. nº 002/SST/SAR – 83 da Secretaria da Administração Regional da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP. Uma vez que, após orientação deste Conselho referente aos estágios fornecidos por aquela secretaria, em convênios firmados com o Centro Integração Empresa-Escola (CCIE-E), da necessidade de supervisão, decidiu aquela secretaria acabar com tais estágios, o Plenário, após discussão deliberou pelo encaminhamento do presente material a Comissão de Orientação e Fiscalização, para que esta oficie à Secretaria em questão, esclarecendo à respeito da inconveniência de se abolir tais estágios, nos locais em que haver condições. [...] (p. 117, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Abelardo de Almeida, José Roberto Tozoni Reis, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Maria Clotilde Barros Magaldi.

Ata da 296ª Reunião Plenária Ordinária (07/03/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 06. Cancelamento de Inscrição. Tendo em vista o pedido de cancelamento de Inscrição da Psicóloga Célia Sodré Dória, a Madre Cristina do Instituto Sedes Sapientiae, decidiu-se atendê-la, e aprovar minuta elaborada pelos conselheiros Sérgio Antonio da Silva Leite e Lazslo Antonio Ávila, como reconhecimento do relevante trabalho desenvolvido pela colega em sua vida profissional. [...] (p. 125, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, José Roberto Tozoni Reis, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Tatiana Wernikoff e Maria Aparecida C. da Cunha.

298ª Reunião Plenária Ordinária (21/03/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 11) Prot. 2534/83. Of. SPESP nº 390/83. Apreciada a proposta do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SPESP) da reunião entre as Diretorias de ambos os órgãos, de digo, marcado para o próximo dia seis, decidiu-se: a) indicar o Conselheiro Sérgio Antônio da Silva Leite para representar a Diretoria deste CRP-06; b) propor um Plenário a discussão de novo encontro das Diretorias de ambos os órgãos, para aprofundamento de proposta de atuação conjunta. [...] (p. 129 e 130, vol. 3)

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Lazslo Antonio Ávila, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Abelardo de Almeida, José Roberto Tozoni Reis, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Maria Aparecida C. da Cunha e Tatiana Wernikoff.

Ata da 300ª Reunião Plenária Ordinária (04/04/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 2) CRP-06/ Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SPESP), no próximo dia onze; e solicitou discussão em Plenária da pauta da referida reunião. Após discussão definiram-se os seguintes tópicos: a) avaliação da atuação do CRP-Sindicato; b) áreas das duas entidades; c) próximas eleições no CRP-06, os quais norteariam a discussão da atuação conjunta das duas entidades. [...] (p. 133 e 134, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, Abelardo de Almeida,

Maria Clotilde Barros Magaldi, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 311ª Reunião Plenária Ordinária (20/06/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 11) Educação. A conselheira Maria Aparecida C. da Cunha apresentou ao Plenário, o Documento de Trabalho número hum, do Departamento de Assistência ao Escolar (DAE) da Secretaria de Estado da Educação. Nesse documento são apresentadas opiniões e reflexões a respeito da situação. Nesse documento são apresentados opiniões e reflexões a respeito da situação Educacional. Após prestar informações a respeito do surgimento deste trabalho, discutiu-se encaminhá-lo à Comissão de Psicologia Educacional. [...] (p. 153, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Ghislaine Gliosce da Silva Moreira, José Roberto Tozoni Reis, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri, Tatiana Wernikoff e Maria Aparecida C. da Cunha.

Ata da 313ª Reunião Plenária Ordinária (04/07/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 21) Prot. 9804/83 – Carta do estudante Paulo Rennes Marçal Ribeiro. Decidiu-se atender a solicitação de envio de Anais dos Encontros da Comissão de Ensino e Educação apenas se houver em arquivo número suficiente. [...] (p. 156, vol. 3).

Conselheiros presentes: Luis Otávio de Seixas Queiroz (presidente da plenária), Sérgio Antonio da Silva Leite, Lazslo Antonio Ávila, Abelardo de Almeida, José Roberto Tozoni Reis, Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri e Maria Aparecida C. da Cunha.

Gestão do IV Plenário (1983)

Ata da 320ª Reunião Plenária Ordinária (29/08/1983)

[...] Ordem do dia: [...] 12) Comissão de Educação. Decidiu-se divulgar pelo Jornal do CRP-06 o documento de preparação da reunião de entidade ligadas a Educação, que será realizada no próximo dia primeiro de outubro. [...] (p. 169, vol. 3).

Conselheiros presentes: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (presidente da plenária), José Sollero Neto, Marlene Guirado, Maria de Fátima Menezes, Álvaro Trujillo, Elizabeth Batista Pinto, Heloísa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti, Lorivam Lopes, Maria Inez Nunes Romero, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, Selma de Souza Bastos, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Antônio Waldir Biscaro, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Nanci Buhner Letaif e Silvio Leite da Silva.

Ata da 323ª Reunião Plenária Ordinária (19/09/1983)

[...] 06. Comissão Educacional. A conselheira Mônica relatou que há necessidade de outros conselheiros entrarem para esta comissão, pois há muito que se fazer e ela está sozinha. Solicitou o comparecimento de um representante do CRP nas reuniões que se farão quartas e quinta-feira, mas ninguém pôde assumir. [...] (p. 178, vol. 3).

Conselheiros presentes: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (presidente da plenária), José Sollero Neto, Marlene Guirado, Maria de Fátima Menezes, Álvaro Trujillo, Elizabeth Batista Pinto, Heloísa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti, Lorivam Lopes, Maria Inez Nunes Romero, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, Selma de Souza Bastos, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Antônio Waldir Biscaro, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz e Nanci Buhner Letaif.

Ata da 328ª Reunião Plenária Ordinária (24/10/1983)

[...] Expediente: [...] 2) Comissão de Educação. A Conselheira Mônica informou a respeito do Congresso de Educação, fazendo um resumo do mesmo. De maneira geral, formou-se uma frente com todas as entidades que participaram desse Congresso, numa luta conjunta por equipes multidisciplinares em escolas. Informou, ainda, de contato marcado com o Deputado Geraldo Alckmin, que pretende apresentar Projeto de Lei incluindo a obrigatoriedade de profissionais psicólogos em escolas; tal contato será realizado com o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e este Conselho. [...] (p. 190, vol. 3).

Conselheiros presentes: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (presidente da plenária), José Sollero Neto, Marlene Guirado, Maria de Fátima Menezes, Álvaro Trujillo, Nanci Buhner Letaif, Heloísa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti, Maria Inez Nunes Romero, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, Sueli Duarte Pacífico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Maria Rosa Cavazzani, Marisa Oliveira Sanovicz, Silvio Leite da Silva, José Paulo Correia de Menezes e José Sterza Justo.

Ata da 330ª Reunião Plenária Ordinária (07/11/1983)

[...] Expediente: [...] 02. Comissão de Educação. A conselheira Mônica informou que o psicólogo Sérgio Antonio da Silva Leite, do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SPESP), manteve contato com o Deputado Geraldo Alckmin, o qual pretendia estudar a elaboração de um Projeto de Lei visando a obrigatoriedade do psicólogo nas escolas públicas. Nesse contato, Sérgio informou o parlamentar da proposta de lutar por equipes multidisciplinares nas escolas, tirada no Congresso de Educação ocorrido no último dia seis; segundo Sérgio, esse Departamento interessou-se pela proposta, sugerindo que se entrasse em contato inicialmente com instituições governamentais, sensibilizando-as, e só depois via parlamentar. Essa será a estratégia a ser adotada. Por último, a Conselheira Mônica informou que a próxima reunião da Comissão de Educação será realizada no Sindicato, às vinte horas, no próximo dia vinte e três, onde serão discutidos novos encaminhamentos. [...] (p. 197, vol. 3).

Conselheiros presentes: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri (presidente da plenária), José Sollero Neto, Marlene Guirado, Maria de Fátima Menezes, Álvaro Trujillo, Nanci Buhner Letaif, Heloísa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti, Lorivam Lopes, Maria Inez Nunes Romero, Mirsa Elisabeth Dellosi, Mônica Teixeira do Amaral Carneiro, Selma de Souza Bastos, Sueli Duarte Pacífico, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva e Marisa Oliveira Sanovicz.

Anexo IV: Exposição dos dados da pesquisa dos Anais do I Encontro ¹⁷

Os dados expostos são parte de pesquisa realizada pelos membros da Comissão de Educação para apresentar a realidade da psicologia escolar e educacional e abrir as discussões no evento que aconteceram no dia 6 de dezembro de 1980.

1. Síntese dos questionários respondidos por professores e supervisores

No que tange à Síntese dos dados dos questionários respondidos por professores e supervisores, existem dois itens nessa modalidade, a saber: 1) Existência de serviços de Psicologia Educacional para a comunidade; 2) Disciplinas teóricas relacionadas com a Psicologia Educacional (disciplinas, estágios, instituições onde se ofertam os serviços, carga horária anual, modalidade e objetivos das disciplinas, objetivos dos estágios e suas freqüências, início de estágios e disciplinas técnicas e seu funcionamento, proporção de professor-aluno, carga horária das disciplinas e interferência da universidade no trabalho docente).

Essa pesquisa contou com 15 questionários respondidos, dos 17 enviados para cursos de psicologia de São Paulo, dos quais 3 eram instituições públicas e 12 eram instituições privadas. Foi identificado que 12 dessas instituições oferecem serviços à comunidade, sobretudo, em escolas públicas, possibilitando acesso à população de baixa renda aos serviços psicológicos, o que é avaliado positivamente com o argumento de que esses cursos estão cumprindo o papel social da Psicologia.

As disciplinas teóricas relacionadas com a Psicologia Educacional somam 29, apesar de ser registrado originalmente no documento 30, das quais as mais citadas e suas respectivas freqüências foram: Psicologia do Escolar e Problemas de Aprendizagem (11), Psicologia do Excepcional (6), Orientação profissional e/ ou Vocacional (3), Pedagogia Terapêutica (3),

¹⁷ Material organizado a partir da pesquisa presente em SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO & CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. *Anais do I Encontro de Psicólogos da área de Educação*. São Paulo: SPESP e CRP-06, 1981. p. 1-22.

Psicologia da Educação (2), Psicologia Aplicada à Escola (2), Psicologia Escolar (2), Psicologia de Aprendizagem (2).¹⁸

Além da diversidade de conteúdos ministrados, foi possível identificar que: “Estas observações parecem evidenciar uma conceituação de campos de estudo e atuação bastante difusos, amplos, pouco delimitados e, principalmente sem definição de prioridades e que conduz à procura de soluções alternativas por parte dos docentes” (ibidem, p. 2). Em outras palavras, já desde a formação havia uma mescla de alternativas de cunho tradicional e tentativas de modelos alternativos para uma atuação na educação, de modo que não havia consenso sobre uma atuação específica do psicólogo escolar e educacional, cuja diversidade de propostas se expressa na diversidade de disciplinas apresentadas. Mesmo as atividades docentes apresentam discrepância, pois metade dos questionários vincula atividades práticas às disciplinas teóricas e a outra metade limita-se a discussões de nível teórico.

Os estágios dos cursos de psicologia também apresentam uma diversidade razoável de áreas de aplicação, dentre as quais estão: escola pública (15), creches (7), escola particular (5) e faculdade (4)¹⁹. Segundo os resultados os cursos de psicologia têm oferecido aos alunos por volta de duas ou três modalidades de estágio, tendo uma concentração de atuação no ensino formal, sobretudo, nas escolas públicas, como indica o documento:

Observamos também que a mais alta frequência em termos de realização de estágios está relacionada à educação formal, sob os nomes de Psicologia Escolar, Psicologia Aplicada à Escola ou Instituição Escolar e Psicologia Educacional (num total de onze faculdades), e possui um caráter abrangente, procurando envolver a totalidade da problemática psicológica educacional da entidade em suas interrelações dinâmicas. (ibidem, p. 4)

A pesquisa ainda apresenta 18 objetivos de estágio, dos quais os mais citados foram: conhecimento e crítica da realidade educacional brasileira (6), planejamento e execução de soluções alternativas no desempenho profissional do psicólogo escolar (4), perceber-se como

¹⁸ As outras disciplinas que aparecem nesse levantamento, mas citadas apenas uma única vez são: Aconselhamento Psicológico, Alternativas de Educação não-Formal, Modificação de Comportamento em sala de aula, Prevenção de Distúrbios de Aprendizagem, Teoria e Técnicas de Grupo, Psicoprofilaxia das Relações Familiares, Psicologia do Adolescente e Aprendizagem, Psicologia da Educação e Sociedade, Psicologia e Educação Popular, Psicoprofilaxia da Infância, A criança Marginalizada, Psicologia das Matérias Escolares, Aprendizagem Pré-Escolar, Psicomotricidade, Pesquisa em Educação, Atuação do Psicólogo em Instituições Educacionais, A ação do Psicólogo na Escola, Psicologia do Adulto voltada para Educação, Remediação verbal na Escola, Psicologia dos Processos Cognitivos e Psicologia do Escolar-vínculos e papéis.

¹⁹ As outras instituições citadas, cuja frequência varia de 1 a 2 são: APAE (2), instituto de menores (2), classes especiais (2), centro de recreação (2), escola paroquial (2), favelas (1) e sindicatos (1).

pessoa no papel do psicólogo escolar; desenvolver sua identidade profissional; perceber-se como agente de mudança e de saúde mental, vivenciar a atuação profissional (5), colocar em prática, conhecimentos teóricos (4), prevenir distúrbios de aprendizagem (4), fazer orientação profissional (4), orientar professores (3) e orientar pais (2).²⁰

O levantamento ainda identifica que as disciplinas teóricas voltadas para a formação do psicólogo educacional iniciam no 7º semestre em 11 faculdades, sendo que nas demais começam no 8º ou 9º semestre, assim como os estágios são iniciados no 9º semestre em 13 faculdades e em duas são iniciados no 7º e 8º semestres, o que levou às seguintes conclusões:

Portanto, o embasamento teórico da Psicologia Educacional ocorre tardiamente (7º semestre geralmente), fato que parece interferir na visão que os alunos desenvolvem sobre a área como “área menor, de pouco peso”. Esta visão pode ser reassegurada, pelo fato de muitas disciplinas teóricas em questão serem optativas. É interessante assinalar que se encontra a média de três disciplinas da área Educacional por faculdade, durante todo o curso de Psicologia, o que significa que o aluno cursará uma ou duas disciplinas, em média, nesta área. Cerca de sete faculdades ministram apenas uma disciplina. (ibidem, p. 5)

Outro ponto interessante que a pesquisa traz são as interferências negativas das universidades frente o trabalho do professor/ supervisor que são de duas ordens: 1) deficiência de organização acadêmico-administrativa da faculdade: falta de reuniões (4) e número excessivo de alunos (2)²¹; 2) deficiências de recursos econômicos: dificuldades financeiras (7), instalações precárias (4), dificuldades de contratação de professor (2), número excessivo de alunos (3) e número reduzido de professores (2)²². É interessante a discussão que se segue a esses dados:

Estes problemas refletem a situação caótica em que se encontra a educação Superior e a inoperância dos órgãos encarregados de sua orientação, no sentido de estabelecer uma política educacional que possa atender às condições mínimas necessárias à formação de profissionais que venham atuar, respondendo às necessidades da população em área de alta importância, como a educacional. (ibidem, p. 7)

²⁰ Os demais objetivos de estágio que foram citados uma única vez foram: orientação pré-escolar, orientação de classe especial, orientação da 1ª série, integração escola-comunidade; aluno-professor; escola-clínica, levantamento de necessidade de instituição, treino de prontidão para alfabetização, realizar pesquisa no contexto educacional, compreensão do processo educacional fora da instituição escolar, sistematização de dados sobre a psicologia dos trabalhadores de nível sócio econômico baixo e caracterização do campo de atuação.

²¹ Outras deficiências que foram citadas apenas uma vez foram: sistema de contratação hora-aula, curso não seriado, estágio optativo na área, dificuldade de integração aula-estágio, pouco tempo de supervisão, início tardio de estágio, falta de liberdade para o professor, falta de interesse da faculdade pela área, falta de coordenação de estágios e estágios não integrados de departamentos.

²² Outras deficiências que foram citadas apenas uma vez foram: salário baixo, excessiva carga de trabalho e convênios restringindo o campo de estágio.

Como complemento dessa informação são apresentadas ao leitor que as únicas universidades em crise financeira são as três instituições públicas e uma única privada, cujo nome é revelado como sendo a PUC-SP, afirmação que constata que naquele momento as demais instituições privadas são empresas, interessadas estritamente nos lucros.

A realidade dos cursos de formação em psicologia apresentada nessa pesquisa mostra que o número de disciplinas teóricas e estágios na área de psicologia escolar e educacional são muito reduzidos e apresentados tardiamente aos alunos de graduação, ao passo que os professores e supervisores, nesse curto espaço de tempo e carga horária, têm tentado oferecer uma formação diversificada que esteja vinculada à atuação na escola, em especial da rede pública. Há disciplinas teóricas que possivelmente auxiliam os alunos em suas práticas, entretanto, o ponto negativo é que ainda nesse período o número de disciplinas voltadas, aparentemente, a uma formação tradicional é significativamente grande e amparada à formação geral do psicólogo que terá ênfase no campo clínico é de se esperar que esse profissional tenha dificuldades em suas atuação numa perspectiva institucional.

2. Síntese dos questionários respondidos pelos psicólogos educacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo

Essa parte da pesquisa é iniciada com uma contextualização histórica do serviço de psicologia escolar da PMSP e posteriormente são analisados dados de 32 questionários de psicólogos que atuam nesse serviço, referente a 1) Atividades que realizam e atividades que julgam necessário realizar (com professor, com técnicos, com alunos, com pais e comunidade, com planejamento e outros); 2) Dificuldades encontradas no trabalho; 3) Tipo de trabalho esperado pela instituição e 4) Temas que gostariam de estudar.

Em relação à exposição histórica, o material expõe as bases iniciais desse serviço, o que serve para compreender como era inicialmente a atuação dos psicólogos escolares na década de 1970 em sua gênese nesse serviço e servirá para posteriormente compreender as mudanças propostas a partir desse modelo inicial:

[...] Sua linha de ação decorrente do diagnóstico da situação escolar, realizado entre 1975 e 1976, com base em pesquisas sobre características dos alunos matriculados nas escolas municipais e a problemática do ensino-aprendizagem apresentada na rede municipal, definiu-se dentro dos

padrões basicamente preventivos, com o envolvimento da equipe técnica, professores, outros funcionários da escola, alunos e pais, numa abrangência comunitária. Enfatizou-se a intervenção nos processos que afetam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, antes que os distúrbios nessa área surgissem. (ibidem, p. 7)²³

O documento ainda traz a informação de que a atuação do psicólogo escolar teria como base permitir a facilitação do processo educativo, a partir de técnicas psicológicas, tendo como objetivos específicos, descritos resumidamente: “proceder a triagem psicológica dos alunos que ingressam na escola de modo a interferir precocemente em distúrbios de conduta”; “fornecer aos técnicos e professores, dados psicológicos sobre os alunos, de modo a completar suas observações pedagógicas”; “sensibilizar os professores quanto à importância de seu papel social e da relação professor-aluno”; “sensibilizar os pais”; “auxiliar os alunos que deixam a escola, na escolha adequada de uma profissão”; “realizar pesquisas no campo da Psicologia Escolar” e “oferecer oportunidades de estágios a estudantes e profissionais na área da Psicologia Escolar”. (ibidem, p. 8)

No que se refere à análise dos dados a partir dos questionários, em relação às “Atividades que realizam e atividades que julgam necessário realizar”, seguem-se os dados apresentados:

- Professores: realizam atendimento individual (16) e atendimento a grupos (9), ao passo que julgam necessário realizar trabalho com grupos de professores (8);
- Alunos: realizam, encaminhamento (15), atendimento individual (12), testes psicológicos (11), psicomotricidade (8), observação (7), orientação profissional (6), monitoria (6), orientação psicopedagógica (3) e atividades com grupos (3), ao passo que julgam necessário realizar, monitoria (8), psicopedagogia (3), psicomotricidade (2), lazer (2) e orientação de adolescentes (1);
- Pais e comunidades: realizam, atendimento individual (19) e grupos de mães (10), ao passo que julgam necessário realizar grupo de mães (7) e trabalho com a comunidade (4).

O item das dificuldades encontradas no trabalho é apresentado numa diversidade de queixas, expostas junto às suas respectivas porcentagens: interferência administrativa da escola e outros órgãos (63%), número elevado de alunos e pouco pessoal técnico (59%), resistência ao trabalho do psicólogo (26%), falta de local adequado para o trabalho (26%), recursos comunitários insuficientes (20%) e trabalho com duas escolas (20%).

²³ Sobre uma retomada histórica desse tema, consultar PATTO (1984) e TAVERNA (2003).

A interpretação da pesquisa nos documentos é que parte considerável das dificuldades encontradas pelos psicólogos é de ordem material que não são exclusivas desse profissional, já que a própria escola como um todo, é mal equipada e carente de recursos para cumprir o seu papel, no entanto, chama a atenção que:

As interferências administrativas da escola e do Departamento de Ensino relacionam-se com a resistência à atuação do psicólogo enquanto agente de mudanças. Há referências específicas às dificuldades encontradas para a realização dos grupos de professores, que possibilitem a discussão dos entraves à aprendizagem, não apenas relacionados com as características do aluno, mas também nos seus aspectos ligados ao sistema educacional, desvinculado da realidade e a manifestação desses aspectos nos vários escalões do ensino. Esses grupos são bastante dificultados na escola; em algumas ocasiões foram proibidos formalmente. (ibidem, p. 10)

Essa interpretação dos documentos lança uma luz qualitativamente diferente dos dados anteriores, em que se os psicólogos tinham sua atuação aparentemente limitada a atendimentos individuais pautados na concepção tradicional, isso se deve a uma provável interferência em seu trabalho de outros profissionais que julguem que a sua demanda deve caracterizar-se por uma ação puramente remediativa, característica de algumas de suas funções já expostas na criação do serviço em 1975 e que está diretamente vinculada à “interferências das chefias do Departamento de Assistência ao Escolar no sentido de tomar soluções técnicas, das quais os psicólogos não participam. Estas são baseadas em modelos médicos (esta é a formação dos chefes imediatos [...])”. (ibidem, p. 10)

É possível lançar como hipótese que as limitações da formação desses profissionais, seja semelhante aos dados levantados nos 15 cursos de psicologia no mesmo ano, mas num nível mais problemático em que, de fato, o que se pesava era uma formação estritamente clínica.

O tipo de trabalho esperado pela instituição é flagrante e demonstra o quanto a atuação do psicólogo naquele momento, devia-se também à expectativa dos educadores, tendo em vista que era esperado: resolução de dificuldades da criança que não aprende (23%), prevenir instalação de distúrbios e aprendizagem (23%), diminuição da repetência na 1ª série (19%), desempenho de atribuições do Psicólogo Escolar (19%), encaminhamento de alunos (16%) e orientação profissional (16%)²⁴. Neste ponto cabe reproduzir a partir do documento a fratura de concepções de atuação do psicólogo escolar:

²⁴ Outras demandas que apareceram foram: educação psicomotora (3%), disciplina em 5ª série (3%), solução de problemas psicológicos (3%) e atuação a nível institucional (3%).

Um grupo percebe essas expectativas voltadas para a resolução de problemas das crianças com dificuldade de aprendizagem, através do trabalho direto com a criança, sem relacionar esses problemas com o sistema educacional, refletido na escola. (ibidem, p. 10)

Outro grupo percebe a preocupação preventiva do serviço da Psicologia Escolar através da atuação na modificação do ambiente escolar. Este grupo deseja realizar trabalhos de mudança na escola, tornando-a ajustada às necessidades e características da clientela, desenvolvendo um trabalho sistemático junto a professores técnicos e pais. (ibidem, p. 11)

Essa fratura já demonstra uma mudança da compreensão dos psicólogos escolares que passa a sinalizar para uma atuação voltada à realidade escolar, diferente da concepção anterior que compreendiam a atuação estritamente voltada ao aluno, tais concepções, passam a serem questionadas.²⁵

Sobre os temas que os psicólogos escolares gostariam de estudar é apresentado na pesquisa: papel do psicólogo na escola (40%), orientação familiar (23%), psicologia preventiva (19%), grupo de professores (19%), psicomotricidade (16%), análise e caracterização da comunidade (10%) e análise e caracterização da escola (10%)²⁶. Temos indícios a partir desses temas de interesse da necessidade de reconfiguração da atuação do psicólogo escolar, indicada como demonstram alguns itens, como de caráter mais amplo que abranja a realidade educacional, entretanto, também indica um caráter mais restrito, com atuação diretamente no aluno, como é o caso da psicomotricidade e outros temas que apareceram em menor porcentagem e podem ser contemplados na nota abaixo. A partir desses dados consta nos documentos:

A análise dos temas propostos pelos psicólogos revela conteúdos programáticas não focalizados durante sua formação acadêmica e percebidos agora como relevantes para o desempenho de suas funções na área educacional. A preocupação predominante refere-se à própria identidade profissional enquanto agente no processo educacional; segue-se a orientação familiar que frequentemente é realizada através de grupos de mães de nível sócio-econômicos baixo, para os quais as técnicas grupais aprendidas revelam-se ineficientes e improdutivas. (ibidem, p. 11)

Os indícios de que a formação profissional não estava favorecendo uma atuação do psicólogo na escola tornam evidente um choque de contradições em sua atuação que vão desde o trabalho que fazem, ao que desejam fazer, passando pelos limites impostos pelos seus superiores ou mesmo equacionada com a expectativa dos professores que não era ao que parece a de um

²⁵ Essa discussão foi retomada por Sérgio Antonio da Silva Leite (31/10/2014, Anexo II, excerto – 1.12).

²⁶ Outros temas foram: orientação profissional (6%), criança marginalizada (3%), testes psicológicos (3%), formação do psicólogo (3%) e classe especiais (3%).

psicólogo que alterasse a estrutura escolar, mas um psicólogo que atendesse e adaptasse a criança que não se adequava às exigências da escola.

3. Síntese dos questionários respondidos pelos psicólogos do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação do Estado

Essa parte da pesquisa, assim como a anterior, faz uma breve retomada histórica sobre a origem de Departamento de Assistência ao Escolar que existia desde 1976, mas que remonta ao Serviço de Saúde Escolar criado em 1938 e alocado na Seção de Higiene Mental, organizada e coordenada por Durval Marcondes, responsável por preparar “os primeiros profissionais em nosso meio, ‘os psicologistas’, para atuarem nas unidades assistencialistas no serviço denominados ‘Clínicas de Orientação Infantil’”. (ibidem, p. 12)²⁷

O modelo proposto nesse momento inicial era pautado no modelo médico que dava ênfase para o atendimento do comportamento dos alunos e foi crescendo com a ampliação dos serviços até a década de 1960, período em que o serviço não conseguiu acompanhar a demanda, devido ao crescimento populacional, exigindo que os profissionais envolvidos nesse serviço, somado ao descontentamento de sua atuação, fizessem uma revisão de sua prática:

Evidenciava-se a necessidade de uma ação preventiva de maior abrangência o que começou a ser tentado a partir de 1968, através de projetos experimentais seguindo a metodologia da Psicologia Escolar. Porém em 1976 com reorganização administrativa da Secretaria, foram redefinidos os serviços e suas atribuições, ficando aberta para os psicólogos da E.T.H.M. [Equipe Técnica de Higiene Mental] a possibilidade de propor oficialmente suas programações dentro da nova linha de trabalho. (ibidem, p. 14)

Soma-se a isso que desde 1977, por meio de acordos formais, há a participação de estagiários de psicologia do 5º ano para atender à demanda daquele momento, tendo em vista que “a supervisão dos estagiários é de responsabilidade conjunta: do docente da Faculdade da disciplina de estágios e do psicólogo da Delegacia de Ensino” (ibidem, p. 14). O documento apresenta as atribuições construídas pelos psicólogos em três níveis: DRE (Divisões Regionais de Ensino) em nível regional e DE (Delegacias de Ensino) em nível sub-regional e EE (provavelmente, Ensino Escolar) que são integralmente reproduzidas abaixo:

²⁷ A discussão desse percurso histórico também se encontra presente em PATTO (1984) e TAVERNA (2003).

- Atribuições em nível de D.R.E.: 1) Levantar dados para caracterização da área principalmente quanto aos recursos dos sistemas educação e saúde; 2) Identificar necessidades a serem atendidas pelo programa de Higiene Mental na região; 3) Propor atividades a serem incluídas no programa anual de Higiene Mental; 4) Operacionalizar etapas do programa de Higiene Mental a ser desenvolvido na área da região; 5) Coordenar, supervisionar e avaliar atividades de Psicologia Escolar em execução na região; 6) Elaborar instrumentos de informação e controle das atividades de Psicologia Escolar que estão sendo desenvolvidas na região; 7) Integrar as atividades de Psicologia Escolar com as atividades clínico-assistenciais de Higiene Mental que estão sendo desenvolvidas na região; 8) Integrar as atividades do Programa de Higiene Mental às demais atividades do D.A.E. que estão sendo desenvolvidas na região; 9) Integrar o trabalho de Psicologia Escolar ao planejamento do Sistema de Ensino, a cargo da Equipe Técnica de Supervisão pedagógica da D.R.E.; 10) Prestar assessoria a autoridades e técnicos de ensino em assuntos pertinentes ao seu campo de trabalho.
- Em nível de D.E.: 1) Levantar dados para caracterizar a área da D.E. principalmente quanto aos recursos dos sistemas educação e saúde; 2) Identificar necessidades a serem atendidas pelo programa de Higiene Mental na área da D.E.; 3) Propor atividades a serem incluídas no programa anual de Higiene Mental; 4) Operacionalizar atividades de Psicologia Escolar a serem desenvolvidas nas escolas estaduais da D.E.; 5) Treinar, orientar e supervisionar professores para: avaliação das necessidades psicológicas dos alunos ligadas ao processo ensino/ aprendizagem; avaliação das necessidades psicológicas dos alunos ligados ao ajustamento psicossocial; adoção de medidas auxiliares no processo de ajustamento dos alunos; reconhecimento de problemas que necessitam de atenção especializada em área de Higiene Mental; encaminhamento para COIs ou outros recursos da comunidade; 6) Elaborar instrumentos de comunicação com as escolas e da difusão de princípios de Higiene Mental; 7) Integrar as atividades de Psicologia Escolar como as atividades clínico-assistenciais de Higiene Mental que estão sendo desenvolvidas na área de D.E.; 8) Integrar as atividades do programa de Higiene Mental com as outras atividades do D.A.E. que estão sendo desenvolvidas nas D.E.; 9) Integrar o trabalho de Psicologia Escolar ao planejamento do Sistema de Ensino a cargo das Supervisoras pedagógicas da D.E.; 10) Prestar assessoria a autoridades e técnicas de ensino.

- Em nível de E.E.: 1) Caracterização da unidade escolar do ponto de vista de recursos físicos, humanos (população docente, discente, administrativo) e clima emocional; 2) Observação em sala de aula visando (a sala de aula como um todo em que interagem professores e alunos, alunos entre si; comportamento dos alunos; atuação do professor; necessidades quanto ao processo pedagógico e educacional); 3) Avaliação (ou orientação dos professores para) do aluno quanto às suas condições para o desenvolvimento escolar ou seja para a aprendizagem formal; 4) Utilização (ou orientação dos professores para) de técnicas e/ou recursos que visem treinar e/ou desenvolver habilidades psicopedagógicas dos alunos; 5) Entrevistas e/ou reuniões com diretores e professores, para orientação quanto às necessidades e/ou problemas psicopedagógicos e psicossociais dos alunos; 6) Entrevistas e/ou reuniões com pais de alunos para esclarecimentos e orientação quanto as necessidades e/ou problemas de seus filhos; 7) Orientação e/ou encaminhamento de ocorrência na área da saúde mental; 8) Participação em reuniões de pais e mestres visando a abordagem preventiva de problemas na área de saúde mental do escolar.

É a partir desse amplo arsenal de atribuições que os psicólogos passam a estruturar seu trabalho no segundo lustro da década de 1970. Apesar de longa, vale a pena o trecho descrito no documento que retoma as atividades do psicólogo escolar nesse momento:

Assim sendo, a partir de 1977 vêm os psicólogos focalizando com maior ênfase o problema do escolar ingressante na 1ª série que via de regra não trás o repertório de entrada pressuposto pelo sistema para o início da aprendizagem formal, sendo este um problema que facilmente acarreta a marginalização do escolar na classe e o que é pior, a suspeita de uma deficiência mental que acaba consumando a marginalização inicial. Essa visão e também o desejo de “resolver” os casos problemáticos da classe, isto é, os casos que não correspondem à sua expectativa e esforços com um bom desempenho escolar levam o professor a tentativas no sentido de excluir tais alunos de sua classe muitas vezes sem o conhecimento suficiente dos mesmos. A proposta para uma verdadeira aproximação, para uma observação maior e uma avaliação mais objetiva da real condição do aluno, e uma posterior adequação de procedimentos utilização de recursos que facilitem a adaptação e desempenho do aluno representa uma proposta de mudança de comportamento que o psicólogo (e/ou universitário de psicologia) procuram conseguir através da assistência e reforçamento constantes sendo esse o cerne do trabalho a nível local. (ibidem, p. 17)

As limitações da atuação dos psicólogos são expressas explicitamente nesse trecho, pois, no caso desses profissionais, mesmo uma visão mais abrangente que vá para além do aluno, culmina em procedimentos que visam a adaptação, focando restritamente apenas a mudança de comportamento, expressando o cerne do trabalho desenvolvido. Cabe ressaltar o possível vestígio

da teoria da privação cultural ²⁸, ao considerar que o aluno carece de um repertório mínimo para ingressar no processo de escolarização, o que no trecho exposto, pode levar a suspeita de uma deficiência mental que, no entanto, seria apenas a defasagem do repertório intelectual da criança.

Estão dispostos no documento dois quadros, o primeiro referente a um organograma, intitulado “Estrutura básica da Secretaria da Educação – Órgãos de Administração centralizada – representação simplificada salientando as coordenadorias de ensino (rede) e DAE (ETAM)” que apresenta a estrutura dos serviços da Secretaria de Educação, demonstrando a ligação do DAE (Departamento de Assistência ao Escolar do Estado de São Paulo), a quatro divisões, a saber: Divisão de Assistência Médica, Divisão de Assistência Odontológica, Divisão de Nutrição e Equipe Técnica de Assistência Econômica. É a partir da primeira que estão ligadas as três equipes: Equipe Técnica de Assistência Médica, Equipe Técnica de Higiene Mental e Equipe Técnica de Educação Saúde. E, por fim, a partir da segunda equipe, encontra-se a Programação de Psicologia Escolar e o Atendimento Clínico, onde se encontram os psicólogos. O quadro 2, intitulado “Cobertura das programações de Assistência Psicológica DREs e DEs envolvidas”, oferece um panorama da distribuição do serviço em São Paulo, que não será explorada no presente estudo.

Diferente das seções anteriores da pesquisa apresentada nos documentos, não há tabulações de dados, limitando-se ao resgate histórico e a descrição das atribuições dos psicólogos na década de 1970, assim como a apresentação da estrutura do DAE dentro da secretaria do estado.

4. Síntese dos questionários respondidos por profissionais que atuam em instituições educacionais

A quarta e última parte da pesquisa é iniciada, com uma advertência, quanto à amostra de profissionais, não ser representativa dos psicólogos que trabalham na área, como foi o caso dos levantamentos anteriores, sendo baseada nas “instituições relacionadas pela comissão, cujas informações estavam disponíveis”. (ibidem, p. 19), tal afirmação deixa em aberto se essas

²⁸ O trabalho de PATTO (1984) apresenta uma crítica a essas concepções que são amplificadas em sua tese de livre docência de 1987, marcando o desenvolvimento dos estudos dessa autora que anteriormente também partilhava dessas concepções, junto à maioria dos psicólogos que na época tendiam a ter uma visão restrita das relações sociais no interior da escola.

instituições provinham de contato pessoal dos membros da Comissão de Educação ou dos cadastros das entidades da categoria envolvida.

A análise de dados de 29 questionários referente a dois grupos de profissionais, 12 psicólogos que atuavam em instituições de educação regular (3 da capital e 9 do interior) e 17 psicólogos que atuam em instituições de educação especial (4 da capital e 13 do interior).

Em relação às instituições de educação regular, foi identificado que nove delas possuem apenas 1 psicólogo, ao passo que três delas possuem 2 psicólogos. A população atendida nessas instituições era de pré-escola e 1º grau, tendo em vista que havia uma mescla de nível sócio-econômico de alto (1), média (5) e média-alta (6). Em relação aos tipos de outros técnicos envolvidos, quatro instituições tem apenas 1 tipo de técnico envolvido, seis instituições tem 2 tipos de técnicos envolvidos, uma instituição tem 3 tipos de técnicos envolvidos e uma outra instituição tem 4 tipos de técnicos envolvidos, dois quais comparece na pesquisa: orientadores profissionais (75%) e orientadores educacionais (58%), de modo, que 45% das instituições mantêm os dois tipos de técnicos.

Em relação às instituições de educação especial, foi identificado que nove delas possuem apenas 1 psicólogo, sete delas possuem 2 psicólogos e uma delas possui 7 psicólogos. As instituições atendidas eram de pré-escola, 1º e 2º grau e adultos, tendo em vista uma mescla de nível sócio-econômico de média (1), média-baixa (7), baixa (7) e vários níveis (2). Em relação aos tipos de técnicos envolvidos, duas instituições tem 2 tipos de técnicos envolvidos e quinze instituições tem 3 tipos de técnicos envolvidos, dos quais comparece na pesquisa: assistente social (82%), médico (76%), orientador profissional (65%) e fonoaudiólogo (59%).

O documento ainda informa que “todas as instituições de educação regular eram particulares, enquanto que das de educação especial 13 eram particulares e 04 mistas”. (ibidem, p. 19)

Foi questionado aos psicólogos se havia algum conflito com os outros profissionais da instituição, 58% dos psicólogos das instituições de educação regular responderam não haver nenhuma conflito, entretanto, os que afirmaram haver, afirmam em sua maioria (75%) que a maior dificuldade é a indefinição de papéis de cada profissional na instituição. No caso das instituições de educação especial, 82% dos psicólogos responderam não haver conflito, ao passo que os que afirmaram haver, mencionaram: falta de integração da equipe, não cumprimento da orientação do psicólogo por parte de outros profissionais, problemas de diagnóstico

interdisciplinares, problemas de atuação com pais, indefinição dos limites de cada profissional e dificuldade de definir o trabalho com o professor.

Ainda foi possível identificar nessa pesquisa que 58% dos psicólogos da educação regular e 66% dos psicólogos da educação especial estão subordinados diretamente à direção da instituição, no caso da educação regular à subordinação se deve ao coordenador pedagógico, ao passo que no caso da educação especial a subordinação se dá para com o diretor ou coordenador técnico, coordenador pedagógico e psicólogo chefe. Acresça-se que 58% dos psicólogos da educação regular e 76% dos psicólogos da educação especial, não interferem na atuação na instituição, ao passo que os que afirmam que há interferência, queixam-se de: limite financeiro, mudanças constantes na direção, não esclarecimento das funções, divergências técnicas e divergências no estabelecimento de prioridades.

No que se refere às “Atividades desempenhadas por psicólogos e atividades que gostariam de desempenhar” foi identificado no caso dos 12 psicólogos das instituições de educação regular:

- Professores: realizam, orientação (9), reuniões (4), participação em conselho de classe (1), ao passo que desejam realizar, treinamento (2) e orientação (1);
- Técnicos e funcionários: realizam orientação de pessoal (3), a nível de organização (1) e supervisão de estágio (1), ao passo que desejam realizar, orientação (2) e organização (1);
- Alunos: realizam, observação (7), encaminhamentos (6), aconselhamento (5), avaliação e diagnóstico (4), orientação vocacional (4), orientação psicopedagógica (3), treinamento de prontidão (2), programas extra-curriculares (2) e triagem (1), ao passo que desejam realizar, orientação psicopedagógica (2) e orientação vocacional (1);
- Pais e comunidades: realizam apenas orientação de pais e mães, ao passo que desejam realizar, grupos de pais (2) e integração da comunidade (1);
- Planejamento: realizam apenas programas e currículos (análise) (3). Não há informação nos documentos de atividades que os psicólogos desejem realizar nesse item.

Em relação aos 17 psicólogos das instituições de educação especial, referente a esse mesmo item:

- Professores: realizam, orientação (17), treinamento (3), reuniões (2) e avaliação (1), ao passo que desejam realizar, treinamento (1), psicomotricidade (1) e reuniões (1);

- Técnicos e professores: realizam, reuniões técnicas (7), supervisão de estagiários (7), orientação pessoal (4), orientação técnica (2) e treinamento (1), ao passo que desejam realizar, trabalho junto a toda a equipe (1), nível de organização (1) e orientação de monitores (1);
- Alunos: realizam avaliação e diagnóstico (13), triagem (7), psicomotricidade (5), aconselhamento (4), psicoterapia (4), observação (2), encaminhamento (2), estimulação precoce (2), relatórios (2), orientação profissional (1) e recreação (1), ao passo que desejam realizar, atendimento psicológico (3), grupo terapêutico (2), psicomotricidade (2), ludoterapia (2), orientação profissional (1) e relaxamento (1);
- Pais e comunidade: realizam, orientação de pais (11), orientação familiar (6), visitas domiciliares (1) e terapia de apoio (1), ao passo que desejam realizar, cursos para mães (1), grupos de mães (1) e visitas domiciliares (1);
- Planejamento: realizam, programas individuais (5) e programas (1). Não há informação nos documentos de atividades que os psicólogos desejem realizar nesse item;
- Outros: realizam, cursos (91), material pedagógico (1) e contato com outros profissionais (1), ao passo que desejam realizar, psicologia escolar (1).

A constatação dessa parte da pesquisa apresentada no documento é que as atividades demonstram que a atuação do psicólogo é pautada em um modelo remediativo, trazendo uma série de questionamentos: “Isto ocorre devido à ênfase na formação da clínica? Ao desconhecimento de outros modelos? À confusão entre o que é remediativo e preventivo? Falta de preparo técnico? Pressão da escola e comunidade?”. E, por fim, na indagação que encerra essa pesquisa nos Anais e dispara o início das discussões do evento: “Quais as conseqüências profissionais (para os psicólogos) e sócias de ênfase nesse modelo?”. (ibidem, p. 22)

Anexo V: Material do Jornal do CRP-06

Educação procura alternativas. *Jornal do CRP-06*, São Paulo, Ano 1, nº 1, janeiro/ fevereiro de 1981, p. 4.

Educação procura alternativas

Política educacional, modelos de atuação mais adequados para os psicólogos em Educação, questão sindical, foram algumas das questões debatidas durante o I Encontro de Psicólogos da Área de Educação, realizado em dezembro passado em São Paulo e promovido pelo CRP-06 e Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. Participaram do Encontro professores e supervisores de diversas faculdades de Psicologia da capital e interior, profissionais dos serviços de Psicologia das secretarias de Educação do Estado e Município de São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de instituições particulares.

As principais conclusões do I Encontro foram as seguintes:

- manutenção do grupo de trabalho formado por representantes das faculdades, serviços e instituições, e que passará a ter como objetivo promover discussões e encontros sobre o mercado e condições de trabalho dos psicólogos em Educação; estimular contatos entre profissionais através da divulgação de notícias e experiências; entrar em contato com outros profissionais da área; promover atividades com objetivo de definir, as atribuições específicas dos psicólogos e o projeto político dos psicólogos que atuam em Educação;
- levantamento de todos os profissionais que atuam na área de Educação na 6ª região;
- divulgação dos resultados do I Encontro para outras regiões;
- realização do II Encontro, em junho de 1981, com dois objetivos principais: divulgação de experiências educacionais realizadas por psicólogos em faculdades, serviços ou instituições, e discussão dos pontos básicos do projeto político dos psicólogos para a área educacional.

Isto lhe interessa

O I Encontro de Psicólogos da Área de Educação decidiu fazer um levantamento de todos os profissionais que atuam na área de Educação na região. Esse levantamento, para ser feito, depende dos profissionais da área, que devem enviar os seguintes dados ao Conselho ou Sindicato: nome, CRP, endereço para correspondência, telefone, cidade, CEP, local de trabalho, função que exerce.

São psicólogos da área educacional: professores e supervisores da área educacional em escolas ou faculdades, profissionais que atuam em serviços educacionais públicos ou particulares; profissionais que atuam em quaisquer instituições educacionais, públicas ou particulares, de ensino regular ou de excepcionais.

P.S. Os dados devem ser enviados para CRP-06 ou Sindicato dos Psicólogos, Grupo de Trabalho de Psicologia Educacional, Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084, 10º andar, São Paulo, CEP 01452. Ou o mesmo endereço 2º andar, mesmo CEP.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO

Psicólogos, agora mãos à obra

A Comissão de Psicologia Educacional está tomando as primeiras providências para a organização do II Encontro de Psicólogos da Área de Educação, patrocinado pelo CRP-06 e pelo Sindicato de São Paulo. Para isso, se reuniu no dia 29 de agosto passado na sede do Sindicato. As previsões iniciais são de que o II Encontro deverá se realizar nos dias 13, 14 e 15 de novembro próximo, no Sedes, Ministro Godoy, 1484, em São Paulo.

São três os objetivos principais do II Encontro:

- A divulgação de trabalhos feitos por psicólogos sobre questões pertinentes ao setor.

Existe grande interesse na divulgação de trabalhos que representem alternativas aos modelos existentes, os tradicionais métodos de atuação segundo o modelo clínico (diagnósticos de casos-problemas, tratamento e/ou encaminhamento). São também de interesse não só da Comissão como dos profissionais do setor trabalhos realizados em qualquer tipo de instituição educacional e aqueles feitos em setores de educação não formal (bairros, comunidades etc.).

Segundo os organizadores do II Encontro, a importância desses trabalhos está mais em sua metodologia do que propriamente em seus resultados. Dessa maneira, serão aceitos trabalhos feitos por psicólogos em seus locais de

trabalho, ou por supervisores e estudantes como parte de seus estágios supervisionados.

- A definição dos pontos básicos que devem nortear a ação dos psicólogos na área da educação.

Com essa finalidade já existe uma comissão encarregada de elaborar documento de apoio às discussões.

- A definição, pelos psicólogos em educação, das próximas metas de sua atuação enquanto grupo organizado.

PS 1: Foram distribuídos aos psicólogos cadastrados pela Comissão de Psicologia Educacional e às faculdades formulários-padrão solicitando informações sobre trabalhos realizados na área educacional. Se você está interessado, e não recebeu o formulário, é só passar no CRP-06 ou no Sindicato e pegar.

PS 2: Os psicólogos em educação que não estejam recebendo o material da Comissão devem mandar nome e endereço ao CRP-06 ou Sindicato, em nome da Comissão de Psicologia Educacional.

PS 3: Em tempo, quem ainda não tiver os anais do I Encontro pode obtê-los no CRP-06 ou no Sindicato.

Estamos quase entrando nos presídios e delegacias

Os alunos da rede oficial de ensino de São Paulo poderão ter, brevemente, um serviço de assistência psicológica. Em outubro último foi encaminhado um projeto de lei à Assembleia Legislativa autorizando o Poder Executivo a implantar esse serviço junto às unidades de ensino da rede oficial.

O projeto, encaminhado no dia 21 de outubro, teve aprovado logo em seguida um pedido de urgência na tramitação. Isto significa que, ao ser votado, o projeto terá prioridade sobre outros, para os quais não tenha sido pedida urgência. Já em novembro, no dia 11, o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e, no dia 16, pela Comissão de Educação da Assembleia. Foi, portanto, considerado legal e relevante, podendo prosseguir os trâmites de votação.

Com o pedido de urgência o projeto tem 50 dias para tramitação a partir de sua apresentação, descontando-se o acesso parlamentar. Em março entra na agenda do plenário para votação e no dia 2 abre-se espaço para o encaminhamento de emendas. Depois disso o projeto volta às Comissões de Justiça e de Educação para então retornar ao plenário e ser novamente votado.

O término da tramitação está previsto para 19 de março. Caso não seja votado até essa data (quando expiram os 50 dias previstos), o projeto será provado por decurso de prazo. Depois disso, será encaminhado ao governador. Se este o aprovar, proceder-se-á à regulamentação. Se o projeto for vetado pelo governador, voltará à Assembleia,

que pode derrubar o veto se contar com 2/3 dos votos.

EMENDAS

O projeto 519/81 foi discutido em assembleia no 2.º Encontro de Psicólogos na área de Educação, tendo-se ali formado uma comissão especial para o seu estudo e proposto duas emendas:

1 — O artigo 2.º do projeto original determina que o serviço de assistência psicológica seja desenvolvido por "bacharéis em psicologia", o que contraria a lei que regulamenta a profissão. No 2.º Encontro propôs-se uma mudança para "psicólogos com registro no CRP".

2 — O artigo 3.º do projeto original define que o psicólogo realizaria, nesse serviço de assistência psicológica, "diagnóstico, orientação, seleção e treinamento". No 2.º Encontro, pediu-se a seguinte redação para este artigo: "O serviço de assistência psicológica atuará através do psicólogo, nas unidades de ensino, no campo do comportamento humano, respeitando suas funções privativas, de acordo com a Lei Federal n.º 4119, artigo 13, de 27/08/62 e regulamentada pelo Decreto n.º 53.464, artigo 4.º, de 21/01/64".

A Comissão do Projeto 519, do 2.º Encontro, fará campanha junto aos deputados para aprovação do projeto com as emendas propostas e montará um esquema especial para promover a presença maciça de psicólogos em plenário no dia da votação.

²⁹ Na publicação há uma troca de títulos de duas notícias em uma mesma página.

Projeto 519 nas mãos do Governador

"Fica o Poder Executivo do Estado autorizado a implantar junto às unidades de Ensino da Rede Oficial, em estabelecimentos com, no mínimo, 200 alunos, o Serviço de Assistência Psicológica". Esse é o artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 519/81, aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

O projeto estava tramitando em regime de urgência, com prazo de votação até o dia 19 de março. Nessa data, não tendo sido votado, foi aprovado automaticamente por decurso de prazo, sendo encaminhado ao Poder Executivo, que tem 15 dias para sancioná-lo ou vetá-lo. A não manifestação do Governador implica em aprovação definitiva da lei.

As emendas

O Conselho Regional de Psicologia vem acompanhando o assunto desde o encaminhamento do Projeto, em outubro de 1981. A propósito, foi formada uma comissão para discutir a questão durante o 2.º Encontro de Psicólogos na área de Educação, em dezembro do ano passado.

Essa comissão analisou o projeto, juntamente com o deputado que o apresentou, e fez algumas

sugestões, objetivando que o "519" não caísse no modelo de atuação clínica nas escolas. As sugestões foram transformadas em emendas ao Projeto (ver o número 6 do *Jornal do CRP*).

No final de fevereiro houve nova reunião da "Comissão do Projeto 519", quando foram enviadas cartas aos deputados, supervisores de ensino das faculdades e também a todos os psicólogos que participaram do encontro de dezembro para que apoiassem, não só o projeto, mas também as emendas, que acabaram não sendo apreciadas pelo Plenário da Assembleia Legislativa.

O CRP deixa claro, dessa forma, o esforço desempenhado no sentido de que o projeto entrasse em votação para que as emendas o aperfeiçoassem, possibilidade totalmente afastada agora, com o esdrúxulo "decurso de prazo", que aprova o projeto na sua íntegra sem quaisquer emendas.

No entanto, a mobilização continua, visando obter do Poder Executivo a sanção do Projeto, mesmo sem emendas. Em caso de veto, este voltará à Assembleia; e o veto só será rejeitado se dois terços dos deputados votarem contra.

Anote: congressos, seminários, encontros, simpósios, reuniões... “Análise de Modelos de Atuação para o Psicólogo na Área de Educação. *Jornal do CRP-06*. São Paulo. Ano 2, nº 9, julho/ agosto de 1982, p. 3.

Anote:

CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, SIMPÓSIOS, REUNIÕES...

- Análise de Modelos de Atuação para o Psicólogo na Área de Educação. Instituto/Sedes Sapientiae (Rua Ministro de Godoy, 1484 — S. Paulo), 18 de setembro, promovido pela Comissão de Psicologia Educacional do CRP e Sindicato. O “Jornal do CRP/06” abordará o assunto na próxima edição.
- Psicólogo na Área de Saúde. Instituto Sedes Sapientiae (Rua Ministro de Godoy, 1484 — São Paulo), 24 e 25 de setembro, promovido pela Comissão de Saúde do Sindicato e CRP/06. Veja notícia nesta mesma edição.
- I Congresso Brasileiro de Psicologia no Trânsito, Porto Alegre, de 14 a 16 de outubro. Taxa de inscrição: Cr\$ 6.000,00 (profissionais) e Cr\$ 4.000,00 (estudantes). Inscrições e informações adicionais na Secretaria do Congresso, em Porto Alegre — fone (0512) 25-0808. O tema do Congresso será “O Exame Psicotécnico para o Motorista”.

Convite à Discussão

Efemérides são sempre convites à avaliação. Ao entrarmos no ano final de nossa gestão, que tipo de avaliação poderíamos fazer? A nossa experiência nesses dois anos nos convide a uma avaliação que não se limite à contabilização dos fatos, mas a uma reflexão que abra espaço para questões importantes do ponto de vista político-profissional, para toda a categoria dos psicólogos.

Nesse sentido, vale a pena uma recapitulação da história de nossa gestão. Fomos o primeiro Conselho eleito em disputa eleitoral, a partir de um programa submetido à categoria, dentro de um amplo processo de reorganização da sociedade civil brasileira. O que nos aglutinara era a convergência em torno da necessidade de democratizar o CRP para que ele se tornasse uma entidade que realmente representasse os psicólogos, dando-lhes voz e vez. Para ter representatividade, o CRP precisava conquistar a confiança dos psicólogos, pois até então vinha funcionando apenas como uma entidade burocrática desvinculada dos interesses da categoria.

O caminho para a democratização foi o da mobilização dos psicólogos em torno das lutas em defesa de seus direitos e da reflexão constante sobre a atuação profissional no atual contexto. As diversas comissões e grupos de trabalho, várias em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos, se constituem em importantes instrumentos de ligação do CRP com suas bases e de canalização de questões sobre os diversos aspectos da atuação do psicólogo, que fornecem subsídios que orientam a ação do CRP e preparam os encontros onde os psicólogos podem coletivamente refletir sobre a realidade profissional. Assim foram realizados o Encontro de Profissionais de Saúde, o Encontro de Psicólogos que atuam na Educação e o Seminário sobre Formação Profissional em Psicologia. Outras conquistas se deram graças à mobilização mais ampla de toda a categoria e permitiram um avanço em sua organização. Nesse sentido, há que se destacar a luta contra o Projeto Julianelli e, mais recentemente, a do reconhecimento pela Receita Federal, do psicólogo como profissional da Saúde.

Se por um lado conseguimos significativos avanços na organização da categoria, por outro, é necessário constatar que o há muito mais para se conseguir e que várias dificuldades foram encontradas para se implementar o programa proposto. A primeira constatação que se evidencia é que o CRP é uma máquina burocrática que tem um rígido mecanismo de funcionamento e que consome grande parte do tempo de atividade de seus conselheiros. A necessidade de conhecer essa máquina para dominá-la e racionalizar seus procedimentos consumiu pelo menos um semestre integral e consome permanentemente grande parte de energia e tempo que poderiam ser destinados a atividades mais ligadas aos objetivos de organização dos Psicólogos. Por exemplo, a sobrecarga com a tramitação dos processos não permitiu à Comissão de Ética desencadear a importante discussão sobre a reformulação da legislação normativa da profissão, especialmente o Código de ética.

Mas, o que parece ser uma questão puramente técnica, na realidade é a parte visível de uma complexa questão política, que é o vínculo entre o CRP e o Estado, pois esses procedimentos burocráticos são determinados por uma legislação que vê o CRP exatamente como um órgão burocrático e controlador dos psicólogos, o que torna praticamente impossível qualquer mudança realmente importante.

Constituído como autarquia do Ministério do Trabalho, os Conselhos Regionais têm suas limitações determinadas pelo Estado e não pela categoria dos psicólogos. Isso faz com que esteja sempre sob risco potencial de intervenção ou de golpes, como a aprovação da Lei 6.994, que transformou os Conselhos Profissionais em órgãos arrecadadores da Receita Federal. A questão que se coloca nesse momento é a do limite da atuação do CRP como entidade representativa da categoria dos psicólogos e instrumento de mobilização e organização, por ser um órgão subordinado a um Estado autoritário. Esta é sua contradição básica.

Acreditamos que a luta pela autonomia dos Conselhos Profissionais, para

Julianelli e, mais recentemente, a do reconhecimento pela Receita Federal, do psicólogo como profissional da Saúde e a organização dos psicólogos concursados na Prefeitura na defesa de seus direitos e consequente aproveitamento dos mesmos, através da criação de novos cargos. A presença serena e objetiva do CRP, como representante de toda a categoria, na defesa da dignidade profissional, no caso FMU, ocorrido no início deste ano, e no caso de Santos, em 1980, foi decorrente desta prática e evidenciou sua adequação.

ritário. Esta é sua contradição básica.

Acreditamos que a luta pela autonomia dos Conselhos Profissionais, para que sejam subordinados apenas àqueles que os mantêm e que lhe dão representatividade, não pode ser considerada separadamente da luta pela democratização da sociedade brasileira e pelo direito de livre organização de todos os segmentos da sociedade civil. Esta é uma questão que vale a pena ter sua discussão iniciada por todos os psicólogos interessados na democracia.

PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO

**Em setembro,
Seminário
discutiu modelos
de atuação...**

Decisão do II Encontro de Psicólogos, realizado em dezembro de 1981, o Seminário sobre Modelos de Atuação do Psicólogo na Área de Educação reuniu mais de 70 participantes no dia 18 de setembro, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Promovido em conjunto pelas Comissões de Psicologia Educacional do CRP e do Sindicato dos Psicólogos, o encontro contou, em sua primeira parte, com a exposição da questão básica, por parte dos psicólogos Isabel da Silva Kahn, Yvonne A. Gonçalves Khouri e Sergio Antonio da Silva Leite, seguindo-se discussão aberta entre os participantes. As questões relacionadas com os objetos de estudo da Psicologia, metodologia e concepções de modelos mais abertos, foram analisadas nesses grupos de estudo, que concluíram pela necessidade da continuação da discussão e pela realização do III Encontro de Psicólogos na Área de Educação.

Educação: CRP divulga Anais do III Encontro. *Jornal do CRP-06*. São Paulo, Ano 3, nº 14, maio/ junho de 1983, p. 4.

EDUCAÇÃO: CRP DIVULGA ANAIS DO III ENCONTRO

O CRP está divulgando os Anais do III Encontro de Psicólogos da Área de Educação, realizado em São Paulo, no Instituto Sedes Sapientiae, no dia 11 de dezembro de 1982. O objetivo do Encontro foi a tentativa de definição de subsídios para a elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo na área da Educação e nele fizeram pronunciamentos, como convidados, Elenita de Rício (da Fundação Educacional de Bauru), Jane Persinoti Trujillo (da Faculdade Farias Brito), Lisete Regina Gomes Arelaro (ANDE) e Joel Martins (PUC-SP). Os interessados na obtenção deste documento devem dirigir-se ao CRP (Comissão de Psicologia Educacional), pessoalmente ou por carta.

A publicação deste volume vem em sequência ao do II Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia, noticiado na última edição deste jornal.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Peio menos 600 profissionais da 6.ª Região que atuam na área de Educação foram contatados por esta comissão mista, CRP-Sindicato, que concentrou seus esforços na aplicação e divulgação da legislação e na formação e aperfeiçoamento profissional neste campo. Foram preparados e realizados três encontros estaduais de psicólogos com atuação na área de Educação: o primeiro deles, em 1980, levantou as condições de formação dos psicólogos, através da análise das disciplinas e estágios dos cursos de Psicologia e divulgou os trabalhos realizados nos setores públicos (Estado e Município). O segundo, em 1981, objetivou divulgar os trabalhos realizados por psicólogos na área educacional, fora da perspectiva clínica. O terceiro, em 1982, discutiu propostas de atuação para o psicólogo na área de Educação. O resumo dos três encontros foi publicado e distribuído gratuitamente a todos os participantes e psicólogos interessados.

Ainda em 1982, a Comissão de Psicologia Educacional realizou simpósio sobre modelos de atuação para o psicólogo na Educação e participou de outro, com os mesmos objetivos, na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.

A campanha estadual pró-aprovação do Projeto de Lei n.º 519, que propunha a criação do Serviço de Assistência Psicológica às escolas da rede estadual, foi também coordenada por esta Comissão.

Se o saldo positivo foi o trabalho de organização, troca de experiências e discussão de problemas, propiciados pelas atividades realizadas, também ficou claro que a tarefa de ampliação do mercado de trabalho não pode ser conduzida só pelos psicólogos, mas em conjunto com outras categorias, através de propostas educacionais mais amplas.

A Educacional: atendimento de setores populares

A Psicologia Educacional pode abranger não somente as instituições escolares como também as demais que tenham alcance educacional. Além de não ter conseguido esta abrangência, a Psicologia Educacional nem mesmo se desenvolveu suficientemente na maioria das escolas públicas ou privadas. Ela é considerada como secundária pelas autoridades e instituições, assim como tudo que se refere à educação, no país. Esta é a constatação de Yvonne A. Gonçalves Khouri, conselheira do C.F.P., quando procurou contextualizar uma das experiências pioneiras, em São Paulo.

Em 1956, o Departamento de Educação, Assistência e Recreio, órgão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, possuía uma equipe de educadores atuando nos parques infantis (transformados hoje em escolas de educação infantil), onde permaneciam crianças de 3 a 12 anos, nos bairros populares, quando elas estavam fora do horário de aulas. Ali, as crianças eram atendidas a nível de nutrição, educação física, lazer, saúde etc.

Os educadores perceberam que algumas crianças tinham necessidade de receber atendimento psicológico. Estes educadores foram fazer, em 1959, o curso de especialização de Psicologia na USP e na PUC, com o objetivo de se prepararem para tal atendimento.

Quando houve a regulamentação da profissão, o setor de psicologia já tinha acumulado experiência. Para Yvonne Khouri, "inicialmente, o atendimento de crianças era inspirado no modelo mais clássico ou clínico, baseado em psicodiagnóstico (entrevistas, testes etc.), e dando ênfase à orientação de pais, de professores etc. Em 1972, fizemos um levantamento das causas

pelas quais as crianças eram levadas às clínicas psicológicas. Constatamos que a grande maioria tinha problemas de aprendizagem. Através de estudos de caso, pudemos verificar que as crianças apresentavam possibilidades individuais de aprendizagem, caso a escola fosse estruturada de outra maneira".

A partir destas conclusões, foi feita uma experiência com três psicólogos que passaram a atuar, de maneira preventiva, na própria escola, junto a alunos, pais e professores, enfim junto à instituição. Essa experiência foi bem sucedida e passou a ser adotada também por outras escolas.

Avaliando o trabalho do psicólogo educacional, Yvonne Khouri afirmou: "O problema educacional é a desvinculação que existe entre a realidade da criança e a educação proposta pela escola. Tentamos mostrar que é preciso transformar a escola no sentido de ajustá-la às características da criança e não fazer as crianças se ajusta-

rem a um tipo de escola que nada tem a ver com elas".

Em 1978, o grupo de psicólogos educacionais da Prefeitura de São Paulo tomou uma iniciativa pioneira ao realizar o 1º Encontro de Psicólogos Educacionais. Posteriormente, foram promovidos mais três Encontros. E não há previsão de um próximo Encontro.

Atualmente, a Comissão de Educação do CRP-06 está realizando reuniões para mobilizar os psicólogos educacionais que atuam nos municípios do Estado de São Paulo, procurando conquistar condições de desenvolver um trabalho participativo, dentro da política atual de descentralização do ensino de pré-escola e de 1º grau.